

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANA PAULA AROSI

**“LUTAR NÃO É LOUCURA”: GESTÃO DE DESASTRES, DE CRISES  
PSICOLÓGICAS E MOVIMENTOS DE FAMILIARES DE VÍTIMAS APÓS  
O INCÊNDIO NA BOATE KISS**

PORTO ALEGRE

2017

ANA PAULA AROSI

**“LUTAR NÃO É LOUCURA”: GESTÃO DE DESASTRES, DE CRISES  
PSICOLÓGICAS E MOVIMENTOS DE FAMILIARES DE VÍTIMAS APÓS  
O INCÊNDIO NA BOATE KISS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Patrice Schuch

PORTO ALEGRE  
2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Arosi, Ana Paula

"Lutar Não é Loucura": Gestão de desastres, de crises psicológicas e movimentos de familiares de vítimas após o incêndio na boate Kiss / Ana Paula Arosi. -- 2017.

202 f.

Orientador: Patrice Schuch.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Desastres. 2. Gestão . 3. Vítimas. 4. Luto. 5. Crises. I. Schuch, Patrice, orient. II. Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA AROSI

### “LUTAR NÃO É LOUCURA”: GESTÃO DE DESASTRES, DE CRISES PSICOLÓGICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS DE FAMILIARES DE VÍTIMAS APÓS O INCÊNDIO NA BOATE KISS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Patrice Schuch

Aprovado em:

#### BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Patrice Schuch - UFRGS  
Orientadora

---

Profa. Dra. Virginia Vecchioli – UFSM  
Examinadora

---

Prof. Dr. Diego Zenobi - UBA  
Examinador

---

Profa. Dra. Ceres Victora - UFRGS  
Examinadora

Ao meu pai, José Paulo Arosi,  
motivo das minhas indagações.

## AGRADECIMENTOS

Essa tese é dedicada, *in memoriam*, ao meu pai que junto com minha mãe saíram do campo para que eu tivesse acesso aos estudos. Infelizmente ele não pode acompanhar mais esta realização, mas sua memória caminha comigo. Além desse agradecimento mais afetivo e principal, devo agradecer ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS por ter acolhido minha investigação e financiado várias das incursões de campo. Também agradeço pela sensibilidade e entendimento de uma situação crítica de saúde pela qual passei durante o curso. O apoio e a compreensão do programa foi essencial para que eu continuasse os estudos e conseguisse estar apta novamente para retomar meus interesses de pesquisa. Ainda na linha dos agradecimentos institucionais, agradeço a CAPES pelo fornecimento de bolsa de doutorado por quatro anos, o que tornou possível me dedicar integralmente à pesquisa.

Algumas pessoas merecem agradecimentos especiais por terem estado diretamente me ajudando a concluir a tese, uma fase bastante difícil. Agradeço a ajuda essencial de minha mãe, dona Líbera, que acabava aguentando meu humor e me ajudou de variadas formas. O meu irmão, cunhada e meus três sobrinhos, Duda, Pedrinho e Carol que foram compreensivos com as minhas ausências e dificuldades. Merecem também agradecimentos especiais nessa última fase Roberta Reis Grudzinski, Ivana Teixeira, Vanesa Arduin e Sofia Robin que colaboraram diretamente com assuntos relacionados à finalização da tese. Estas duas últimas mais Júlia Pezzi também merecem um agradecimento particular por terem me “aguentado” em casa, dia a dia, na luta para concluir o texto. Também tive amigos que foram muito importantes nesse caminho de mais de quatro anos de doutorado, que contribuíram com sua companhia para momentos de reflexão e de lazer que foram importantes para que o processo fosse menos penoso, agradeço a Manu, Guto, Lulu, Pati, Caio e Silvia. Eles foram pessoas que em algum momento, ou, em todos eles, estiveram presentes me dando apoio e muita escuta.

Não menos importante, eu gostaria de agradecer aqueles que merecem todo meu apoio, compromisso e parceria, os familiares de vítimas com quem estive lado a

lado em muitos momentos da pesquisa. Outros personagens desta tese e de Santa Maria também foram bastante importantes. Agradeço, portanto, a Flávio, Sérgio, Ligi, Jacque, Cida, Carine, Melissa, e tantos outros que permitiram que eu habitasse as suas vidas de algum modo. Melissa Couto merece um agradecimento muito especial, pois foi quem me abriu um mundo de possibilidades de compreensão do fenômeno que eu estava pesquisando e abriu seu lar para que ali eu pudesse não apenas saber mais sobre meu universo de pesquisa, mas que eu fosse acolhida. Na casa de Melissa sempre me senti muito bem vinda, e isso fez toda a diferença em minha estadia em Santa Maria.

De uma importância fundamental também foi a relação desenvolvida com outros pesquisadores que deram um tom especial para minhas inquietações. Agradeço à minha orientadora, Patrice Schuch, pelo suporte e incentivo durante mais de seis anos. Agradeço à Virgínia Vecchioli onde encontrei uma parceria de trocas muito rica e que marcou minha trajetória no doutorado. Outra pessoa de importância fundamental foi Diego Zenobi com quem a interlocução foi intensa durante o período que junto com Camila Gonçalves executamos um calendário de entrevistas em Buenos Aires. Agradeço muito por fazer parte dessa iniciativa, Diego e Camila foram pessoas que me influenciaram muito no delineamento de minhas questões de pesquisa.

## RESUMO

A presente tese de doutorado tem como objetivo principal compreender através de quais ações, intervenções e saberes, um grande incêndio acontecido em uma boate – a boate Kiss - na cidade de Santa Maria, localizada no sul do Brasil, é produzido e experienciado enquanto um evento traumático. Abordo como o evento conjuga uma série de instituições e mobiliza agências humanitárias, forças tarefas governamentais e uma centena de voluntários, criando uma situação de emergência civil e também de uma emergência psicológica. Exploro como se dá a articulação da experiência de trabalho após o incidente na boate Kiss, para a formação de voluntários, conformando a expansão de outros campos de saberes, produzindo as formas de intervenção constituídas em Santa Maria como referências para o apoio psicossocial e a psicologia de emergências e desastres. Associado à pesquisa sobre as tecnologias de gestão da emergência e do desastre, acompanho o desenvolvimento de questões que envolvem a luta por justiça daqueles que se constituem como “vítimas” da tragédia da Boate Kiss - familiares e sobreviventes - os quais falam em nome de si e também das próprias vítimas fatais, contra o que consideram negligência e descaso do Estado na apuração de responsabilidades sobre o caso. Por fim, empreendo uma incursão comparativa com o caso de um evento semelhante ocorrido na Argentina, o incêndio do clube noturno Republica Cromañón, focando-me na diferenciação entre o emprego da linguagem do trauma nos dois países, e suas condições e especificidades de realização.

Palavras-Chave: Trauma. Práticas de atenção psicossocial. Incêndio. Desastre.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to understand through what actions, interventions and forms of knowledge a great fire in a night club (Kiss) located in Santa Maria, southern Brazil, is produced and experienced as a traumatic event. The approach taken in this work focuses on how this event gathered several institutions and mobilized humanitarian agencies, government task forces and a hundred of volunteers, creating a situation of civil as well as of psychological emergency. I examine how the articulation of the work experience is made after the Kiss incident, in the instruction of volunteers, shaping the expansion of other knowledge fields, producing ways of intervention in Santa Maria which were taken as reference for psychological support and the disasters and emergencies psychology. In association with technologies of emergency and disasters management, this work follows the development of questions that include the struggle for justice by those who constituted themselves as victims of the tragedy – families and survivors, who speak for themselves and also for the fatal victims – against what they claim to be a state's mishandling of the investigation. Finally, I perform a comparative study with a similar event that took place in Argentina, the fire at the Republica Cromañón night club, focusing on the differences of trauma language usage in these two countries, its conditions and specificities.

Key Words: Trauma. Psychosocial practices. Fire. Disaster.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DE SANTA MARIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SUAS PRINCIPAIS RODOVIAS.....	21
FIGURA 2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DE SANTA MARIA COM BASE NO CENSO DE 2010 .....	22
FIGURA 3 - DMATE: DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL .....	55
FIGURA 4 - DECRETO DE DECLARAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SANTA MARIA APÓS O INCÊNDIO NA BOATE KISS.....	61
FIGURA 5 – CHARGE DO CARTUNISTA CARLOS LATUFF PARA O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO INCÊNDIO NA BOATE KISS.....	138

## LISTA DE SIGLAS

AVTSM: Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss

CDM: Centro Desportivo Municipal

COBRADE: Classificação e Codificação Brasileira de Desastres

CONDEC: Conselho Nacional de Defesa Civil

CONPEDC: Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CVBSM: Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria

DEATE: Declaração Estadual de Atuação em Desastre

DMATE: Declaração Municipal de Atuação em Desastre

DSM: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

FIDE: Formulário de Informação de Desastre

FISMA: Faculdades Integradas de Santa Maria

FN-SUS: Força Nacional do Sistema Único de Saúde

GEACAP: Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP: Instituto Geral de Perícias

INSARAG: International Search and Rescue Advisory Group

MP: Ministério Público

MPE: Ministério Público Estadual

MPE/RS: Ministério Público Estadual de Santa Maria

MPF: Ministério Público Federal

MSF: Médicos Sem Fronteiras

OCHA: Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

OIDETAM: Organização Internacional de Emergências Aéreas, terrestres e Marítimas

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

SAME: Sistema de Atención Médica de Emergencias

SCI: Sistema de Comando de Incidentes

SCO: Sistema de Comando de Operações

SEDEC: Secretaria Especial de Defesa Civil

SEDUFMS: Seção Sindical dos Docentes da UFSM

SES-RS: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

SINDEC: Sistema Nacional de Defesa Civil

SMLL: Santa Maria do Luto à Luta

START: Simple Triage and Rapid Treatment

SUS: Sistema Único de Saúde

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

TEPT: Transtorno de Estresse Pós Traumático

UBA: Universidade de Buenos Aires

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

ULBRA/SM: Universidade Luterana do Brasil/Santa Maria

UNIFRA: Centro Universitário Franciscano

Unochapecó: Universidade Comunitária de Chapecó

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 INTRODUÇÃO E TEMA DE PESQUISA.....	16
1.1 O EVENTO.....	18
1.3 SANTA MARIA.....	19
1.4 METODOLOGIA.....	22
1.5 CAMINHOS DE PESQUISA.....	23
1.6 MARCO TEÓRICO.....	26
1.6.1 A produção do evento como traumático e da vítima.....	26
1.6.2 O trauma e o humanitarismo em perspectiva.....	30
1.6.3 A causa, a sociedade civil e o Estado.....	34
1.7: SUMÁRIO DESCRITIVO DOS CAPÍTULOS DA TESE.....	37
<b>2 MODOS DE PRODUÇÃO DE UM EVENTO TRAUMÁTICO: o caso da boate Kiss.....</b>	<b>40</b>
2.1 INSTITUINDO EMERGÊNCIAS: das múltiplas faces do Estado.....	44
2.1.1 Como se faz um desastre? Os conceitos da Defesa Civil.....	44
2.1.2 Definições.....	47
2.1.3 Reconhecendo o desastre.....	49
2.2 A DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SANTA MARIA E AS AÇÕES DE GOVERNO IMPLICADAS.....	58
2.2.1 A noção de “crise humanitária” dos Médicos Sem Fronteiras.....	64
2.3 A LEITURA DO EVENTO COMO TRAUMÁTICO.....	67
2.3.1 A emoção será televisionada.....	72
1.4 CONCLUSÃO.....	73
<b>3 A CRUZ VERMELHA DE SANTA MARIA/RS APÓS O INCÊNDIO NA BOATE KISS.....</b>	<b>76</b>
<b>3.1 A CRUZ VERMELHA.....</b>	<b>78</b>
3.2 O CURSO DE APOIO PSICOSSOCIAL E O DESASTRE NA BOATE KISS.....	81
3.2.1 “Até onde posso me doar?”.....	83
3.2.2 A técnica e o dom.....	87
3.2.3 Noções morais sobre o bom voluntariado.....	89
3.3 TRAUMA ENQUANTO CATEGORIA E METÁFORA.....	92
3.3.1 Trauma versus reações normais do luto.....	95
3.4 A CONSTRUÇÃO DA VÍTIMA NO MANUAL E NAS AULAS.....	97
3.5 O MÉTODO START.....	100
3.5.1 Paradigma fisicalista versus danos psicossociais.....	103
3.5.2 Desigualdade de Vidas.....	105
3.6 ENTRE O VOLUNTARIADO E A PESQUISA DE CAMPO.....	109
3.7 TRAJETÓRIA DE VOLUNTARIADO APÓS O TRABALHO JUNTO AO INCÊNDIO: Verônica e a psicologia das emergências e desastres.....	111
3.8 CONCLUSÃO.....	114

<b>4 ACONTRUÇÃO DE UMA CAUSA PÚBLICA NO CONTEXTO APÓS A “TRAGÉDIA DE SANTA MARIA”</b> .....	<b>118</b>
4.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES E QUESTÕES NORTEADORAS.....	121
4.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE VÍTIMAS.....	122
4.2.1 Associação de familiares de vítimas e sobreviventes da tragédia de Santa Maria.....	123
4.2.2 Outras organizações: ONG Para Sempre Cinderelas, ONG Ah!Muleke e movimento Mães de Janeiro.....	126
4.3 A COMPOSIÇÃO DA DENÚNCIA.....	128
4.3.1 As partes do conflito.....	129
4.3.2 Primeiro momento: desenhando a causa pública.....	133
4.3.3 Segundo momento: rompimento de relações entre o movimento Santa Maria do Luto à Luta e e o Ministério Público.....	135
4.3.4 Terceiro momento: O Ministério Público reage as acusações.....	139
4.4 A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS LEGÍTIMOS DE ENUNCIÇÃO: nomeando o impensável.....	142
4.5 SOBRE AS VÁRIAS FORMAS DE DENOMINAÇÃO DA VÍTIMA: construção de categorias e disputas morais sobre legitimidade.....	148
4.6 RETOMANDO QUESTÕES: políticas, causas públicas e o trauma.....	152
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
<b>5 INTERVENÇÕES EM SAÚDE MENTAL FRENTE À INCÊNDIOS COM MÚLTIPLAS MORTES NO BRASIL E NA ARGENTINA</b> .....	<b>159</b>
5.1 PRIORIDADES NA EMERGÊNCIA.....	161
5.2 A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO NA ARGENTINA.....	166
5.3 A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO NO BRASIL.....	169
5.4 FORMAS DE INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO EM CROMAÑÓN.....	171
5.5 FORMAS DE INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO NA BOATE KISS.....	174
5.6 A LINGUAGEM PSI NA ARGENTINA, DIREITOS HUMANOS E ESPECIALISTAS.....	177
5.7 CONCLUSÃO.....	180
6 CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS.....	190
ANEXOS.....	195

# 1 INTRODUÇÃO

Nosso erro foi tentar dar prazo para uma mãe chorar a morte do filho. Nosso erro foi decidir calar pais enlutados ao afirmar: 'chega, deixem eles descansar!' O que é isso? Passamos a ver a tragédia pelo viés das crenças e fé por nós professadas (o que não deixa de ser válido), mas é 'uma verdade privada'. (PY DUTRA, Maria Rita. Diário de Santa Maria, 27/01/2017<sup>1</sup>).

Caminho entre o estacionamento de um grande supermercado da cidade e a calçada que sobe em direção a Avenida Rio Branco e encontro Márcia<sup>2</sup>, que parece distraída. Estamos na área central da cidade, especificamente, em frente a Boate Kiss, onde quatro anos atrás ocorreu um incêndio que vitimou 242 pessoas. Nathiele, filha de Márcia, morreu neste incêndio. Logo reconheci que aquele olhar que parecia distraído diante de uma primeira impressão era um olhar fixo para a porta da boate, na qual desde o ano anterior estão pintadas mãos com tinta vermelha e a frase “242 assassinados”. Em um instante pensei que era aquele o tipo de olhar que aprendi com os voluntários de apoio psicossocial da Cruz Vermelha local<sup>3</sup> como um olhar “catatônico”. Seu corpo não se movia, ela parecia alheia ao que acontecia ao redor e piscava muito pouco. Mesmo com a minha aproximação, juntamente de Sofia, psicóloga e apoiadora psicossocial da Cruz Vermelha de Rio Grande que todos os anos comparece ao aniversário do incêndio da Kiss, Márcia não reagiu.

Aproximei-me mais um pouco e perguntei como ela estava. Sem desviar os olhos da porta da boate por um segundo sequer ela fala “eu sinto como se ela fosse sair agora por aquela porta, eu ainda espero”. E conversamos por vários minutos enquanto ela mantinha o olhar focado na porta. Márcia se culpava dizendo que não a permitiram procurar a filha, que se ela tivesse tentado se sentiria melhor “eu ainda acho

---

<sup>1</sup> “Mais um 27 de Janeiro”. Coluna Sociedade, Diário de Santa Maria.

<sup>2</sup> Nesta tese optei por usar os nomes fictícios dos familiares e os nomes reais das vítimas.

<sup>3</sup> Observei e participei como aluna do primeiro curso de formação de Apoiadores Psicossociais em Emergências e Desastres. Trata-se do primeiro curso na área da Cruz Vermelha local após o incêndio na boate Kiss, posteriormente houveram outros, tema que trabalho no capítulo II.

que se tivessem me deixado vir eu encontraria ela”. A interlocutora conta que os seus familiares a mantiveram longe do local e que a medicaram. Ela lembra “me diziam que iam trazer ela pra mim, mas não imaginava que me trariam morta. (...) eu não pude escolher a roupa dela, eu não pude vestir ela, não me deixaram fazer nada”. Continua “acredito que minha filha virou um anjo e ela me ajuda lá de cima”. O primeiro sinal que Márcia identificou como se fosse um aviso da filha e que comprovaria a conexão que ainda possui com ela foi de que seu pai, avô de Nathiele, estava num rodeio no dia do incêndio e o número do colete com o qual ele se apresentou era o mesmo número que foi atribuído ao corpo da filha durante a contagem das vítimas. Começando a sorrir e também a olhar para mim e Sofia, Márcia conta que terminou o ensino médio e fez um curso técnico na área de construção civil e que acredita muito no fato de a filha a ter ajudado de outro plano astral. No dia que fez a prova de seleção ela vestiu a camiseta com a foto da filha e passou na prova. Para Márcia a filha a estava ajudando pois sempre a incentivou a estudar.

Em consonância com o processo de construção do evento enquanto traumático, há uma configuração interessante em Santa Maria. Um discurso que circula na cidade, afirmações e considerações sobre a dor dos familiares, que articula tempo e visibilidade do sofrimento. Esse discurso é citado na nota de abertura desta introdução, nas palavras de Maria Rita Py Dutra, colunista do Diário de Santa Maria, um dos principais jornais de Santa Maria, senão o principal. Maria Rita é muito conhecida na cidade e é formada em educação e ciências sociais, além de ser bastante envolvida com o movimento social negro da cidade. A primeira publicação de Maria Rita no Diário de Santa Maria, segundo seu currículo lattes, data de 2005, o que demonstra a influência dela na formação da opinião pública da cidade. Ela possui proximidade com os familiares organizados e também é uma pessoa de influência intelectual da cidade. Na epígrafe desta introdução consta parte de seu texto na coluna do dia 27 de janeiro de 2017, data do aniversário de quarto ano do incêndio. Ela escreve como se falasse em nome da cidade “Nosso erro foi dar uma prazo para a mãe chorar a morte de um filho”. Isso se refere ao discurso dos familiares de que a cidade quer que eles parem de lutar por justiça e deixem seus filhos “descansarem em paz”. Nessa dimensão também está presente a ideia de que o sofrimento tem um tempo para ser vivido, e com o seu

decorrer ele deve estar no espaço do privado e não no público. Subjacente a essa noção está a formulação que designa que passado certo tempo, o luto deve ser finalizado e a situação de “normalidade social” retomada.

Por fim, o título desta tese faz alusão a consigna do movimento Santa Maria do Luto à Luta, dos quais muitos integrantes são interlocutores do presente trabalho. A frase “lutar não é loucura” remete a um contexto próprio da cidade de Santa Maria, a qual os familiares ressaltam os acusação de serem loucos por estarem lutando por seus direitos ao invés de “deixá-los descansar” (as vítimas) como disse a colunista Maria Rita. A ideia, em geral desta tese, é de chamar atenção para como instâncias diversas do Estado, os movimentos de vítimas e as outras organizações contribuem na conformação de uma leitura do evento enquanto traumático, e assim solidificam e produzem um contexto de intervenção que implica aplicação de técnicas e práticas de gestão próprias para situações consideradas emergenciais e/ou de saída daquele aspecto rotineiro relacionado aos acontecimentos considerados cotidianos.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da diversidade das questões concernentes a esse universo amplo de pesquisa que abarca os acontecimentos que envolvem a chamada “Tragédia de Santa Maria”, seleciono como meu tema de pesquisa a forma pela qual os diversos agentes e agências são convocados e se dispõe a intervir frente ao contexto gerado após o incidente ocorrido nesta cidade. Tomando tais práticas como um modo de gestão do então conceituado desastre, como veremos, e diagnosticado como situação que exigia intervenção psicológica, incêndio na boate Kiss articulou diversos saberes e ferramentas excepcionais de gestão a curto e a longo prazo. Compreender esses modos de gestão e seus instrumentos em diferentes universos é o objetivo mais geral da tese. Como parte do processo interpretativo saliento que a produção do evento como traumático é tomada aqui como polifônica; por isso, proponho analisá-la em diversos universos, como o cenário de conflitos envolvendo as consequências do evento, as políticas públicas, os humanitarismos e os movimentos sociais criados a partir do incêndio.

A partir do evento vários tempos se cruzam e se inscrevem na dinâmica da cidade. Com o evento ocorreu o surgimento de novos personagens, novas formas de atuação, novas instituições, dramas e lutas nessa perspectiva de dar conta do mesmo. Profissionais e familiares se referem aos rituais de aniversário do incêndio como rituais de passagem de ano. Isto é, para eles, o ano não começaria mais com o dia de ano novo, mas sim com a finalização de um ciclo que se dá na madrugada passada em frente à boate. Nesta forma de pensar o tempo, os meses passam a ser contados a partir do evento trágico que marcou a vida dessas pessoas. Para delimitar alguns tempos inicio pelo “tempo imediato” pós-desastre definido pela noção de emergência e em consequência reflito sobre o desenvolvimento das políticas públicas para os afetados que já se encontram no “tempo da intervenção estatal a longo prazo”.

Algumas questões teóricas e etnográficas me guiaram em diversos momentos de pesquisa: Como a cidade se apropria do acontecimento? Como é possível falar da dor? Quais são as evocações públicas da dor? Como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é acionado nesse contexto de desastre? Como que se dá a influência de agências internacionais frente ao evento? Qual a relação entre o Estado e os familiares de vítimas organizados? Quem é considerado vítima? Como se constrói a causa dos familiares de vítimas? Através de que formas de intervenção o Estado se faz presente? O evento é considerado traumático porquê? Que personagens foram produzidos? Que tipo de intervenções são legitimadas durante a chamada emergência logo após o desastre? Quais são as práticas legitimadas para a gestão da dor? Que ações emergenciais possibilitam novos contornos estatais? E depois, o que permanece? Como que a experiência de políticas públicas de saúde mental na Argentina, local de evento semelhante ocorrido em 2004, pode tornar visível particularidades do contexto brasileiro a partir do "caso Kiss"?

Nesta direção, sem deixar de pensar no contexto mais amplo que legitima as vítimas através do avanço da noção de trauma, coloco em questão como um acontecimento específico interfere no curso “normal” de uma cidade, afetando para sempre alguns de seus personagens, e causando a “necessidade” de uma intervenção especial devido a um acontecimento considerado traumático. Portanto, essas questões estão articuladas para responder uma pergunta maior que atravessa a tese: como um

evento é produzido enquanto traumático? Para tanto investigamos como a expansão da noção de trauma que legitima as vítimas (FASSIN e RETCHMAN, 2009) se conforma no universo local.

## 1.2 O EVENTO

Em 27 de janeiro de 2013 um incêndio atingiu uma casa noturna da cidade de Santa Maria, no interior do sul do Brasil. A banda que tocava naquela noite usou fogos de artifícios para sua apresentação. Na madrugada do domingo, dia 27, o fogo iniciou e se alastrou rapidamente pela espuma de isolamento acústico que era altamente inflamável. Mais tarde peritos viriam a determinar que as vítimas tinham sido expostas à liberação de uma substância tóxica conhecida como cianeto. Não havia saída de emergência na boate e a única saída era entrecortada por barras de ferro que regulavam o fluxo de entrada na casa noturna, limitando, assim, a saída da boate. Alguns jovens voltaram a entrar na boate para socorrer entes queridos aumentando assim sua exposição ao cianeto, alguns acabaram morrendo no local do incêndio, por não portar o material de proteção necessário para essa exposição.

A operação de resgate conjugou uma série de instituições estatais e da sociedade civil, assim como muitos voluntários. As demonstrações de solidariedade eram evidentes. Muitos psicólogos responderam a uma chamada na televisão para que voluntários da área se deslocassem ao local. O total de vítimas foi contabilizado pelo número de pessoas mortas no dia e as demais que morreram no hospital, totalizando 242 vítimas fatais. Assim consolidando certa matemática dos fatos na qual só contam como vítimas fatais as que morreram, de certa forma, aos olhos do Estado. As vítimas que vieram a falecer após o incêndio, fora do hospital, ainda que devido às consequências da inalação da fumaça ou outro dano provocado pelo incêndio não são contabilizadas neste número. Também não há um número oficial de sobreviventes que morreram após o incêndio, fala-se em cinco mortos. O número de sobreviventes também é incerto, estima-se 683.

Ainda no mesmo domingo no qual ocorreu o evento foi formado um serviço de apoio psicossocial numa interação entre governo e voluntários. O serviço funcionou por 24 horas pelo período em que houve maior busca. Esse serviço veio a compor,

posteriormente, as políticas públicas oferecidas pelo Estado. Após a assinatura de um acordo tripartite entre as esferas municipal, a estadual e a federal, a cada um ficou certa responsabilidade. As ações instituídas pelo acordo nos três níveis centraram-se na esfera da saúde. Logo, não houve até 2017 iniciativas que tematizem outras demandas dos familiares de vítimas como políticas de memória e garantia de justiça.

### 1.3 SANTA MARIA

Não seria correto ignorar as especificidades que nos traz o fato de este incêndio ter ocorrido em Santa Maria. Santa Maria é a quinta cidade em termos de contingente populacional no estado do Rio Grande do Sul, mas ao mesmo tempo se trata de uma cidade que possui menos de 300 mil habitantes, sendo quase 30 mil o número de estudantes universitários. Está localizada na região central do Rio Grande do Sul, a 293 quilômetros da capital do estado. A cidade centraliza as políticas públicas e instituições públicas da região.

Santa Maria também é uma cidade universitária, concentrando sete instituições de ensino superior, entre elas a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que possui apenas ela 20 mil estudantes. A cidade, portanto, possui muitos jovens que ali estão apenas para cursar uma faculdade, jovens da região e mesmo de outros estados ou da capital do estado. Outra parcela de sua juventude são os cabos que começam sua vida militar em Santa Maria. Para além deles muitos militares residem na cidade devido a sua ampla gama de instituições militares, contando com hospital militar e uma base aérea. Por fim, a cidade também é muito densa na questão da saúde. Existem vários cursos nesta área em cinco das sete instituições de ensino superior.

A sua localização central na geografia do estado permite o deslocamento a várias regiões do Rio Grande do Sul, visto que rodovias importantes passam pela cidade e sua rodoviária possui até mesmo linhas internacionais. A cidade ainda possui uma linha férrea que a partir dos anos 1900 modificou a cidade e se tornou um importante complexo ferroviário fazendo viagens até São Paulo, trens que iam para a Argentina ou para o centro do Brasil também passavam pelo local nos meados do século XX. Ironicamente, vários incêndios foram registrados na estação sendo o

primeiro em 1923 e tantos outros na década de 1990 como afirma documento constante no próprio site da prefeitura de Santa Maria<sup>4</sup>. O fechamento da estação se deu no fim da década de noventa impulsionada pela desativação da linha que transportava passageiros. Abaixo, mapa do Rio Grande do Sul atual com a localização de Santa Maria e as principais rodovias do estado:



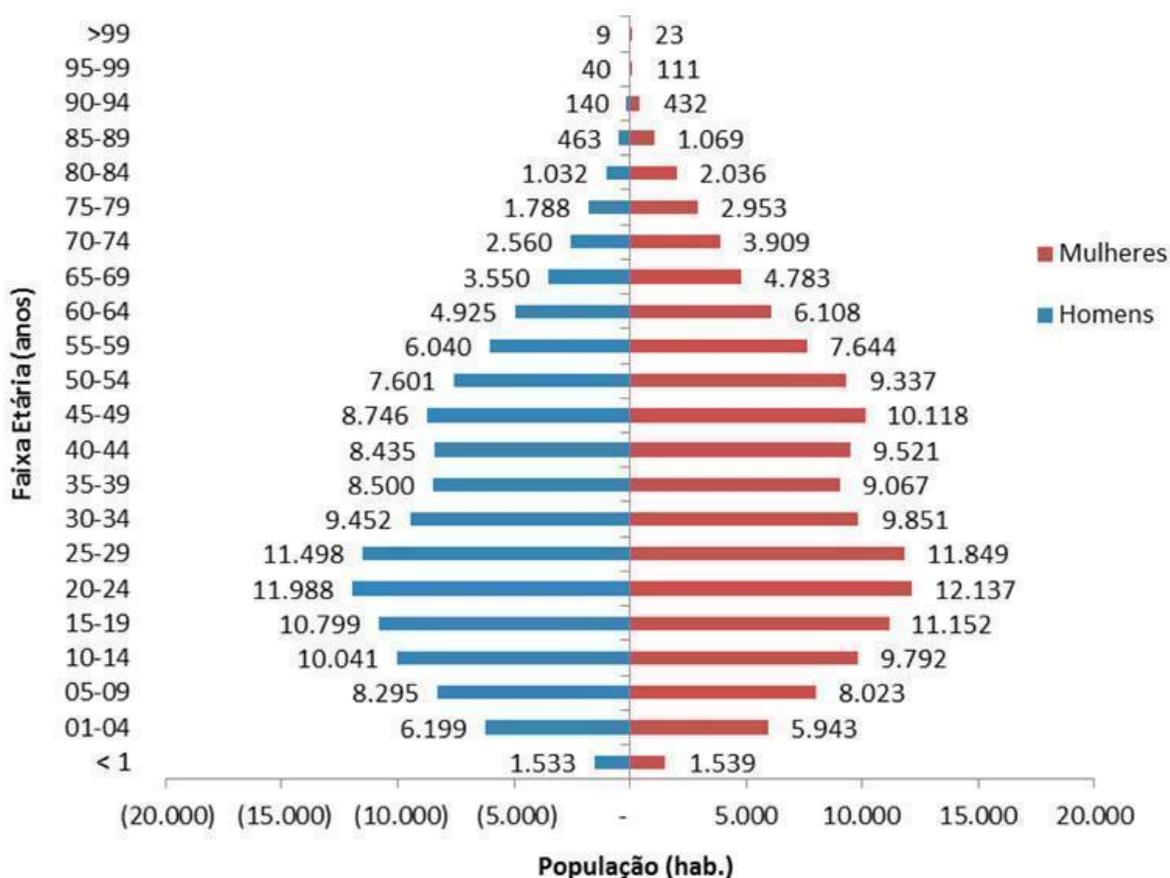
(Figura 1: Mapa com a Localização de Santa Maria com as principais rodovias do estado<sup>5</sup>)

Como já referi, Santa Maria é uma cidade caracterizada pela circulação de pessoas da região e de outras regiões do estado. Mas até numa visão geral a cidade é

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/152anos\\_sm\\_gare.pdf](http://www.santamaria.rs.gov.br/docs/152anos_sm_gare.pdf)>. Acesso em: 15 de agosto de 2017

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2013/05/mapas-de-santa-maria-rs.html>>. Acesso: em 10 de agosto de 2017

caracterizada por uma população bastante jovem como é possível verificar na pirâmide abaixo:



(Figura 2: Pirâmide etária de Santa Maria com base no Censo IBGE de 2010)

Esta pirâmide<sup>6</sup> etária elaborada a partir do censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, em Santa Maria, demonstra a importância que tem na demografia local uma parcela da população caracterizada como “juventude” devido a sua faixa etária. Ao analisar percebe-se que há boa parte da população, representadas pelas linhas mais largas. Isso acontece devido ao fato de ser uma cidade universitária e um pólo de formação militar no qual jovens iniciam suas carreiras. Importa pontuar que a população da cidade costuma se pensar como habitada por jovens. Em muitas conversas cotidianas e ocasionais é possível perceber

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/sociedade/8-1-demografia/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017

que há pessoas que consideram que Santa Maria mudou drasticamente depois do incêndio na boate Kiss. Um dos elementos destacados nas conversas é que a vida noturna mudou de forma que a cidade não está mais alegre pela sua juventude, mas permanece em luto. Apontam para certa “morte” da cidade após um acontecimento tão impactante.

Para além do âmbito acadêmico, a universidade ainda conta com um hospital de clínicas e a cidade possui mais sete hospitais, totalizando 865 leitos na cidade. A cidade ainda possui uma unidade bastante ativa da Cruz Vermelha Brasileira e uma nova organização criada após a Kiss para lidar com desastres chamada Organização Internacional de Emergências Aéreas, Terrestres e Marítimas (OIDETAM).

#### 1.4 METODOLOGIA

Como metodologia, utilizo-me de observações de campo de eventos públicos e privados, bem como entrevistas com roteiro estruturado, as quais foram gravadas. Tenho como material de análise, entrevistas, diários de campo acerca da observação participante, documentos, cartilhas, apostilas e matérias ou colunas jornalísticas. A observação participante das manifestações políticas (ocupações, caminhadas, protestos, vigílias, reuniões, congressos) dos movimentos é uma das linhas de atuação na pesquisa. Para análise dos valores, práticas e saberes da Cruz Vermelha, participei ativamente das vigílias anuais promovidas pelos familiares em frente à boate – nas quais a Cruz Vermelha atuou no socorro e apoio psicossocial – e também dos cursos de formação de apoiadores psicossociais, um por completo.

Meu trabalho de campo etnográfico em Santa Maria iniciou em 2013. Realizei entrevistas com servidores públicos e ex servidores públicos em Santa Maria, familiares de vítimas e voluntários da Cruz Vermelha. Foram realizadas quatro entrevistas com familiares de vítimas do incêndio na boate Kiss, uma com uma psicóloga do serviço municipal de saúde mental voltado aos afetados pelo evento, duas gestoras em saúde de nível estadual, dois agentes humanitários e um ex-agente da defesa civil. Também realizei pesquisa de campo em Buenos Aires, no período de um mês, entrevistamos em um empreendimento da autora da tese com mais dois

pesquisadores, quatro familiares de vítimas do incêndio em Cromañón e seis entrevistas com psicólogos e psiquiatras. Cabe registrar que a pesquisa em Santa Maria para além das entrevistas conta com amplo registro etnográfico em diários de campo.

Fiz mais de 20 incursões em campo de média permanência em Santa Maria, de 2013 a 2016. Na Argentina foram três semanas de entrevistas totalizando oito entrevistas com psicólogos e psiquiatras que atuaram no incêndio na boate Republica Cromañón que matou 194 em 2004. Esta parte da pesquisa foi realizada graças a parceria com Diego Zenobi, antropólogo, doutor e professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) e pesquisador sobre o massacre de Cromañón, e Camila Gonçalves doutora em Psicologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que à época pesquisava junto aos voluntários e psicólogos que atenderam e atendem os familiares de vítimas no serviço municipal e quando do evento.

Estive em Santa Maria em situações como: Ocupação da Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria por dois dos movimentos de familiares de vítimas mais atuantes; observei mais de 20 depoimentos de sobreviventes da tragédia no judiciário; vigílias em frente à boate quando dos aniversários de um, dois, três e quatro anos do desastre; cursos de apoio psicossocial da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria; Vigília em frente ao local da boate quando de sua “descontaminação”; viagem a Argentina junto com os familiares da Kiss quando do Congresso de 10 anos da ocorrência do incêndio na boate Portenha, dentre outros.

## 1.5 CAMINHOS DE PESQUISA

Ao entrar no doutorado planejava pesquisar os especialistas, principalmente advogados e psicólogos/psiquiatras que tinham papel ativo no desenvolvimento de processos judiciais acusatórios movidos por familiares de vítimas de violência do Estado. No entanto, em 27 de Janeiro de 2013, acordei com a notícia da morte de mais de 180 pessoas (número que foi aumentado com o passar do dia) em um incêndio de uma boate em Santa Maria. Eu pouco conhecia Santa Maria, mas assim como a maioria das pessoas relatam, me senti mobilizada emocionalmente pela situação. O incêndio na boate Kiss deixou o país todo mobilizado através da televisão

acompanhando todo o processo com ampla cobertura jornalística nacional e internacional. Naquela época não cogitava a possibilidade de fazer trabalho de campo em Santa Maria.

Foi apenas em março, dois meses após o ocorrido, que resolvi desenvolver uma pesquisa sobre os movimentos de familiares de vítimas da boate Kiss que haviam organizado uma associação de vítimas. De fato, a pesquisa foi iniciada em março de 2013 com a observação de sessão solene da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas do e Violência da qual participou o pai de uma das vítimas do incêndio. A partir da entrada em campo pude contatar o presidente da Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss e uma psicóloga que veio a se tornar uma das principais interlocutoras de pesquisa, Verônica.

Inicialmente participei apenas de atividades públicas e de ações desenvolvidas pela Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria (CVBSM). Isto ocorreu devido a resposta do presidente da Associação de Vítimas e Familiares da Tragédia de Santa Maria quando da minha investida na perspectiva de desenvolver uma pesquisa junto à associação. Sua resposta foi de que consultasse Verônica, Psicóloga da Cruz Vermelha, que vinha com sua instituição desenvolvendo um trabalho de apoio psicossocial na sede da associação. Essa conversa ocorreu em abril de 2013, no mesmo dia encontrei com Verônica que pediu que eu não entrevistasse nem abordasse os familiares das vítimas com perguntas sobre o incêndio. Sugeri que eu esperasse por um ano para fazer tal tipo de abordagem, devido ao processo de luto e ao fato de os familiares ainda estarem passando pelo momento de "crise". No entanto, eventos públicos dos familiares e atividades da Cruz Vermelha estavam abertos para minha observação.

Frente a esse imprevisto e respeitando este pedido procurei explorar outras opções de pesquisa, que naquele momento novamente destacavam-se os especialistas. Não tinha como intenção fazer uma etnografia sobre os especialistas, mas com a abertura do campo para a pesquisa junto às ações da Cruz Vermelha, como seus cursos, possibilitou uma mirada sobre o que o evento produziu. E eu percebia que o incêndio havia produzido profissionais e voluntários como especialistas no tema. Com a participação no curso de formação em apoio psicossocial pude

perceber que a própria realização do curso se devia ao evento Kiss. De todo modo, o conteúdo do curso foi analisado para melhor entender a intervenção humanitária e seu papel na conformação do evento Kiss como traumático.

Junto a essa pesquisa desenvolvida por três dias de imersão em campo no referido curso, também me aproximei das audiências judiciais que passavam pela fase de escuta dos sobreviventes. Como muitos familiares se faziam presentes e era para mim importante escutar diversas narrativas sobre o que aconteceu, vi aquele espaço como um lugar para aprender mais sobre as experiências dos meus interlocutores. Também foi possível ver interações entre familiares e agentes judiciários. Era um modo de aproximação, sem fazer perguntas, como combinado pela psicóloga Verônica que teve seu parecer legitimado pelo presidente da associação. Nesse um ano desenvolvi também uma pesquisa sobre a elaboração da causapública e como o conflito com a prefeitura, um conflito público, vinha se desenhando. Assim, acabei por direcionar a pesquisa, mesmo após estar liberada para fazer entrevistas, para o entendimento das categorias e repertórios de ação do movimento Santa Maria do Luto à Luta em sua causa pública contra a prefeitura, e logo após, contra o Ministério Público Estadual de Santa Maria também.

O movimento Santa Maria do Luto à Luta promovia atos públicos rotineiros, portanto, era um grupo que eu poderia acompanhar enquanto pesquisadora sem que, nesse momento, fosse necessário entrevistar familiares ainda muito abatidos pelo evento tão recente. Desse modo os acompanhei, mantendo certa distância, por diversos momentos durante um ano. Até me aproximar dos familiares e colocar em prática outra metodologia. A partir de então estive com o movimento em muitas manifestações, vigílias, compartilhando conversas e experiências.

O campo se abriu para uma nova abordagem e interlocutores após um ano da pesquisa. Esse pedido figura como dado de pesquisa na medida em que a psicóloga, referência para a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), pediu que esperasse um ano justamente pela preocupação que os familiares através das perguntas que eu pudesse vir a fazer revivessem a perda. Seria necessário antes fechar o ciclo, fechamento que, segundo Verônica, se daria no aniversário de um ano do incêndio. Seu argumento é de que eles teriam vivido ali todas

as datas importantes sem os filhos e ao amanhecer o dia 27 de janeiro concretizariam a perda, ao perceber que os filhos não voltariam.

Após começar a conviver de forma mais próxima com os familiares de vítimas do incêndio na boate Kiss e acompanhar a sua luta no espaço público, e de conversas com gestores, psicólogos, pesquisadores outras questões foram ficando mais evidentes. A experiência na Argentina teve esse papel no desenvolvimento da tese, ela deixou claro o quanto havia um receio no Brasil em falar de TEPT, enquanto em Buenos Aires os familiares se auto declaram como portadores de um trauma. Com a influência dos diálogos no campo de estudos das vítimas a questão de como o evento era produzido enquanto traumático ou gerador de traumas passou a ser o fio condutor. Esse interesse se deu pela conformação de uma série de características, elementos que são parte da constituição do evento enquanto traumático. Ao buscar pelas diferentes frentes e agentes dessa produção no evento Kiss encontrei a ideia de que por si só o evento é traumático, mas o TEPT pode ser prevenido se aplicadas técnicas e protocolos legitimados pela sua circulação internacional.

## 1.6 MARCO TEÓRICO

Primeiramente eu gostaria de assinalar alguns pressupostos de pesquisa que foram construídos a partir tanto da leitura de produções na área de antropologia acerca do tema da produção das vítimas como figuras político-morais, quanto dos estudos produzidos a partir da relação de movimentos que acionam a figura da vítima para demandar políticas e direitos, em sua relação com o Estado. Desse modo, proponho retomar autores que já se dedicaram ao tema e também àqueles que a partir de outras questões de pesquisa acabam por contribuir muito para a análise dos fenômenos do humanitarismo, da formação de políticas públicas e da criação de movimentos e formas de intervenção que possuem suas peculiaridades locais.

### 1.6.1 A produção do evento traumático e da vítima

Primeiramente, entendo que um evento por si só não gera vítimas, nem mesmo desperta compaixão ou reclames de justiça. A partir de uma perspectiva moral, o

evento não se torna automaticamente uma tragédia ou um massacre. Inspirada em Zenobi (2014) e seus estudos sobre os movimentos de vítimas do incêndio e a política de subsídios criada após o incêndio na casa de shows portenha República Cromañón, que vitimou 194 e deixou um número de mais de 3000 sobreviventes. Ao ler os escritos de Zenobi (2014) percebo o quanto os relatos de familiares de vítimas sobre a vivência dos dias circundantes ao incêndio se aproximam no que diz respeito ao desespero sentido pelos familiares na busca pelos filhos ainda com vida. No entanto, no aprofundamento do texto e do campo em Santa Maria, ficam visíveis diferenças relacionadas aos direitos atingidos e criados, assim como o desenvolvimento das causas penais até o fim do período de pesquisa.

Zenobi (2014) considera que o significado trágico do evento foi se configurando por diversas leituras públicas da morte em massa, na qual um acréscimo de sentido foi o fato de ter ocorrido a jovens, o que se repete em Santa Maria. Por outro lado, as responsabilidades criminais atribuídas a diferentes personagens no âmbito judiciário não são as mesmas. Por mais que os familiares de vítimas da Kiss tentem uma condenação ou mesmo um julgamento oficial dos agentes públicos, isso não ocorreu até o fim do período de inserção em campo. Em contrapartida na Argentina agentes públicos foram julgados e o prefeito de Buenos Aires afastado da vida política por dez anos. No Brasil, o prefeito de Santa Maria à época do incêndio na Kiss veio posteriormente ocupar o cargo de Secretário Estadual de Segurança Pública. Ainda assim, os familiares de vítimas de Cromañón não consideram que a justiça tenha sido feita. Para alguns de meus interlocutores do Brasil a justiça foi feita na Argentina, mas não em Santa Maria.

Um dos desenvolvimentos das questões principais da tese é justamente pensar como se dá a introdução da linguagem do trauma e também sua apropriação por parte de agentes específicos. Zenobi (2017) demonstra como, para os familiares de vítimas argentinos, se apresentar publicamente como alguém com um trauma ou até mesmo com Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT) é uma forma de legitimar sua causa. Nesse sentido, a categoria diagnóstica de Transtorno de Estresse Pós Traumático circula como um modo das vítimas se identificarem e validarem suas reivindicações. Ademais, a construção do evento enquanto um desastre, tragédia ou

massacre faz parte de uma construção moral sobre o evento que, como Zenobi alerta, se dá através de um esforço coletivo e contribui para a conformação das mortes como traumáticas. A ideia de que a morte dos jovens é uma inversão da "ordem natural da vida", está presente em ambos os contextos com os quais dialogo.

No contexto da atuação dos profissionais especialistas em vítimas na Argentina, Zenobi (2017) analisa a permeabilidade das relações entre vítimas e Estado ou ainda, entre sociedade civil e Estado:

Contra algunas miradas romantizadas centradas en las luchas y las resistencias que plantean las víctimas en el mundo contemporáneo, este tipo de procesos cruzados nos muestran que a nivel analítico debemos evitar tomar como puntos de partida dicotomías como aquella que opone Estado y sociedad civil. (ZENOBI, 2017, p. 26)

No artigo, o autor mostra como especialistas do trauma, psicólogos e psiquiatras que atenderam os parentes de vítimas logo após o incêndio enquanto representantes do Estado, também são as pessoas que atestam, quase que "contra o Estado", a realidade do trauma na vida dessas pessoas quando de eventos para denunciar a "espera" pela "justiça". Isso é " (...) desde la atención clínica los especialistas de la salud mental contribuyeron a validar la condición de víctimas frente a las instancias burocráticas del Estado (...)" (ZENOBI, 2017, p. 17).

Zenobi ainda chama a atenção para a consideração de que Young (1995) "(...) señala que el trastorno por estrés postraumático es un tipo de desorden mental vinculado con el tiempo ya que la memoria pasada puede hacerse presente frente a ciertos estímulos que la convoquen" (2017, p. 16). O antropólogo se preocupa com a questão de porque o tempo se torna relevante em assuntos práticos da vida cotidiana. Durante a pesquisa que empreendi em Buenos Aires junto com Diego Zenobi e Camila Gonçalves foi possível perceber que a preocupação com a re-traumatização se tornou um dos argumentos da abertura de um serviço de saúde mental no âmbito do Estado. Isso ocorreu oito anos após a ocorrência do incêndio. No Brasil, junto aos familiares de vítimas da Kiss, o tempo também se torna uma questão importante, ainda que significado de outras maneiras.

Zenobi (2017) aponta para a argumentação dos especialistas psi em uma coletiva de imprensa organizada pelos familiares de vítima que serviu para denunciar a *espera* pelo julgamento. Eles entendem assim como os familiares das vítimas de Cromañón que a espera por justiça não permite que se realize adequadamente o luto. Na época os familiares vítimas do incêndio na boate portenha estavam sofrendo pressão para que o santuário<sup>7</sup>, que está localizado na rua em frente a boate, fosse deslocado e a rua aberta. O argumento dos familiares de vítimas era de que o processo de luto não estava finalizado e que só após o julgamento seria adequado liberar a rua que fica na região central de Buenos Aires. Após o julgamento que não correspondeu às expectativas de justiça dos familiares, estes se negaram a retirar o santuário com o argumento de que a falta de justiça nas condenações e absolvições não os permitia concluir o processo de luto. Com essa retomada quero chamar a atenção para o modo como o trauma é interpretado e apropriado na vida cotidiana da luta dos familiares de vítimas em um caso específico.

Na direção do entendimento da produção da vítima diversos pesquisadores (SARTI, 2011; FASSIN e RECHTMAN, 2009; CHAUMONT, 2000) têm apontado que nas últimas décadas ocorreu uma valorização e posituação do lugar da vítima como espaço para dar visibilidade ao sofrimento e para a produção de um sujeito de direitos. Esse lugar teve nas últimas décadas um desenvolvimento que o direcionou para uma experiência de concorrência pelo seu status, como aponta Jean-Michel Chaumont (CHAUMONT, 2000). O estatuto de vítima passou a se tornar invejável. Claramente isso não acontece apenas pela possibilidade de reparação, mas por um reconhecimento social do sofrimento passado. Chaumont (2000) aponta que judeus exilados e sobreviventes fizeram uma empreitada em busca de reconhecimento, o que não ocorreu logo após a segunda guerra mundial. Nos primeiros vinte anos os sobreviventes eram vistos de maneira negativa, pois eram visto como tendo feito coisas indignas para sobreviver. No entanto com o passar dos anos conseguiram ser reconhecidos como vítimas através da construção de uma “singularidade” da experiência judaica no holocausto.

---

<sup>7</sup> Nome dado ao espaço localizado próximo à boate Republica Cromañón no qual após o incêndio homenagens às vítimas, assim fotos e objetos dos mesmos passaram a ser depositados ali e tornou-se um espaço de homenagens.

Ainda nesse sentido, Vecchioli (2013) em trabalho sobre a conformação da lista de vítimas de terrorismo de estado na Argentina durante a ditadura, enfocando os “processos de formalización y objetivación” dessa categoria, afirma:

(...) la identificación de un individuo como víctima no es el resultado automático de la aplicación de criterios meramente jurídicos y/o técnico-administrativos, sino que tal reconocimiento es parte de un proceso social más amplio a través del cual diferentes categorías sociales —entre ellas la categoría víctima del terrorismo de Estado— son socialmente construidas, redefinidas y discutidas por diversos agentes y grupos para dar cuenta del pasado político reciente de la Argentina (VECCHIOLI, 2013, p. 5).

A antropóloga argentina situa que a nomeação enquanto vítima depende de um campo de forças históricas e sociais. Interessa para nossa discussão que nem a vítima, nem a ideia de evento traumático são processos naturais.

#### 1.6.2 O trauma e o humanitarismo em perspectiva

Para Fassin (2014) a questão do trauma não deve ser pensada apenas através da instauração de uma categoria psiquiátrica, mas em termos morais. Pois, é através do trauma (enquanto metáfora e categoria psiquiátrica) que a vítima passa a ser reconhecida. Dessa forma, ao longo do século XX a vítima se desloca do lugar de suspeição para ocupar um lugar de reconhecimento que é proporcionado pela categoria de trauma. Os acidentados no trabalho aparecem como agentes em suspeita durante o século XX. Foi com a assunção do trauma e da delimitação do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em 1980 que a vítima passa a ser reconhecida. Portanto, a vítima passou de “signo da infâmia” para “fonte de reconhecimento” (Fassin, 2014, p. 169) e o nascimento da categoria de TEPT é resultado não só de uma descoberta psiquiátrica, mas principalmente de uma cruzada moral em prol das vítimas, numa aliança entre veteranos de guerra, feministas e psiquiatras.

Fassin (2014) argumenta que tal reconhecimento se dá mais por meio da mobilização política do que pela categoria psiquiátrica, visto que nos exemplos que ele fornece de Toulouse, dos Médicos Sem Fronteiras no Afeganistão, e os pedidos de ajuda de imigrantes, a invocação do trauma é usada para fazer valer direitos. Ela tem

um uso político, portanto. Dessa forma, o trauma teve a função moral de legitimar a vítima. No entanto, as vítimas não se reduzem ao trauma, elas entendem o trauma como um modo de acesso ao espaço público, através de suas reivindicações de direitos mediadas ou não pelo testemunho de entidades como Médicos Sem Fronteiras. Moral e política se reconfiguram através da vítima, isto é, “Quand la psychiatrie entre en scène, la morale ne disparaît donc pas plus que la politique ne s’efface lorsque se déploie la morale” (FASSIN, 2014, p. 180)

Fassin (2007) considera a questão da ação humanitária como constitutiva de uma das formas paradigmáticas das políticas da vida e introdutora da dialética entre vidas a salvar e vidas a arriscar. As “políticas da vida” diferem da biopolítica foucaultiana (definida como “regulação da população”) na medida em que não apenas se relacionam com as tecnologias de poder e com a forma pela qual as populações são governadas; em vez disso, as políticas da vida se vinculam à avaliação dos seres humanos e do significado de sua existência. A intervenção humanitária é uma biopolítica na medida em que define e gerencia campos de refugiados, em que desenvolve ferramentas estatísticas para medir a desnutrição, etc. Mas a intervenção humanitária é também uma política da vida na medida em que seu objeto é a economia dos indivíduos (salvação). Isso pressupõe não só arriscar os outros, senão fazer uma seleção das existências passíveis de ou legítimas para salvamento. A questão que interessa à antropologia da moral envolvida nesta questão é “que tipo de vida é implícita ou explicitamente levada em conta na política de trabalho da intervenção humanitária?”.

Ao lançar luz sobre o significado profundo da política humanitária da vida, bem como sobre a aporia que dela resulta, Fassin (2007) examina essa experiência de modo a aportar em lições mais abrangentes. Ele entrevê uma fusão entre política e humanitarismo, indicada pela humanitarização da gestão das crises internacionais (a legitimidade das intervenções se desloca da esfera legal pra esfera moral) e uma politização do campo não-governamental humanitário. As políticas humanitárias da vida baseiam-se em um ponto de vista entrincheirado em favor do "lado das vítimas." No entanto, esse processo essencializa as vítimas: “(...) contra a densidade de suas biografias e da complexidade da história, ele desenha uma figura a que a

ajuda humanitária é dirigida” (FASSIN, 2007, p. 512). Tal construção se faz necessária para justificar o humanitarismo. A ordem mundial, que supõe, é composta por poderosos e por fracos. A ação humanitária tem lugar no espaço entre os dois, ao ser implantada entre os fracos e denunciar os abusos dos poderosos (2007, p. 512). As entidades humanitárias pretendem se colocar entre os países pobres e os ricos para romper fronteiras, pois reconhecem a existência de vítimas em ambos os lados.

Para Fassin e Rechtman (2009) a realidade do trauma como uma questão política é revelador de mudanças que se estenderam para além do contexto francês. Os autores estão se referindo ao surgimento da categoria de trauma como um importante significante da nossa época (ibídem, p. XX). Apontam que tanto a noção psiquiátrica de trauma (um choque psicológico) e a disseminada pela mídia (drama social) produz no discurso uma mudança de um sentido para o outro dentro de uma mesma passagem, sem marcar a distinção. Resulta daí a interpretação dos autores de que a ideia de trauma se tornou um lugar comum no mundo contemporâneo, uma verdade compartilhada (ibídem, p. 2). Nesse sentido, alertam que quando há um evento considerado traumático ninguém questiona mais a necessidade de ajuda psicológica, como aconteceu em Santa Maria. A realidade do trauma não é questionada.

Em Santa Maria, o “Acolhe Saúde” serviço de “apoio psicossocial” foi criado pela prefeitura três meses após o incêndio. No entanto, no dia mesmo da ocorrência do desastre foi criado o serviço 24 horas de apoio psicossocial com voluntários, que veio a gerar esta política municipal. Nesse contexto considero que o Estado, através da elaboração do incêndio na boate Kiss como traumático, reconhece os atingidos como vítimas e é no âmbito da atenção básica que se dá sua atuação junto aos familiares de vítimas da Kiss. É através do reconhecimento da vítima pela categoria de trauma, a qual ainda que seja relativizada é embasada em protocolos e formas de atendimento pré-estabelecidas. Mesmo que se fale em “potencial trauma”, a ideia de “luto normal” está permeada pela ideia de trauma, e o evento é entendido como traumático por si só.

Segundo Gatti (2016), há mais ou menos um par de décadas somente mereciam o substantivo de vítima, aqueles que tinham sofrido violências transcendentais, por

exemplo, genocídio, mortos pela violência do Estado, desastres, entre outros (Gatti, 2016, p. 117). Para ele hoje as vítimas são ordinárias. Gatti ressalta essa característica para enfatizar que atualmente concorrem ao status de vítimas não somente vítimas de fatos considerados excessivos. As causas de ingresso ao que ele chama de “novo espaço das vítimas” se pluralizam. Trata-se de um processo no qual as vítimas de eventos transcendentais se mesclam com outros que o autor considera próprios da vida cotidiana como acidentes domésticos, vulnerabilidade social, problemas bancários, etc.

Fassin e Rechtman chamam a atenção para a “banalização do trauma” (2009, p. 18) resultante de sua universalização. Nesta versão escalas de violência são apagadas mas também sua história, de modo que não apaga a diferença entre sobreviventes de diferentes violências. É nesta direção que os autores afirmam que atualmente estaria amplamente difundida a ideia de que o trauma permite às pessoas que sofrem compartilharem um destino comum da humanidade sofredora, sem distinguir as vítimas com base no tipo de acontecimento doloroso que experienciaram (Fassin e Rechtman, 2009, p. 39).

Entretanto, o TEPT por validar a palavra da vítima e atestar a violência a que foram expostos (FASSIN, 2014, p. 167) não resulta necessariamente que as vítimas estejam se colocando num lugar de vitimização, mas sim demonstra a “inteligência social das vítimas”. Nesse sentido, o “império do traumatismo” atesta formas de subjetivação sem deixar de lado a agência das vítimas:

Para Fassin, ao mesmo tempo em que conforma uma forma de verificação, o trauma torna-se um recurso na mobilização de direitos. Esse é um aspecto fundamental, na medida em que se evidencia uma dimensão original em relação à obra foucaultiana, ao associar as interrogações sobre as formas de subjetivação com a densidade e inventividade da perspectiva e da experiência dos atores sociais como parte da analítica empregada. (Schuch, 2016, p. 8)

Gatti (2016) referenciando Chaumont no seu estudo sobre as vítimas do holocausto afirma que há uma concorrência para aceder ao status de vítima, pois esta faz com que o sujeito saia da invisibilidade social e coletiva outorgando reconhecimento. Gatti (ibidem) afirma que a condição de vítima se constitui como um dos catalisadores mais intensos da solidariedade hoje. Já para Sarti (2014) a vítima

aparece como uma forma de dar visibilidade ao sofrimento e como um modo de acesso à direitos e legitimação desse sofrimento. O reconhecimento da vítima e de seus pleitos por direitos não é dissociado dos aparatos institucionais para expressão do sofrimento (SARTI, 2014, p. 81).

### 1.6.3 A causa, a sociedade civil e o Estado

A causa pública dos familiares coloca o sofrimento e o luto no espaço público. Em estudo atual sobre espiritualidade entre familiares de vítimas da Kiss Peixoto, Borges e Siqueira (2016) afirmam que o caso da Tragédia de Santa Maria rompe com a lógica do luto privado. As antropólogas alertam para uma intensa comoção na cidade nos primeiros meses e uma percepção por parte dos familiares de um distanciamento posterior da população e por vezes da própria família (2016: 74). Nesse sentido, a Vigília realizada em uma praça central da cidade de Santa Maria se tornou um lugar onde os familiares “procuravam um espaço de compreensão e aceitação do sentimento de luto” construindo um elo que é baseado na espiritualidade e na interpretação de sinais místicos (ibídem: 75).

Como nos mostra Elias (2001) o sofrimento e a morte transformados pelo processo civilizador restam individualizados e limitados ao leito do hospital. Esta forma de morrer, solitária, deve-se a um estilo de vida moderno, também solitário. A morte, como Elias ressalta e como observado por Menezes (2004), “não é terrível, passa-se ao sono e o mundo desaparece, mas o que pode ser terrível na atualidade é a dor dos moribundos, bem como a perda de uma pessoa querida sofrida pelos vivos” (ELIAS Apud MENEZES, 2004, p. 1). Essa dor da perda atualmente motiva causas públicas que envolvem como modo de ação o sofrimento. Desse modo o sofrimento, como tem sido observado por outros pesquisadores (ARAÚJO, 2007; 2012; 2014; AROSI; 2013; PEIXOTO, BORGES e SIQUEIRA, 2016; VIANNA, 2012) acaba se tornando uma categoria acionada como modo de ação para os movimentos de familiares de vítimas colocando em questão a divisão entre público e privado.

Para a análise da construção das causas públicas recorro a Boltanski (2000) para ter uma visão ampla de como as categorias e repertórios de ação são acionados.

Como nos ensina Boltanski (2000) o denunciante deve mobilizar a população em prol de sua causa —um número indefinido, mas necessariamente elevado de pessoas, utilizando-se de abstrações como “por todos” ou “por todos homens de bem” como argumento engrandecedor para a justiça de sua causa—. Busca-se assim o processo de transição de passagem do “caso particular” ao “interesse universal” (ibidem, p. 238).

Apesar da universalização do trauma é necessário levar em conta o contexto não só de sua produção, mas de seu uso, atentando para as características locais e para os diversos atravessamentos de saberes que produzem uma interpretação sobre o trauma. Portanto, apesar do movimento de expansão do lugar social de vítima e de sua massificação como aponta Gatti (2016) tem sido percebido, no Brasil, o que diversos estudos têm alertado, a existência de uma “hierarquização do sofrimento” (ARAÚJO, 2012; 2007; AROSI, 2013; VIANNA, 2014) que se refere a uma prática discursiva e classificatória que hierarquiza sofrimentos. No campo junto aos familiares de vítimas do incêndio na boate Kiss, presenciei uma situação na qual uma mãe afirmava que só baixaria “a cabeça para quem perdeu os dois filhos” apontando para extratos de sofrimento em disputa.

Vianna (2014) também aponta para como as mortes ocorridas por responsabilidade do Estado (por instituições ou policiais) produzem as mães de vítimas como agentes políticos importantes. Na medida em que essas mortes estão marcadas pela desimportância social, a mãe é aquela que atesta a biografia do filho e atua no sentido de demonstrar que foi uma vítima. Araújo (2012) ressalta a hierarquização entre morte com corpo e desaparecimento observando a operação que resulta na ideia de que o “luto inconcluso” ou a morte sem corpo é a que causa maior sofrimento.

Interessa neste momento retomar a reflexão de Zenobi (2007) que conclui que os especialistas psi que atestam, como Estado, a condição de vítima do incêndio em Cromañón são os mesmos que junto ao movimento de vítimas irão atestar, contra o Estado, a condição de traumatizados. Desse modo, eles estão servindo de legitimação do trauma tanto para o Estado, como para o movimento que quer denunciar a “espera” para o julgamento. Nesse sentido, os especialistas atestam o trauma como peritos devido a uma exigência de comprovação do Estado, mas também atuam como especialistas que enunciam a verdade sobre a dor dos familiares de vítimas. A

diferença aqui entre especialistas e peritos, é que um especialista pode publicamente através de sua fala legitimar o trauma dos familiares de vítimas. Um especialista atuando enquanto perito vai emitir laudos embasados em perícias psicológicas e psiquiátricas que irão servir para dar acesso às políticas de subsídio para os sobreviventes.

A proposta é não olhar o Estado como uma entidade monolítica ou fixa, como nos chama atenção Trouillot (2001), e segundo esse autor, refletir sobre organizações que são da sociedade civil, mas atuam com efeitos de Estado (TROUILLOT, 2001). Nesse sentido e em consonância com Latte (2008), quando esta fala sobre as organizações de ajuda humanitária e sua relação com a oposição Estado/Sociedade Civil, há uma porosidade destas parcerias:

Elles figurent en effet parmi ces 'impossibles' de l'action publique qu'évoquent Pierre Lascoumes et Jean-Pierre Le Bourhis: des domaines faiblement dotés en hommes et en ressources, toujours en peine pour se voir reconnaître un 'territoire' propre, dont la professionnalisation des agents spécialisés demeure partielle et incomplète, où l'opposition, habituellement durcie, entre Etat et 'société civile', entre actions publiques et initiatives privées, s'avère durablement poreuse (notamment parce que les premières s'appuient sur l'initiation, l'agrégation et la labellisation des secondes). (LATTE, 2008, p. 60)

Na antropologia brasileira temos uma vasta produção sobre antropologia do Estado, mas neste momento, gostaria de completar meu argumento com Souza Lima (2012) que propõe olhar o Estado a partir de uma perspectiva de pensar as ações de governo, ou mesmo, aquilo que chamo de políticas públicas. Nesse contexto, pensar em ações de governo como processos dinâmicos e inconclusos vem a contribuir para a construção de uma noção fluida de Estado. Souza Lima (2012) coloca em evidência sua defesa de uma teoria etnográfica do Estado, para seguir a direção contrária daqueles que creem que o Estado está dado. O autor ainda enfatiza importância de valorizar as dimensões de processo, fluxos e performances ao analisar o Estado, ou melhor, os processos de formação do Estado através das ações de governo. Tais dimensões ficam evidentes através de ações do cotidiano que são rotinizadas e possuem disposições profundamente incorporadas (SOUZA LIMA, 2012, p. 561). A proposta é fugir do institucionalismo:

Esse fazer Estado (...) entendido aqui como constante, resultando em formas que não são definitivas, em processos de objetificação e de subjetivação que operam construindo e desconstruindo realidades no plano da vida diária, adquirindo a dimensão de automatismos, oriundos ou não de imposições emanadas de um corpo administrativo apoiado em leis e normas (SOUZA LIMA, 2012, p. 561).

Enfim, esses processos que produzem o Estado são múltiplos. Nesta tese, o Estado está em perspectiva através da forma como ele é pensado e julgado, numa dimensão moralizante, pelos meus informantes de pesquisa. De outro lado, as políticas públicas instituídas são parte da analítica proposta, visto que é dessa forma que o Estado consegue atuar junto aos familiares de vítimas da Kiss.

Após essa introdução que já desenvolve algumas das problemáticas as quais me proponho ao longo da tese, relembro de nossas questões principais: como um incêndio se torna um desastre? Como um desastre se torna um evento traumático? E por último, o que isso nos fala sobre a experiência da Kiss em Santa Maria para familiares, voluntários e profissionais que ainda hoje lidam com a atualidade do tema em suas vidas cotidianas.

## 1.7 SUMÁRIO DESCRITIVO DOS CAPÍTULOS DA TESE

No capítulo “**Modos de Produção Social de um Evento Traumático: o caso da boate Kiss**” abordo os modos de gestão do desastre a partir de diversas instituições e de suas narrativas sobre os conseguintes trabalhos durante o evento. As fontes de pesquisa são matérias jornalísticas, entrevistas com voluntários, protocolos, livros e informes escritos sobre a atuação no dia do desastre. A proposta do capítulo é olhar para práticas associadas à ideia de emergência - ocasionada pelo desastre - um período de tempo regido por regras excepcionais dirigidas a contextos de extrapolação do potencial do Estado de dar conta das demandas exigidas pela situação. Discuto sobre a atuação de entidades humanitárias que convocadas pelo Estado e atuando junto ao ele demonstram limites difíceis de distinguir quando do decretamento de uma situação de emergência na qual saberes, poderes e lugares de autoridade são substituídos por outros. Com isso quero dizer que instituições com expertise em desastres acabam por assumir um papel fundamental e a surtir efeitos de Estado

(TROUILLOT, 2001). Desse modo tematizo o modo como decretar estado de emergência no município delimita a instauração de uma outra ordem, no qual, tanto as finanças de governo e os modos de geri-las se modificam para facilitar os trâmites burocráticos. Essa declaração por parte do Estado também sinaliza a instituições humanitárias e outras que há necessidade de ajuda. Essa nova ordem que não está fora da legalidade nem muito menos à margem, pois é uma ordem excepcional conceituada e definida dentro dos limites da legalidade do Estado.

No capítulo **“A Cruz Vermelha de Santa Maria/RS depois do incêndio na boate Kiss”** tematizo o que se produziu a nível local em termos de tecnologias psicossociais após o desastre em uma análise do primeiro curso de apoiadores psicossociais organizado pela CVBSM. Também levo em consideração a atuação dessa organização nas cerimônias de homenagem e protesto realizadas pelos familiares de vítimas. Interessa que se legitima uma série de técnicas e a produção de um grupo de apoiadores o qual esteve presente nessas cerimônias. Minha principal informante da organização após o desastre tornou-se uma especialista reconhecida no assunto. Comparo neste capítulo as noções que circundam a formação para socorristas e para apoiadores psicossociais. Essa análise é bastante datada, os dados são do primeiro ano de pesquisa, 2013-2014, mas ao final do capítulo trago alguns dados atualizados para refletir sobre a atuação da entidade.

No capítulo **“Ativismo de Vítimas no Contexto Pós ‘Tragédia de Santa Maria’”** escrevo sobre os movimentos sociais de vítimas criados após o desastre. Coloco especial enfoque no Movimento Santa Maria do Luto à Luta que é considerado o movimento que faz cobranças mais incisivas quanto às questões concernente à justiça. Desse modo analiso a construção da denúncia pública (Boltanski, 2000), que no caso deste movimento foi construída com base em acusações legais e morais a agentes públicos. Esse conflito se espalha e se cristaliza no Ministério Público Estadual de Santa Maria quando esse não abre investigações ou mesmo não denuncia agentes públicos como responsáveis pelo acontecido, logo não viram objeto de processo criminal e nem mesmo administrativo.

Para entender a construção da causa analiso as formas de construção da visibilidade e da legitimidade assim como os modos de enunciar o sofrimento.

Considero que é na causa desenhada em conflito com o MP-RS que os familiares elaboram uma denúncia que a medida que o contexto se altera vai seguindo outros rumos. Os familiares ao acusar o MP-RS de responsabilidade pelo incêndio na Kiss são processados por promotores de justiça de Santa Maria por calúnia. Analiso esse conflito até meados de 2016 quando finalizei meu trabalho de campo junto aos familiares e voluntários. Interessa, em particular, nesse conflito o modo como se enuncia o sofrimento e as argumentações morais que são elaboradas de modo a veicular concepções morais sobre o conflito, as instituições, a política e, principalmente, sobre seus lugares enquanto vítimas ou réus. Não se trata de perceber tais argumentações como baseadas em uma lógica de interesses ocultos, mas de refletir sobre que bases morais os argumentos usados na disputa estão sendo subsidiados.

No último capítulo "**Intervenções em saúde mental frente à incêndios com múltiplas mortes no Brasil e na Argentina**" coloco em perspectiva os capítulos anteriores a partir da experiência Argentina. Para tanto me utilizarei de bibliografias argentinas sobre o tema e de uma série de duas das oito entrevistas com psicólogos e psiquiatras que atuaram no atendimento aos sobreviventes e familiares de vítimas. A ideia é poder olhar para as duas experiências e pontuar diferenças, aproximações e contextos. O modo como se produziu o campo da psicologia na Argentina aponta para um modo de atuar junto aos familiares diferenciado do aplicado em Santa Maria. A questão do trauma será central neste capítulo, na medida em que sua produção e vivência se dá de modo distinto, apesar das semelhanças no tipo de evento, o que aponta para o argumento central da tese: a produção de um evento traumático como um fato moral e político.

## 2 MODOS DE PRODUÇÃO DE UM EVENTO TRAUMÁTICO: o caso da boate Kiss

Although nonstate institutions may be significant in some biopolitical regimes, different bureaus, branches, and levels of the state have to be seen as important actors in the formation of any biopolitical regime. (GUPTA, 2012, p. 42)

O evento Kiss envolveu agentes diversos, estatais e não estatais, assim como centenas de voluntários desenvolvendo ações de contenção das consequências do incêndio e articulando modos de gestão. Tal evento se mostra como um fenômeno muito rico para analisar, não somente aquelas questões que os estudiosos das vítimas têm ressaltado, como a analítica do sofrimento no espaço público, mas outras questões, como o impacto que o sofrimento produz.

Na primeira parte do capítulo analiso documentos como formulários, leis, manuais e decretos relacionados à declaração de situação de emergência e os modos de conceituar desastre. Dedico-me então à exploração dos elementos levados em jogo para essa produção. Na segunda parte do capítulo analiso como além de desastre o incêndio passa a ser considerado um evento traumático. Não se trata de uma substituição, mas de conceitos e categorias que são articulados em narrativas específicas. Frente à esses campos múltiplos tenho como fontes de dados dessa análise entrevistas e documentos.

A questão do capítulo é compreender como foi interpretado o evento e que ações foram desenvolvidas num primeiro tempo pós-desastre. Entretanto esse primeiro tempo, definidos como emergência e/ou crise pelos interlocutores, não é fixo nem facilmente definível, sendo definido e redefinido de acordo com o contexto no qual os agentes atuam. Trago à tona algumas implicações que a noção de crise e emergência ocasionam ao universo delimitado. Isto posto, em média, resultaria entre noventa e cento e vinte dias após o incêndio como esse tempo de intervenções específicas pensadas para conter os danos mais emergenciais criados pelo evento.

Parto do pressuposto que um incêndio não se torna um desastre por si só, nem mesmo um evento considerado traumático. Caso o incêndio não envolvesse mortes ele

não seria nem considerado um desastre, nem implicaria esse tipo de intervenção estatal que será descrito no capítulo. Seria apenas um incêndio.

Em nível estatal, a Defesa Civil aparece no campo como um órgão muito importante para caracterizar o evento enquanto um desastre e acionar um dispositivo chamado “situação de emergência”. Essa instituição existe nos três níveis, sendo no nível federal, o Ministério do Interior o responsável. Desde já alerto que não vou analisar os dados do preenchimento dos formulários apresentados produzidos sobre a Kiss. Não tive acesso a esse tipo de documento. Muito foi produzido sobre a Kiss e essa parte da pesquisa foi realizado mais ao final das inserções de campo, desse modo vários profissionais não estavam mais desempenhando as mesmas funções para que eu tivesse acesso aos documentos.

Entretanto, para a construção do argumento do capítulo vou levar em conta as categorias presentes nos formulários da Defesa Civil para reconhecimento da situação de emergência com vistas a pensar o que é analisado para definir um desastre. Conjuntamente, apresento alguns dados provenientes de entrevistas que podem tornar esse universo mais habitado e possibilitar uma melhor compreensão de como os interlocutores narram suas experiências com a contenção de danos do incêndio.

Para o desenvolvimento do capítulo se torna muito importante as noções veiculadas de emergência e crise. Tratam-se de conceitos que estão sendo articulados nas narrativas dos profissionais voluntários sobre o evento recorrentemente. Alerto aqui para o fato de que voluntários também atuavam através da coordenação de um conjunto de instituições unidas no chamado gabinete de crise, e posterior gabinete de atenção<sup>8</sup>. Desse modo, diversos órgãos estatais, duas organizações humanitárias,

---

<sup>8</sup> O gabinete de crise refere-se ao grupo formado através da ferramenta de gestão de desastres chamado de Sistema de Comando de Operações. O objetivo do SCO é uma gestão partilhada entre diferentes instituições vocacionadas a atuar no cenário de desastres. Segundo Verônica e Coronel Francisco, a primeira ligada à ajuda humanitária e o segundo era responsável pela regional da Defesa Civil localizada em Santa Maria, não houve uma figura de coordenação visto que o SCO garantiria a participação de todos na decisão. No incêndio na boate Kiss fizeram parte do gabinete de crise diversas organizações e setores governamentais, entre eles, a Defesa Civil, os Bombeiros, as Polícias civil e Militar, o Exército e a Base Aérea Militar da cidade, a Cruz Vermelha Local, a Força Nacional do SUS, secretarias e ministério da Saúde. Com o argumento que após os velórios o tempo de “crise” teria passado, após dois dias a contar do dia 27, tornou-se gabinete de atenção, algumas entidades não compunham mais essa segunda iniciativa (que ocorre como continuidade da primeira) que atuou após o término dos velórios, foram geridos, por exemplo, a continuidade do transporte de sobreviventes para hospitais especializados e a gestão das doações.

entre outras coordenaram as operações acompanhados por ministros, governadores e até mesmo pela presidenta Dilma, à época. Frente à essa composição fica difícil dizer que somente o Estado geriu as ações. Nesse sentido, responsabilidades são definidas e redefinidas de acordo com a interação dessas diversas agências e níveis. O incêndio na boate Kiss possibilitou uma nova configuração dos diversos níveis do Estado e de outras agências que nenhum outro evento no Brasil envolveu antes.

Em outra direção, no contexto da declaração de situação de emergência, como ocorreu em Santa Maria, uma série de novas regras fiscais e formas de gestão estão em jogo. Nenhuma delas numa situação de margem do Estado ou na ilegalidade. Na situação de emergência, o Estado se flexibiliza para o atendimento de uma demanda que, subentende-se, precisa agilizar seus processos. É uma exceção de Estado que parte da concepção de que o tempo é escasso e que é necessário tornar os processos menos burocráticos para atender a situações que, conceitualmente, extrapolam a capacidade de atenção do Estado.

No entanto não são apenas as regras fiscais e burocráticas que mudam, mas a quem caberiam as responsabilidades. Frente ao desastre e a crise instalada, aos olhos dos interlocutores, novos modos de gerir e estratégias de atenção em saúde são colocadas em jogo. As situações de desastre permitem que saberes específicos desenvolvidos pelas próprias instituições ou por organizações internacionais sejam levadas em conta como os corretos a serem aplicados. Tal modo de atuação visa fazer com que a normalidade seja restabelecida. Essas ações e suspensões estão mais voltadas a como administrar um desastre, fazendo com que a “comunidade” se reorganize e volte a cotidianidade.

A situação de emergência prevê legalmente um período no qual a vida social da cidade é afetada, gerando inconvenientes e perigos para a população. A decretação de situação de emergência por um município e seu posterior reconhecimento pelos outros entes federativos é uma possibilidade comum aos mais variados tipos de desastres. É um procedimento padrão atravessado por formulários e categorias de avaliação da situação (incêndio, seca, enchentes, etc). Em todos eles são contabilizados os números de vítimas, os desalojados e os desabrigados.

Os formulários que apresento aqui são procedimentos padrão. Mesmo sem acesso ao seu preenchimento e tendo em conta que não se trata do mesmo tipo de formulários que tem sido tematizado por antropólogos dedicados a entender o Estado, como Gupta (2012) é possível tirar conclusões a partir daquilo que é incluído no formulário. Afinal que categorias são relevantes para o Estado nessa leitura de um incidente que exige sua intervenção? Acredito que o formulário seja uma forma de intervenção, pois sua existência não garante, mas possibilita uma modo de ação específico dos órgãos governamentais sobre as situações que são lidas como desastres.

Como relatado na introdução, a questão do sofrimento que envolve relembrar o evento Kiss implica dificuldades de acesso à algumas questões do campo. Dificilmente alcancei uma descrição muito detalhada do que aconteceu e de uma totalidade das ações que envolviam os eventos. Cada entrevistado tinha uma relação com o evento e muitas vezes disseram não poder aprofundar mais por causa do sofrimento envolvido, outras porque só relatavam aquilo com o qual haviam se enredado. Como ficará evidente no último capítulo, aqueles que não estavam ligados à área da saúde mental se referiam a essa questão como “do psicológico”. Coronel Francisco, coordenador da regional da Defesa Civil que compreende Santa Maria, por exemplo, disse que por uma “questão psicológica” evita “relembrar muito o que aconteceu”. Nesse sentido, tivemos uma conversa produtiva, ainda que limitada.

Em outra direção, há uma implicação decorrente de um evento como o incêndio na Kiss, mas também resultante de uma perspectiva teórica do Estado: os agentes não têm o domínio do processo por completo. Esses documentos como os formulários em questão estão conectados à algum nível de Estado. A título de exemplo entrevistei a pessoa que todos me diziam que tinha sido responsável pela coordenação da Defesa Civil, mas como ele era da seção regional ele não tinha acesso à informações específicas dos formulários aqui apresentados. Ainda que tenhamos conversado sobre quem o preencheu e o interlocutor tenha deixado explícito o quanto a declaração de emergência ajudou no processo de salvar a vida dos sobreviventes que ficaram internados em hospitais à beira da morte, não considero que os dados que reuni levem na direção de entender a mediação entre o burocrata e o cidadão. Entretanto,

considero que há uma implicação teórica que decorre do fato de o Estado ser “desagregado” (GUPTA, 2012). Tive acesso somente às informações fornecidas por interlocutores que souberam falar de suas experiências, mas que sempre me alertavam “essa parte eu não participei”.

Após essa primeira discussão, reflito como para além de ser classificado como um desastre perante o “Estado” o evento também é concebido como traumático, implicando assim outros modos de intervenção que serão tematizados ao longo da tese. Trata-se de dimensionar as especificidades que um evento como a Kiss provoca.

## 2.1 INSTITUINDO EMERGÊNCIAS: das múltiplas faces do Estado

Para que a interpretação das ações de governo faça sentido no contexto pesquisado é necessário reconhecê-las enquanto desdobramentos de uma situação que envolve diversos agentes e agências. São tantos os processos e personagens envolvidos que nem todos serão objeto de análise. No entanto, não há como falar de situação de emergência sem falar das leis que conformam o sistema nacional da Defesa Civil, que instituem a definição de um evento enquanto desastre. É espantosa a quantidade de leis, resoluções e decretos. A ideia de anormalidade provocada por eventos adversos que segue mantendo-se ao longo dessas definições legislativas, provoca-nos a refletir sobre como se exerce o poder da nomeação de desastre na instituição de outras regras para o funcionamento do Estado.

### 2.1.1 Como se faz um desastre? Os conceitos da Defesa Civil

A lei orgânica municipal de Santa Maria, de 3 de abril de 1990, em seu artigo 99, inciso XX, em acordo com outras normativas, declara como responsabilidade direta do prefeito a decretação de estado de calamidade pública. Nesse nível local não fica claro o que seria uma conceituação acerca do que seria a calamidade pública. Não se define diferentes tipos nem mesmo se diz o que seria necessário para a decretação dessa condição. Essa responsabilidade parte diretamente de organismos nacionais.

Em primeiro de fevereiro de 2013 a prefeitura de Santa Maria decretou “situação de emergência” fundamentando-se na lei orgânica municipal supracitada e na lei

12.608 de 10 de abril de 2012. Como porta voz o prefeito à época Cezar Schirmer nomeia o contexto pós desastre como situação de emergência, instituindo uma série de novas regras, criando uma realidade particular e forjando assim uma certa interpretação do evento que o torna legível e significativo.

A origem da noção de desastre guarda relação com a inserção da noção de calamidade pública na primeira Constituição da República datada de 1891 (BRASIL, 1891). Na constituição de 1934, artigo 113, inciso 16, é reproduzida a prerrogativa anterior e versa que a casa do indivíduo é inviolável exceto em situação de desastre ou crime, para socorrer as vítimas, neste caso. (BRASIL, 1934). Aqui se mostra evidente os germes da noção que mais tarde vai criar uma série de disposições que vão conceituar as situações que configuram um desastre. A calamidade pública nessas duas cartas magnas aparece sem definição.

Nesta direção, até então não havia sido pensada a necessidade de uma instituição que desse conta de desastres ou calamidades. A única responsabilidade da União estava em atender aos pedidos dos entes federativos.

O primeiro órgão de Defesa Civil no Brasil nasce no contexto da Segunda Guerra Mundial, criando-se então, em 1942, o Serviço de Defesa Antiaérea que no ano seguinte gerou o Serviço de Defesa Civil. No entanto, após esse período de guerra o serviço não foi mantido, durando até 1946. Apenas em 1960, no governo Juscelino Kubitschek, foi que houve alguma atenção em situação de desastre, devido à grave seca no nordeste. Em 1966 aconteceu a fundação da primeira Defesa Civil, no estado do Rio de Janeiro (até então estado de Guanabara). Devido a inundações na cidade, o estado organizou a primeira Comissão Central de Defesa Civil com vistas a resolver a situação de enchentes ocorrida naquele ano. Trata-se da primeira iniciativa de Defesa Civil com foco em desastres e não na proteção nacional frente à ameaça estrangeira ou num contexto de guerra.

Neste sentido a Defesa Civil vai se desenvolver inicialmente em épocas de guerra e de conflitos políticos internos em que o exército ganha uma evidência nacional, como o desenvolvimento da defesa civil durante a ditadura brasileira (1964-1985). Em 1967 foi criado o Ministério do Interior que tinha por competência atender as cidades que decretassem situação de calamidade pública. Em 1969 foi instituído um

fundo para tais calamidades com vistas a juntar recursos. Em 1970 através do decreto nº 67.347, foi instituído o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP), já contando com especialistas no assunto.

Posteriormente ao GEACAP surge a Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC) através do decreto lei de 1979, nº 83.839. As pessoas julgadas competentes para assumirem a Defesa Civil são aquelas do meio militar, como os bombeiros militares (Inciso 5º do artigo 144 da CF, 1988). A criação da Secretaria Especial de Defesa Civil, foi o primeiro órgão de alto escalão em nível nacional a ser dedicado a essas questões. Nesse contexto, a instituição visa não mais ameaças políticas e geográficas, mas sim ameaças vinculadas a problemas recorrentes que geram grandes abalos, como as secas e as inundações.

A Secretaria Especial de Defesa Civil estava instituída de cuidar de todos *eventos adversos* que viessem a ocorrer no país e tinha como responsabilidade restabelecer a “normalidade da vida comunitária”. Portanto o universo de atuação desta secretaria são os dos *eventos adversos*, aqueles que escapam à *normalidade* social. Essa noção de que os eventos tiram a comunidade do ritmo *normal* de suas vidas permanece até hoje. A ideia de que são eventos que exigem uma atenção especial e formas de gestão especiais também se produz junto a noção de *eventos adversos*.

A previsão da Defesa Civil, como a conhecemos hoje, assim como vários dos nossos direitos humanos e civis mais desenvolvidos na legislatura do país, ocorreu em 1988, com a promulgação da chamada Constituição Cidadã, no período de redemocratização. Nesse novo contexto, a Defesa Civil ganha outros contornos. Mesmo que ainda vinculada a um ethos militar, se coloca em questão noções de prevenção, estratégias de participação de órgãos governamentais e não governamentais. Assim, a partir de então as ações de prevenção de desastres ganham evidência, ainda que já tivessem aparecido antes na legislação. Nessa carta magna fica assegurada a provisão de gastos necessários para subsidiar as cidades em calamidade devido a criação de um crédito extraordinário destinando somente despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra externa ou calamidade pública (BRASIL, 1988).

É a partir da constituição de 1988 que posteriores decretos, resoluções e leis vão instituir formas de decretar a situação de emergência e quais são as atribuições de cada um dos entes federativos. Assim como definem qual o papel da instituição em cada tipo de desastre, creditando aqui também a possibilidade de articulação com outras entidades não estatais para dar conta das demandas de um cenário de desastre, etc.

Portanto, foi na constituição federal de 1988 que a Defesa Civil foi instituída e ao seu objeto, as calamidade públicas, foi criada um fundo próprio, que existe justamente devido à compreensão de existem fenômenos *imprevisíveis e urgentes* que necessitam de uma intervenção mais *imediate*. No final do ano de 1988 foi criado o “Sistema Nacional de Defesa Civil” através do Decreto n. 97.274, de 16 de dezembro de 1988. Nessa ocasião o sistema propõe a defesa nacional com estratégias de redução de risco de desastres.

### 2.1.2 Definições

Na constituição de 1988 o que distingue as definições decorrentes de um desastre é a intensidade. O estado de calamidade pública seria “a situação anormal provocada por fatores adversos que privem a população do atendimento de suas necessidades básicas e afetem as atividades comunitárias, a preservação de vidas humanas e a segurança de bens materiais” e a situação de emergência “a configuração de indícios que revelem a iminência de fatores anormais adversos que possam vir a provocar calamidade pública” (BRASIL, 1988a). Aqui, nessa primeira conceituação, a situação de emergência é o que acontece anteriormente a uma situação de calamidade pública, quando a situação de calamidade pode ser desenvolvida. Interessa pontuar que apenas em 1988 foram definidas estão duas situações.

Interessante pontuar que essa instauração do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) implica que a instituição Defesa Civil atue em conjunto com uma série de outras privadas e públicas. Portanto, é uma entidade que se ramifica e que passa a se constituir a partir da atuação em conjunto com essas outras entidades que possuem

algum tipo de saber notório para atuar na área. Em seu artigo primeiro o Decreto n. 97.274, de 16 de dezembro de 1988 institui que:

O Sistema Nacional da Defesa Civil - SINDEC, organizado nos termos deste Decreto, tem por objetivo planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas (art. 21, inciso XVIII, da Constituição), integrando a atuação dos órgãos e entidades públicas e privadas que, no território nacional, exercem atividades de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais adversos, assim como de prevenção ou recuperação de danos em situação de emergência ou em estado de calamidade pública. (CF, 1988)

Ao conceituar e nomear as situações em que se deve intervir, uma nova realidade é instituída. Até então quando a situação de calamidade não estava ainda conceituada, as ações de defesa civil não provinham de um órgão definido, atuavam apenas em secas e inundações. Após a constituição de 1988, por mais que haja grande enfoque nessas duas situações, a noção de eventos adversos acaba por implicar a possibilidade de atuação em eventos que gerem danos humanos e naturais, abarcando assim uma nova gama de contextos possíveis de intervenção. Desse modo o Estado amplia seu alcance e abrange esses novos contextos, tornando possível que na atualidade esta instituição, a Defesa Civil, atue numa gama bastante variada de “eventos”.

Assim como Bourdieu (2007) analisa os ritos de instituição nos quais a investidura do porta voz autorizado permite sancionar e santificar uma diferença, proponho pensarmos que ao decretar um estado de emergência também se sanciona uma diferença. Tal diferenciação se define pela distinção entre o reconhecimento do que é considerado normal e o que é considerado anormal, em níveis de intensidade e magnitude. É nesse sentido que sugiro que ao publicar um decreto, lei ou resolução, uma nova realidade é instituída e santificada, porque fundamentada na crença no Estado e na legalidade. Desse modo, sua legitimidade é conferida pelo porta voz autorizado investido de seu cargo, nesse caso através de leis e mais tarde por formulários.

Como vimos o prefeito de Santa Maria está investido da responsabilidade de decretar situação de emergência, mas está implicado em toda uma cadeia que permite

e gestiona esse reconhecimento nos níveis federativos seguindo um ritual de administrativo. Por fim, a diferença sacralizada é a de tornar evidente a diferença entre um estado de normalidade, inclusive legal e administrativo, e um estado de “anormalidade” que implica outras ações estatais.

O Sistema Nacional de Defesa é composto pelo Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) que possui uma importante atuação na definição dos critérios para reconhecimento das situações de calamidade e emergência. O decreto n. 97.274, de 16 de dezembro de 1988 ainda estabelece a possibilidade de o Ministro do Interior convocar servidores públicos para prestação de um serviço de defesa civil eventual ou mesmo contratar “pessoal técnico especializado” para prestação de serviços eventuais nas “ações de defesa civil” (BRASIL, 1998a).

### 2.1.3 Reconhecendo o desastre

A função da Defesa Civil é propiciar os meios para as várias entidades, órgãos, agências possam trabalhar (...) São onze regionais, todas articuladas, não existe subordinação. É por isso que eu sigo a Defesa Civil somos todos nós. (Coronel Francisco, D. C. 06/08/2017).

O decreto no ano de 1993 aponta mudanças nas formas de definir a situação de emergência que deixa de ser uma situação anterior a de calamidade para ser medida pela potência dos danos causados. Dimensiona-se se os danos são superáveis pela comunidade afetada ou se extrapolam sua capacidade de contenção de danos, esta última, colocando em risco a vida de seus integrantes. Os critérios para o reconhecimento da situação de emergência eram definidos pelo CONDEC. O CONDEC era um órgão colegiado “de caráter normativo, deliberativo e consultivo” integrante da estrutura do Ministério da Integração Nacional. É ele que formula e delibera sobre as diretrizes governamentais em Defesa Civil. Hoje corresponde ao CONPEDC (Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil). Os atores do plenário do CONDEC se limitavam aos estatais, membros de Ministérios, da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional da presidência da República, entre outros e do comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Em 2012 ele se torna o CONPEDC. Todavia há uma mudança no novo conselho:

De acordo com a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, o CONPDEC contará com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil organizada, incluindo-se representantes das comunidades atingidas por desastres, e por especialistas de notório saber<sup>9</sup>

Na resolução número 3, de 2 julho de 1999 foi aprovado o Manual para Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Este manual traz novas conceituações de calamidade e emergências, mas também contém os critérios usados pelo, à época, CONDEC para reconhecimento dessas situações. Essa definição depende dos seguintes critérios: a) critérios preponderantes; b) critérios agravantes. Os preponderantes são a intensidade do desastre e a comparação entre os recursos necessários e os disponíveis para restabelecimento da situação de normalidade. Já os critérios agravantes estão relacionados ao “padrão evolutivo do desastre”, ocorrência de desastres secundários, nível de preparação e eficiência da Defesa Civil local e o grau de vulnerabilidade local.

Entre os critérios preponderantes estão, portanto, o dano humano, que tem “elevada prioridade” para definição da intensidade, divididos em dois níveis de criticidade que tem como marco da sua linha divisória a perda de vidas, desaparecimentos e feridos graves. São destacados critérios como o número de cirurgias urgentes, número de deslocados, desaparecidos, desalojados, etc. Nessa classificação também há critérios para danos ambientais, prejuízos econômicos e materiais, entre tantos outros, assim como a medida da possibilidade de recursos locais para voltar a condição de “normalidade social”. A interpretação dessa condição é estabelecida de forma subjetiva na medida que envolve um cálculo da intensidade da disparidade entre demanda e capacidade de atendimento desta.

A instrução normativa nº 2 de 20 de dezembro de 2016 lança suas definições e os formulários que regulam a possibilidade de decreto da situação de emergência. Os formulários produzem o enquadramento de um incidente como um desastre. Mesmo não dispondo de um formulário preenchido, ao saber os elementos que são levados em

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/composicao-conpdec>>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

conta torna possível compreender que características levam um incidente a ser reconhecido como um desastre, e portanto, como um incidente extraordinário.

Um evento por si só não é um desastre. Isso depende de uma medição de recursos e danos que relaciona diferentes níveis federativos e instituições que atuam conjuntamente com a Defesa Civil em casos de desastre. Para que o incêndio seja reconhecido como um desastre ele precisa indicar necessidade de ajuda para além dos recursos do município para dar conta do evento.

Os desastres são conceituados na instrução normativa de dezembro de 2016 como “o resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto a ameaça, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2016). Isto posto, para um evento ser reconhecido pelo Estado, é necessário interpretar os danos, as ameaças e os prejuízos, assim o desastre é produto de um conjunto de normas pré-estabelecidas, mas profundamente arraigado na situação e no que ela apresenta como demanda aos olhos do Estado.

Por conseguinte, a situação de emergência é compreendida como uma situação anormal provocada por desastre que compromete parcialmente a capacidade do poder público local de responder aos danos e prejuízos. Já o estado de calamidade acontece quando ocorre uma “situação anormal” que comprometa substancialmente a capacidade de resposta do governo local. A noção de anormalidade prevalece e o dimensionamento da capacidade de resposta também. A questão que diferencia uma situação da outra é a intensidade e ambas implicam ingerência estatal no contexto desses desastres.

Através dos formulários, como a Declaração Municipal de Atuação Emergencial (DMATE), Declaração Estadual de Atuação Emergencial (DEATE) e o Formulário de Informações do Desastre (FIDE), em nível federal fica visível quais são os itens que levam a interpretação da situação como anormal e, portanto, situação que passou da linha divisória e se torna passível de ser reconhecida como um desastre. Percebe-se um perfil diferente nos dados exigidos para o reconhecimento da situação de desastre pelos setores estaduais e nacionais, que abrangem os dois últimos formulários citados.

No DMATE como visível na figura a seguir o que é primeiro questionado é a magnitude do evento. As primeiras questões constantes no formulário estão relacionadas à necessidade de uma intervenção para além do nível municipal. É para isso que serve o formulário -- para informar à prefeitura a necessidade de ajuda externa a partir da consideração de itens como a superação da capacidade de resposta do município frente aos danos e prejuízos causados. Após avalia-se que tipo de ferramentas gerenciais de gestão do evento foram empregadas, cita-se planos contingenciais e simulados. Santa Maria não dispunha de um plano contingencial, mas como me relataram o Coronel Francisco e Verônica, da Cruz Vermelha, vários simulados foram realizados antes, como em 2011 simulando um deslizamento e em 2012 um simulado de descarrilhamento de trens. Esses simulados reuniram todas as instituições presentes no incidente Kiss, como polícia civil, exército, Cruz Vermelha local, SAMus, bombeiros, brigada militar, etc. Segundo o Coronel da Brigada Militar foram os simulados que garantiram o sucesso da aplicação do SCO - Sistema de Comandos de Operações-- uma ferramenta de gestão compartilhada de desastres que reúne todas as instituições consideradas importantes e o processo gerencial é compartilhado. Segundo Verônica e Francisco, a Kiss permitiu que fosse aplicado essa ferramenta em sua plenitude pela primeira vez no Brasil. Esse tipo de ferramenta não consta no formulário estadual apenas. Trata-se de uma “novidade” que vem sendo usada também para gerenciar a segurança e o socorro em grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014.

Retornando o foco para o formulário de nível municipal, que para nós é mais significativo visto que a pesquisa percorre, principalmente, esse universo. Nele questiona-se também se o evento é recorrente dando espaço no formulário para que seja explicado porque o problema ainda não foi resolvido. Essa questão reforça a ideia de que o evento adverso deve ser extraordinário. Posteriormente se faz um levantamento dos serviços e recursos disponíveis desde a capacidade de gestão municipal até a disponibilidade de pessoal mensurado pela quantidade número, aí vemos equipes de assistência médica, assim como ajuda humanitária ou mesmo segurança pública. Também são dimensionados os recursos materiais empregados e os financeiros e quais suas origens. O DMATE, que segue abaixo, deve ser preenchido

para que a declaração de situação de emergência seja reconhecida pelo governo estadual que também irá constar de um formulário para essa definição.

Figura 3 - DMATE - Formulário Municipal para Decreto de Situação de Emergência)



## SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC

## DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL - DMATE

Município:

UF:

**1. Caracterização de Situação de Emergência ou Calamidade Pública:**

SIM

NÃO

A magnitude do evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal

Os danos e prejuízos comprometeram a capacidade de resposta do poder público municipal ficou e está

Os prejuízos econômicos públicos foram causados por esse desastre

Os prejuízos econômicos públicos desse desastre foram separados dos privados

**Informe, resumidamente, esses danos e prejuízos:****2. Informações Relevantes sobre o desastre**

SIM

NÃO

**HISTÓRICO DE DESASTRE**

Este tipo de evento já ocorreu anteriormente

Este tipo de evento ocorre anual e repetidamente

**Se este tipo de desastre ocorre repetida e/ou anualmente cite as ações preventivas e explique porque ainda exige ação emergencial****3. Informações sobre capacidade gerencial do Município**

SIM

NÃO

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/TÁTICO/OPERACIONAL MUNICIPAL**

Já foi efetuado o mapeamento das áreas de risco neste Município

O município possui COMDEC ou órgão correspondente

Existe Plano de Contingência para o tipo de desastre ocorrido

Foram realizados simulados de evacuação da população nas áreas de risco do município

Esse desastre foi previsto e tem recurso orçamentário na LOA atual

Existe um programa/projeto para enfrentamento desse problema com inclusão no PPA

Órgãos e Instituições Estaduais apoiam a Defesa Civil Municipal

**Informe as dificuldades do município para a gestão do desastre****4. Medidas e Ações em curso:** Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.**4.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais**

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

**PESSOAL / EQUIPES EMPREGADAS**

S/N

NA

QUANT.

Apoio a Saúde e Saúde Pública

Avaliação de Danos

Reabilitação de Cenários (obras públicas e serviços gerais)

Assistência médica

Busca, resgate e salvamento

Segurança pública

Ajuda humanitária

Promoção, assistência e comunicação social

Outros

<b>Descrever outros e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.</b>			
<b>4.2 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS MATERIAIS:</b>			
Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			
<b>MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO</b>	<b>S/N</b>	<b>NA</b>	<b>QUANT.</b>
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte			
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável/ Alimentos/Medicamentos			
Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			
<i>Descrever e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.</i>			
<b>4.3. MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS</b>			
Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			
<b>VALOR FINANCEIRO EMPREGADO</b>	<b>S/N</b>	<b>NA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Oriundos de Fonte Orçamentária Municipal			
Oriundos de Fonte Extra orçamentária Municipal			
Oriundos de Doações: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, ONG			
Oriundos de Outras fontes			
<b>Descrever e/ou detalhar</b>			
<b>5. INFORMAÇÕES PARA CONTATO</b>			
Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil: Telefone: ( ) Celular: ( ) Fax: ( ) E-mail:			
Local e Data : _____, _____ de _____ de 201_			

A Defesa Civil é uma entidade que articula diferentes instituições, ela não possui um corpo de servidores, mas alguns espaços de atuação. Como consta na epígrafe desta seção para o Coronel Francisco “a Defesa Civil somos todos nós”, ao dizer isso, explica-me que isso se deve ao fato de a Defesa Civil servir de suporte e articulação para que outras instituições e órgãos possam fazer “seu serviço”, como o socorro. Isto posto, quem costuma fazer o preenchimento deste formulário é o responsável pela Defesa Civil local, do município que pretende decretar situação de emergência. No caso da Kiss, o funcionário público que preencheu o formulário foi Adélio, vereador e coordenador da Defesa Civil municipal à época. A situação de emergência, declarada pelo município foi reconhecida estadualmente e pela união em regime de urgência visto que o evento foi considerado de grande porte e como uma grande ameaça devido a possibilidade de mais mortes. Recorro aos formulários, portanto, não para dizer quais termos levaram a definir a Kiss enquanto desastre, porque para os interlocutores dessa pesquisa, isso era evidente. O objetivo com os formulários é mostrar que elementos estão em jogo.

Seria muito interessante observar como que esses formulários foram preenchidos para dar conta dos “mediadores da administração”, no entanto, nesse primeiro tempo eu não estava presente, não pude observar a interação e também não tive acesso aos formulários preenchidos. A Prefeitura de Santa Maria exige para que se faça pesquisa em qualquer setor um convênio da universidade com a prefeitura, o qual a UFRGS não dispunha.

Contudo, não proponho analisar como os formulários são preenchidos. Ainda que eu não tenha focado os mediadores, os formulários, de certo modo estabelecem um elo entre quem preenche e entre quem possibilita que seja reconhecido como um desastre. Levo em consideração, portanto, o limite do alcance dos conhecimentos dos burocratas sobre o próprio aparelho estatal (e da operação produzida para gerir o desastre).

Entretanto, ainda que não tenha observado a interação humana com o formulário, acredito que o formulário conecta o profissional-- da Defesa Civil no caso -- com uma consequência em nível municipal, que é a situação de emergência, que pode atingir maior amplitude, como no caso da Kiss. É, por exemplo, o coordenador da

Defesa Civil municipal que vai fazer um parecer favorável ou não a declaração de emergência. E esse parecer vai subsidiar não só a decisão do gabinete do prefeito municipal, mas o próprio documento de declaração de emergência quando publicado no Diário Oficial.

Em nível estadual, o DEATE (anexo 1) leva em consideração assim como o formulário de declaração municipal os recursos e investimentos de sua atuação no município que declarou situação de emergência ou calamidade. Desse modo dimensiona-se a equipe empregada, materiais e equipamentos assim como recursos financeiros estaduais ou doações de ajuda humanitárias e outros agentes. Por último, questiona sobre as ferramentas aplicadas. Dessa vez o cálculo recursos versus danos e prejuízos são avaliados em nível estadual, levando em conta os recursos profissionais e financeiros do estado.

Enfim, o FIDE (Anexo 2) é o instrumento de nível nacional para reconhecimento do evento enquanto desastre. Para tanto, os elementos elencados como aqueles que serviriam para essa avaliação são mais técnicos ainda e exigem um nível maior de formulação, como por exemplo, o campo para preenchimento da classificação do desastre segundo o Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Emerge a preocupação com o tipo de área afetada, suas causas e efeitos, danos humanos (também em número de mortos, desalojados, feridos, etc) e danos materiais, que agora são medida em número de casas comprometidas e instalações de saúde, ensino e demais serviços também afetadas, assim como os danos ambientais, como contaminação do solo. Este formulário está mais preocupado com o tipo de danos gerados para promover o reconhecimento da situação de emergência ou calamidade, pois ele questiona que serviços públicos foram comprometidos e que serviços privados o foram, porém com o enfoque nas áreas da economia nacional, como a agricultura.

Por fim, os formulários servem para afirmar um desastre, mas principalmente para fundamentar o parecer para a declaração de situação de emergência. Como veremos, no caso específico da Kiss, a emergência produzida pela “constatação” da necessidade de salvar vidas, irá tornar mais ágil esse processo burocrático.

## 2.2 A DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SANTA MARIA E AS AÇÕES DE GOVERNO IMPLICADAS

Quando o bombeiro terminou o combate ao fogo, a área deixa de ser dele, passa a ser um local de crime, responsabilidade da polícia civil, depois quando é o caso de morte traumática, quando tem dúvida com relação à morte só libera (o corpo) depois da perícia do IGP (Instituto Geral de Perícias). (Coronel Francisco. D.C 06/08/2017).

Os trâmites pelo qual passa a boate Kiss após o incêndio, bem como a própria mutação do prédio de local de perigo (devido ao incêndio) à cena de crime, e de cenário de resgate e recolhimento dos corpos à perícia necessária antes que os corpos cheguem às mãos dos seus familiares, evidencia a multiplicidade do Estado.

Como nos alerta Gupta (2012), deve-se atentar para os diferentes níveis da gestão e nas setoriais temáticas, como saúde, segurança, etc. O relato do Coronel Francisco, coordenador regional da Defesa Civil à época do incêndio na boate Kiss, nos fala sobre como práticas de intervenções sobre um espaço como o da boate e, por conseguinte os corpos, são reorganizadas frente à um desastre considerado evento traumático. O espaço ou a “área” passa de mãos em mãos, assim como os corpos. Ali o Estado se performatiza de diferentes modos, como o que salva, como o que busca à verdade e a justiça, como o que garante o motivo da morte e o certifica através de argumentos científicos. Recorri à citação que inicia o capítulo com o objetivo de refletir sobre como o Estado não é um ente unificado, mas deve ser observado em suas práticas, em seus diferentes níveis, nas suas atuações por diferentes órgãos que dão conta de questões diferenciadas, os múltiplos agentes e agências (GUPTA, 2012).

O evento Kiss tornou possível a interação de diferentes níveis estatais gerindo suas responsabilidades e tendo de tomar decisões muito rápidas visto que a situação era interpretada como de emergência. Essa interpretação é compartilhada entre profissionais que atuam em gestão de desastres e pelos profissionais de saúde.

Não estive presente quando ocorreu a operação de gestão do desastre nem conseguiria pensar naquele momento em uma pesquisa etnográfica. A operação Kiss é relatada pelas pessoas que nela trabalharam como muito eficiente. E considero esse um dos discursos possíveis sobre o assunto. Neste sentido, o evento é polifônico. Mesmo a aceção de desastre, implica mais de uma interpretação possível, não

apenas uma definição técnica. Contudo, nem mesmo a definição técnica é meramente técnica. Como me referi anteriormente, o incêndio na Kiss, para os meus interlocutores ligados a área da saúde, socorro e defesa civil, tratava-se de um desastre pelos elementos que mobiliza, mas principalmente pelo impacto que lhes causou visualizar aquilo.

Importa ressaltar que a decretação de “situação de emergência” implica o que a própria ideia de “situação” representa -- isto é, um estado transitório. A declaração de situação de emergência em Santa Maria (SANTA MARIA, 2013) instituída pelo município em 01 de fevereiro de 2013 é justificada a partir dos seguintes argumentos: morte súbita de 231 pessoas e o clima de comoção generalizado; a alteração que este incidente promoveu na rotina da comunidade, do comércio, dos órgãos públicos e, principalmente, das famílias das vítimas e dos serviços públicos essenciais oferecidos pelo Município; o impacto financeiro sobre o município; a existência de um parecer favorável a declaração da situação de emergência elaborado pela Defesa Civil municipal (possível pelo DMATE); e, por fim, a necessidade de importação de medicamentos. Como vimos, segundo Coronel Francisco a questão dos medicamentos a serem importados foi decisiva para que a declaração fosse publicada, visto que era um recurso urgente do qual o município e nem mesma a nação dispunha.

Frente à esses argumentos devemos voltar a pensar sobre a noção de desastre. Apesar de um formulário altamente técnico, são argumentos como o número de mortes, a “comoção” da cidade e o fato de o evento ser “traumático” que iniciam a argumentação da declaração pública de situação de emergência diante do caso Kiss. Nesse sentido são são meramente números de deslocados, de corpos, de recursos comprometidos que acabam por reconhecer estatalmente uma situação como um desastre. Há elementos subjetivos e que fazem parte do impacto social provocado pelo evento.

(Figura 4 - Declaração de Emergência em Santa Maria/RS)



**DECRETO EXECUTIVO Nº 10, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013**

**Decreta SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA  
no Município afetado por incêndios  
urbanos (COBRADE – 2.3.1)**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.99 da Lei Orgânica Municipal, e pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608/12, de 10 abril de 2012,

**Considerando** o trágico evento ocorrido no dia 27 de janeiro na Boate Kiss, que trouxe a perda imediata de 231 pessoas e uma comoção generalizada;

**Considerando** a alteração que este incidente promoveu na rotina da comunidade, do comércio, dos órgãos públicos e, principalmente, das famílias das vítimas e dos serviços públicos essenciais oferecidos pelo Município;

**Considerando** o impacto financeiro deste evento também na situação econômica pública e privada do Município que, de imediato e com qualidade, amparou as vítimas e suas famílias;

**Considerando** que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de emergência;

**Considerando** que para a importação de medicamentos necessários ao atendimento às vítimas do desastre é indispensável a decretação de situação de emergência;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica declarada **Situação de Emergência** em virtude de desastre classificado com **INCÊNDIOS URBANOS (COBRADE – 2.3.1)**, conforme IN/MI nº 01/2012, de 24 de agosto de 2012.

**Parágrafo único.** A situação de anormalidade é válida para toda a área do município, conforme o contido no Requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

**Art. 2º** Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Defesa Civil local.

**Art. 3º** Autoriza-se a convocação dos servidores públicos municipais em férias e a de voluntários para reforçar as ações de resposta à crise, bem como a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo evento trágico, com destaque ao auxílio psicológico/psiquiátrico e, indiretamente, financeiro, às famílias vítimas da crise.

**§1º** Prevê-se que, por lei específica, sejam feitas contratações emergenciais a fim de suprir a demanda excedente que precisará de serviços públicos urgentes e de qualidade.



§2º Diante da Situação de Emergência vislumbrada no Município de Santa Maria, necessário que a importação de medicamentos - tantos quantos forem precisos à adequada superação da crise -, se desenrole da forma mais rápida e efetiva dentro dos trâmites da União, por meio do Ministério da Saúde.

**Art. 4º** De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, “de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não se tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que não possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação”.

**Art. 5º** De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

**Art. 6º** De acordo com a Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a Situação de Emergência.

**Art. 7º** De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda, alterar prazos processuais (artigos 177 e 182, do Código de Processo Civil – Lei no 5.869, de 11.01.1973), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

**Art. 8º** Este Decreto tem vigência, a contar do dia 27 de janeiro de 2013, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, ao 1º (primeiro) dia do mês de fevereiro do ano de 2013.**

**Cezar Augusto Schirmer**  
Prefeito Municipal

Por consequência, posso dizer em primeiro lugar que um evento por si só não se torna desastre, ele depende, para seu reconhecimento estatal, de uma medida que não é divulgada publicamente, entre recursos e danos/prejuízos. Em segundo lugar, para além desses critérios, entendidos como técnicos, percebe-se que frente ao objetivo de salvar vidas o processo de decretação de situação de emergência é agilizado. Em terceiro, não são apenas critérios técnicos que contam, mas a comoção, o impacto na vida cotidiana da vida, a materialidade do número de mortos e o fato de ser traumático que fundamentam conjuntamente com o parecer da Defesa Civil, a declaração de emergência em Santa Maria em janeiro de 2013.

Em outra direção, não é apenas a justificção elaborada pelos técnicos, nem as pré-definições, nem mesmo os elementos considerados anormais na cidade que importam pro argumento. A situação de emergência é produtiva. A partir de seu reconhecimento pelos demais níveis estatais ela permite uma mudança nas regras estatais relacionados a impedimentos burocráticos, licitações, contratações de profissionais e envio de recurso público.

Desse modo, a declaração possibilitou a mobilização de profissionais adicionais para atenderem os atingidos no hospital universitário de Santa Maria, e consequentemente o envio de recursos para compra de caixões funerários; campanha de arrecadação de fundos e chamamento de voluntários; abertura de crédito extraordinário e suspensão temporária de trâmites processuais - como os judiciais ou os relacionados à aquisição de medicação fora dos permitidos pelo SUS (Sistema Único de Saúde). A aquisição de medicamentos foi um item muito particular na questão da Boate, pois envolvia uma medicação que não somente não estava disponível na lista de medicamentos autorizados para usuários do SUS, como não existia dentro do país. Desse modo, uma substância chamada Cobalamina precisava ser importada dos Estados Unidos.

Por exemplo, no caso da Kiss, Coronel Francisco, responsável pela Defesa Civil regional à época, me conta que “a homologação da situação de emergência permitiu que o governo federal comprasse a vacina, a Cobalamina, que transforma a fumaça tóxica em vitamina B12”, assim como outras liberações como as contratações emergenciais. De certa forma afirmou que essa declaração foi encaminhada em regime

de urgência e foi facilitada pela necessidade de salvar vidas, agilizando o processo burocrático já antes mesmo de sua declaração. Isso se deve ao evento já ser anteriormente entendido como um desastre pelas pessoas envolvidas. E é na missão de Salvar Vidas, e por esse motivo principalmente, que esse dispositivo é acionado, visando garantir a sobrevivência dos atingidos pelo cianeto.

Para além da definição de desastre e por, conseguinte, a de situação de emergência, com vistas a subsidiar pareceres da Defesa Civil outra noção que aponta para a “anormalidade” transita nesse universo, a noção de “crise”. Apesar de sua acepção mais usual, assim como também existe na noção de desastre, a ideia de crise circula entre meus interlocutores (aqueles reunidos para esse capítulo), sendo apresentada como uma ideia subsidiada em um conhecimento acerca da realidade dos desastres. Assim, ao ser questionado sobre o que é a crise, o Coronel Francisco responde em tom de obviedade, que depois do tratamento adequados aos corpos a crise terminou. No entanto, essa definição fornecida pelo interlocutor refere-se às especificidades do evento Kiss. Nesta direção, questionei o que foi necessário fazer para que a crise acabasse. Tive como resposta que o objetivo era primeiramente salvar as vidas, após dar um destino adequado aos corpos, garantir um velório digno, permitindo que a cidade voltasse à uma normalidade mínima da sua vida cotidiana.

Para Verônica, a crise durou 48 horas, o tempo que durou o gabinete de crise, local onde operou o SCO (Sistema de Comando de Operações), e que depois passou a se chamar Gabinete de Atenção pela crise ter sido superada após o destino correto a todos os corpos. Questionada sobre o que conceituava a crise, Verônica responde: “A crise é a resposta, é o período de resposta. Qual a demanda específica da crise? Primeira ação é salvar vidas, a segunda o rescaldo, ver o que sobra quando a poeira baixa (...) Crise é redução de danos”.

Verônica ao ser questionada porque então existia uma crise que durava 90 dias, que levou a Cruz Vermelha a atuar em conjunto da associação e ela responde “tem a crise do evento e a crise psicossocial, a gestão de um é uma coisa, a de outro é outra, tem a crise específica de cada setor”. Na AVTSM, Verônica estendeu os atendimentos da Cruz Vermelha em mais trinta dias, após avaliação e conclusão de que ainda era

necessário fazer a transição com o recém criado serviço de apoio psicossocial da prefeitura, o Acolhe Saúde.

Desse modo torna-se visível como são diversas as noções que circulam nesse universo nas mais diversas acepções, mas também nos mostra que diferentes áreas de intervenção formulam conceitos com os quais subsidiam suas práticas profissionais como Estado. Frente à “crise de cada setor” o Estado atua de modo diverso nesse universo, mas sempre de modo a procurar dar fim à crise, a situação de “anormalidade” que implica um desastre.

### 2.2.1 A noção de “crise humanitária” dos Médicos Sem Fronteiras

Trago à tona uma leitura sobre a experiência dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) relatada no livro “A integração do cuidado diante do incêndio na Boate Kiss<sup>10</sup>” por três dos cinco voluntários da organização que estiveram em Santa Maria à época do incêndio. É a partir dos fatos e argumentos relatados neste artigo que elaboro aqui uma narrativa sobre a atuação desta entidade internacional no episódio Kiss. O objetivo não é dar conta dessa experiência, visto que não estive presente à época, mas compreender como que eles justificam sua intervenção e como conceituam, assim como a Defesa Civil, o evento como extraordinário, mesmo que articulando outros conceitos.

Ao escrever sobre quais foram os critérios de intervenção no episódio Kiss as autoras refletem sobre o “aparecimento da noção de ‘ajuda humanitária’ não só como importante para entender o surgimento da entidade mas também para entender o aparecimento da saúde mental nas intervenções em desastres (NOAL, VICENTE e WEINTRAUB, 2016, p. 75). Narram que após o surgimento da ajuda humanitária a mesma logo desenvolveu uma “noção própria” de pensar os “direitos dos homens que vivenciam uma crise e os deveres de proteção do Estado”. Desse modo teria surgido a noção de “crise humanitária” que veio a abarcar não só guerras e conflitos mas também desastres e epidemias. A definição de crise humanitária é elaborada pelos

---

<sup>10</sup> Trata-se de uma iniciativa de profissionais do serviço municipal de atenção psicossocial para os afetados pelo evento Kiss juntamente com outros profissionais que atuaram como voluntários na gestão do evento. O livro está sendo vendido e seus recursos arrecadados são destinados à Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

autores de modo muito semelhante ao conceito de emergência, desastre e calamidade, isto é, é definido pela capacidade de resposta local e pela ideia de excepcionalidade:

A ideia por trás dessa adição é a de 'crise humanitária'. Essa ideia pode ser definida provisoriamente, como um acontecimento excepcional que excede a capacidade de resposta ou quando a ação ofertada pelos atores locais, governamentais ou da sociedade civil, em uma determinada localidade, não está adequada, afetando sobremaneira a população ou ainda como a escalada de uma situação crônica que tenha impactos relevantes para a saúde de uma determinada população e que, por diferentes razões, esteja sendo negligenciada. (NOAL, VICENTE e WEINTRAUB, 2016:75).

O que os diferencia não é o modo através do qual conceituam seus objetos de intervenção são pensados mas que os impactos considerados são relacionados à saúde da população e que os agentes locais, governamentais e da sociedade civil é que devem não ter conseguido responder adequadamente à situação. Está em outro nível, no nível da intervenção internacional de uma organização que atua dentro de Estados, em consonância com esse ou não. Entretanto, a principal diferença certamente não está relacionado à questão da crise, mas ao sentido do que é "humanitário". Nesse sentido, a título de exemplo, seu escopo de atuação é mais parecido com o da FN-SUS (Força Nacional do Sistema Único de Saúde), que também tem seu próprio conceito de emergência, mas que articula a noção de humanitário, e de humano por conseguinte. Assim delimita-se campos de ação diferenciados, como as guerras e as epidemias, espaços em que a dignidade e a sobrevivência humana estaria comprometida.

Frente à essa definição de crise humanitária as autoras questionam-se se a intervenção na Boate Kiss teria sido "atípica" para a entidade, e apontam ainda que a definição do evento como "evento crítico" (NOAL, VICENTE e WEINTRAUB, 2016:76), estando dentro das definições de situação de emergência decretada pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil por definição aquilo que pode tornar-se um desastre, reconhecem que isso significaria que alguma capacidade de resposta havia. A atuação do MSF nesse caso "atípico" foi argumentado pelas autoras como fundamentado na noção de "crise humanitária". Atípica porque a organização só atua,

argumentam as autoras, em situações em que consideram que “a ajuda externa é imprescindível” (NOAL, VICENTE e WEINTRAUB, 2016:76) com a ideia de “garantir o mínimo” (ibid).

Para justificar a atuação citam primeiramente o convite da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES-RS) poucas horas após o incêndio. Para qualificar sua atuação vinculada à noção de crise humanitária consideraram a falta de um plano de contingência, ausência de equipe treinada nesse tipo de eventos e o fato de a rede de saúde mental estar desfalcada juntamente com a inexistência de serviço 24hs de apoio psicossocial. Frente à esse diagnóstico feito pela organização (que também é uma das leituras possíveis sobre a infraestrutura oferecida pela cidade) consideraram agir pontualmente.

O MSF contribui na elaboração de um protocolo de atendimento em apoio psicossocial que foi entregue aos voluntários, bem como divulgado no site da SES-RS. Seu tempo de atuação na cidade foi de cinco dias nos quais trabalharam junto ao gabinete de crise contribuindo no que chamaram de “primeira estratégia de saúde mental e atenção psicossocial de resposta”. Esse trabalho incluía formação técnica de profissionais para atuarem na situação da cidade e o diagnóstico da situação da saúde mental na cidade que possibilitou a elaboração da primeira estratégia em saúde mental frente ao incêndio na boate.

Janaína, uma de minhas informantes, foi voluntária no serviço de atendimento 24hs que começou a funcionar e que o MSF ajudou a construir. Ela afirma ter feito uma capacitação no dia que se apresentou para ser voluntária com uma empresa que trabalha com Transtorno de Estresse Pós Traumático e que não havia gostado da abordagem que enfatizava a categoria clínica e não o acolhimento às pessoas em sofrimento. Foi quando encontrou a formação pelo MSF para profissionais conta que se sentiu mais contemplada pelas proposições, que levavam em conta o trauma, mas não de forma rígida e determinista.

Mesmo assim a atuação do MSF foi voltado à questão psicossocial como prevenção ao trauma:

Um evento crítico da magnitude do ocorrido em Santa Maria traz o confronto com a destruição, o caos, a potencialidade da própria morte ou de outrem, provocando uma perturbação aguda em crenças, valores

e significados. Na perspectiva de saúde mental do MSF (2008), eventos de maior abrangência geográfica, mas que proporcionam confrontos similares, denotam um potencial desencadeamento de trauma para a população afetada, uma vez que são imprevisíveis e incontroláveis, provocando medo, horror e situação de impotência. No entanto, de acordo com experiências empíricas, percebe-se que ainda que o evento seja potencialmente traumatizante e denote sofrimento intenso, a maior parte das pessoas afetadas não desencadeiam psicopatologias oriundas de eventos dessa natureza (NOAL, 2014). (NOAL, VICENTE e WEINTRAUB, 2016:78).

Argumentam que a maior parte da população atingida padecerá de sofrimento intenso, mas encontrará apoio e conforto em sua rede de solidariedade tradicional. Nessa direção o “social” ou o “comunitário e local” acabam sendo uma das tecnologias empregadas para interpretar o evento e suas consequências psicológicas. Por último, interessa-nos para o próximo ponto que o evento tenha sido considerado potencialmente traumático pelo MSF e isso tenha definido sua atuação junto à elaboração da estratégia de resposta em saúde mental da Kiss.

### 2.3 A LEITURA DO EVENTO COMO TRAUMÁTICO

A leitura do evento enquanto traumático é alimentada pela ideia de tragédia. Quando se afirma a Kiss enquanto uma tragédia se está dizendo que o que aconteceu foi trágico, no sentido de terrível. Um elemento a ser levado em conta é certamente a brutalidade e a abrangência que o evento ganha. Para acentuar essas intensidades, penso em eventos menores que conforme Taddei (2017) incorrem em sua invisibilidade, por serem eventos adversos que podem ser em unidade menor que a municipal, pode se dar a criação de uma ausência de ação estatal e da própria evidência de eventos que não operem nesse nível, mas em níveis menores.

A relação da ideia de evento traumático com desastre não é um consenso, mas para Verônica, psicóloga da Cruz Vermelha de Santa Maria, todo desastre é traumático, ainda que isso não implique como consequência o TEPT. Para ela a Kiss atingiu o mais o potencial mais traumático que um evento podia ter, devido as seguintes características: a) múltiplas mortes; b) morte de jovens; c) ontrópico (causado pelo homem). Baseado nestas últimas características Coronel Francisco, à

época encarregado da Defesa Civil regional, também diz que o evento Kiss foi traumático devido a dúvida gerada sobre a responsabilidade das mortes. Já Verônica quando questionada sobre o que era um trauma, ela referiu-se a uma designação bastante genérica “o trauma psicológico é o dano emocional de algum acontecimento”. Nesse sentido o trauma ocasionado pela Kiss seria bastante abrangente.

A comoção gerada pela Kiss mobilizou o mundo, que assistiam imagens reiteradamente exploradas do desespero dos sobreviventes e do amplo número de corpos mortos. Santa Maria se tornou visível ao mundo por ter sido palco da morte brutal de 242 jovens, a brutalidade e o fato de ter ocorrido aos jovens foram chaves determinantes para a interpretação do evento como traumático.

A percepção do evento enquanto traumático no sentido mais clínico pode ser atestado pelos tipos de intervenção que foram acionados e pela própria ideia de que o evento exigia uma intervenção psicológica. Deve-se dimensionar a amplitude internacional a qual o evento tomou, alcançando diversos países, e trazendo muitas TV's internacionais a Santa Maria. Frente ao horror provocado pela intensa exploração da imprensa junto às imagens de corpos e sobreviventes, do choro e desespero de parentes. Diante das características específicas pelas quais o evento é percebido, como o fato de terem sido jovens e em um número que extrapola 200 corpos, decorre a leitura do incêndio e suas consequências como um evento traumático. Isso ficou claro para mim inclusive quando um colega de doutorado me abordou para conversar sobre a dificuldade de pesquisar o meu tema e o quanto eu era corajosa. Isso aconteceu diversas vezes, o motivo era sempre o mesmo: conviver com o sofrimento e com o trauma das pessoas. Eu estava ciente de que seria uma pesquisa difícil, mas esses comentários dos meus colegas também me mostravam o quanto o evento Kiss era considerado traumático.

Como estive explanando, desastres como a Kiss envolvem também uma definição de emergência mais ampla, que é pensada pelo campo da saúde e da intervenção humanitária através da noção de crise. É interessante reter que ambas definições lidam com a noção de extraordinário, assim como a noção de desastre. No entanto, o fato de ser um grande incêndio em uma média localidade e ter ocorrido a jovens acaba por provocar uma forma de apropriação desse desastre que não ocorre

da mesma forma de quando ocorrem inundações na cidade e arredores. Mesmo que estas causem muitas implicações e até mesmo decretamento pelo município de “situação de emergência”, o que aconteceu com a cidade de Santa Maria durante os dias e até os meses subsequentes ao incêndio na boate Kiss não poderiam ser comparados em níveis de comoção com outros tipos de desastres mais recorrentes.

Para concluir esse argumento, proponho refletir sobre o nível de ocorrência dos diversos tipos de desastre. Não é apenas a negativa da possibilidade de previsão do desastre que influencia na contextualização que desenvolvo, mas também o quanto eventos como esses são esperados e mesmo sua real ocorrência. Desastres como secas e inundações estão implicados em um conjunto de realidade possíveis (TADDEI, 2017). Um incêndio em uma casa noturna matar 242 pessoas não é algo esperado, não pelo menos por uma população interiorana de uma cidade universitária como Santa Maria.

Levando-se em consideração o nível de ocorrências de diferentes tipos de desastres torna possível analisar, por exemplo, o ano de 2013 no Brasil. A título de exemplo, como nos chama a atenção Taddei eventos como secas e inundações ocorrem com certa regularidade. Todos os anos várias cidades decretam situação de emergência. Taddei (2017) aponta como a estiagem ocorreu de forma muito severa em 2005 e voltou a acontecer em 2007, 2010, 2012 e 2016. Entre 2013 e 2015 a grande estiagem em São Paulo ganhou muita visibilidade. Também houveram desastres ligados a excesso de chuva com enchentes e deslizamentos nos anos de 2008, 2011, 2013, sendo que lugares como Petrópolis no Rio de Janeiro tiveram grande visibilidade devido ao número de mortos e desaparecidos. Alguns desastres tecnológicos também aconteceram nesse período, como em 2013, um vazamento de óleo em Bertioga, São Paulo.

Portanto, percebe-se que eventos como esses são recorrentes se comparados a casos como a Boate Kiss, mas também por serem elementos biofísicos na oscilação dos sistemas ecológicos:

Como elemento típico do ciclo natural da região, coloca-se aqui um primeiro questionamento: se a seca, em sua dimensão biofísica, é um elemento ordinário do ecossistema, em que sentido ela se configura

como desastre? Poderíamos dizer, sob a inspiração do conceito de *acidentes normais*, cunhado por Charles Perrow (1999), que as secas são *desastres ordinários* (TADDEI, 2014a). Esse termo é interessante porque, enquanto o termo *normal* evoca uma dimensão ao mesmo tempo estatística e psicológica (ligada às expectativas do senso comum), o conceito de *ordinário*, oriundo de ordem, ressalta a dimensão sociopolítica. (TADDEI, 2014:37)

Proponho pensar em termos de número de ocorrências. Em 1961 ocorreu o maior incêndio da história Brasileira, 503 pessoas morreram como fogo e lona incendiada que caía sobre suas peles no Gran Circus Norte-Americano, em Niterói, Rio de Janeiro. Em São Paulo, o edifício Andraus incendiou e o desastre matou 16 pessoas. Em 1974 o edifício Joelma em São Paulo incendiou e matou 180 pessoas. Em 1976 ocorreu um incêndio no prédio das lojas Renner, de produtos de vestuário localizada em Porto Alegre, matando 41 pessoas, sendo que algumas morreram ao se jogar do prédio em chamas, visto que não havia como resgatar por helicóptero as vítimas na época. O edifício Grande Avenida, em 1981, em São Paulo, incendiou e 17 pessoas morreram.

Em 1984 um incêndio causado pelo incêndio de gasolina vazada no mangue matou 93 moradores de Cubatão, São Paulo. No Rio de Janeiro, 1986, o Edifício Andorinha pegou fogo por um curto circuito e 21 pessoas morreram. Em 2000 uma creche em Uruguaiana foi acometida de um incêndio devido a um aquecedor e doze crianças morreram entre 2 e 4 anos, caso que gerou prisões (causando grande comoção e ampla cobertura). Um show no Canecão Mineiro em 2001, a queima de fogos no palco, acarretou em um incêndio onde morreram 7 pessoas e mais de 300 ficaram feridas. O número de sobreviventes feridos também é algo que pode gerar grande impacto e comoção, pelo acompanhamento dos atendimentos médicos e a visualidade fornecida em desastres como incêndio devido às queimaduras.

Caso olharmos apenas para o ano de 2013, temos pelo menos 10 grandes desastres, no qual se insere, o incêndio na boate Kiss, mesmo que nenhum tenha mobilizado solidariedades, comoções e visibilidade na imprensa quanto esse evento. Em 2013 tivemos um acidente de ônibus em Minas Gerais com 11 mortos, uma queda de avião no Pará com 10 mortos, um desabamento de obras com 10 operários mortos, descarrilamento de trem em São Paulo com oito mortos, queda de ônibus na avenida

Brasil com 9 mortos e ampla cobertura jornalística, mudando a rotina da cidade que em uma de suas avenidas principais acaba palco de uma tragédia, com muitas fotos dos corpos e observação por curiosos do trabalho dos bombeiros.

Quanto aos desastres “naturais” proponho refletir sobre seu nível de ocorrência que é alvo de pesquisas científicas e outros saberes. Conforme notícia do Estadão<sup>11</sup> o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) chegou a conclusão em um estudo sobre o tema no período entre 2008 e 2013 que 40,9% dos municípios brasileiros tiveram nesse espaço de tempo pelo menos um desastre natural. Só as enchentes teriam deixado 1.406.713 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas. Constataram ainda que 48% das prefeituras do país não tinham políticas para lidar com as ocorrências. Nesse período, as inundações bruscas foram o tipo de desastres que mais ocorreu gerando 13.244 ocorrências do gênero. Oitocentos e noventa e cinco municípios foram atingidos por deslizamentos de encostas que se dividíssemos por cinco anos teríamos 179 municípios registrando deslizamentos por ano, mais de 300 mil pessoas ficaram sem casa, provisória ou definitivamente.

Alerta o autor que no imaginário social brasileiros “não temos desastres”, existe toda uma noção de que o Brasil foi privado por Deus de tornados e terremotos, o que não corresponde com a realidade, mas acaba transformando esses eventos em de fato inexistentes não só no imaginário social como nas próprias ciências sociais brasileira. Entre os trabalhos analisados pelo autor, neles os desastres são normalmente pensados por meio da política e nesses termos os desastres marginalizam ao mesmo tempo que são marginalizados (TADDEI, 2017:164). O autor cita o caso das secas que são vistas como um empecilho ao progresso. Ao problematizar o que nos últimos dez anos tem proporcionado uma melhor visibilidade para o campo dos desastres elenca alguns pontos que proporcionaram tal evidência se deve, por exemplo, a ocorrência de desastres de grande visibilidade na região sudeste, como ocorreu entre 2013 e 2015 em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo a situação de São Paulo amplamente explorada pela mídia ainda que a comoção não ocorra no mesmo sentido que ocorre em eventos com grande número de mortos. A ocorrência desta seca também modificou os aparatos

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-mostra-desastres-naturais-no-pais-de-2008-a-2013,1160592>>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

institucionais para gestão de desastres no país. O fato de terem ocorrido desastre de grande porte nos níveis internacionais e o próprio desenvolvimento de teorias sociais que tomam o desastre sob uma nova chave analítica (TADDEI, 2017:166).

O mesmo ocorreu com o evento do incêndio na boate Kiss, aparatos institucionais, legislações e a própria demanda especializada de profissionais da psicologia foram algumas dessas transformações. Enfim, o evento Kiss não é um mero desastre, ou um desastre comum, ele é um evento traumático, que marcou a vida de todos os envolvidos e até mesmo de quem assistiu pela televisão. Todos na cidade de Santa Maria tem uma história sobre como tomaram conhecimento do evento. Os elementos traumáticos estão relacionados ao fato da visualidade do terror vivido pelas vítimas e sobreviventes que lutavam para salvar seus amigos e parentes. A visão dos corpos mortos dos jovens tornou o evento ainda mais impactante, o fato de ter ocorrido à jovens envolve a crença que o ciclo natural da vida foi rompido.

### 2.3.1 A emoção será televisionada

O mundo acordou em 27 de janeiro, caso tenham ligado o rádio, a televisão ou a internet, com a notícia de uma *tragédia* de grande porte em uma cidade do interior do Brasil. Os elementos do horror eram vários, as imagens de pessoas carregando corpos e de sobreviventes batendo com machados nas paredes na expectativa de encontrar pessoas vivas no banheiro percorreu o mundo. Essas imagens e até mesmo imagens falsas foram repetidas e repetidas, assim como novas imagens a cada momento surgiam, em regime de plantão pelo menos nas principais redes de televisão brasileira, mostrando o desespero e sofrimento de familiares e o caos que reinava na cidade.

Recorro a noção de “sofrimento à distância” de Boltanski (2007) na qual ele reflete sobre os sentimentos suscitados e formas de engajamento frente ao sofrimento do outro distante. O mundo acompanhou as vítimas, familiares, profissionais e sobreviventes da tragédia da Boate Kiss à distância e encontramos distintas formas de solidariedade. Houve a colaboração de outros países, como o Chile e os Estados Unidos, com medicação para os sobreviventes e batalhões de profissionais que saíram de outros estados para a cidade de Santa Maria. Essas pessoas teriam, nos termos de

Boltanski (2007), saído de uma política da piedade, na qual se indigna mas permanece distante, para uma política da compaixão que trata-se de uma ação, que ao ir de encontro a esse outro, suspende o espaço existente entre eles. É através do sofrimento que se constroem as causas, que as pessoas tomam partido, que se associam ou disputam (BOLTANSKI, 2007:52).

A política da piedade, argumento que Boltanski constrói inspirado em Hannah Arendt depende de uma distinção entre os que sofrem e os que não sofrem (os espectadores) e também é caracterizada por centrar-se no espetáculo do sofrimento e não na ação (como a compaixão). Portanto, a compaixão envolve presença e a piedade ausência e distância. Percebe-se que a Kiss envolve as duas políticas visto que mobilizou de formas diferentes grupos distintos. Frente ao sofrimento do infeliz, o autor considera que o que o espectador pode fazer é se indignar. A indignação traz conjuntamente a figura da urgência, que como vimos faz parte desse cenário de desastre (ou tragédia, ou massacre, etc) através da noção de emergência.

Enfim, para Boltanski (2007) nem todos os sofrimentos são reconhecidos, alguns estão apenas em pequenos círculos. Butler também alerta para o fato de que nem todas as vidas são passíveis de luto (2015). Nesse sentido não se deve deixar de levar em consideração que o evento Kiss envolveu uma população de jovens universitários, e a noção de sonho e projeto rompido é recorrentemente retomada pelos seus parentes.

#### 1.4 CONCLUSÃO

O incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, certamente foi um acontecimento que marcou o mundo nos momentos posteriores a sua ocorrência. A materialidade conferida pela visualidade dos corpos, as características das vítimas e o desespero do choro de parentes e amigos ganhou dimensões internacionais e mobilizou um conjunto de ações excepcionais. Eventos como a Kiss, considerados traumáticos pelas suas características específicas, mobilizam ações e conceitos próprios para evento assim nomeados.

Busquei demonstrar como eventos são construídos como desastres a partir de um dimensionamento entre capacidade de resposta e recursos disponíveis, cálculo produzido pela Defesa Civil, uma entidade estatal aberta que se articula a outros órgãos e agências quando sua especialidade é exigida. O tamanho da operação, que por vezes parece funcionar como um laboratório de práticas, também influenciou sua visibilidade. Um evento ser considerado um desastre depende de um enquadramento proporcionado pelo Estado que acaba por produzir uma realidade emergencial que produz uma série de fatores. Dentre eles estão medidas burocráticas que são suspensas e fundos de verbas específicas para eventos extraordinários quais os prefeitos e governadores passam a ter acesso no período de decreto dessa situação emergencial. Um evento por si só não se torna um desastre, mas a incapacidade de uma resposta local ao evento leva a torná-lo um desastre, logo objeto de intervenção estatal. Procurei evidenciar também, que o processo padrão de decretação de situação de emergência é acelerado, pois o evento Kiss era considerado mais emergencial que todas as outras situações de emergência pela qual a cidade passou. Essa interpretação deve-se à emergência em salvar vidas.

A investigação de Zenobi (2014) acerca de um incêndio em um recital de Rock aponta para a presença de um discurso sobre o trauma psicológico que familiares e sobreviventes vivenciaram. O autor alerta que “(...) una catástrofe no existe como tal sino es a través del trabajo colectivo de definición de ese evento como una catástrofe” (ibídem: 1). Nesse sentido, para além de desastre o incêndio na boate Kiss também é considerado um evento traumático e isso depende da implicação que suas características proporcionam. Como tratado anteriormente o fato de a maioria dos mortos serem jovens influencia muito nessa percepção. Por fim, busquei mostrar que o Estado além de não ser homogêneo, não funciona de um modo completamente racional, e nem mesmos seus agentes tem domínio completos dos processos administrativos e burocráticos, filiando-me a uma visão de Estado “desagregado” (Gupta, 2012).

O levantamento de referências que subsidiam este trabalho feito na introdução trouxe à tona uma série de estudos que tomam como objeto uma situação de desastre, emergência, violência e que estão enredados em evento coletivos. Porém alguns

desses acontecimentos afetam de modo mais particular a vida familiar, como no caso dos movimentos de vítimas de violência estatal. Nesses casos a noção de extraordinário - ideia chave quando falamos de desastre - não faz parte do contexto, visto que essas mortes são inúmeras, principalmente em contextos como de estados brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro. O evento Kiss é considerado, portanto, um desastre, logo extraordinário; No entanto, mobiliza elementos que o destacam em uma acepção que dimensiona justamente seu caráter não cotidiano, em comparação com outros eventos lidos como desastres.

### 3 A CRUZ VERMELHA DE SANTA MARIA/RS APÓS O INCÊNDIO NA BOATE KISS

No presente capítulo, reflito sobre as experiências etnográficas partilhadas com a Cruz Vermelha Brasileira, Filial de Santa Maria (CVBSM). Meu objetivo é descrever e analisar as práticas, técnicas, saberes e valores empreendidos pela intervenção humanitária no contexto posterior ao incêndio da boate Kiss. Ao fazê-lo, levo em conta os cursos e cartilhas de formação humanitária, destinados a formar voluntários *especializados* de apoio psicossocial. Destaco, mediante o estudo do processo de formação do apoiador psicossocial, algumas tensões e diferenciações próprias deste campo de intervenção – tais como a relação entre técnica e dom; as noções acerca do bom voluntariado; a configuração do trauma; as reações normais ao luto e a construção da vítima. Concentro-me também sobre os procedimentos do método de triagem de vítimas utilizado pela CVBSM, a partir do qual se pode assinalar um conjunto de dilemas presentes na prática humanitária; entre esses estão os debates em torno da perspectiva fiscalista, da perspectiva do dano psicossocial e a problemática da desigualdade de vidas. Ao finalizar o capítulo, analiso a trajetória de uma voluntária da organização que se tornou uma das interlocutoras centrais desta tese.

Participei de toda a edição do primeiro curso de formação de apoiadores psicossociais da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria. O curso realizou-se como uma das atividades de formação para a capacitação de agentes aptos em casos de novos desastres e emergências. Analiso o material disponibilizado pelo curso de formação contendo todas as aulas ministradas, mas também recorro ao diário de campo que empreguei para documentação do curso. O material de formação da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria é chamado de *manual*. Seu propósito é fornecer as diretrizes para a atuação de um apoiador psicossocial em caso de emergências e desastres, foco do curso. Cabe ressaltar que não vou me referir a todas as aulas e itens do manual, mas apenas a duas delas, sobre as quais se concentra meu argumento. São elas: a aula sobre a atuação dos apoiadores psicossociais e a aula sobre a cinemática da cena.

Também tive acesso a aula sobre o Sistema de Comando de Operações - SCO da segunda edição do curso de formação de apoiadores psicossociais da organização.

Analisei alguns currículos, disponíveis on-line, de voluntários que atuaram no pós-incêndio. Por último, realizei entrevistas com dois voluntários da Cruz Vermelha, Jerônimo, presidente da organização, e Verônica que foi uma atenta interlocutora durante todo o período de campo. Procuo fazer um recorte aqui, centrado no curso acompanhado, nas entrevistas e nas atuações junto à organização, no entanto, essas experiências e vivência intensa com Verônica certamente permeiam esse capítulo profundamente.

Após o curso, fui chamada a participar das homenagens em memória ao primeiro e segundo anos do incêndio na boate santa-mariense. Pude assim acompanhar mais de perto a equipe de apoio psicossocial em sua atuação junto aos familiares e sobreviventes em momentos de extrema dor e desgaste – nessas ocasiões, as pessoas permaneceram em frente a boate por praticamente doze horas. A proximidade propiciou não só um melhor entendimento etnográfico da atuação da equipe de apoio psicossocial e dos conflitos que existem no interior da instituição; gerou também profundas relações de amizade. Por esse motivo, declaro que minha relação com a CVBSM vai além do interesse etnográfico, passando por relações pessoais que adentram nossas vidas cotidianas.

Entre as questões apresentadas pelo manual, reflito, em especial, sobre o método START (Simple Triage and Rapid Treatment), usado para elencar prioridades na atenção às vítimas; por meio dele, são adotadas as medidas para atendimento em casos nos quais não se dispõe de recursos suficientes.

É importante referir que a Cruz Vermelha atuou na operação de resgate de vítimas, recolhimento dos corpos e apoio psicossocial criada para intervir na chamada Tragédia de Santa Maria. Verônica, psicóloga da Cruz Vermelha, coordenadora de voluntariado e de apoio psicossocial à época, conta que articulou os voluntários da psicologia, permanecendo no posto até às 17 horas do dia 27 de janeiro de 2013. À CVBSM couberam grandes responsabilidades: proporcionar ordem em face da situação e colocar em prática todo um sistema de operações tecnicizado, por exemplo.

Cabe ressaltar que, para os interlocutores dessa instituição humanitária, “desastre” (e não “tragédia”) é o termo técnico ao ser utilizado para designar o acontecido. “Tragédia”, por sua vez, é um dos modos pelos quais os movimentos de

familiares classificam o incêndio na boate santa-mariense Kiss – “massacre” sendo ainda outra expressão utilizada por esses últimos. Essa classificação de “desastre”, feita pela Cruz Vermelha, conforma sentidos morais que caracterizam a atuação do voluntário e o contexto no qual acontece o evento. A diferença entre 'desastre' e 'catástrofe' (também um termo técnico utilizado pelas organizações de intervenção humanitária) consiste em que o primeiro termo designa a insuficiência de recursos para atender a toda a demanda imposta pela emergência a ser atendida; ao passo que, ao se empregar o segundo, tem-se em mente não somente essa característica, mas também se supõe que os serviços básicos, como hospitais e escolas, sejam atingidos pelo acontecimento em questão. Nesse sentido a noção de desastre aqui utilizada é a mesma da Defesa Civil, visto que a Cruz Vermelha entende-se como uma organização que atua em conjunto com o órgão estatal.

Após o desastre na boate, a filial da Cruz Vermelha Brasileira em Santa Maria se fortaleceu – na contramão da deslegitimação que a sede nacional da entidade vinha sofrendo no Brasil na esteira das denúncias de desvio de verbas em campanhas com fins humanitários. Entre 2010 e 2012, estima-se um desvio de 25 milhões de reais<sup>12</sup>. Tal consolidação deveu-se ao reconhecimento da prestação de socorro e apoio psicossocial realizada pela entidade durante o acontecimento. Não deixando de ser alvo de críticas, a CVBSM as rebate por recurso a conceitos práticos, utilizados por outras instituições (como a Defesa Civil) e definidos pelas próprias diretrizes formativas da Cruz Vermelha – nesse contexto, consta a classificação dos fenômenos em categorias de intensidade de impacto (como 'desastre' e 'catástrofe', já definidos anteriormente).

### 3.1 A CRUZ VERMELHA

A instituição Cruz Vermelha surgiu em 1863 através da convenção de Genebra, na Suíça. Foi fundada por Henri Dunant e tem como princípios: humanidade;

---

<sup>12</sup> A entidade chegou a ser ameaçada com a suspensão de suas atividades se a nova diretoria (que assumiu após a renúncia dos acusados do desvio) não tomasse as providências cabíveis para apurar as denúncias. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cruz-vermelha-do-brasil-corre-o-risco-de-ser-suspensa,1576318>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

imparcialidade; neutralidade; independência; voluntariado; unidade e universalidade. Sobre os princípios, posso dizer, a partir da pesquisa de campo, que alguns deles podem ser relativizados a partir da vivência concreta junto a tal entidade<sup>13</sup>. Para exemplificar essa relativização de princípios, relato o modo como interagem a entidade e instituições estatais como a Defesa Civil.

Pode-se dizer que há uma porosidade entre Estado e entidade humanitária na medida em que a Cruz Vermelha entra em ação num determinado acontecimento através do convite da Defesa Civil, e na medida em que atuam em conjunto compartilhando inclusive de definições conceituais. Muito do que compõe o manual de formação advém de conceitos da própria Defesa Civil, e há formadores/palestrantes ligados à Brigada Militar, através dos bombeiros. Acompanhando Latte (2008), quando esta fala sobre as organizações de ajuda humanitária e sua relação com a oposição Estado/Sociedade Civil, chamo de porositas essas trocas mútuas.

Desde a criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha foram fundadas entidades nacionais e locais. A Cruz Vermelha Brasileira foi fundada por Oswaldo Cruz em 1908. As entidades nacionais têm certa autonomia perante o comitê, mas nem por isso deixam de ser fiscalizadas por ele, como se percebe no caso de denúncia de corrupção no Brasil, no qual a Cruz Vermelha Brasileira é “ameaçada” com suspensão caso não tome providências quanto à apuração das denúncias.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha é fundado após Dunant ter presenciado a batalha de Solferino<sup>14</sup> e iniciado um trabalho de “ajuda” aos combatentes feridos em batalha. Junto com mulheres que aderiram ao trabalho que ele estava a desenvolver, limpavam as feridas, davam água, distribuía palavras de conforto, entre outras ações. Desde 1859, Dunant se preocupava com a criação de um órgão que servisse de assistência aos feridos de guerra. De acordo com o manual do curso, Dunant já se preocupava com a segurança dos voluntários, que deveriam estar protegidos da violência armada. Tal reconhecimento institucional e proteção deveriam ser garantidos por um acordo internacional. Interessa pontuar que antes da Cruz

---

<sup>13</sup> A relativização se constata também mediante análise da história do movimento, a qual excede, no entanto, meu objetivo neste capítulo.

<sup>14</sup> Trata-se de uma batalha da Segunda Guerra da Independência Italiana, próxima a comuna italiana de Solferino, a batalha ocorreu em 21 de Junho de 1859.

Vermelha criou-se um “Comitê Internacional para a Assistência de Feridos”, sendo este a semente da entidade posterior<sup>15</sup>. Nesse mesmo ano, Dunant havia escrito e publicado um livro intitulado *Uma Recordação de Solferino*. Ainda segundo o manual e a aula de Jerônimo, presidente da Cruz Vermelha, assim como as falas de Verônica, diretora de voluntariado e coordenadora do apoio psicossocial, o livro foi muito influente para a criação da entidade.

Logo em sua fundação, a instituição se auto-define como humanitária. O primeiro documento elaborado pela Conferência Internacional de Genebra em 1984 se chama “Tratado Internacional Humanitário”. O primeiro parágrafo do manual indica que 'humanitarismo' tem aí o sentido de 'se solidarizar com o sofrimento alheio'. Eis o que ele diz sobre esse tipo de sensibilidade:

Em junho de 1859, no campo de batalha de Solferino, no Norte da Itália, um negociante suíço chamado Jean Henri Dunant ficou profundamente impressionado com a visão de milhares de soldados feridos e abandonados à própria sorte, em agonia por falta de assistência médica. Acionaram a comunidade local para o vir ajudar, insistindo que fossem cuidados os soldados de ambos os lados do conflito. (Manual do 1º Curso de Apoio Psicossocial, 2013, p. 02)

O parágrafo em questão remete a dois pontos. O primeiro é o da ajuda: por mais que a narrativa assinale a criação da instituição por representantes de 16 países e 4 instituições *filantrópicas*, não se consideram assistenciais. Para entendê-lo, requer-se atenção à contraposição entre assistencialismo (ao qual estaria relacionada a filantropia) e voluntariado humanitário. Para os interlocutores desta pesquisa, o assistencialismo estaria caracterizado por uma ajuda que faz o que o Estado deveria fazer, ao passo que o voluntariado humanitário buscaria gestionar a crise e encaminhar as vítimas para um *agir competente*. Ora, no trecho acima, a narrativa da criação da Cruz Vermelha refere-se a ajuda e ao humanitarismo como sensibilidade moral presente em determinadas pessoas e em outras não.

O segundo ponto: a partir do mesmo trecho, constata-se que, desde o início, Dunant insistiu para que os soldados de ambos os lados do conflito fossem atendidos,

---

<sup>15</sup> Manual do Curso de Formação de Apoiadores Psicossociais da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria.

embaralhando assim a divisão entre vítimas e agressores, reconhecendo como vítimas os indivíduos pertencentes a quaisquer dos lados e atingidos pelo combate – e isso em uma época anterior à do reconhecimento da vítima (FASSIN, 2014) como portadora de direitos, através da criação da categoria clínica e metafórica de trauma.

Considero, portanto, a Cruz Vermelha como uma instituição humanitária, em parte em razão de sua auto-definição; mas, ao lado disso, considero-a como tal também em razão da moral da ajuda e da compaixão que circula entre os meus interlocutores. Segundo Fassin (2007), a moral humanitária remete à ideia de uma humanidade compartilhada. Os sentimentos morais do humanitarismo estão ligados às noções de bom samaritano, de compaixão, de ajuda e de solidariedade. Seja como for, para além dos compromissos de princípio, proponho neste capítulo pensar de que modo os agentes procuram tecer, por seus dilemas e práticas “educativas” de ação, uma moral humanitária junto aos “alunos” – ou, como será abordado, identificar quem está vocacionado para o voluntariado definido a priori como humanitário.

A filial de Santa Maria foi fundada em 2003, e a trajetória pessoal de seu atual presidente é narrada como definidora para a consolidação da entidade na cidade, como veremos. Em Santa Maria, a filial da Cruz Vermelha não possui uma sede própria, sendo a casa do atual presidente da entidade o QG da organização, a busca de uma sede é sempre constante na fala dos voluntários da entidade. Desse modo a mesma enorme mesa coberta de papéis mantém o trabalho autônomo do presidente da entidade como contador em sua casa é a que suporta aquelas obrigações colocadas pela gestão de uma entidade humanitária de nível local. O coordenador da entidade é uma figura de bastante prestígio na cidade, perante os familiares e demais serviços de saúde, ou mesmo pela Defesa Civil.

### 3.2. O CURSO DE APOIO PSICOSSOCIAL E O DESASTRE DA BOATE KISS

O primeiro curso de formação de apoiadores psicossociais em desastres e emergências da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria, realizou-se no ano de 2013, teve duração de três dias completos. Esta formação de voluntários promovida pela organização foi realizada após a experiência de atuação no incêndio da boate

Kiss, na cidade de Santa Maria/RS. Parte dos voluntários da CVBSM considerou que muitas das pessoas que compareceram para atuar como voluntárias na operação de apoio psicossocial não estavam capacitadas para tanto.

O curso de apoio psicossocial foi idealizado por Verônica, coordenadora de apoio psicossocial e diretora do departamento de voluntariado da CVBSM. Ela afirmou que vinha elaborando e “sonhando” com o curso há três anos, mas que ele só foi efetivamente proporcionado para a população após o desastre na Boate Kiss. Segundo Verônica, antes do evento, entendia-se que não haveria público o suficiente para o curso; após o incêndio, no entanto, e devido à “inexperiência dos profissionais e ao atravessamento das equipes de trabalho”, constatou-se afinal que o curso como uma necessidade. Sua primeira edição realizou-se durante a presidência de Jerônimo, em 22, 23 e 24 de Novembro de 2013. Uma segunda edição foi realizada durante o mesmo período, em 2014. O curso de apoio psicossocial já fora realizado por outras unidades da Cruz Vermelha da Federação; esta edição se diferencia das anteriores por ser a primeira com simulado prático. O simulado cumpriu papel fundamental para a compreensão dos paradigmas que deverão informar a futura atuação desses voluntários.

A formação contemplou os seguintes tópicos: introdução ao movimento Cruz Vermelha; história da psicologia nas emergências e desastres; sistema de comando de operações; avaliação e cinemática da cena; semiologia dos eventos adversos; cenário e fases do desastre; rompimento de vínculos em situações de crise; atuação dos profissionais de apoio psicossocial em desastres; e primeiros auxílios psicológicos em situações de desastre. Por mais que o curso seja voltado ao treinamento de voluntários com ou sem formação profissional, durante o curso, por vezes pude verificar que eles são chamados de profissionais. O que indica que, por mais que se diga que o curso não é somente voltado a psicólogos, há uma tentativa de

mudança de linguagens – embora haja, em contrapartida, também alguma dificuldade em efetivá-la.

Após o desastre da boate Kiss, Verônica me contou que ela e outros voluntários da equipe de socorro – em particular os do apoio psicossocial da Cruz Vermelha – passaram a ser chamados a participar de redes e eventos em diversos estados do Brasil. Importa pontuar que, além da atuação no dia do incêndio com apoio aos familiares na frente da boate, no processo de percorrer hospitais e no reconhecimento dos corpos, a CVBSM atuou por 120 dias junto à Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, com atendimentos individuais e grupos de terapia de pais, irmãos e namorados. Seu trabalho virou referência no universo da atuação com emergências e desastres, de tal modo que Lúcio, radioamador, um dos alunos do curso, viera de Campo Grande – MS para fazer o curso justamente com a Filial de Santa Maria pela sua experiência com um desastre de grande proporção.

Outro efeito do desastre da Boate Kiss sobre a CVBSM: a equipe de apoio psicossocial, antes praticamente inexistente (contava com apenas Verônica como apoiadora psicossocial da unidade da organização), foi reestruturada por um número grande de novas adesões, de psicólogas e estudantes de psicologia que atuaram no pós-incêndio e que, cientes do trabalho da Cruz Vermelha no evento, decidiram se filiar e colaborar com sua atuação na região. Aderiram ao grupo também um educador especial e um estudante de ciências sociais. Pode-se dizer que o desastre os afetou e até mesmo reorganizou sua equipe e forma de atuação. Além disso, nesse processo de ampliação e reestruturação da prática humanitária após o desastre, percebem-se certas tensões e dilemas próprios desse campo, conforme destaque nos tópicos a seguir.

### 3.2.1 “Até onde posso me doar”

Cristina, enfermeira, socorrista, cerca de 40 anos, branca; palestrante da aula “Avaliação e Cinemática da Cena”, ela nos conta que, naquela noite de 27 de janeiro de 2013, passeava de carro pela cidade quando viu o que acontecia. Decidiu ajudar;

esteve encarregada da verificação dos sinais vitais das vítimas à medida que as levavam ao estacionamento do Carrefour, hipermercado localizado em frente à boate Kiss. Ela afirma ter se sentido em estado de grande envolvimento emocional. Ela diz: “daí tu vê aquele monte de criança, se apagando que nem vela”. A declaração de Cristina nos remete ao que Verônica chamou de *agravantes do desastre* – a saber, a quantidade de pessoas (“em massa”), o fato de o desastre ter sido provocado por seres humanos, e a questão de que os mortos, em sua maioria, eram jovens. A questão da juventude das vítimas é algo que sempre reaparece nas falas: tanto profissionais quanto familiares mencionam esse ponto ao narrar o desastre e seus componentes cruéis; nos modos pelos quais os dois lados apresentam suas narrativas, a abreviação da vida de pessoas que ainda poderiam viver muito é considerada como um desses componentes.

Segundo Cristina, os voluntários em geral devem sempre se perguntar até onde podem ajudar e não devem colocar o outro ou a equipe em risco; devemos pensar, quando colocamos em risco, “quem é que tá me esperando em casa?”. Aqui percebemos o que Fassin (2007) chamou de dilema do humanitarismo. Trata-se, em suma, do dilema entre os riscos da ajuda e as vidas matáveis (a serem arriscadas), isto é, o dilema próprio entre não colocar a sua equipe em risco e a capacidade de salvar outras vidas. Analisarei esse ponto ao final do capítulo.

A enfermeira relata que esteve das três às sete da manhã trabalhando no socorro às vítimas. Calçada em salto e vestindo uma mini-saia, verificava quais vítimas apresentavam sinais vitais, lidando com mortos e vivos. Voltou à tarde para servir água mineral e tentar confortar algumas pessoas. Segundo ela, “não importa o quanto tu pode doar, mas até quando tu pode doar”. Assim como ela, afirmou, deve-se perceber quando é chegado o limite e assim passar a fazer outra coisa ou descansar.

Nesse sentido, Cristina defende que, se o voluntário não consegue mais executar determinada ação, então atingiu seu limite. Assim, por exemplo, se já não parece mais possível seguir encarregado da detecção dos sinais vitais das vítimas, deve-se passar a fazer algo mais simples, como servir água a quem deve estar com sede, levando-se em consideração que os familiares estariam tão sensibilizados por tudo que não lembrariam nem de tomar água. Verônica defende que os voluntários

devem se perguntar “Qual é a capacidade que a gente tem de fazer?”. Ao se expressar desse modo, se referia aos psicólogos que atuaram no desastre da Boate Kiss e que não percebiam o que eram ou não capazes de “suportar”.

Os corpos estavam sendo reconhecidos no CDM (Centro Desportivo Municipal) e Verônica relata que no ambiente havia corpos exibindo estados diversos de lesão – com peles queimadas ou sem pele, pisoteados, etc. Os familiares deveriam reconhecer seus filhos e os psicólogos deveriam acompanhar os familiares nesse difícil momento. Verônica nos conta que disse aos psicólogos voluntários: “Tudo que vocês vão ver lá dentro é indescritível, pensem e multipliquem por dez”. Ela afirma que nesse momento era necessário que eles fizessem uma avaliação, que ponderassem se eram ou não capazes de executar o trabalho. O problema apresentado por Verônica é que muitos psicólogos teriam entrado sem ter feito essa avaliação, criando uma *crise* dentro da *crise*, sendo formada, assim, uma equipe de apoio aos psicólogos atuantes. O despreparo é usado como justificativa primeira para o oferecimento do curso à população em geral. Segundo a visão da equipe de apoio psicossocial, estar preparado para atuar numa situação de desastre é mais importante, do que ter um vínculo profissional com a área da psicologia.

Com essa crítica, Verônica se baseia na percepção de que o voluntário deve refletir sobre as suas capacidades de realizar determinadas tarefas que não fazem parte do seu cotidiano profissional, mas são características desses eventos específicos de desastres e emergências. Segundo ela, os psicólogos voluntários queriam fazer atendimento clínico, o que ela entende que poderia ser até danoso no momento em virtude da falta de continuidade. Verônica disse: “Não tem nada pra se dizer, não tem nada para tratar, o que a gente faz é estar ali”.

Em que pese essa declaração de preceitos, Verônica conta que, no evento da boate Kiss, atuou pela Cruz Vermelha por 40 horas seguidas sem sentir fome, sede ou sono. Diante dessa informação, compreendo que o curso é resultado da reflexão a partir de uma experiência concreta na qual, todavia, aqueles mesmos preceitos teriam sido rompidos em nome da situação de caos instaurada. E se em meio ao caos tudo pode acontecer, estima-se que tanto mais por isso há a necessidade de preparo. Também aparece já nessa aula, a noção de que o voluntário deve ser qualificado, ou

melhor, especializado, assim saberá seus limites e que tipo de atuação fazer, como exemplo, uma escuta clínica em meio ao caos da emergência e da crise.

Verônica seguiu trabalhando até receber uma ligação de Porto Alegre; do outro lado da linha, um quadro importante do Ministério da Saúde dizia a ela: “ou tu vai pra casa ou te tiro do comando”. Simone, também psicóloga da Cruz Vermelha à época, conta que ficou “lá” das onze às cinco e meia da tarde e ela relata que foi como se tivesse ficado uma semana. Note-se que Simone se recuperava então de uma cesariana realizada uma semana antes. Simone disse: “Lá na Kiss parece que a gente tá no piloto automático”.

Por fim, o tópico trouxe dados etnográficos sobre o que os interlocutores consideram ser os limites da doação. No que diz respeito a estes limites, teoriza-se sobre até que ponto se deve doar nessa dimensão sentimental e física da entrega à atuação humanitária. Deve-se ter em mente não só a disposição física, mas a dimensão do seu próprio sofrimento enquanto atua com situações de desastre. Trata-se de uma questão comum, trabalhada por quase todos os palestrantes do curso, a da consciência das próprias condições para atuar. De modo que – segundo essa versão elaborada a partir da experiência e transformada em diretrizes para apoio psicossocial no curso – o voluntário deve ter em mente qual é o seu limite e para tanto deve estar preparado para isso.

Todavia, chama atenção o fato de, nos três extratos etnográficos apresentados de experiências de atuação na tragédia da boate Kiss, os relatos apontarem no sentido contrário: voluntários ultrapassaram seus limites; foi preciso alguma intervenção externa a fim de fazê-los observar isso, como nos casos de Verônica (convocada por um superior a finalizar seu plantão) e Simone (quem a família incitara a descansar). A atuação em desastres, lida na chave da doação, é vista como algo que deve ter limite, mas vivida de modo a ir além deste. Acredito que isso se deve ao impacto provocado pelo sofrimento do outro, que faz com que mesmo pessoas capacitadas para atuar em situações de desastres, perante um desastre de grande proporção, nunca vivenciada antes, fiquem extremamente *mobilizadas*<sup>16</sup>. O curso de

---

<sup>16</sup> É desse modo que os psicólogos da CVBSM se referem para falar de uma situação na qual se envolvem demais.

formação não ensina apenas um modo de atendimento essencialmente técnico, mas dá um exemplo de engajamento e proporciona algumas reflexões sobre a moral. Como se tornará perceptível no próximo tópico, há uma tensão entre técnica e doação nesse modo de ensinar.

### 3.2.2 A técnica e o dom

O manual e o curso constituem uma tentativa de normalizar um atendimento de apoiadores psicossociais até então sem um protocolo próprio estabelecido na Cruz Vermelha de Santa Maria. A partir do que diagnosticaram como problemas na atuação do voluntariado no desastre da boate Kiss, elaboraram, com o curso e o manual, um padrão e um modo de agir frente a tais calamidades, referenciando-se em protocolos internacionais de agências como as Organizações das Nações Unidas (ONU), Save the Children, entre outras. A questão das técnicas a utilizar faz parte das instruções transmitidas, seja em aulas concentradas no modo como os socorristas trabalham, seja em aulas que abordam como os apoiadores psicossociais devem trabalhar.

A capacitação técnica dos apoiadores psicossociais aparece em conjunto com uma outra questão: a do dom. Como já disse anteriormente ao apresentar o relato da enfermeira e socorrista Cristina sobre sua atuação no incêndio da boate Kiss, a atuação do voluntário é lida na chave da doação.

Na aula ministrada por Jerônimo, presidente da CVBSM, sobre a história da Cruz Vermelha e os desastres, a história do criador da entidade, Henri Dunant, foi contada com muita admiração. Dunant foi apresentado como uma criança solidária, com uma solidariedade que desenvolveu paulatinamente em sua personalidade e não como algo surgido “num estalar de dedos” (palavras de Jerônimo). A solidariedade do fundador seria, desse modo, uma forma de ser, algo “intrínseco a si”, como se fosse natural.

Jerônimo nos falou sobre a questão do voluntariado. Segundo ele, é necessário um *voluntariado especializado*, pois não se trata de voluntariado “pura e simplesmente, pode vir a óbito”. Os voluntários de apoio psicossocial devem se perguntar “quais são

as minhas necessidades? Eu posso ajudar?”. Jerônimo insiste que se deve sempre pensar em como se manter, caso contrário gera-se mais um problema, como no caso do que ele chama de “turismo de desastre”, que consiste em “tirar foto no desastre pra mostrar no Facebook”. Nesta direção, sem ser capacitado o voluntário pode atrapalhar a operação.

No manual se lê: “sabemos que a maioria daquilo que chamam apoio psicológico em desastres, são mais atitudes de compaixão com o objetivo de aliviar a dor da perda”. O mesmo texto ainda menciona que muitas das técnicas não têm resultados comprovados, tendo as mesmas sido criadas para uso em ambientes controlados, diferentes do caos de uma situação pós-desastre. Portanto, a compaixão, característica de um voluntário vocacionado, também aparece como elemento para a composição desse voluntário ideal. Aqui vemos a questão compaixão *versus* técnica, a qual abordarei em termos de dom *versus* técnica, uma vez que a compaixão é entendida como algo intrínseco à pessoa, parte mesmo de sua subjetividade; não é concebida aí, portanto, como um saber desenvolvido, senão como característica pessoal. Contudo, tais pessoas devem ser preparadas, pois a pessoa deve ser não só vocacionada; é também preciso que seja especializada em seu voluntariado.

A necessidade de um voluntariado especializado e a apresentação de Henri Dunant como vocacionado para ajudar os feridos coloca os voluntários diante de uma exigência de trabalho a ser empreendido sobre si próprios para que se tornem bons voluntários, ao mesmo tempo em que o devem ter uma vocação, intrínseca a si, para que a empreitada tenha sucesso. Portanto, a técnica e o dom devem andar como aliadas. Não basta ser uma pessoa vocacionada para “ajudar o próximo”, no caso das emergências e dos desastres, se não se dispuser da técnica necessária para atuar de modo a “não criar mais problemas”. No curso de apoio psicossocial o horizonte de exemplos de como uma atuação sem capacitação pode gerar “mais problemas do que já se tem” é o próprio desastre da boate Kiss. Isso fica claro também na fala de Verônica, quando argumenta o porquê de o curso ter sido considerado necessário após o incêndio: uma das razões foi o que ela chamou de “atravessamento de trabalhos de diferentes equipes”. Reciprocamente, a técnica sem o dom não basta para criar um voluntário.

### 3.2.3 Noções morais sobre o bom voluntariado

Várias questões morais emergiram no curso de formação. Entre elas estão tanto defesas da atuação quanto acusações de erros nas operações de resgate, além de certas noções morais atinentes ao bom voluntariado.

A primeira diz respeito ao fato de a CVBSM ter estado na coordenação da operação de resgate e apoio psicossocial – como diz Jerônimo, que é presidente da entidade e socorrista e radialista “todos os corpos passaram por mim”. Tal intensidade de trabalho e responsabilidade gerou muito reconhecimento para a instituição, apesar das críticas conhecidas à operação, no que se refere, por exemplo, ao não-impedimento de sobreviventes entrarem na boate (por mais que essa crítica seja dirigida aos bombeiros, a CVBSM parece se mobilizar contra essa crítica também, talvez por sua atuação conjunta com tal instituição). Também são conhecidas críticas relacionadas ao socorro, que teria sido desordenado e desprovido de recursos suficientes. Tais críticas são consideradas ilegítimas pela Cruz Vermelha, que distingue um desastre de outras ocorrências justamente por sua extrapolação das condições de resposta a ele.

Nesse sentido, torna-se evidente como as características conceituais de uma classificação do fenômeno como *desastre* são capazes de tecer noções morais que contribuem na defesa às críticas levantadas à operação. Não são apenas respostas técnicas, pois explicitam certo ressentimento com as críticas feitas perante um trabalho considerado tão dedicado e complexo. O tenente coronel Francisco, interlocutor desta pesquisa proferiu uma aula do curso, em sua exposição disse: “Muita besteira se falou da boate Kiss, que faltou recurso, que faltou isso e aquilo, mas a característica do desastre é a insuficiência de recurso público”. À acusação de falha no atendimento às vítimas da boate Kiss, os representantes da entidade respondem por apelo a essa clarificação conceitual, acrescida de uma avaliação sobre a dificuldade que tiveram com os voluntários que atuaram quando do desastre: “se não fosse a equipe que teve capacitação não tinham morrido 242, mas 500 pessoas lá dentro”, afirmou Verônica.

A segunda questão que qualifico como moral a respeito do voluntariado retoma o tópico anterior (dom *versus* técnica). Apenas que já não se trata de uma dualidade simples entre técnica e dom entendidas enquanto características pessoais *desejadas* em um voluntário; trata-se crucialmente de uma avaliação moral sobre quem *pode* ser um bom voluntário. O bom voluntário é necessariamente uma pessoa vocacionada para o humanitarismo e treinada tecnicamente. Mas o espaço para crítica é pouco abrangente e a entidade se mostra defensiva a partir de questões técnicas. Como já disse antes, Henri Dunant foi apresentado como alguém que tinha a solidariedade “intrínseca a si”. No manual, no tópico referente à “história da psicologia nas emergências e desastres”, Verônica escreve: “Diante da batalha de Solferino, Dunant não pôde ficar parado sem fazer nada e logo começou a auxiliar os feridos”. Portanto, o bom voluntário é vocacionado no sentido de estar sempre pronto a ajudar em uma situação de desastre. Cristina, a enfermeira, dizia que “quem tem o socorro na veia, sempre tem uma luva de látex no bolso”. Essas são as características desejáveis em um bom voluntário, que remetem à moral, no sentido de que é necessário ter uma predisposição para ser deste modo.

Duas controvérsias emergiram durante o curso. Uma delas era relativa ao trauma: Josiane dizia que necessariamente ocorreria certo tipo de trauma decorrente do evento de emergência, desastre, catástrofe, ou de outro tipo; ao passo que Verônica afirmava haver reações comuns e as pessoas reagiriam de modos muito diferentes e algumas não desenvolveriam traumas. A segunda controvérsia – de que me ocupo neste tópico – versava sobre contato físico. Josiane defendia que os voluntários de apoio psicossocial não deveriam ter contato físico (como abraços ou mão no ombro), enquanto Verônica declarava que deveria haver tal contato.

Cabe ressaltar que Josiane é uma profissional acadêmica que veio como palestrante ao curso; ela não atua na Cruz Vermelha de Santa Maria, reside e trabalha em Cascavel no estado do Paraná e veio ao evento como palestrante convidada. A posição da entidade CVBSM é de que deve haver contato físico para demonstrar a presença e inclusive isso aparece como uma das coisas que devem ser feitas, pois “quem não iria querer um abraço”. A capa do manual e da cartilha de apoio psicossocial em emergências e desastres para crianças e adultos que consta no site da

entidade é uma pessoa com o colete azul do apoio psicossocial abraçando o que insinua ser uma vítima. Interessa pontuar que Verônica é não só a coordenadora da equipe de apoio psicossocial como a diretora de voluntariado e ela acredita que noções de apoio psicossocial servem não só aos próprios apoiadores como aos socorristas, para que proporcionem um atendimento mais humanizado.

Essa perspectiva de socorro humanizado não encontra ressonância completa entre os socorristas, todavia angariando o apoio de alguns deles. Percebi com o tempo que o conflito entre apoio psicossocial e socorro não envolvia apenas duas perspectivas diferentes de trabalho; envolvia também um conflito moral e político. Havia, entre os dois grupos algo da ordem da acusação moral. Em um dos lados – o do apoio psicossocial – dizia-se que os socorristas não conseguiam lidar com o fato de o apoio psicossocial ter virado referência para os familiares e de atuação em emergências e desastres no país.

Ao lado desse status, observo que o apoio psicossocial também representou a entidade diante dos meios de comunicação. Verônica e sua equipe se pronunciavam na imprensa, elaborando narrativas ou crônicas (FASSIN, 2014) sobre a situação dos familiares. Esse lugar de enunciação adquirido pelo apoio psicossocial da Cruz Vermelha, segundo Verônica, teria despertado certa inveja.

Não disponho de informações sobre acusações morais feitas por membros da equipe de socorro. Em que pese minha pouca convivência com os socorristas, pude perceber certa hostilidade de alguns agentes humanitários para com a equipe de apoio psicossocial, mas também certa identificação com os mesmos, por parte de outros. A eventual animosidade em terreno moral não deixa de ser a expressão de um conflito político, travado, ao fim e ao cabo, ao nível das duas lideranças fortes dentro da entidade: de um lado, a coordenadora do apoio psicossocial, psicóloga, e, de outro, o presidente da entidade, socorrista e radialista. Visto de um ângulo mais abrangente, tal disputa de poder entre as lideranças das equipes se acomoda aos contornos da dicotomia de perspectivas, posto que a liderança socorrista atua dentro da perspectiva fisicalista, enquanto a liderança do apoio observa a perspectiva dos danos psicossociais. Esse dilema ao passo que outras experiências em desastres acontecem vai sendo suavizada, e se dá um processo de expansão da noção de apoio

psicossocial como essencial para eventos de grande porte, implicando a atuação da divisão de apoio psicossocial como referência para os próximos desastres, como a queda do avião do time de futebol Chapecoense neste ano.

### 3.3 TRAUMA ENQUANTO CATEGORIA E METÁFORA

Josiane, professora adjunta da Universidade do Oeste do Paraná, responsável pela aula e tópico do manual “Primeiros Auxílios em Situações de Desastres”, refere-se ao trauma como uma condição que se instala, por exemplo, quando a vítima está catatônica e não consegue ter sensações e ela tem de ser auxiliada a voltar a ter tais sensações como a dor e a viver a experiência do luto. É nesta transição que o trauma se configura no self da vítima. Nesse sentido, quando questionada se o trauma sempre acontece, ela refere que depende das referências com as quais se trabalha. Aqui parece, como em vários momentos do curso, haver um dilema entre a profissionalização do voluntário e o tipo de especialização que lhe é exigido para cumprir com ações de apoio psicossocial. A todo momento é dito que não é preciso ser profissional de psicologia para ser apoiador psicossocial, no entanto, várias vezes notei a referência à “profissionais” em vez de “voluntários de apoio psicossocial” e percebi também o uso de categorias que poderiam ser consideradas próprias à psicologia ou não, mas que são definidas a partir dela.

Seu material é elaborado com base nas orientações para primeiros auxílios psicológicos desenvolvidas por dois organismos americanos o National Child Traumatic Network e o National Center for Posttraumatic Stress Disorder. A referida autora defende que por mais que tenham sido produzidas em outros contextos, tais textos possuem adaptabilidade. As duas referências, ainda que não analisadas para esta tese, já em seu título apontam uma ambiguidade, uma utiliza a noção de trauma, que está mais ligada à psicanálise ou a uma aceção comum para falar de como as pessoas lidam com experiências que são consideradas traumáticas, e a outra trata diretamente de TEPT.

Por mais que tenha havido a controvérsia se o trauma realmente acontece ou não, no manual e na cartilha de apoio psicossocial que consta no site da CVBSM a

situação posterior ao desastre é referida como “pós-trauma”. O que nos leva a pensar aqui no significado que esse termo tem. Parece-me que o trauma surge neste contexto, como já referido por Didier Fassin (2014) não só como uma categoria psiquiátrica (ligada ao TEPT) ou como um fato ligado ao psicológico<sup>17</sup>, mas como um “termo metafórico”. Na análise de Fassin (2014) o trauma se configura como termo metafórico para designar o sofrimento de pacientes e da própria nação.

Entretanto, acredito que outros sentidos transitam no campo, parece-me que as palavras trauma e traumático circulam de tal modo que não estão mais intimamente associadas à categoria de TEPT ou à sua acepção no campo psi, e justamente por isso elas aparecem como ambíguas e são usadas nos mais diversos sentidos. São esses diferentes usos que serão analisados na tese como um todo.

Por sua vez, no curso o termo trauma é usado para se referir a uma potencialidade dos eventos classificados como acidente, emergência, desastre, catástrofe ou calamidade. Tal potencialidade está mais ligada à esfera individual. Assim, quando se referem ao trauma como algo que uma vítima pode desenvolver, ele é relativizado, pensado como algo que pode se instalar durante o processo de sofrimento desenvolvido pela vítima ou familiar de vítima (que aqui é intitulado também de vítima). Quando referido como “evento traumatizante” passa uma ideia de experiência totalizante vivenciada pela cidade como expressão metafórica, da mesma forma como se encontra nos jornais dos primeiros dias pós-desastre.

No entanto, é preciso esclarecer que na teoria nativa do trauma empreendida no curso, trauma e TEPT não são a mesma coisa. Estar traumatizado parece se referir a algum tipo de sofrimento que necessita de uma intervenção, e Transtorno de Estresse Pós-Traumático se trata de uma doença psiquiátrica, entre as possíveis, que contém características específicas que estão ligadas somente a essa doença.

Para Fassin (2014) foi com a assunção do trauma e da delimitação do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em 1980 que a vítima passa a ser reconhecida em seu sofrimento e sai desse lugar de suspeição, passando a adquirir

---

<sup>17</sup> No contexto das referências dadas pela Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria o trauma aparece como não necessariamente significando Estresse Pós-Traumático, mas aparece sim como algo ligado ao psicológico. O que não fica sempre claro é se esse fato ligado ao psicológico é uma *reação normal* (estes termos são muito utilizados, mas me questiono o porquê de categorizar a situação pós-desastre como pós-trauma) ou uma “reação anormal”, isto é, patológica.

seus direitos. Portanto, o nascimento da categoria de TEPT é resultado não só de uma descoberta psiquiátrica, mas principalmente de uma cruzada moral em torno da vítima e do seu reconhecimento como portadora de direitos.

No caso da CVBSM pode ser considerado que a entidade faz parte da moral humanitária que tem início no final do século XX. Tal moralidade busca no testemunho uma forma de mostrar o sofrimento alheio recorrendo a categorias psicológicas e psiquiátricas para fundamentar suas teses. Portanto, o apoio psicossocial usa de categorias clínicas, como trauma, para fazer o testemunho não só sobre o que passaram como profissionais, mas para traduzir o sofrimento das vítimas. A linguagem do trauma é usual, no entanto não está relacionada necessariamente a um conceito, desordem ou doença. Trata-se de um modo de atentar para o impacto ocasionado, para a dor, para a dificuldade de comunicar a dor e viver o luto. A noção de trauma aqui parece falar muito mais sobre a reverberação do fenômeno em suas vidas. O trauma pode significar, pois, a dificuldade de lidar com a dor, de comunicá-la e de voltar a uma rotina como a existente antes da morte cruel de seus filhos, ou, quando referido aos profissionais e voluntários, como uma marca irrefutável em suas vidas.

Era muito comum entre agentes humanitários da equipe de apoio psicossocial da Cruz Vermelha uma referência vaga ao trauma que, por vezes, é referido através de expressões tais como “eles vão começar a sentir” ou “as doenças vão começar a aparecer”. Isto é, o trauma enquanto categoria psi só iria se instalar a partir de alguns meses após o incêndio, pois os familiares ainda estariam em estado de negação. As cinco fases do luto (negação, raiva, negociação, depressão e aceitação) eram vistas como não cronológicas, mas havia uma narrativa sobre o tempo: depois de passado um tempo é que as patologias começariam a aparecer, como TEPT e depressão. Elas não iriam, como eu já me referi, necessariamente acontecer, mas existiriam como potencialidades, visto que seria necessário “cair a ficha”.

Destarte, em sua acepção mais técnica no campo humanitário local o trauma enquanto transtorno, ou enquanto causador de transtornos obedeceria à um tempo. O que dialoga com a conceituação do TEPT no DSM V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) no qual o TEPT só pode ser observado a partir de 90 dias após o evento.

Verônica também se referiu a data do aniversário de um ano do incêndio na boate como o fechamento de um ciclo, no qual o amanhecer da madrugada do dia 27 de janeiro de 2014 representaria esse “cair a ficha”, pois os familiares, após passarem a noite em frente à boate, “perderiam de novo” e perceberiam que não tinham de fato mais seus filhos vivos. Nesse horário eu não estava mais em frente a boate, mas foi relatado pela informante que o número de atendimento feito pela CVBSM mais que dobrou após o dia começar a clarear, uma vez em que se repetia aquele momento no qual no dia 27 de janeiro de 2013 eles amanheceram percebendo a perda. Portanto, o tempo é reconhecido na narrativa da CVBSM como um elemento que traz à tona o trauma vivenciado, mas silenciado pela desacreditação no ocorrido. Os familiares até então, à época do curso, estariam nesse processo de percepção de realidade do desastre que teria chegado ao seu fim neste ritual vivido em frente à boate.

Outro elemento que reitera a ideia de que há uma “crônica desenvolvida pela narrativa e diagnóstico” como reflete Fassin (2014) é a referência da CVBSM à tenda da vigília que foi instalada pela AVTSM em frente ao Banrisul, na praça Saldanha Marinho – praça central de Santa Maria. A ação consistia em que cada dia uma família de vítima ficasse na tenda para receber abraços e para lembrar à cidade do acontecimento, para que “não caísse no esquecimento”. Essa ação era vista como perigosa por Verônica, e, pelo que percebi pela CVBSM em geral, uma vez que as pessoas teriam que narrar o seu sofrimento. Da mesma maneira as matérias jornalísticas também eram vistas como potencialmente danosas, pois explorariam o sofrimento, e “obrigariam” as pessoas a contar aos visitantes que viessem à tenda a sua história. Isso poderia causar uma nova vivência da dor e do trauma. Interessa referir que por mais que o TEPT aparece apenas como uma possibilidade, a noção de trauma, e a temporalidade conceituada para o desenvolvimento do TEPT são ideias que circulam apesar de não haver referência direta. Portanto, o trauma é uma categoria muito utilizada pela Cruz Vermelha ainda que de formas particulares e locais.

### 3.3.1 Trauma versus reações normais do luto

No tópico sobre história da psicologia das emergências e desastres do manual, organizado por Verônica, ela faz uma cronologia do surgimento da disciplina de psicologia em emergências e desastres. É possível perceber em sua cronologia a busca por uma linha que demonstre como tal disciplina foi de uma prática voltada exclusivamente das “reações pós-desastre e pós-trauma”, de ordem diagnóstica, para uma perspectiva de capacitar “psicologicamente” comunidades para enfrentar emergências, bem como uma abordagem de evitar danos e proporcionar o “retorno à normalidade”. Também é possível entender que há uma ênfase na passagem de uma disciplina que inicia vinculada à psicologia do trauma e a pesquisas que se vinculam ao estudo do TEPT para uma ênfase na “resiliência e aos comportamentos adaptativos”, de uma psicologia mais comunitária e social.

Em uma cartilha que consta no site da entidade CVBSM, torna-se perceptível o seguinte modo de pensamento sobre a vivência pós desastre: “O desastre e pensamentos do incidente podem vir novamente, é comum reviver o trauma muitas vezes”. É uma das *reações comuns* nos primeiros dias após o desastre, segundo a cartilha, sendo que “reviver o evento todo o dia ou noite” já é classificado como *sintoma* que pode aparecer nos primeiros dias, uma vez que tais *sintomas* podem ser vividos de modo a *elaborar o trauma* e retomar o cotidiano, os sintomas não são necessariamente produtos do TEPT. Percebo, então, que há uma diferenciação entre reações comuns, que ocorrem frequentemente, e sintomas, que ocorrem de forma menos frequente e ainda assim podem ser revertidos nesse processo de retomar o cotidiano “normal”.

O que interessa nesse ponto é que a noção de trauma veiculada é praticamente uma outra forma de falar do impacto vivenciado pelos atingidos e envolvidos no resgate e demais ações. Há também um tópico que dá dicas às pessoas “traumatizadas” em como elaborar o trauma. Chorar é uma das práticas reconhecidas pelo apoio psicossocial como possibilitadora de uma retomada na medida em que pode contribuir para “aliviar”. Tal processo de elaboração do trauma acontece nessa relação entre reações comuns e sintomas, que podem ser identificados pelos apoiadores psicossociais treinados para tanto.

Afinal, por mais que, como explicitado no início do tópico, exista uma ênfase em ressaltar o deslocamento da psicologia de desastres de uma psicologia do trauma para

outra que pense o comportamento adaptativo e os processos de resiliência o apoio psicossocial é uma tecnologia que abarca uma série de saberes e práticas que têm sido desenvolvidas criando uma nova área de produção de conhecimento e também de intervenção de psicólogos e psiquiatras, assim como outros trabalhadores da saúde mental. O "social" aqui é uma categoria que serve para gerenciar as relações e o contexto, de modo a proporcionar o que chamam de "luto normal" e essa gestão do sofrimento se dá, portanto, através de uma expansão da psicologia para além do consultório.

Para finalizar, não é porque atualmente as entidades têm se afastado da noção da categoria diagnóstica de TEPT que isso implique a não existência de um gerenciamento do sofrimento. A própria definição de reações "normais" *versus* sintomas de acordo com a proximidade temporal do impacto acaba por criar também uma normatização do sofrimento na qual se espera as mais diversas reações dos atingidos e articulam técnicas e práticas psi para o gerenciamento não só da dor, mas das relações estabelecidas pelos afetados.

### 3.4 A CONSTRUÇÃO DA VÍTIMA NO MANUAL E NAS AULAS

Em aula, Cristina comentou que “se estamos prestando um serviço, é cliente”. E assim ela nomeou as vítimas dos incidentes. No entanto, não houve por parte dos outros palestrantes o uso dessa denominação, o que mostra que não há um consenso ou um sentido unívoco do que seja a vítima. Por vezes, as vítimas eram tomadas como um coletivo, como quando Verônica falava da Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss, mas na maioria das vezes a vítima era tomada como um ser individual que precisa de um atendimento focado somente nela ou para sua família.

Na “avaliação da cena”, como descrita no manual, a questão que se repete era a da avaliação das condições de segurança. Em primeiro lugar, a segurança da pessoa que ajuda, em segundo a da vítima e em terceiros a de familiares, testemunhas, curiosos. Nessa primeira avaliação também se deve observar o número de vítimas e a “natureza da doença” ou trauma em questão. Essa avaliação deve ser rápida e envolve

uma série de outros elementos. As condições de segurança pessoal e a da equipe (dos envolvidos) deve ser observada antes mesmo do primeiro contato com a vítima ou com as vítimas. Após a observação das condições de segurança deve-se começar o “gerenciamento dos riscos presentes e o controle dos mesmos”, como sinalização, isolamento, estabilização de veículos, controle de tráfego, desligamento de cabos eletrocutados e motores, *air bags*, entre outros, além da retirada de vítimas em situação de risco eminente. No entanto, se há perigo de fogo, apenas os bombeiros devem entrar nessa área chamada de área quente. Em terceiro lugar vem a identificação do total de vítimas e avaliação da necessidade de recursos adicionais especializados (em rede elétrica, por exemplo). Este item do manual - talvez por ser uma aula que instrui mais sobre a ação dos socorristas do que dos apoiadores psicossociais - preconiza que se a vítima está caminhando ela não está em risco eminente de vida. Dessa forma a vítima é vista como sem ação. A ela nenhuma agência é atribuída: ela é a vítima resgatada, à espera do seu socorrista.

Nas aulas sobre apoio psicossocial o que presenciei foi imensamente diferente. As vítimas agiriam no cenário, conformando o que é nomeado como caos. O caos, segundo Verônica e outras palestrantes seria o que encontramos quando chegamos numa cena de desastre: pessoas chorando, pessoas catatônicas, pessoas agressivas, gritos e curiosos.

É em meio a esse caos que o voluntário deve operar em busca da ordem e do socorro às vítimas e familiares em piores condições. O caos é a primeira fase do desastre, durando 20 minutos; a segunda é a reorganização, que dura de 20 a 40 minutos; e a terceira é a coordenação, de 40 à 90 minutos. Dessa forma, o ambiente do desastre é também ordenado por uma cronologia social de como deve transcorrer o contexto existente de acordo com a atuação das equipes.

A questão de não se expor ao perigo, também é interessante refletir a partir da ótica colocada por uma instrução do manual de que você não deve se tornar também uma vítima. No item “Atuação dos profissionais de apoio psicossocial em desastres”, de Verônica, o ser humano é apresentado como impotente e vulnerável frente a eventos catastróficos. Após o desastre, segundo o manual, as pessoas são afetadas, mas reagem de diferentes formas precisando de amparo para se “restabelecer”. O trabalho

de apoio psicossocial é apresentado como interdisciplinar, sendo que os diversos agentes atuantes buscam possibilitar um ambiente para essa reestruturação da vítima e da comunidade atingida. A psicologia deve estudar o comportamento das pessoas expostas a riscos, observando as experiências do trauma. Nesta aula o trauma é colocado como um produtor de estagnação, levando as pessoas a uma desorganização corporal, perda de sentidos, paralisia da consciência temporal – abalando a criatividade e a motivação da pessoa para a vida. Portanto, o trauma deixa, teoricamente, a pessoa sem agência no espaço.

O desastre ou catástrofe possui fases de impacto que são descritas da seguinte forma: pré-impacto – que tem como reações observadas o medo, a passividade, a negação do risco, a resistência à mudança e a invulnerabilidade; a fase do impacto – que tem como reações observadas a ansiedade, preocupação, culpa, desorientação, lentidão de raciocínio, confusão com relação ao tempo, rebeldia, exposição ao “boato”, entre outras; e, por fim, a fase do pós-impacto – tendo como reações o desespero, luto, vulnerabilidade, vitimação<sup>18</sup>, isolamento. Então, como pode-se perceber, a pessoa começa numa situação de não-ação, para uma ação no contexto que passa por mudanças psicológicas.

Por fim, a vítima é construída como aquela que perdeu, a vítima com ausência. Além disso, ela pode estar traumatizada, perdendo sua criatividade, e também pode estar desorientada num primeiro momento pós desastre, precisando de uma intervenção que a faça voltar a um “agir mais são e competente”. A vítima traumatizada fisicamente é apresentada sem qualquer agência, inclusive na cena do desastre. Ela está imóvel, traumatizada, mas está em risco por agentes externos ou até mesmo por curiosos, ou outras vítimas que possam movê-la. É uma vítima a ser protegida fisicamente recebendo apoio psicossocial somente após a resolução desses problemas, pois a prioridade é a “manutenção da vida”.

Enquanto isso, a vítima atendida pelo apoio psicossocial está em meio ao caos, pode estar desorientada, catatônica, sem qualquer reação, ou aos prantos, em intenso movimento, dependendo da fase em que se encontra – como descrito acima – mas

---

<sup>18</sup> Ao questionar o que seria, foi-me explicado que são afirmações como “nada mais tenho a fazer da minha vida”

também em perigo pela ação de curiosos que podem fazer perguntas inconvenientes em que a pessoa não está no melhor momento para responder; pelo contrário, ela é que quer respostas. São vítimas a serem tratadas, retomadas à realidade, sem a criação de falsas esperanças de que vai ficar tudo bem.

Pode-se perceber que é construída uma noção de agência por parte de meus interlocutores, o “agir mais são e competente”, mas essa competência só pode ser adquirida pela ação do apoiador psicossocial que vai contribuir – e me parece que essa é sua função no desastre: que o caos retorne à ordem. Organizar o espaço do desastre de modo a que as pessoas permaneçam nos locais a elas estabelecidos, como nos toldos colocados no chão com as cores correspondentes “ao seu START” é uma dessas funções. Isso foi visível no simulado prático: a função que os voluntários de apoio psicossocial em formação tinham era a de acalmar as pessoas, conseguir informações para os familiares, trazer as pessoas catatônicas “de volta”, mas principalmente fazer com que as pessoas ficassem em seus lugares estabelecidos organizando o ambiente.

### 3.5 O MÉTODO START

O método START é um sistema de classificação no processo de triagem de vítimas quando os recursos não forem suficientes para o atendimento de todos. Ele tem origem num sistema de classificação para feridos no campo de batalha, criado por Dominique-Jean Larrey (1766-1842), no qual é dada prioridade para a evacuação e tratamento daqueles com maior possibilidade de retorno ao *front*. Portanto, o método START tem origem em uma tecnologia de guerra.

Como explicado no manual, START é um método de triagem que identifica as vítimas por cores. Da cor amarela à cor preta, passando pela verde e vermelha, o método vai da última prioridade ao socorro imediato ou primeira prioridade. A cor preta, última prioridade, são os mortos. O método trata-se de um processo de classificação da gravidade das lesões com vistas a definir as prioridades para maximizar o número de sobreviventes. Nessa relação de prioridades, a pessoa pode evoluir de prioridade, portanto, mudar através de um novo sintoma que surja ou uma nova avaliação.

As perguntas que a pessoa que estiver classificando deve fazer são as seguintes: Deambulando?<sup>19</sup> Se sim, verde; se não, perguntar-se se ele respira. Caso não, ver se ele respira depois de abrir as vias aéreas. Se sim vermelha, se não, preta. Se a pessoa estiver respirando deve-se perguntar sobre a quantidade de incursões respiratórias por minutos. Se for maior de trinta, vermelha; com menos não é classificada neste momento. Alguns comandos são ditos, como “aperte a minha mão” (OLIVEIRA, 2013, p. 13). Caso o paciente responda é amarelo, se não responde é vermelha; As verdes são as pessoas que estão caminhando e não apresentam quaisquer dos problemas mencionados acima.

Pensando a relação entre técnicas de sobrevivência e trauma psicossocial, como já foi dito, a prioridade é a “manutenção da vida”. Como manutenção da vida se entende a prioridade do atendimento médico, isto é, existe um entendimento de que são os problemas físicos que causam a morte imediata. É com base nesta prioridade de ação que se dá a atuação primeira em um cenário de desastre. Os danos psicossociais são trabalhados após o socorro físico imediato das vítimas. De acordo com o que observei no simulado prático (onde foi possível perceber as instruções transmitidas de como atuar) a equipe de apoio psicossocial só “entra em cena” após ordem do posto de comando. O posto de comando se trata de um veículo que fica na cena do desastre no qual uma instituição ou grupo de instituições que está no comando das operações de resgate se estabelece e atua coordenando cada passo a ser dado. Ele é descrito, por Jerônimo, em sua aula sobre o Sistema de Comando de Operações (SCO) como um “modelo ou ferramenta gerencial para organizar o caos que é um desastre”. O posto de comando é apresentado como sendo uma tecnologia adaptável a “qualquer tipo de desastre ou calamidade”. No simulado, por exemplo, as equipes de apoio psicossocial só entravam na “cena do desastre” após a classificação em cores das vítimas envolvidas pela equipe de socorro e após a ordem do posto de comando que gerenciava as ações desenvolvidas pelas equipes.

No caso da Kiss é relatado que o sistema de comando de operações (SCO) não foi implementado integralmente, mas que ele teria funcionado muito bem. O SCO é apresentado por Jerônimo quase como uma ferramenta para contenção de disputas

---

<sup>19</sup> Caminhando.

entre as instituições, pois ao dizer que o sistema funcionou muito bem na Kiss ele acrescenta “não houve fogueira de vaidades”, e em vários momentos se referia a pessoas que tentam “furar o barco” ou “aparecer” no contexto do desastre. Esta ferramenta delimita então quem está no comando estabelecendo de onde vem as ordens, o que não daria certo, segundo ele, se não houvessem tais definições quanto à origem do comando da operação.

Há o estabelecimento de uma zona quente, uma zona morna e uma zona fria. Na zona quente, não se entra. Somente os bombeiros entram, após eles liberarem, a entrada fica livre. Até então apoiadores psicossociais e socorristas só adentram este espaço apenas se forem chamados pelo posto de comando. No simulado prático fomos chamados à zona quente para atuar junto aos familiares das vítimas que se aglomeravam em torno dos corpos que estavam próximos aos escombros do morro que havia desabado, cenograficamente. Os mortos se tratavam de crianças, pois havia tido uma colisão de um ônibus escolar numa colina. A zona morna é a área de triagem onde se separa os mortos e os feridos em escalas de prioridade de atendimento. Interessante que, segundo Cristina, “os mortos não são nosso compromisso”, no entanto, no desastre da boate Kiss foi Jerônimo um dos responsáveis pelos encaminhamentos dos corpos ao Centro Desportivo Municipal. A triagem para envio ao hospital e o encaminhamento dos mortos aconteceu simultaneamente.

Verônica narrou em uma conversa uma situação que ela considera “humanizada” e resultado de seu trabalho de sensibilização nos profissionais do socorro com relação à importância do apoio psicossocial. Quando os familiares estavam reconhecendo os corpos no Centro Desportivo Municipal, após o incêndio na boate Kiss, os socorristas que estavam disponíveis para atuar caso algum familiar passasse mal perceberam que os familiares não reconheciam seus filhos pelos rostos, alguns entravam e saíam do CDM repetidas vezes, outros reconheciam por objetos pessoais. Eles identificaram que os pais não os reconheciam devido ao acúmulo de fuligem nos rostos, e com álcool e gaze começaram a limpar os rostos dos mortos para que os pais pudessem “ver que seu filho estava ali”. Percebo nesta fala de Verônica, não só um “ver que está ali” físico, mas o sentir seu filho ali, numa concepção bastante psicologizada da presença do morto.

Também no desastre foram formados grupos de psicólogos que acompanhariam as famílias no reconhecimento dos corpos. Como tratamento dado diretamente aos corpos, só conheço esse relato de Verônica acerca da limpeza dos rostos. Acredito ter sido uma iniciativa individual, e não da organização. Mais uma vez, percebe-se que a experiência relatada ultrapassa a técnica apresentada. Entretanto, há também presente no curso uma espécie de banalização da morte: a morte é introduzida como uma constante no cenário dos desastres e é na convivência com ela que o trabalho deve ocorrer.

De acordo com Cristina, no que concerne à questão da segurança, prioriza-se, nessa ordem: a si mesmo, minha equipe e, só então, a vítima. Não se trata aqui de dizer que pensar na segurança das equipes não é necessário, ela é de suma importância. Em se tratando de um trabalho rotinizado de atendimento a emergências, desastres e catástrofes, deve-se pensar nas condições de trabalho dos prestadores de socorro para que eles estejam em condições de perpetrar seu trabalho e para que se tenha em vista a preservação das suas vidas. Mas é justo aí que se encontra um dilema, já apresentado por Didier Fassin (FASSIN, 2007). Qual vida vale mais, aquela a ser salva ou aquela que salva? Que vida deve ser arriscada? Esse é o dilema do humanitarismo que, de certa forma, é enfrentado pela Cruz Vermelha Filial de Santa Maria.

### 3.5.1 Paradigma fiscalista versus danos psicossociais

A questão do socorro está presente no curso e no manual. Ela não faz, no entanto, parte das atividades de um apoiador psicossocial, foco da formação no curso. É claro, mesmo para voluntários não-socorristas, seriam necessárias algumas noções de como os socorristas atuam e onde ficam posicionados os apoiadores psicossociais num cenário de desastre e emergência; mesmo assim, surpreendeu-me o grau de detalhamento das instruções para identificação e critérios de priorização de vítimas.

Também é digno de nota o encaminhamento da seção do curso dedicada à “avaliação da cena” – quando, a partir do que se vê no cenário do desastre, passa-se a identificar onde atuar primeiro e como dividir a equipe. Presume-se, no cenário, que a

identificação e determinação de prioridades recaiam sobre o “líder da equipe” (posto assim designado no simulado prático).

No treinamento para avaliação de cena, os voluntários de apoio psicossocial aprendem a avaliar a cena *a partir da perspectiva do socorrista*. Ora, essa última é pronunciadamente baseada em sintomas e características identificadas no corpo físico. Em virtude de seu alinhamento com a concepção biomédica do corpo, chamarei de *perspectiva fisicalista* o ponto de vista privilegiado pelo estágio da formação.

Emerge daí uma dicotomia entre o paradigma fisicalista e olhar atento para danos psicossociais. Ainda que sejam destinados a apoiadores psicossociais, a aula de avaliação da cena e, em especial, o manual são elaborados tendo-se em vista a perspectiva de um socorrista. Não constam detalhes de como um apoiador psicossocial deve “avaliar a cena” e definir onde deve atuar primeiro; o que há são instruções de como avaliar quais vítimas devem ser atendidas primeiro a partir da perspectiva fisicalista, mediante o método START.

Já no curso as dúvidas sobre como identificar quem atender primeiro da perspectiva dos danos psicossociais se fizeram bastante presentes. Mas não havia consenso sobre quem atender primeiro. Em vez disso, havia um entendimento de que quem porventura estivesse chorando mais não necessariamente estaria sofrendo mais; assim uma pessoa em silêncio absoluto poderia estar em intenso estado de sofrimento e mesmo uma pessoa conversando normalmente poderia estar sofrendo severamente ou em estado de negação, podendo desenvolver danos graves ao passar do tempo.

A levar em conta o que precede, a avaliação por parte do apoiador psicossocial parece ter sido considerada mais subjetiva do que a avaliação do socorrista. Mas que não deixa de evidenciar uma dicotomia entre a perspectiva fisicalista que identifica suas prioridades através dos sinais vitais -, respiração, capacidade de resposta e mobilidade -, estabelecendo assim que uma pessoa que está caminhando não é foco de atendimento prioritário, mas pode ser justamente essa pessoa o foco do atendimento psicossocial. Portanto, podem não compartilhar das vítimas a serem atendidas. E, como é ensinado no curso “a prioridade é a vida” e a vida aqui é composta por características fisiológicas, quem “entra em cena” primeiro são os

socorristas. Somente depois de o trabalho de socorro ter sido feito e as vítimas terem sido classificadas de acordo com o método START é que os apoiadores psicossociais vão atuar com quem aguarda atendimento no local (visto que as ambulâncias disponíveis, dependendo do número de vítimas e da capacidade da cidade, não são correspondentes à necessidade do momento). Pude observar isso durante o simulado prático, no qual um exemplo de cena caótica foi montado. Os voluntários de apoio psicossocial deveriam atuar com as vítimas instaladas no hospital improvisado sob uma tenda (podendo este ser montado dessa forma na cena do desastre, não somente no simulado) e com as vítimas nas diversas cores do START; na cor preta (morte) a atuação se dá apenas com os familiares e somente após ordem do posto de comando.

Nas estatísticas de probabilidade de sobrevivência das vítimas, figura o que eles chamam de “hora dourada”: nela, o atendimento definitivo em até uma hora após o trauma físico garante 80% de chance de vida. No apoio psicossocial, o atendimento é mais focado na qualidade. Deve-se pensar em ajudar a vítima ou os familiares pelo tempo necessário – estenda-se esse período pela tarde inteira ou por toda uma semana. Simone, ex-psicóloga da Cruz Vermelha e especialista em luto, disse que essa foi a situação que vivenciou “na Kiss”: o tempo todo ela passou com apenas uma das famílias. Percebe-se então a dicotomia entre um atendimento informado pela perspectiva fiscalista, multifocado, rápido e distante e outro, informado pelos danos psicossociais, próximo, focado na pessoa ou família e prolongado.

Essa dicotomia se apresentou muito forte neste primeiro curso. No entanto, ao passo que outras edições são elaboradas, outras experiências em desastres adquiridas pela CVBSM, e com estudos desenvolvidos por Verônica e outros voluntários, a dicotomia se dissolve e aparenta que o apoio psicossocial da Cruz Vermelha se transforma e se dedica mais detidamente às questões psicossociais no cenário de desastre.

### 3.5.2 Desigualdades de vidas

A atuação dos apoiadores psicossociais no START verde ou frio se deve ao fato de a prioridade ser a preservação da vida, logo o socorro físico. No entanto, conforme expus, o próprio socorro físico é feito por estabelecimento de prioridades através do mesmo método (o mais utilizado, segundo a CVBSM). O START coloca um dilema já explorado por Didier Fassin ao refletir sobre o humanitarismo. Para o autor, o humanitarismo é um discurso moral e um discurso político, é uma ação tomada em nome de uma humanidade compartilhada.

Em “Inequality of lives, hierarchies of humanity: moral commitments and ethical dilemmas of humanitarianism” Fassin (2010) sublinha que a ação do humanitarismo é sempre situada e que dois conceitos estão em jogo em sua definição: uma política da vida e uma avaliação da humanidade. É, pois, fundado na desigualdade de vidas e em hierarquias de humanidade. Essa é a aporia do humanitarismo. Retomo aqui que Fassin fazia parte do quadro dos Médicos Sem Fronteiras; a sua é, portanto, uma crítica interna, que leva em conta uma vivência da prática do humanitarismo. Não se trata de uma crítica desprovida de horizonte construtivo, de contribuição.

No contexto desse debate, Fassin (2010, p. 240) elenca três tipos de vidas: vidas a serem salvas, vidas a serem expostas e vidas a serem contadas. Trata-se, portanto, não apenas de uma biopolítica, mas de uma política da vida que mede o valor e o peso das vidas. Didier Fassin (FASSIN, 2010) não deixa de considerar que é muito sofrido ter de escolher entre categorias de vítimas (como acontece no método START, com a hierarquia das vidas que serão salvas em primeiro lugar, depois em segundo, e assim por diante). Ele dá o exemplo de Angola, onde se conseguiu salvar através da alimentação milhares de pessoas, mas não se dava conta das mulheres violentadas e dos tuberculosos. Deve-se levar isso em consideração e não abordar os interlocutores da Cruz Vermelha como pessoas frias que simplesmente aplicam um método sem viver dilemas, mas como pessoas com sentimentos e vocações que estão em constante conflito entre o “limite da doação” e a técnica, como eu já expus em tópico anterior.

Em “Humanitarianism as a Politics of Life” (FASSIN, 2007) encontra-se o relato de uma reunião realizada pelos Médicos Sem Fronteiras em Paris. Dentre os diversos assuntos em pauta, um dos mais debatidos foi o estado das operações no Iraque. A

reunião ocorrera em 2003, quando uma equipe do MSF foi ao Iraque para contribuir no auxílio às vítimas. Oito dias antes da realização do encontro, os EUA anunciaram que suas tropas estavam prestes a bombardear o país. Inicialmente, o MSF havia decidido, que enquanto Saddam Hussein estivesse no poder, a instituição não levaria ajuda à população iraquiana, uma vez que isso seria reconfortante para o ditador. Mudaram sua posição após negociações com o Ministério de Saúde Iraquiano e à preocupação com a iminência da guerra. Segundo o autor, o debate sobre essa questão teria evidenciado o velamento da verdade mais dolorida, a saber, a radical desigualdade que subjaz a essa economia de vidas humanas.

Fassin (2007) considera a questão da ação humanitária como constitutiva de uma das formas paradigmáticas das políticas da vida e introdutora da dialética entre vidas a salvar e vidas a arriscar. As “políticas da vida” dão valor e significados específicos à vida humana. Elas têm como objeto a defesa de causas que pressupõem não apenas deixar outras causas de lado, como também a produção de representações públicas dos seres humanos a serem defendidos. A questão que interessa ao autor é “que tipo de vida é implícita ou explicitamente levada em conta na política de trabalho da intervenção humanitária?”.

Ao lançar luz sobre o significado profundo da política humanitária da vida, bem como sobre a aporia que dela resulta, Fassin examina essa experiência de modo a aportar em lições mais abrangentes. Ele entrevê uma fusão entre política e humanitarismo, indicada pela humanitarização da gestão das crises internacionais (a legitimidade das intervenções se desloca da esfera legal pra esfera moral) e uma politização do campo não-governamental humanitário. As políticas humanitárias da vida baseiam-se em um ponto de vista entrincheirado em favor do "lado das vítimas." A ordem mundial, que supõe, é composta por poderosos e por fracos. A ação humanitária tem lugar no espaço entre os dois, ao ser implantada entre os fracos e denunciar os abusos dos poderosos (2007, p. 512). As entidades humanitárias pretendem se colocar entre os países pobres e os ricos, romper fronteiras, pois reconhecem a existência de vítimas em ambos os lados.

No entanto, esse processo essencializa as vítimas: “(...) contra a densidade de suas biografias e da complexidade da história, ele desenha uma

figura a que a ajuda humanitária é dirigida” (FASSIN, 2007, p. 512). Tal construção se faz necessária para justificar o humanitarismo. Nesse sentido, o tópico desenvolvido neste capítulo sobre o modo como a Cruz Vermelha Filial de Santa Maria constrói a vítima, objeto de sua ação humanitária, caracteriza-se pela ausência. Além disso, na configuração assim definida, as pessoas podem, muitas vezes, se submeter voluntariamente à categoria atribuída a elas: entendem a lógica dessa construção e antecipam seus benefícios principais. O princípio ontológico da desigualdade encontra a sua manifestação concreta no ato da assistência, por meio do qual os indivíduos identificados como vítimas são estabelecidos. Eles são o débito do mundo, só podem receber.

O autor considera que quando a equipe do MSF decidiu ficar em Bagdá (os ataques começam e eles decidem ficar) tornou-se explícita a questão da igualdade de vidas – todas as vidas tornaram-se iguais novamente, todos estavam vulneráveis (2007, p. 513). Desse modo, desloca-se a desigualdade radical entre a vida sagrada de um lado e a vida sacrificável de outro. No entanto, quando o perigo passou de hipotético a real, a intervenção foi suspensa; assim, as contradições inerentes a uma política declarada de arriscar vidas (ideal) não se sustentou diante do perigo real (membros foram tomados como reféns). Quando acontece um sequestro, os objetivos iniciais da missão são desviados para se concentrarem unicamente em salvar o companheiro raptado. Assim, mesmo no contexto humanitário, nem todas as vidas têm o mesmo valor.

Em conexão com os comentários em torno da experiência iraquiana, importa ressaltar, novamente, que não proponho uma avaliação moral do trabalho da CVBSM e do Humanitarismo empreendido por ela. Sigo a agenda de Fassin de uma Antropologia Moral, procurando compreender os preceitos morais em vigor nessas práticas. Portanto, o foco não é avaliar, mas analisar a moral. Neste sentido, afirmo que realmente me parecem lógicas, e principalmente para os profissionais de saúde com quem já conversei, esse tipo de práticas de proteção da vida dos agentes humanitários, na medida em que, se a vida do socorrista for ameaçada, reduz-se seu potencial de salvar outras vidas. Portanto, profissionais da saúde usam de certa economia de vidas

para pensar na multiplicação dos salvamentos ao protegerem a vida de quem socorre – afinal, ao ser protegida, ela pode salvar ainda mais.

Outro elemento que me faz pensar sobre essa economia de vidas a serem salvas e a serem arriscadas foi o próprio incêndio na boate Kiss. É evidente que muitos jovens que entraram na boate após já terem saído e sobrevivido morreram devido à falta de conhecimentos sobre como se defender da fumaça tóxica. Bombeiros foram acusados de explorar essa ignorância técnica, incentivando jovens a entrar novamente para salvar pessoas. No entanto, isso não está em questão aqui no momento, a problematização que trago é a de que realmente sem treinamento, vidas estarão em risco. Naquele momento, as vidas dos jovens estavam iguais: muitos dos que saíam se colocavam em perigo ao entrar novamente na esperança de salvar mais vidas. A partir dos relatos, noto que vínculos de amizade e de parentesco incentivaram esses jovens a arriscarem suas próprias vidas tornando a entrar no estabelecimento em chamas – um elemento a mais que não foi tematizado durante o curso de formação, por exemplo.

### 3.6 ENTRE O VOLUNTARIADO E A PESQUISA DE CAMPO

O curso de formação de apoiadores psicossociais em emergências e desastres, proporcionado pela CVBSM, que é analisado neste capítulo ocorreu em 2013 e tenho como pano de fundo experiência de voluntariado junto à Cruz Vermelha no evento de homenagem às vítimas realizados pelos familiares nos anos de 2014 e 2015. Essas duas últimas ocasiões foram bastante densas e confusas para mim. No ano de 2014 eu fui convidada por Verônica para atuar como apoiadora psicossocial na homenagem de um ano do incêndio. Eu me sentia perdida, não sabia o que fazer, principalmente porque tudo estava mais calmo do que eu esperava. Imaginava que iria lidar com manifestações de desespero a todo momento. Elas ocorreram e eu me via sem saber lidar com aquilo. Aproximei-me de poucas pessoas, resolvi distribuir água às pessoas mais nervosas e chorosas, e fiz o que eu sabia fazer, observar. Caso eu notasse alguma coisa que parecesse demandar uma conversa ou um ombro para chorar eu me aproximava, caso notasse que a situação era mais complicada, chamava Verônica.

Deparei-me com uma sensação de receio e de não ter feito muita coisa, pois parecia que eu precisava agir, visto que estava ali como voluntária, sem meu caderninho em mãos, mas disposta de uniforme, lenços e água. Eu me sentia de certa forma despida de quem eu era. Segundo Verônica, estava tudo correto, não havia nada muito técnico a fazer, o importante era escutar e estar ali. Isso me acalmou, pois isso eu era capaz de fazer. Em janeiro de 2014, estava numa fase da pesquisa bastante envolvida com a Cruz Vermelha local e já diferenciava alguns personagens políticos entre os familiares. Mas, nenhum atendimento que fiz me tocou. Em primeiro lugar, porque eu ainda não tinha uma relação muito próxima com familiares e sobreviventes, em segundo, devido ao fato de não ter feito muitas escutas de pessoas que pareciam precisar atendimento. Contudo, passei com Verônica escutando por horas mães de vítimas narrando como seus filhos eram. Naquele momento entendi que toda escuta era importante frente ao contexto que estava inserida.

Em janeiro de 2015 fui convocada novamente a atuar como apoiadora psicossocial junto à equipe da Cruz Vermelha de Santa Maria nas homenagens do dia 27 naquele ano. Durante todo ano de 2014 eu havia acompanhado os familiares organizados em movimentos nas mais diretas intervenções políticas no espaço público. Desta vez autorizada pela pessoa legitimada para isso a entrevistar familiares e me aproximar deles de forma mais direta, desenvolvi uma relação muito estreita com os familiares da AVTSM e do movimento Santa Maria do Luto à Luta, como relatei na introdução, algumas dessas pessoas são muito importantes na minha vida para muito além da relação de pesquisa.

Nesta ocasião após ser desenvolvida uma relação de interlocução, parceria, e escuta com os familiares organizados, a atuação como voluntária no 27 de Janeiro de 2015 ressoou de forma muito diferente em mim aquele ano. A partir de então cada pessoa que chorava não era um familiar relativamente genérico, mas era o Júlio, que tinha infartado no velório do filho sem perceber e já havia passado por três cirurgias. Não era mais “uma mãe de vítima”, mas a Helena, que costumava desequilibrar-se emocionalmente, gritar, ficar muito nervosa e passar mal após isso. Cada pessoa tinha uma biografia, e estar no lugar de quem ajuda, fazia com que eu me sentisse ainda assim impotente diante daquelas realidades e reações. Naquele 27 de Janeiro, chorei

no alto da rua dos Andradas, observando um pouco à distância a movimentação, e fui “apoiada psicossocialmente” por um colega voluntário da CVBSM, que naquele mesmo dia havia me questionado se eu estava entre eles apenas para pesquisar, questão que me incomodou por um longo tempo de pesquisa de campo.

Para finalizar acredito que uma contribuição que posso oferecer ao campo das emergências e desastres, assim como ao desenvolvimento de práticas de apoio psicossocial está relacionada às práticas da escuta e da identificação de formas diferenciadas de viver o sofrimento após passar por uma experiência que, sem dúvida, marcou e continuará marcando as pessoas envolvidas.

### 3.7 TRAJETÓRIA DE VOLUNTARIADO APÓS O TRABALHO JUNTO AO INCÊNDIO: Verônica e a psicologia das emergências e desastres

Verônica gostava muito de ressaltar em nossas conversas sobre a pesquisa, ou mesmo nas mais pessoais que havia sido uma personagem do livro “FACES DA AJUDA HUMANITÁRIA: A SAGA DOS VOLUNTÁRIOS DA CRUZ VERMELHA”. Ter se torna objeto de narrativa no livro da jornalista Sibeles Oliveira foi uma das experiências que a vivência do evento Kiss proporcionou a esta interlocutora. Outras experiências posteriores também importam. Entre elas, está a sua atuação acadêmica, que iniciou após o desastre, lecionando aulas como professora convidada na Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) e na Universidade Luterana do Brasil em Santa Maria (ULBRA/SM). Lecionou psicologia dos desastres e apoio psicossocial nas duas universidades, trata-se de uma disciplina complementar na graduação de psicologia de ambas instituições de ensino superior privadas.

Em seu currículo, apresenta-se como psicóloga clínica, psicoterapeuta analítica e psicóloga de emergências e desastres. Também se retrata como ex-diretora do departamento de voluntariado da Cruz Vermelha, no qual atuou por dez anos. Ainda compõem a equipe diretiva e deliberativa da filial de Santa Maria, bem como instrutora de cursos e treinamentos para profissionais de primeira resposta pela Cruz Vermelha local. Ainda se apresenta como colaboradora da Filial em Brasília, relação que principiou após o desastre da boate Kiss. A maior parte de sua descrição remete à suas experiências práticas em gestão do apoio psicossocial em desastres, destacando

sua atuação na Kiss, primeiramente coordenando a “missão” e posteriormente permanecendo no gabinete de crise e atenção. Relata também que coordenou a atuação da organização na AVTSM por cento e vinte dias.

Até então referi experiências que são aparentemente locais, todavia, a experiência no pós-incêndio da boate Kiss, principalmente, no que tange às práticas de apoio psicossocial, revelou outras dimensões de alcance. A filial de Santa Maria da Cruz Vermelha Brasileira se tornou referências para outras unidades da organização no país, como no caso da articulação da instituição em Brasília. Essa relação se efetivou prioritariamente através da articulação com dois voluntários especializados que atuam pela organização. Um dos quais, Rodrigo, presidente da Cruz Vermelha de Brasília, esteve em Santa Maria para a segunda edição do curso de formação de apoiadores psicossociais, realizado no final de 2014, para promover a aula sobre SCO, subsidiado nas suas experiências anteriores, principalmente na gestão de grandes eventos como a recém realizada Copa do Mundo no Brasil. Essa aliança decorrente do reconhecimento da experiência da unidade de Santa Maria, e principalmente, de Verônica e Jerônimo, contribuiu para que as outras unidades da organização no país tomassem a filial de Santa Maria como referência em questão de primeiros socorros psicológicos para outros eventos. O fato de ter se tornado referência também implicou que Verônica fosse chamada a palestrar sobre a experiência da Kiss, em muitos lugares dentro do país e fora dele, especialmente na América Latina.

Por consequência, Rodrigo, que segundo Verônica a incentivava a levar seus conhecimentos proporcionados pela atuação no desastre da boate Kiss a outros níveis. Outro ponto levantado por Verônica é que ele também a incitava a criar outras formas de divulgar esse conhecimento, formando profissionais da área de emergência, para serem mais sensíveis em seu trabalho. Isso se daria para além do voluntariado, como uma atuação profissional que implicasse pagamento do seu trabalho.

Essa convocatória de Rodrigo a Verônica se mostra coerente com a própria trajetória deste como profissional dos bombeiros, mas que também atua nas questões de Defesa Civil com a contenção de danos e articulação de organizações e órgãos públicos para a retomada da “normalidade”. Rodrigo atualmente está vinculado a uma série de responsabilidades, entre elas, a coordenação do Centro Integrado de

Comando e Controle do Distrito Federal e a presidência da Cruz Vermelha estadual. Além disto apresenta-se como assessor militar, assim como consultor técnico da International Search Rescue Advisory Group/United Nations (INSARAG). Esta última refere-se à uma instituição de âmbito internacional que articula diversos países e organização que responde à catástrofes e desastres que atuam na área de socorro. O secretaria da INSARAG localiza-se no Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

Frente à essa convocação de Rodrigo e por anseios próprios em desenvolver a psicologia das emergências e desastres no Brasil para além do campo humanitário, Verônica cria um empreendimento para capacitar profissionais de primeira resposta (trabalhadores da emergência, como socorristas) em apoio psicossocial, desenvolvendo seu próprio curso de formação de apoiadores, embasados em suas experiências, mas como uma iniciativa individual.

A título de exemplo, no final de novembro de 2016, ocorreu o acidente com o avião do time de Associação Chapecoense de Futebol, time que tradicionalmente jogava fora da primeira divisão, mas que naquele ano disputava na primeira divisão e a Copa Sul Americana. O avião fretado os levava a Medellín, na Colômbia para disputar o segundo jogo da final do campeonato latino americano, contra o Clube Atlético Nacional. Antes de chegar ao destino avião com setenta e sete pessoas, entre jogadores, dirigentes e jornalistas de âmbito local e nacional, cai em uma área de mata bastante fechada. O socorro efetivado por profissionais com a ajuda de socorristas de entidades humanitárias como a Cruz Vermelha Colombiana foi considerado rápido e com sucesso devido ao resgate de seis pessoas com vida, situação rara em acidentes desse tipo.

Em Chapecó, Santa Catarina, pequena cidade do oeste deste estado, a comoção foi intensa. Assim como no evento Kiss houve grande exploração do tema na televisão e todos comentavam o assunto até mesmo quem não era interessado em Futebol. Entretanto, o que nos interessa neste tópico é que a Cruz Vermelha de Santa Maria, em especial Verônica, foi acionada para compor a coordenação das ações de apoio psicossocial na cidade, visto que torcedores e familiares se acumulavam no entorno do estádio do clube, não somente para receber notícias, mas para fazer

homenagens. Na ocasião a capacitação dos voluntários ocorreu in loco e ao mesmo tempo que a atuação junto aos familiares e torcedores. Após o evento Verônica leciona um curso de formação de apoiadores psicossocial na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). O curso é descrito da seguinte forma:

O conteúdo deste Curso baseou-se nas diretrizes de atuação em primeiros auxílios psicológicos dos órgãos americanos “National Child Traumatic Stress Network” e “National Center For Posttraumatic Stress Disorder”, dos Manuais da Defesa Civil e Cruz Vermelha Internacional. As aulas são expositivas, dinâmicas, com participação ativa dos alunos; além de, proporcionar vivências, sentimentos e reflexões, que tragam essa aproximação ao cenário de Desastre<sup>20</sup>.

Baseada, portanto, em diretrizes e protocolos internacionais, como Josiane, Verônica desenvolveu uma perspectiva própria sobre a atuação “psicológica” em desastres e emergências. Seu empreendimento individual é pensado não só como uma forma de rentabilizar o capital financeiro de sua família e seu capital acadêmico ou técnico próprio, mas como uma “missão” que contribui para a humanização dos profissionais da área da emergência, dos próprios psicólogos em formação e dos possíveis voluntários que pretendem aprender sobre esse tipo de atuação.

### 3.8 CONCLUSÃO

Como foi possível perceber, a Cruz Vermelha em geral tem sua atuação voltada para o atendimento de situações de emergência, dentre os quais se incluem desastres e catástrofes. Em Santa Maria, contudo, também acompanha caminhadas e cultos ecumênicos, promovidos pelos movimentos sociais de vítimas da cidade, quando requeridos<sup>21</sup>. No Brasil, a instituição também atende em contextos de abuso de drogas e realiza ações de prevenção em algumas comunidades em risco reconhecido de desastres.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/info/a-unochapeco-2>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

<sup>21</sup> De fato, foram até mesmo convidados para trabalhar na Copa do Mundo, o que a filial de Santa Maria negou, para não colocar a equipe em risco em meio a um contingente insuficiente de pessoas para atuar em caso de emergência ou desastre e também para evitar críticas à atuação que decorreriam desse fato.

A partir da análise do manual e das notas etnográficas tomadas em aula de um curso de formação de voluntários especializados em apoio psicossocial para emergências e desastres, foi possível uma pluralidade de questões. Foi possível entrever que a vítima é sempre construída em relação com as demais vidas, isto é, sempre a partir de uma hierarquização entre vidas mais relevantes de serem salvas em primeiro lugar e outras que podem “esperar”. Também é construída como passiva, na maioria das vezes – quando não está imóvel (e, portanto, necessitada de proteção para não a movam os “curiosos”) está traumatizada (logo, desorientada).

Em outra direção, apresentou-se uma dicotomia entre o paradigma fisicalista – sob o qual o manual é elaborado – e a perspectiva dos danos psicossociais – a partir da qual o curso acaba sendo executado devido às intensas perguntas sobre como deve atuar o apoiador psicossocial, assim como às constantes referências às experiências no pós-incêndio. Essa dicotomia tornou-se um dilema para os participantes, em sua maioria socorristas, que a todo o momento diziam “eu sempre penso na visão do socorrista, tenho que aprender essa nova forma”. Além disso, diante desta dificuldade de pensar além da experiência de trabalho como socorristas perguntavam quando um desafio era lançado sobre como deveriam agir como apoiadores psicossociais.

Por conseguinte, percebi que as economias das vidas, isto é, a avaliação de vidas a serem salvas e vidas a serem arriscadas estão relacionadas com os cenários de desastre no qual tal cálculo se dá. Sendo assim, analisei o cenário construído de caos no qual técnicas são utilizadas para ordenar o mesmo de modo que cada vida tenha seu lugar destinado e reconhecido pelos apoiadores psicossociais, ainda que essa divisão não seja feita por esses últimos. O método START também foi analisado a partir da ótica de Fassin (2010, 2007) e das políticas da vida, na qual é possível perceber que há desigualdades de valor de vidas. Existe uma graduação de prioridades de atendimento, e os alertas sobre a segurança própria e da equipe se repetem à exaustão durante o curso de formação. Em primeiro lugar está sempre a segurança da própria pessoa que provê ajuda; em segundo a equipe, em terceiro as vítimas e, depois deles, familiares e curiosos.

Finalmente, há uma temporalidade própria na qual as vidas devem ser salvas – existe a hora dourada, por exemplo, na qual as vidas têm muito mais chances de

serem salvas, e durante esta primeira hora, as vidas atendidas são aquelas de maior gravidade de acordo com a percepção da equipe socorrista. No quesito psicológico, o tempo que transcorre é um potencializador do aparecimento de problemas psicológicos relacionados ao luto mal elaborado. Ademais, o cenário é ordenado pelo tempo, como as fases do desastre na qual o caos, por exemplo, deve durar 20 minutos. Portanto, todo o cenário é ordenado temporalmente num modo próprio de atuação.

Estamos pois, num cenário altamente complexo, que coloca em tensão, de um lado, a preeminência da vida como um valor – e, como tal, ela deve ser preservada, resgatada e salva – e a pragmática constante e urgente das intervenções humanitárias – em que cada vida é avaliada e a vida é hierarquizada em contexto e conforme temporalidades específicas. Como observa Fassin (2009), a prática humanitária é, simultaneamente, uma biopolítica (um governo de populações) e uma política da vida (que diferencia valorativamente as vidas). Como tentei mostrar neste capítulo, tal diferenciação das vidas se dá não somente em termos dos riscos e características próprias de cada vida, mas principalmente na sua relação com as demais vidas, cenários e temporalidades. Pode-se concluir, portanto, que a intervenção humanitária recoloca e, em certa medida, configura, uma pragmática de constantes diferenciações e valorações das vidas a serem salvas, protegidas e preservadas.

Apesar de as vítimas serem constantemente apresentadas como passivas, em outra direção, demonstro como a noção de trauma adquire diversos sentidos e transita entre diversos campos, da imprensa, da linguagem do cotidiano, do campo psi, do universo dos voluntários. Em minha dissertação de mestrado sobre vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (AROSI, 2013) problematizo a noção de risco e agência a partir do estudo sobre a intervenção humanitária no Haiti, elaborado por Erica Caple James (JAMES, 2010).

No trabalho de James (2010) referido acima analisa como o discurso de identificação com a categoria política de vítima agrega o risco de uma visão vitimizadora. Na linha da referida autora, considero que as vítimas, além desses riscos, possuem agência e mobilizam discursos através de diversos elementos como as narrativas do terror e da tortura. Ao recorrer a tais elementos as vítimas estão compondo um discurso que possui eficácia para o fim que procuram: serem

reconhecidas. No entanto, a autora aponta que por parte das agências humanitárias este reconhecimento é construído através de uma chave de leitura da medicalização ou objetificação do sofrimento (JAMES, 2010, p. 24). Deste modo, James elabora um conceito que chama de “tecnologias do trauma” (JAMES, 2010): este se refere à práticas científicas racionais e burocráticas acionadas para autenticar e diagnosticar o sofrimento das vítimas. É neste sentido que a vítima acaba por ser vista pelas agências humanitárias no Haiti através de uma perspectiva objetificante do trauma. Pois é na tradução do sofrimento para a construção de uma narrativa do trauma para o mundo que se dá tal processo de objetificação do sofrimento.

No caso da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria, pode-se perceber o recurso da noção de trauma e tais tecnologias atuando de modo a formar uma narrativa sobre o caos e o sofrimento enfrentado em uma situação de desastre: as pessoas estão inertes ou confusas. Desse modo, é criada uma história, uma narrativa de terror que acaba por tirar a agência dessas pessoas e usando a noção de trauma, além de seus outros usos, de modo determinista.

Entretanto como explicitado anteriormente a noção psi de trauma é relativizada através das reações comuns. Urge pontuar que tais reações comuns parecem fazer parte também de uma forma de enquadrar e normatizar a experiência do sofrimento proporcionado a partir das práticas da psicologia das emergências e desastres. Portanto, as reações comuns parecem estar também objetificadas, pois conformam uma narrativa única do sofrimento: “as pessoas vão demorar a sentir”. Todavia, podemos perceber que tal categoria é bastante problematizada por uma equipe de apoio psicossocial que busca estar em constante processo de aprendizado e em diálogo com outras categorias profissionais que não a psicologia, assim como recorre à diferentes práticas que pertencem a áreas variadas da psicologia.

Para finalizar, a linguagem do trauma apresenta-se ambígua e de múltiplos usos. Ela transita entre a categoria metafórica que aparece como forma de narrar o impacto do evento em suas vidas, entre uma reação normal ao evento, e uma acepção biomédica e diagnóstica.

#### **4 A CONSTRUÇÃO DE UMA CAUSA PÚBLICA NO CONTEXTO PÓS “TRAGÉDIA DE SANTA MARIA”**

Nossa vida teve uma mudança brusca (...) então quê que aconteceu? Eu que antes quando vinha caminhando e via alguém com uma máquina, uma câmera, um microfone se eu pudesse dobrar na primeira esquina ou atravessar a rua eu fazia (...), faltava coragem de ir. Em relação ao que aconteceu com a tragédia, a coragem que nós tivemos de sair, de gritar (...) Uma coragem a mais que a gente conseguiu a partir dali de enfrentar o microfone para que quanto mais longe chegassem as notícias e os reais motivos (...) Para nós era muito importante que o povo ficasse sabendo o que realmente aconteceu. (Henrique, 30/08/2014).

Neste capítulo reflito sobre as formas de mobilização política de familiares das vítimas do incêndio na boate Kiss. Busco compreender como se organizam e se mobilizam. Em diálogo com a literatura sobre as formas de construção da categoria “vítima” e sua importância contemporânea (SARTI, 2014; FASSIN, 2014; VECCHIOLI, 2013; CHAUMONT, 2000), mostro como os movimentos de familiares de vítimas da boate Kiss atuam a fim de produzir um espaço legítimo de enunciação e visibilidade em torno da noção de “vítima”; ao responsabilizarem o Poder Público por meio de denúncias públicas por aquilo que denominam como injustiças contra eles e contra seus filhos, terminam por produzir espaços de enunciação do sofrimento.

Um modo de fazê-lo é mediante a nomeação do evento: ao empregar categorias que enfatizam tais injustiças, como 'tragédia' e 'massacre', demandam que o evento e seus efeitos sejam vistos sob determinado ângulo por sociedade e autoridades, em um processo tenso de comunicação com as mesmas. Tais denúncias públicas (BOLTANSKI, 2000) dialogam com a criação desses espaços institucionais com o intuito de fomentar formas de dar visibilidade a suas causas por meio de acusações, valorações e argumentações morais. Além disso, abordarei a construção de categorias de nomeação dos envolvidos no incêndio, como familiares, vítimas e sobreviventes, considerando que são ambíguas e que sua objetificação respeita o contexto social no qual são engendradas (VECCHIOLI, 2013).

A partir de reflexões de Sarti (2014) e Pollak (2010), discuto a possibilidade de comunicação do sofrimento. Sarti (2014) problematiza a representabilidade da dor através das narrativas. A autora observa que, na literatura sobre o holocausto, em determinado momento começou-se a criticar a perspectiva de que não era possível tal representatividade, concluindo então que toda narrativa sobre violência é parcial e obedece ao contexto no qual se inscreve. Pollak (2010), ao analisar a entrevista de Ruth A., considera que o silêncio não é necessariamente esquecimento, mas muitas vezes uma forma de gestão da memória em meio a um contexto no qual as vítimas consideram difícil comunicar e fazer entender suas experiências.

Como já escreveu Sarti (2014) ao se deter sobre os crimes da ditadura brasileira, as condições de enunciação dos sofrimentos dependem da formulação de espaços públicos que os reconheçam. É objetivo deste capítulo descrever como, a partir de uma série de mobilizações políticas que envolvem disputas e tensões de diversas ordens, os movimentos de familiares das vítimas da boate Kiss tentam constituir tais espaços públicos de enunciação e visibilidade. Esse processo não se faz sem tais tensões e disputas sobre a legitimidade dos espaços de fala.

Após o incêndio foram formados a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), o Movimento Santa Maria do Luto à Luta (SMLL) e a Organização Não Governamental (ONG) Para Sempre Cinderelas. Mais tarde foram formados o movimento Mães de Janeiro e a ONG Ah!Muleke. Por último, formou-se um grupo de familiares que se reúnem em sessões de psicografia e enunciam opiniões sobre o evento, porém não configuram um movimento social, não articulam uma causa, por isso não será explorado aqui. A única organização com a qual não tive contato foi a ONG Ah!Muleke e o grupo espírita por estar muito distante das outras quatro. No que se refere à associação, tem um papel importante em diversas áreas como acesso à medicamentos e questões de saúde, atuação como assistência de acusação no processo judicial e ações assistenciais aos associados. A mudança recente de coordenação da associação trouxe um tom mais combativo a ela, na medida em que, a coordenação agora é de responsabilidade de dois pais muito atuantes politicamente.

Para o argumento deste capítulo vou privilegiar um enfoque etnográfico a partir das ações do movimento Santa Maria do Luto à Luta (SMLL), considerada organização mais combativa e marcada por cobranças incisivas junto ao judiciário e, como ficará claro, ao Ministério Público Estadual. No entanto vou apresentar brevemente os movimentos formados com alguns comentários comparativos. A fala de Henrique presente na abertura deste capítulo traz elementos muito interessantes, como a produção de um ativista até então em nada interessado em comunicar suas opiniões e que se transforma em um líder do movimento SMLL. Assim a "coragem" é como algo que se manifesta através da fala e da produção de uma verdade dos fatos elaborada pelos familiares organizados e que deve ser comunicada à população. Essa carreira militante e a produção de uma verdade dos fatos também é embasada numa certa especialização acerca dos documentos produzidos pela polícia, por exemplo. A mudança brusca causada pela "tragédia<sup>22</sup>" é vista como uma saída da passividade e entendida como um modo de fazer as pessoas entenderem "o que estamos passando". Portanto o que lhes aconteceu, a perda dos filhos, é o marco para Henrique para uma mudança no próprio modo de vida e que é assinalado pela importância de comunicar sua verdade e de fazer entender o que lhes ocorre, demonstrando conjuntamente a noção de que algo específico ocorre a pessoas que passaram por este tipo de situação.

Isto posto, proponho aqui explorar dois pontos: a mobilização dos familiares de vítimas do movimento Santa Maria do Luto à Luta em sua empreitada moral contra o Ministério Público que passa pela busca de legitimidade em um contexto em que a cidade lhes parece hostil; em segundo lugar, através de que elementos o evento é construído como traumático pelos familiares de vítimas organizados, o que implica a exploração das categorias utilizadas para descrever o ocorrido. No âmbito local exploro como através do conflito uma linguagem que pressupõe argumentos e avaliações morais é tecida tendo como temática a questão da justiça. Por fim, procuro evidenciar como o evento não se cristaliza no tempo, mas continua sendo construído e seu potencial traumático pode ser ampliado com elementos do presente, como a "falta de justiça".

---

<sup>22</sup> O uso deste termo será problematizado em outro tópico do capítulo.

#### 4.1. ALGUMAS DEFINIÇÕES E QUESTÕES NORTEADORAS

Ao me deter sobre as formas de mobilização política dos familiares das vítimas do incêndio da boate Kiss, espero compreender suas gramáticas e categorias de ação, assim como as formas de construção de denúncias públicas (BOLTANSKI, 2000) – sobretudo as denúncias referentes à negligência e à violência institucional percebidas como injustiças.

Entretanto, não se trata somente de explorar a construção de uma causa, mas do que é produzido conjuntamente a ela, um discurso fortemente moral de enfrentamento (VIANNA, 2014) que toma como referência o sofrimento da perda e a continuidade desse sofrimento produzido pela interação considerada nada satisfatória com agentes e instituições públicas. Como Vianna (ibidem) já alertou as formas que são adotadas nos atos públicos dos movimentos de mães de vítima de violência do Estado só fazem sentido ao ter em mente o contexto destas mortes.

Tomo de empréstimo a noção de evento crítico de Veena Das (1995) que implica pensar eventos extraordinários como momentos de “quebra do cotidiano”. Segundo Vecchioli: “Como momentos de “quebra do cotidiano”, esses eventos permitem explicitar as transformações ocorridas nas noções e nas práticas da política contemporânea, quando as comunidades, ao se confrontarem com o Estado, se constituem como atores políticos; e quando o Estado, ao reconhecer essas comunidades como “vítimas”, assume a responsabilidade de atuar “em favor” de seus interesses. Tais eventos revelam com clareza que esse encontro entre uma racionalidade burocrática e os valores e as noções das comunidades não se realizará livre de conflitos.” (2000: 177).

Nesse sentido busca-se enfocar, como sugere Das (1995) nos conflitos que surgem do encontro entre vítimas e o Estado, na medida em que, através do sofrimento, ocupam o espaço público e constroem sua causa em conflito com o Estado. Para Veena Das (1995) tais eventos têm um potencial produtivo no sentido de que a violência não é apenas “destruição”, mas tem potencial de criação de “comunidades morais”. Assim “ao exigirem justiça e ao se relacionarem com o sistema burocrático e jurídico do Estado, tais comunidades são deslocadas do mundo privado e ‘criadas’

como comunidades políticas” (VECCHIOLI, 2000: 177). Ao inscrever os componentes dessas comunidades morais como “vítimas” o Estado estaria exercendo seu poder de circunscrever identidades. Desse modo fica evidente que o Estado tem um papel importante na delimitação de uma forma de intervir sobre o sofrimento proporcionando um tipo de reconhecimento que não é o esperado pelos familiares de vítimas do incêndio.

Em um esforço de síntese e de retomada de algumas questões abordadas na introdução desta tese trago algumas questões do campo de pesquisa relacionado à vítimas: 1) a vítima é uma catalizador da solidariedade e produz uma poderosa empatia (GATTI, 2016); 2) a vítima na atualidade possui um lugar de legitimidade fundamentada em uma raiz biologicista baseada nas relações familiares (GATTI, 2014); 3) O reconhecimento da vítima não se dá de forma automática (CHAUMONT, 2000); 4) o reconhecimento do sofrimento depende de aparatos institucionais para sua expressão (SARTI, 2015); 5) A definição da categoria de vítima é ambígua e imprecisa, pois depende de forças históricas e sociais (VECCHIOLI, 2013)

Essas são algumas das questões que vão subsidiar a análise do conflito entre um movimento de familiares de vítimas, o movimento Santa Maria do Luto à Luta, e um órgão do Estado Brasileiro chamado Ministério Público responsável pela manutenção do Estado de Direito e proteção da cidadania. Trechos de entrevistas realizadas com Henrique, o líder do movimento Santa Maria do Luto à Luta (SMLL), trazem algumas questões para articular uma leitura sobre o evento.

#### 4.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE VÍTIMAS

Até o momento, tive proximidade com quatro dos cinco movimentos formados. São eles: Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss, Movimento Santa Maria do Luto à Luta, Movimento Mães de Janeiro e ONG Para Sempre Cinderelas. Como no primeiro ano após a tragédia acabei por trabalhar apenas com os eventos públicos realizados pelos movimentos, tive mais proximidade com as ações da Associação de Vítimas e Familiares de Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss e com o Movimento Santa Maria do Luto à Luta. Posteriormente, completados já

dois anos, segui envolvida com esses dois movimentos. Isso também ocorreu por serem movimentos que circulavam pelos espaços nos quais eu circulei – tais como a Ocupação da Câmara de Vereadores de Santa Maria, ocorrida em agosto de 2013 e as audiências judiciais que acompanhei no período de setembro de 2013 a abril de 2014. Assim como já aponteii vou descrever brevemente os outros movimentos neste tópico para posteriormente centrar minha análise na relação entre o Movimento Santa Maria do Luto à Luta e o Ministério Público Estadual de Santa Maria. Em um segundo momento apresento a outra parte do conflito, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

#### 4.2.1 Associação de familiares de vítimas e sobreviventes da tragédia de Santa Maria

A ideia da criação da AVTSM surgiu na missa de sétimo dia da tragédia na boate santamariense quando Carlos pediu a palavra e sugeriu que algo no sentido fosse criado. A ideia germinou e, no dia 23 de fevereiro de 2013, completado quase um mês da tragédia, a associação foi oficialmente criada com estatuto e presidência temporária do próprio Carlos. A associação através da articulação com um familiar com influência dentro da universidade pública local conseguiu sediar seu escritório na UFSM, no prédio da Reitoria, no centro da cidade, no andar do curso de ciências econômicas, e conseguiu acesso a estagiários que atuam na associação com o cadastro dos familiares, atividades de marketing, e secretaria. Nos três meses imediatamente posteriores à tragédia, funcionaram na associação grupos de terapia coordenados pela Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria; formando grupos separados, participaram dessa iniciativa mães e pais, irmãos e namorados. Em seu início, a associação também produziu um cadastro de familiares de acordo com cada vítima, estabelecendo assim, por meio dos cadastros, o vínculo de associado.

Com o passar do tempo a associação foi definindo linhas de atuação a partir de ações que já vinha desenvolvendo. As linhas de atuação são as seguintes: saúde, jurídica, ação social e prevenção. A primeira tem como figura mais atuante Roberto, um pai de vítima que vive situação muito precária de sua própria saúde em função de problemas cardíacos. Roberto sofreu um infarto no dia do velório do filho, que só foi

identificado quase um mês depois. No dia do velório ele sentiu uma sensação estranha no peito, que considerou ser, segundo suas palavras, uma sensação “normal” do luto. No entanto, ao visitar o médico posteriormente (pois ele já apresentava problemas cardíacos antes da morte do filho) foi identificado o infarto. Na linha de ação relacionada à saúde, Roberto participava de reuniões do grupo chamado Cuidado Kiss, do qual participam autoridades municipais e estaduais. Neste grupo se discute a situação da saúde de sobreviventes e familiares conjugando secretarias de saúde e o serviço municipal de atenção psicossocial a familiares e sobreviventes chamado Acolhe Saúde. Neste grupo também se discute a questão dos medicamentos aos sobreviventes, a rede de atendimento e as demandas de familiares e sobreviventes no âmbito da saúde.

No eixo jurídico a associação conta com três advogados que atuam como auxiliares de acusação ao lado dos acusadores principais – os promotores do Ministério Público – no processo criminal contra os donos da boate e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira. Esses advogados também se envolvem nos eventos da associação, participando de mesas de debate (como ocorreu no congresso de um ano) e são ativos no Facebook em postagens sobre o caso criminal citado e demais processos (como o militar, nos quais os réus são bombeiros processados criminalmente por fraude processual).

O eixo de ação social é constituído principalmente por mulheres. Ele consiste em distribuição de cestas básicas a familiares e sobreviventes “carentes”<sup>23</sup> e/ou instituições de assistência social a pessoas de baixa renda. Já o eixo de prevenção consiste em palestras que a presidência, em especial, desenvolve em seminários sobre segurança nas boates. Não existe muita atuação ou lobby político no tocante às leis – como a chamada Lei Kiss, uma lei estadual de prevenção a incêndios em espaços públicos criada após o incêndio na boate Kiss.

Por duas gestões, Carlos foi o presidente. Entretanto, Carlos começou a se afastar a partir do segundo ano de gestão, negando inclusive uma entrevista para a pesquisadora sob a justificativa de “estar se afastando” e querer se “dedicar mais à

---

<sup>23</sup> Entram nessa categoria familiares e sobreviventes com baixa renda devido à situação social anterior ou por conta de não estarem conseguindo mais trabalhar após a tragédia.

família”. Vários comentários começaram a surgir por parte de interlocutores pertencentes à equipe de apoio psicossocial da Cruz Vermelha e pessoas no entorno destas: segundo essas fontes, ele estaria se afastando pois a entidade não estava mais tendo a visibilidade que tinha no começo e ele não podia “aparecer” nas (antes numerosas) entrevistas para a imprensa. Carlos usa como motivo para seu afastamento a família e o trabalho, com o qual estaria lucrando pouco (ele tem um loja de materiais e móveis para escritórios situada praticamente no centro de Santa Maria).

No início dos movimentos AVTSM e Santa Maria do Luto à Luta – este último criado dias depois da criação oficial da associação – eu percebia um esforço de diferenciação e até mesmo uma tensão entre ambos. Refiro-me a uma cobrança do segundo para uma atuação mais intensa politicamente por parte primeiro. Ao lado disso, com o tempo os personagens passaram a se misturar, com pessoas do movimento Santa Maria do Luto à Luta mais ativas na AVTSM e reciprocamente. No final de 2014 eu já ouvia sobre os planos de participantes do movimento Santa Maria do Luto à Luta, que também eram bastante ativos na associação, de formar um gestão mais atuante. Foi desse modo que Lauro, muito atuante nos dois movimentos, chegou à presidência da associação. Em sua chapa também estão Henrique, como vice presidente, Roberto, como primeiro secretário (já me referi a ele ao falar do eixo da saúde) e Aline como 1ª tesoureira. Esta última atua também no movimento Santa Maria do Luto à Luta e no movimento Mães de Janeiro. Muitos deles eram conselheiros e bastante atuantes na associação, como Lauro e Roberto. Todos são pais e mães de vítimas.

Enfim, a AVTSM é a responsável por organizar as homenagens mensais com o já tradicional minuto de barulho, em contraposição ao minuto de silêncio, missas ou culto ecumênico e alguns outros atos que acontecem por vezes com intuítos simbólicos (soltar balões brancos ou plantio de árvores). No início também ocorriam caminhadas, cujo número de participantes diminuiu com o passar do tempo. Hoje as caminhadas não ocorrem mais desde cerca do fim do primeiro ano após a tragédia. Foi a associação que organizou, perto de completar um ano da tragédia, a tenda da vigília que funcionaria por 242 dias – um dia reservado para cada vítima.

#### 4.2.2 Outras organizações: ONG Para Sempre Cinderelas, ONG Ah! Muleke e movimento Mães de Janeiro

A ONG Para Sempre Cinderelas foi formada pelas mães de cinco amigas faleceram na tragédia na boate Kiss. As amigas costumavam fazer festas em creches que recebiam crianças de baixa renda, por caridade; após a morte das filhas, as mães decidiram criar a ONG em homenagem às filhas e continuar com o trabalho que elas vinham realizando. Realizam arrecadações de donativos e fazem doações para creches e comunidades, especialmente em épocas como início das aulas, natal, entre outras datas. A esposa de Henrique, líder do movimento Santa Maria do Luto à Luta, Júlia, mãe de Andrielle, é muito ativa nesta organização. As outras mães são Joice, mãe de Flávia; Leciane, mãe de Vitória; Mônica, mãe de Gilmara, e Silvia, mãe de Mirela e José Manuel (chamado de príncipe da ONG).

Marília Torres (que era prima de Flávia, filha de Joice) sugeriu o nome da ONG. Marília também atuou muito na liderança do movimento Santa Maria do Luto à Luta em seu início. No site da entidade, declaram que a missão do grupo é “transformar dor em amor”. Os membros concebem a ONG não só como uma forma de continuar o trabalho das filhas e homenageá-las, mas também como um suporte emocional para as mães. Por fim, a identidade visual da ONG são os sapatos das cinco jovens. Justificam o nome por apelo ao espírito de bondade e vaidade das jovens.

Já a ONG Ah! Muleke surgiu após um “racha” de Frederico, pai de vítima, com a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss. Integrantes da associação o acusavam de envolvimento político e não queriam que o grupo estivesse sob a direção (ele à época era diretor de administração) de alguém com vinculação partidária. O vínculo de Frederico era com o partido da situação; era, portanto, companheiro de partido de Schirmer, o prefeito de Santa Maria. Os familiares da associação e do movimento SMLL acusam o prefeito de improbidade administrativa – isto é, a acusação consiste em que ele saberia que a boate se encontrava em situação irregular e, não obstante, nada teria feito para impedir seu funcionamento. Em acréscimo a essa, há também acusações de corrupção.

Frederico trabalhava num cargo político para o prefeito e foi classificado como alguém que poderia direcionar as ações da associação em um rumo não desejado. Alguns pais exigiam que no estatuto constasse que os associados não pudessem ter filiação partidária.

Mesmo Frederico não concorrendo a novas eleições da associação, na reunião do dia 29 de junho de 2013 pessoas com filiação partidária ou com “interesses políticos” foram duramente criticadas por familiares que são hoje os mais ativos tanto na associação como no movimento SMLL. Frederico e uma integrante que trabalhava com ações sociais se sentiram pessoalmente atingidos pelas “acusações”; cada qual então solicitou para si desligamento da AVTSM. A cena que presenciei, bastante dramática, envolveu Frederico falando ao microfone que estava se retirando de uma associação injusta, que o acusava de estar “macunado” com o prefeito e contra os pais e Ariane, uma mãe de vítima, andando pelo corredor falando alto “sou amiga íntima do prefeito e isso é problema meu”. A cena se completou com Carlos, que andava pelo corredor entre as cadeiras do auditório, consternado: “não precisa ser assim”, dizia, e “eu não sabia que a associação ia pra esse caminho”. Carlos falava em tom ameno para Ariane “precisamos do teu trabalho, ficaríamos deficitários sem ele” e Ariane aos gritos dizia “a gente vai continuar uma ação social, quem quiser venha com a gente”.

Esse trabalho teve prosseguimento na ONG Ah! Muleke, que faz ações sociais e recebe muitas críticas dos outros familiares. Novamente, entendem que Frederico estaria determinado a “querer aparecer”. A indisposição contra Frederico se ampara, por exemplo, em uma das ações controversas desta ONG: a realização, por ocasião dos aniversários da tragédia, de shows ou festas. No primeiro ano, fizeram shows na praça Saldanha Marinho; diante desse fato, muitos familiares de filiações em outros movimentos declaram terem passado mal. Em rumores menciona-se até mesmo desmaios.

No segundo ano, a ONG organizou a festa em uma boate que já estivera em situação irregular. A organização desse evento pediu a todos que comparecessem vestindo camisetas brancas. No dia da festa a ONG desmentiu a ligação entre o evento que organizavam e o aniversário do desastre na Kiss. A festa acabou por ter poucos participantes e foi alvo de muitas matérias jornalísticas. Como se pode ver, a ONG Ah!

Muleke passa por intensa avaliação moral dos outros familiares. Todavia, não me cabe aqui fazê-la nos mesmos termos. Em vez disso, proponho-me a apenas analisar esse jogo de acusações. Frederico, líder dessa organização, é acusado recorrentemente de usar a imagem do filho, construído como o filho-herói (em virtude de ter ele saído da boate, mas tornado a entrar para salvar outros jovens, morrendo em seguida) para autopromoção e vantagem financeira.

O movimento Mães de Janeiro surgiu em agosto de 2013. Em sua fundação, algumas mães de vítimas da tragédia se reuniram em frente ao Ministério Público Estadual durante o primeiro protesto neste local do Movimento Santa Maria do Luto à Luta. A partir daí, decidiram criar o movimento. Elas o veem como uma forma de apoio entre as mães e uma forma de homenagear os filhos por meio da luta. O movimento recebe esse nome porque a tragédia ocorreu no mês de janeiro. Realizaram até agora poucas ações autônomas. Em geral, as ações são feitas em conjunto com a associação, mas principalmente com o movimento SMLL. Uma de suas ações individuais foi a limpeza da frente da boate, em preparação para as homenagens anuais em janeiro de 2014. Nos dois aniversários anuais, realizaram as atividades junto com o movimento SMLL. Por fim, cabe ressaltar que as Mães de Janeiro são mulheres atuantes tanto na associação quanto no movimento SMLL, e mais intensamente no segundo.

#### 4.3 A COMPOSIÇÃO DA DENÚNCIA

Neste tópico retomo um embate acerca da culpabilidade no caso do incêndio na casa noturna Kiss. A fim de evocar as gramáticas morais e as suas argumentações subjacentes nesse contexto, e devido à diversidade de movimentos – bandeiras de luta, bem como o grande número de familiares e seus diferentes posicionamentos, elejo aqui uma causa específica para análise. Desse modo, para trabalhar com a noção de denúncia pública (BOLTANSKI, 2000) tomo como situação exemplar o conflito entre os familiares do movimento SMLL e o Ministério Público Estadual.

Vou definir três momentos chave na constituição do Movimento SMLL, principal movimento envolvido nesta disputa. De certa forma o movimento SMLL se constitui

enquanto portador de uma causa na dinâmica deste conflito. Tal organização nasceu com o intuito de fazer um movimento político mais ostensivo nas demandas judiciais e de memória. Nesse sentido, o movimento se forma através da noção de que o Estado precisa ser responsabilizado. Para melhor compreender o conflito vou explicitar aqui algumas informações sobre minha aproximação com o movimento e sobre as competências do Ministério Público. Antes disso, contudo, apresento as partes do conflito.

#### 4.3.1 As partes do conflito

O movimento SMLL foi criado em fevereiro de 2013, tendo como lideranças Henrique, um dos pais mais atuantes no movimento de vítimas em Santa Maria, Regina que esteve à frente do movimento em seu início e Joana, sobrinha de Henrique, que esteve muito atuante no primeiro ano, mas que se afasta do movimento posteriormente. Regina e Joana se encontraram por acaso e depois de um estranhamento inicial motivado pela desconfiança mútua de que estariam envolvidas com partidos políticos reconheceram entre si um compartilhamento de opiniões sobre as responsabilidades quanto ao incêndio. Ambas na casa dos 30 anos acabaram encontrando no movimento estudantil aliados, Henrique juntou-se a elas, tornando um líder posteriormente. Henrique nunca foi militante, ele adentra no universo dos movimentos sociais a partir da tragédia. Sua esposa faz parte de um movimento de mães que se formou após a tragédia para atuar com caridade. Henrique é empresário autônomo no ramo de construções, mas desde a tragédia está afastado do trabalho, recebendo auxílio doença do Estado. O mesmo ocorre com Regina, que trabalhava como auxiliar de nutrição.

O movimento foi criado, segundo Henrique, porque queriam acompanhar de perto questões acerca da “justiça”. Desde seu início o movimento fez cobranças duras sobre a responsabilidade dos agentes públicos e entende sua missão como sendo esse constante tensionamento sobre tal responsabilidade, inicialmente dirigida somente à prefeitura.

A outra entidade constituinte desse conflito é o Ministério Público Estadual de Santa Maria (MPE/SM ou somente MPE). O Ministério Público (MP) trata-se de uma instituição do Estado Brasileiro que é responsável pela defesa dos direitos sociais e difusos, assim como pelo bom desenvolvimento da democracia. É caracterizado ainda por ser um órgão independente com relação aos três poderes do Estado, porém considerado essencial para a realização do poder jurisdicional deste. A AVTSM (Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria) e o movimento SMLL constituem uma relação com a entidade logo após a tragédia que à medida que o MP vai tomando decisões acerca da responsabilidade de agentes públicos, principalmente o Movimento SMLL, passa a estabelecer uma relação tensa com a entidade. Segundo site do Ministério Público da União há divergência se a instituição seria um quarto poder, nesse sentido ela é considerada um órgão do Estado, porém independente e com orçamentos próprios. De acordo com a Constituição de 1988 a instituição é um regulador dos três poderes. Por seu princípio de independência é garantido ao MP autonomia no exercício de suas funções.

O MP em suas diversas ramificações não tem poder de julgar, nem de legislar ou elaborar políticas, mas ele fiscaliza para que a democracia e os direitos sociais e individuais sejam mantidos. Desse modo, o MP enquanto instituição tem suas próprias funções, como as mais importantes para a nossa discussão a responsabilidade por promover a “ação penal pública”, a “ação civil pública”, o “inquérito civil”, e requisitar diligências investigatórias assim como promover a instauração de inquérito policial<sup>24</sup>.

Importante ressaltar que o MP também pode fazer investigações durante uma ação penal ou civil pública desde que respeitados todos os direitos da pessoa investigada assim como em uma investigação policial. A existência de um inquérito policial não é imprescindível para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público ao juizado competente<sup>25</sup>.

O MP abrange um conjunto de instituições que possuem a mesma função porém com responsabilidades circunscritas a um universo específico ou a uma instância em

---

<sup>24</sup> Nesse caso, o Ministério Público solicita que seja aberto ou reaberto inquérito, mas quem faz a investigações é a polícia civil.

<sup>25</sup> O MP Estadual, por exemplo, dirige suas denúncias ao Juizado Estadual.

particular. Nesse sentido, o MP abrange o Ministério Público da União (MPU) que é dividido em: Ministério Público Federal; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O mais importante para a análise aqui elaborada é o Ministério Público Estadual que opera na instância dos estados federativos. No âmbito federal os agentes do Ministério Público são os procuradores, sendo que o chefe do MPU e do Ministério Público Federal (MPF) é o Procurador Geral da República, nomeado pelo Presidente da República.

O Ministério Público Estadual de Santa Maria (MPE) tem como chefe o Procurador Geral de Justiça, que é escolhido pelos governadores do Estado a partir de uma lista com três nomes fornecida pelos membros da instituição. No Ministério Público Estadual existem as figuras do promotor de justiça e do procurador de justiça, o primeiro atua em primeira instância junto aos juízes de direito que compõem as comarcas<sup>26</sup> e fóruns estaduais nos municípios e os segundos atuam em segunda instância junto aos desembargadores dos Tribunais de Justiça. Os promotores e procuradores de justiça, cada qual em sua instância, para além de instaurar as ações civis e penais públicas, promover investigações, assim como oferecer a denúncia aos juízes competentes a determinada matéria, atuam como defensores do Estado no cenário das audiências judiciais, eles são os advogados do Estado e da sociedade. Isso ocorre nos crimes considerados públicos e incondicionados, aqueles que não dependem de iniciativa de um cidadão ou de representação.

Deve-se atentar para a informação de que é o MP o responsável em tornar os denunciados em réus perante o poder judiciário. É este mesmo órgão que pode estabelecer acordos como os TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)<sup>27</sup> para que uma empresa ou instituição possa se adequar a lei, por exemplo, se ela está ferindo algum direito. Desse modo, eles atuam na defesa dos “interesses relevantes da

---

<sup>26</sup> Relacionada a um distrito.

<sup>27</sup> O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um acordo extrajudicial entre Ministério Público e o violador de algum direito. Este instrumento tem sido utilizado pela instituição para evitar processos judiciais e para garantir que violador retorne a situação de legalidade. O TAC não é uma ferramenta exclusiva do Ministério Público ele pode ser perpetrado por qualquer órgão público legitimado à ação civil pública, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados-membros, os Municípios, o Distrito Federal, as autarquias e as fundações públicas. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30469/termo-de-ajustamento-de-conduta-tac-e-algumasobservacoes-sobre-o-seus-limites>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

sociedade”. Nos tópicos em que relato o conflito dos familiares com essa instituição fica evidente o quanto essas multiplicidades de funções do Ministério Público acabam forjando um contexto ainda mais tenso e de alianças variadas. Quando nos referirmos ao processo judicial que corre na justiça comum<sup>28</sup>, tanto aquele que julga os já formalizados réus no caso do incêndio na Boate Kiss quanto os processos perpetrados pelos promotores de justiça contra alguns familiares de vítimas, estou me referindo à processos que correm em primeira instância<sup>29</sup>, o primeiro como causa penal e o segundo como causa civil<sup>30</sup>.

O Juiz tem o papel de julgar o que até ele chegar através do Ministério Público, de demandas individuais realizadas por advogados, as denúncias perpetradas por cidadãos, entre outros. A AVTSM e o movimento SMLL possuem assistentes de acusação<sup>31</sup> atuando no processo judicial criminal. O Ministério Público Estadual recebeu em março de 2013 da polícia civil de Santa Maria um inquérito criminal e civil no qual 28 pessoas eram acusadas por diferentes responsabilidades, entre elas 16 indiciados criminalmente e outros por improbidade administrativa relativas ao incêndio na boate Kiss. Após análise, o Ministério Público indiciou apenas quatro pessoas criminalmente e arquivou o processo por improbidade administrativa, encerrando assim o andamento das investigações e não tornando prefeito e funcionários, responsáveis pela fiscalização e emissão de alvarás, como responsáveis pela ocorrência do incêndio

---

<sup>28</sup> A justiça comum é aquela que não define uma matéria específica para sua atuação, mas engloba aquilo que não está previamente destinada a ser analisada em um órgão específico do judiciário.

<sup>29</sup> Em primeira instância o agente julgador é o Juiz de Direito de uma comarca, que engloba vários municípios e varas. Nessa instância um juiz analisa e julga o caso que for apresentado ao poder judiciário. Após o veredicto as partes podem solicitar recursos, que se trata de um pedido de reexame do resultado da decisão do referido juiz. A segunda instância é aquela na qual esses recursos são julgados por um colegiado de magistrados chamados de desembargadores, o órgão se chama tribunal de justiça. Para questões de esfera federal são julgadas nos tribunais federais regionais e os magistrados são nomeados de desembargadores federais.

<sup>30</sup> As causas penais se referem a processos que envolvam crimes enquanto as causas civis se referem a conflitos entre pessoas, instituições, empresas.

<sup>31</sup> Como vimos o Ministério Público é o titular no papel de agente acusatório nos processos judiciais. No entanto, há uma segunda figura de acusação, a única que é dispensável no cenário judicial. Os assistentes de acusação são advogados da parte ofendida pelo crime que está em julgamento, podem ser escolhidos pelas vítimas. No caso Kiss frente ao grandioso número de vítimas tanto a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria quanto o Movimento Santa Maria do Luto à Luta dispõem de assistentes de acusação no processo que julga os quatro réus (dois da banda musical que promoveu o espetáculo pirotécnico e os donos da casa noturna).

na casa noturna. Esse fato demarca o início de um conflito entre familiares e essa instituição.

Finalmente, apresentado o MP e o movimento nos próximos tópicos adentro as especificidades e cronologia dos termos deste conflito. A causa pública e a identidade do movimento se constituem na elaboração desta denúncia contra os órgãos públicos. Outro aspecto diz respeito a como o evento continua em constante produção e a “luta” contribui para a constituição de uma interpretação sobre o evento. Para os familiares de vítimas organizados nesse movimento, demonstrar seu ponto de vista sobre a responsabilidade das instituições públicas no evento é de extrema importância e a busca por novas alianças, portanto, aparece como um modo de fazer crescer a denúncia. Para este capítulo utilizo-me de dados coletados em matérias jornalísticas, entrevistas e inúmeras inserções de campo junto ao movimento analisado.

#### 4.3.2 Primeiro momento: desenhando a causa pública

Em “Um Mural para a Dor: movimentos cívicos religiosos por justiça e paz” Birman e Leite (2004) consideram:

É sobretudo a falta de reparação e de justiça que produz em muitos o sentimento do intolerável. O que dói, nesses casos, é a presença de um muro de proporções difíceis de mensurar bloqueando as saídas para esse intolerável (...) A violência, nesse caso, é de natureza moral, e diz respeito a um tratamento recebido pelo morto e sua família visto como ofensivo e desrespeitoso com sua memória. (2004: 10-11, apud VIANNA, 2014, p. 214).

Portanto, os sentimentos do intolerável, do impensável e da injustiça perpassam uma relação com o Estado. Segundo Boltanski (2000), a denúncia pública é construída porque um sentido de justiça foi ofendido, acarretando a designação de um responsável que pode ser uma abstração ou designado por um nome. A concepção do Movimento SMLL de que há responsabilidade por parte de agentes públicos começa a ser desenhada logo após o incêndio. De modo geral, alguns familiares demonstravam insatisfação com órgãos públicos como os bombeiros, instituição vocacionada a apagar incêndios e garantir a concordância dos espaços com a legislação relacionada, na

primeira audiência pública sobre o incêndio na boate Kiss em Santa Maria abril de 2013.

Entretanto, a primeira ação mais enfática do movimento foi a presença em Porto Alegre quando do julgamento que decidiria se os quatro acusados até então, presos preventivamente, seriam libertados. Na ocasião os acusados foram liberados e os familiares fizeram um protesto fechando uma das avenidas principais da região central de Porto Alegre, próxima ao fórum central, local do julgamento. Nesse momento que os familiares sentem uma ruptura, no sentido de que até então estavam acreditando na possibilidade de o judiciário “fazer justiça”.

À medida que o tempo passa e novos documentos, testemunhos e interrogatórios vão surgindo a causa pública vai ganhando contornos mais definidos. Um espaço de atuação, ainda no primeiro semestre após o incêndio, foi uma ocupação na Câmara de Vereadores que havia instaurado uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)<sup>32</sup> a qual os familiares consideravam ineficaz na medida em que não havia vereadores da oposição em sua composição, o que os familiares consideram ser parte de um acordo para que o prefeito saísse ileso. À época o movimento estudantil foi um forte aliado dos familiares na ocupação da casa legislativa, exigindo que os membros da CPI fossem modificados.

Como nos ensina Boltanski (2000) o denunciante deve mobilizar a população em prol de sua causa —um número indefinido, mas necessariamente elevado de pessoas, utilizando-se de abstrações como “por todos” ou “por todos homens de bem” como motivo para a justeza de sua causa—. Busca-se assim o processo de transição de passagem do “caso particular” ao “interesse universal” (ibidem: 238). Aliar-se ao movimento de juventude foi uma forma de atrair aliados à causa, mas também de fazer sua abrangência se expandir. Era comum, por exemplo, os familiares se referirem aos membros do movimento estudantil como “seus jovens” remetendo a uma aproximação destes com seus filhos vitimados pelo incêndio. Assim tornavam “todos os jovens” como possíveis vítimas engrandecendo sua luta.

---

<sup>32</sup> Trata-se de um conjunto de três legisladores compondo um organismo de investigação e apuração de denúncias visando a proteção da sociedade. Ela é composta pelos legisladores, podendo ser do nível municipal, estadual ou federal. No final do processo de investigação a CPI produz um relatório com recomendações acerca das responsabilidades e das penas.

Desde os primeiros meses após a tragédia com a divulgação do inquérito policial, tanto o movimento SMLL quanto a AVTSM reuniam-se com o Ministério Público Estadual para que o mesmo repassasse aos familiares informações sobre o inquérito desenvolvido pela instituição. Foi um período de negociação entre a associação e o movimento na medida em que a AVTSM defendia que não deveria haver manifestações públicas relacionadas à atuação do Ministério Público para não ocorrer o risco de causar o desaforamento do processo, que se trata de transferir o processo de um fórum a outro. No caso, o processo estava e continua sendo julgado no Fórum de Santa Maria. O desaforamento pode transferir o processo para a capital do Estado e este risco existe devido a, por exemplo, expressiva comoção social que poderia vir a interferir na decisão do Juiz. O movimento SMLL nesse primeiro momento concordou com a associação, segundo Henrique, para não causar tensionamentos com a mesma.

Ao mesmo tempo, o MPE vinha tomando decisões nada populares entre os familiares. O primeiro inquérito da instituição no que tange à boate Kiss e os responsáveis pelo incêndio resultou na denúncia efetuada pelo Ministério Público, no dia 04 de abril de 2013, de quatro pessoas por homicídio (donos da boate e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira) e outros quatro bombeiros por fraude e falso testemunho. O prefeito também apontado pela polícia como suspeito, por ter foro privilegiado<sup>33</sup> teve seu caso encaminhado ao Tribunal de Justiça. No entanto, em março de 2013 o MPE encaminhava ao Conselho Superior do Ministério Público o arquivamento de inquérito civil de improbidade administrativa que investigava o prefeito de Santa Maria, César Schirmer.

#### 4.3.3 Segundo momento: rompimento de relações entre o movimento Santa Maria do Luto à Luta e o Ministério Público

Em setembro de 2013 familiares se reuniram com o Conselho Superior do Ministério Público e entregaram "novos documentos" com a expectativa de reverter o

---

<sup>33</sup> Devido ao seu cargo político, o prefeito, assim como outros agentes públicos têm foro privilegiado, o que significa que seus delitos são julgados em instância superior.

pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público no início de março. As novas provas, como foram chamadas pelos familiares, se tratavam de documentos constantes em dois inquéritos da polícia civil adicionais ao primeiro. Tratavam-se de inquéritos que versavam sobre a concessão de alvarás da boate Kiss, e tais documentos apontavam para a falsificação de laudos e para o fato de que a boate nunca obteve todos os alvarás necessários para seu funcionamento. É nesse momento que os familiares tomam conhecimento de uma falsificação no laudo de poluição sonora e no abaixo assinado de vizinhança também relacionado a questão do barulho. Os documentos apontavam que um novo número fora criado para ao prédio da boate Kiss para contribuir na falsificação do abaixo assinado que também continham pessoas que não moravam na área exigida pelo laudo relativo a questão sonora.

Nesse momento, Henrique é o principal expoente no movimento SMLL junto a outros dos pais, Lauro e Cristiano. Os dois últimos ativos também na AVTSM, mas Lauro compunha a diretoria. O movimento Mães de Janeiro, formado por mães de vítimas, também tem papel importante, com uma atuação bastante presente dessas mães.

Em dezembro de 2013 o inquérito civil que investigava improbidade administrativa do prefeito e agentes públicos retorna a Santa Maria como resultado dos novos documentos apresentados pelos familiares. Entretanto, o Ministério Público se manifesta à época que irá aguardar a finalização das investigações da polícia civil do qual surgiram tais documentos. Até então, os familiares vinham se reunindo com a entidade e tentado estabelecer um diálogo, em seus termos. O órgão que havia prometido aos familiares “punição exemplar” não vinha cumprindo, segundo meus interlocutores, esse objetivo.

O movimento SMLL se reunia com o Ministério Público junto com os familiares ligados à AVTSM. Henrique considera que no início, a comunicação entre a associação e o movimento foi difícil, sendo o movimento até mesmo marginalizado por ter em sua trajetória cobranças consideradas incisivas. Após os familiares da associação terem “caído na realidade ao perceberem terem sido enganados pelo MP”, teriam começado a se posicionar então de forma mais enfática. Em 15 de outubro do mesmo ano a associação encaminha ao procurador-geral do Ministério Público de Santa Maria um

documento com três questionamentos, relacionados ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público e a Boate Kiss em 2011. A primeira questionava quem havia autorizado a criação de um novo número para a boate; a segunda interrogava quem era o responsável técnico pela vistoria do Termo de Ajustamento de Conduta; e, por fim, se o Ministério Público tinha conhecimento de uma lei municipal de 1991 que proibiria o uso de espuma em boates de Santa Maria. No mesmo dia, familiares protestaram silenciosamente em frente ao Ministério Público com cartazes solicitando a troca do promotor que reavaliaria o inquérito sobre improbidade administrativa de agentes públicos.

Em 22 de outubro os familiares retornam a frente do Ministério Público desta vez com o “minuto do barulho” como medida para lembrar o dia 27 de janeiro de 2013. Em 31 de outubro de 2013 o subprocurador do Ministério Público visita Santa Maria e tem uma reunião com os familiares. Depois da reunião os familiares concordaram em desmontar a vigília que durou seis dias e tinha sido mantida por familiares da AVTSM, movimento SMLL e movimento Mães de Janeiro.

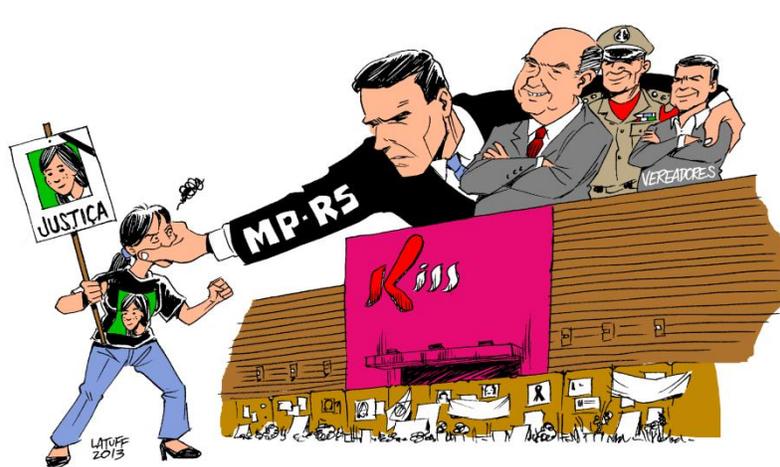
Portanto é nesse contexto de emergência desses novos documentos e com eles novos questionamentos que a relação dos familiares com o Ministério Público que já era pouco amistosa se torna tensa. O movimento SMLL passa a cobrar mais enfaticamente o Ministério Público e a acusá-lo de responsabilidade. Henrique relata que em novembro estiveram no Ministério Público e que depois desse encontro o movimento se reuniu e "a gente viu que a gente tinha que fazer alguma coisa que gerasse impacto e que as pessoas ficassem sabendo o que o Ministério Público vinha fazendo". Henrique acrescenta "a gente vai lá e leva os questionamentos para eles e as respostas são tudo preparadas, eles usam a técnica para justificar, para gerar uma crença pública" (Henrique, 30/08/14). Nesse sentido o movimento passa a pensar em estratégias para "gerar impacto" e transmitir a mensagem de que o Ministério Público não está cumprindo sua função e além disso está "enrolando" os familiares.

A elaboração dos ritos de aniversário do incêndio na boate Kiss ocorre anualmente em frente à casa noturna e é organizada pelo movimento SMLL e pelas Mães de Janeiro. Quando da organização dos ritos de um ano Henrique conta que estavam precisando de "ajuda". O movimento SMLL acabou por encontrar seus

aliados no Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUFMS), no Levante da Juventude<sup>34</sup> e novamente no Bloco de Lutas. Carlos Latuff, um cartunista carioca comprometido com causas sociais e com o qual a SEDUFMS tinha contato elaborou um charge na qual o poder público, os bombeiros e o Ministério Público figuravam saindo de trás da boate e o Ministério Público do Estado selava com a mão a boca de uma mãe que pedia justiça, segue a charge abaixo:

Figura 5

(Charge do Cartunista Ativista Carlos Latuff para o Primeiro Aniversário do Incêndio)



(disponível em: <<https://latuffcartoons.wordpress.com/tag/boate-kiss/>>)

A charge foi colocada em um outdoor da SEDUFMS, na tenda da vigília<sup>35</sup>, na fachada da boate Kiss e estampou muitas camisetas usadas pelos familiares do movimento SMLL durante as homenagens/protesto de aniversário do incêndio. Após a vigília em frente à boate os familiares caminharam até o Ministério Público com a intenção de "deixar o recado de que estamos de olho". A charge acaba por provocar uma retomada das conversações entre o movimento Santa Maria do Luto à Luta e o

<sup>34</sup> Movimento de juventude que atua com arte e cobra por políticas públicas para juventude.

<sup>35</sup> Espaço montado pelos familiares de vítimas para homenagear as vítimas do incêndio e para relembrar a cidade do ocorrido.

Ministério Público. Após quatro meses das charges expostas na cidade, o MPE de Santa Maria convoca familiares para uma conversa de “pacificação”. Nesta reunião a entidade pede a retirada das charges, já os familiares aproveitam para colocar seu descontentamento com o órgão. Ao final acabam por concordar na retirada das charges expostas pela cidade. No entanto ao longo do ano de 2014 outros acontecimentos trouxeram tensão a essa relação.

#### 4.3.4 Terceiro momento: o Ministério Público reage às acusações

Durante alguns meses de 2014 as reuniões seguiram entre familiares e MPE com a presença de representantes do movimento SMLL. À medida que o tempo foi passando a tensão inicial entre a AVTSM e o movimento SMLL foi se estabilizando e cada vez mais os personagens ligados transitam entre essas organizações. Em outubro de 2014, um dos promotores é acusado de ter agredido verbalmente uma das mães presentes numa das reuniões entre familiares de vítimas e MPE. Devido a esse fato os familiares oficializaram denúncia em delegacia. Também recorrem a organismos governamentais de direitos humanos como a comissão de direitos humanos da Câmara de Vereadores, entre outras. A partir desse acontecimento é que poderia ser designado um terceiro momento, o mais conflituoso até então.

Contudo, em fevereiro de 2015 os familiares do movimento SMLL retornam a frente do MPE para pedir agilidade na ação civil por improbidade administrativa de agentes públicos, pois o MPE havia sinalizado a prefeitura um pedido de maiores informações acerca de detalhes sobre alvarás e fiscalização. Familiares do movimento haviam colado cartazes pela cidade acusando o MPE, em especial na figura do promotor Ricardo Lozza, que assinou o TAC com a boate Kiss em 2011 afirmando a seguinte frase “Prefeito, Secretários e Promotores, todos sabiam que a boate estava irregular e permitiram que continuasse funcionando até matarem 242 jovens. Quem vai pagar a conta?”. Em março do mesmo ano um juiz ordena a retirada destes cartazes. Também nesse mês Lauro assume a presidência da associação e Henrique a vice presidência.

Em setembro, três pais, Henrique, Lauro e José são denunciados por calúnia por um dos promotores do MPE de Santa Maria. Aqui relato o processo empreendido contra Henrique e Lauro visto que residem em Santa Maria. Após tal acontecimento os familiares de certo modo se fortaleceram ao reunir em torno de sessenta familiares num corredor estreito no fórum de Santa Maria, do lado de fora da sala de audiências a qual suportava apenas a presença das partes e dos agentes da cena judicial. O processo corre na quarta vara criminal do Fórum de Santa Maria. Nessa primeira audiência os pais que foram acusados de ter cometido o crime de calúnia e difamação passaram pela decisão de dar continuidade ou não ao processo. Visto que tal crime tem pena de dois anos a primeira audiência tem uma função conciliadora, a qual consiste em o réu se desculpar para com a vítima, e corre em Juizado Especial Criminal<sup>36</sup>. Essas audiências são públicas, porém os espaços disponibilizados são muito pequenos, o que não me permitiu assisti-la.

Entretanto, Henrique e Lauro se negam a “pedir desculpas” e decidem manter o processo, pois “queremos respostas e não cometemos nenhum crime, queremos provar isso”. Desse modo, os familiares levam em frente o conflito judicial na expectativa de provar pelo judiciário que não mentiram ao acusar o MPE de responsabilidade no incêndio. Aos gritos de “não matamos nossos filhos” os familiares deixam claro que consideram o que está acontecendo como “uma inversão de valores”, no qual as vítimas se encontram no banco dos réus. A concepção dos interlocutores da pesquisa é de que o MPE e esse conflito instaurado representa a imoralidade da instituição e das acusações que ela vem perpetrando nesse processo. Essa inversão de valores projetada no Estado refere-se também ao fato de o MPE, órgão protetor de direitos e fiscalizador do Estado, não estar garantindo os direitos dos familiares e assim estaria falhando na efetivação de sua função.

Posteriormente, o processo tomou outro rumo, Henrique pediu o recurso de “exceção da verdade” no qual busca comprovar que o que foi dito por ele sobre o promotor se trata de uma verdade. Um dia antes do aniversário de três anos do incêndio na Boate Kiss, Kiko Spohr, sócio da boate empreende uma denúncia contra a prefeitura e o promotor que assinou o TAC com a diretoria da boate, permitindo sua

---

<sup>36</sup> Órgão do judiciário no qual ocorre o julgamento, por um juiz, de causas de menor potencial ofensivo.

reabertura após reforma. Nesta denúncia pede indenização, que segundo ele, será destinada a AVTSM, o que causou revolta entre muitos pais, pois afirmam não querer um dinheiro “sujo com o sangue dos nossos filhos”. Este acontecimento e o depoimento de Kiko no processo criminal trouxe uma aliança estratégica: Kiko é chamado pelo advogado de Henrique como testemunha de defesa, na medida em que sua fala acusa Ricardo Lozza, o promotor que assinou o TAC, de ter liberado a casa noturna para funcionamento mesmo não estando em condições. Henrique faz questão de salientar que não se trata de uma aliança com o réu do outro processo corrente. Esse uso do depoimento se devia a possibilidade de usar o mesmo depoimento que Kiko havia dado no processo criminal para provar que Henrique não estava incorrendo em difamação e calúnia.

Relativo às demandas judiciais, os familiares protocolaram, com a assessoria de uma advogada especializada em direitos humanos, uma denúncia contra o Estado brasileiro acusando o mesmo de violar o direito à Justiça. O discurso dos Direitos Humanos é mais uma dessas alianças, na medida em que, eles recorrem a entidades de Direitos Humanos como uma forma de ampliar sua denúncia e fazê-la crescer, procurando angariar parceiros não somente no nível local, mas transnacional. A auto identificação como vítimas aparece aqui também como uma estratégia para delimitar limites morais que estariam sendo ultrapassados pelo judiciário de Santa Maria.

Na ocasião da divulgação da denúncia e performance do envio da denúncia por e-mail foi protocolado também um pedido para medidas urgentes frente às acusações que o MPE empreendeu, como explicitado anteriormente, contra os familiares de vítimas. Atualmente o Conselho do Ministério Público sugeriu que o processo seja arquivado, o que não alegrou os familiares visto que pretendem provar que estão certos, e compreendem esse processo como um espaço para tanto.

A injustiça, entendida como falta de responsabilização criminal e de políticas de memória, coloca em ação argumentações morais para sua defesa o que estabelece um processo de acusação (BOLTANSKI, 2000). Quando falo em argumentação não se trata de um argumentar de forma falsa ou meramente narrativa sobre suas ações, mas de concepções embasadas em uma moralidade que subjaz as relações entre as pessoas e as instituições. O processo de acusação como tratei acima já vinha em

curso e agora tem como palco o próprio judiciário. Os familiares têm como argumentação moral dessa empreitada contra o MPE o desrespeito que sentem ao ferirem a memória dos seus filhos ao não fazer justiça e ao blindar determinados agentes públicos. Daqui se subentende que essa não era uma relação esperada com uma instituição como o Ministério Público.

A denúncia elaborada pelo movimento SMLL quanto à responsabilidade de agentes vinculados a instituições públicas e do governo consolida-se. De todo modo esses agentes produzem mudanças na forma de denunciar que demonstram que os familiares estão especializando-se cada vez mais nas possibilidades jurídicas e legais de fazer com que seus clamores por justiça sejam escutados. Mantém-se o núcleo duro da denúncia, mas as formas de manifestar-se e exigir justiça se especializam, demonstrando domínio de figuras jurídicas e estratégias de acusação. Nesse sentido, angariam mais um aliado na sua luta por justiça, com uma argumentação de negativa ao direito à justiça pelo Estado Brasileiro que não teria permitido, na figura do Ministério Público, nem sequer o julgamento dos agentes públicos.

#### 4.4 A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS LEGÍTIMOS DE ENUNCIÇÃO: nomeando o “impensável”

Sarti (2014) examina categorias como 'vítima' e 'testemunha' em seus nexos com a violência sofrida num contexto de busca da criação de espaços de reconhecimento do sofrimento e legitimidade de formas de reparação da violência sofrida. A antropóloga cita Mauss a fim de discutir a ideia de que as formas de manifestação do sofrimento precisam fazer sentido para o outro, supondo códigos culturais para sancioná-las. É através dessa expressão pela via das formas instituídas que o sofrimento torna-se inteligível (SARTI, 2014, p. 80). No caso do sofrimento associado à violência, a autora observa que não há formas instituídas para expressar a dor, mas ao contrário, o silêncio é imposto como negativa de escuta, de modo que a autora detecta a ausência de um lugar de inteligibilidade pois para a existência desses lugares exige-se o reconhecimento da violência (SARTI, 2014, p. 81).

Para Fassin (2014), é a categoria clínica e metafórica de trauma o que possibilita uma conversão moral na qual a vítima passa do lugar da suspeita para o lugar de reconhecimento social, tornando-se legítima para requisição de direitos e reparação.

Sarti (2014) ao ingressar na discussão sobre a comunicabilidade da dor, traz à tona um elemento presente na literatura sobre o Holocausto, a saber: a crítica à ideia de que haveria uma impossibilidade de narrar o sofrimento ou representá-lo. Tal crítica constitui-se “a partir da ideia de que a representação de um acontecimento, mesmo violento, é parcial, limitada e mediada pelas circunstâncias de sua produção” (SARTI, 2014, p. 85). Sendo assim, segundo a autora, as condições de elaboração de tais experiências são históricas e sociais.

Pollak (2010) inscreve as narrativas e até mesmo o silêncio num processo de gestão de memória que diz respeito não ao esquecimento mas a uma forma de gerir a vida quando as experiências passadas no Holocausto são consideradas de difícil comunicabilidade. Considera, desse modo, que a história e a memória individual estão inscritas numa memória e história coletivas. Pollak (2010) tece essa consideração com base nos obstáculos que enfrentou para a realização das entrevistas com Ruth A. Que, por conselho de uma amiga, não queria mais dar entrevistas, pois o que os judeus haviam passado só poderia ser entendido por eles mesmos. Como Ruth A. decide permanecer em Berlim, o autor narra, através da fala da entrevistada, diversas situações nas quais fora difícil para ela comunicar o que passou. Ao levar isso em conta, afirma que o silêncio pode ser “uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção de uma comunicação com o meio ambiente” (POLLAK, 2010, p. 45).

Nesse sentido, penso ser possível, mesmo que parcialmente, comunicar a violência através da criação de categorias narrativas de nomeação dos acontecimentos – categorias que ressaltem não só uma valoração sobre o evento, mas que atribuam responsabilidades e intencionalidades. Desse modo, os movimentos de familiares de vítimas do incêndio, principalmente, o movimento Santa Maria do Luto à Luta, a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss e o Movimento Mães de Janeiro (que tem muitos de seus participantes circulando entre aqueles outros movimentos) buscam se articular para construir um espaço público de

enunciação e visibilidade em torno da categoria de “vítima” do incêndio. O silêncio certamente é a opção de muitos dos familiares não mobilizados nos movimentos; no entanto, entre os pesquisados para esta tese me deparei a noção comum de que só quem passou pelo que eles passaram é que pode entender e sentir o que sentiram. Embora não deixem de buscar se comunicar e se fazer compreender, ressaltam essa linha divisória sobre a possibilidade de sentir e compreender. Além dessa divisão, empregam ainda categorias internas para se referirem ao que sentem de modo variado.

Há variadas tentativas de criação desses espaços, como ficará evidente no tópico sobre as denúncias públicas no que tange ao conflito com o Ministério Público Estadual. Por ora, introduzo apenas uma situação que evidencia essa tentativa de forjar espaços de enunciação. Trata-se de uma cena ocorrida em um dos depoimentos de sobreviventes quando da escuta de testemunhas de defesa. Ironicamente, as testemunhas chamadas para a defesa pouco defendiam os réus, agravando mais a criação de uma noção de culpabilidade que os circunda. No caso em questão, ouvia-se um jovem que havia tido boa parte do corpo queimado. Seu depoimento foi marcado por suas poucas lembranças sobre o que ocorreu (visto que ele desmaiou logo no início do incêndio) mas, principalmente, pelo que ouviu de seu irmão – outro sobrevivente do incêndio, e responsável pelo resgate de muitas pessoas, dentre as quais se inclui o jovem depoente. A narrativa foi marcada por acusações contra os bombeiros, pois teriam incentivado o irmão do depoente a entrar na boate para resgatar os frequentadores que estavam desmaiados dentro da boate.

Ao final de sua fala, as mães de vítimas presentes perguntaram ao jovem e ao juiz se o irmão dele estava no rol de depoentes, obtendo resposta negativa. Em polvorosa, as mães requisitaram ao Ministério Público que o irmão da testemunha fosse chamado a depor, ao que o MP-RS se mostrou um pouco resistente, afirmando já terem as informações, graças à narrativa da testemunha que acabava de depor. Uma das mães então declarou enfaticamente que o irmão deveria depor, pois seria a “voz” do filho de Jacqueline – uma mãe que perdeu seu filho devido às inúmeras incursões ao interior da boate para resgatar amigos. O filho de Aline sobreviveu ao desastre; posteriormente, sua morte deveu-se à fumaça inalada em suas incursões de resgate.

No relato dessa situação que observei no fórum central, importa perceber que as mães utilizam esse espaço como um lugar para narrar ou buscar nas testemunhas a criação de uma narrativa que contemple a memória de seus filhos, intervindo após os depoimentos. Percebo então as audiências como um desses espaços de escuta do sofrimento, ainda que muito limitado, pois nem sempre suas expectativas são atendidas. Foi o que ocorreu no caso relatado: não houve o reconhecimento, mas o esforço de criar esse espaço para que a voz do filho morto fosse escutada nos diz muito sobre as formas de organização dos movimentos.

Outro modo de promover um espaço de enunciação e visibilidade é a criação de categorias de nomeação. Tais categorias são importantes na medida em que atribuem características ao acontecimento – características essas que dialogam com as experiências de sofrimento e suas formas de expressá-la. Entre os profissionais e familiares com quem tenho convivido, uma constatação é evidente: ninguém esperava por um acontecimento desse porte com tantas vítimas. Apesar desse denominador comum entre famílias e profissionais, o acontecimento gerou diversos tipos de nomeações que ganham sentido no discurso, ou seja, naquilo que se quer expressar em determinado contexto de fala. Conforme expus no capítulo acerca da Cruz Vermelha Brasileira o incêndio na boate Kiss é nomeado como desastre, seguindo a linha de um enquadramento teórico elaborado por instituições humanitárias e de gerenciamento de “crises”. No entanto, no contexto dos movimentos de familiares de vítimas aqui estudados as formas de nomeação são outras.

O termo “tragédia” foi utilizado pela imprensa em geral desde o próprio dia 27 de janeiro de 2013;<sup>37</sup> é o termo adotado no próprio nome da associação formada legalmente no mês seguinte (Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria). “Tragédia” é, pois, uma expressão imbuída de sentido e controvérsias. Em um uso comum, a palavra pode significar algo como um acidente, isto é, sem intencionalidade. Etnograficamente, contudo, foi possível perceber que não é de acidente que os familiares falam quando se referem ao acontecimento como “tragédia”. Estão, em vez disso, chamando a atenção para o componente trágico, no

---

<sup>37</sup> Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/brasil/incendio-em-boate-deixa-mortos-feridos-em-santa-maria-no-rs-7407490>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

sentido de algo horrível e de grandes proporções – algo que marcou suas vidas de modo a deixá-las desprovidas de sentido.

Em *Conflitos Morais e Bioética*, Diniz (2002) reflete sobre o dilema moral de Tashi; para tanto, vale-se de figuras mitológicas e literárias, explorando assim a relação entre a moral e o trágico. Acredito que de sua análise pode-se apreender um sentido de 'tragédia' semelhante àquele atribuído pelos familiares de vítimas do incêndio:

Tashi é uma figura exemplar, porque encarna toda a concepção de moralidade que será descrita no resto do livro. Essa concepção parte do pressuposto de que a realidade do homem é sempre trágica e a função da moralidade é preservá-lo do contato direto com a substância das coisas. Só em alguns casos excepcionais o homem pode suportar o enfrentamento imediato com a tragédia, além de todas as ilusões, mas o preço a pagar por essa lucidez desumana é a insanidade. Em situações normais, o ser humano é obrigado a assumir uma atitude anti trágica, capaz de protegê-lo contra a brutalidade do real. (DINIZ, 2002, p. 10).

Pode-se conceber a realidade como contendo sempre brutalidade; dessa perspectiva, é pela moralidade que os humanos se defendem desse real brutal. Com o incêndio, os familiares tomam contato com essa brutalidade do real de forma bastante cruel, e é essa brutalidade que define a tragédia. Quando falamos de “tragédia”, em lugar de supor que o incêndio foi um acontecimento sem intencionalidade, os familiares têm em mente esse contato com a “total falta de sentido do real”, de algo cruel demais para ser verossímil. Em acréscimo, a expressão também é naturalizada nas falas: de forma coloquial, pode figurar em simples referências ao incêndio.

Isso não significa que os mesmos familiares jamais contestem o termo. Testemunhei exemplos dessa contestação durante o congresso “Novos Caminhos: A vida em transformação”, realizado pela AVTSM quando do aniversário de um ano do incêndio. Durante a abertura, o representante da associação, Carlos, traça uma diferenciação entre tragédia e massacre:

Quase setecentos ficaram (se referindo aos sobreviventes), foi a segunda em número de mortos em evento dessa natureza no país. Passa de tragédia para massacre, como no massacre de Cromañón. Tragédia se diz quando um ônibus capota com 10, 20 pessoas ou coisas

relacionadas à natureza. (Fala da abertura do congresso de um ano do incêndio, presidente da AVTSM, 2014).

Muitas vezes nas falas dos meus interlocutores, em momentos de elucubração política e para um público ampliado, essa distinção e conversão da tragédia em massacre foi estabelecida. O termo “tragédia” é utilizado, portanto, como já me referi, nas falas cotidianas de modo coloquial e o termo massacre é usado contextualmente para enfatizar a existência de culpados pelo incêndio e a existência de uma intencionalidade na medida em que acreditam que, se as condições necessárias para segurança não estavam garantidas nem pelos donos da boate, banda, prefeitura e bombeiros, esses haviam assumido o risco de causar mortes. Zenobi (2014) contextualiza a distinção semelhante feita pelos seus informantes da ONG argentina Que No Se Repita organizada no pós-incêndio na boate Republica Cromañón:

Los actores movilizados en esos días rechazaron la clasificación del siniestro como un 'accidente' o una 'tragedia' puesto que creían que esos términos conotaban la ausencia de personas concretas que pudieran ser responsabilizadas por lo sucedido. De un modo diferente, afirmaron públicamente que se había tratado de una *masacre*, un *asesinato en masa*. (ZENOBÍ, 2014, p. 27).

Além de classificarem o que aconteceu às vítimas do incêndio como violência, os familiares também consideram como tal a negativa de justiça sofrido por eles próprios hoje. O incêndio na boate Kiss é uma violência para eles na medida em que muito convergiu para que o que, naquele dia, tudo ocorresse daquele modo. Acredito também que o sentimento de violência praticada se intensifica quando entram em consideração o modo como a tragédia transcorreu: com pisoteamento, com morte por asfixia de cianeto, descaracterização dos corpos, bombeiros que não entravam na boate para atuar.

Refletindo a partir de Sarti (2014) sobre a indissociabilidade entre sofrimento e reconhecimento público e oficial da violência que o gerou, pode-se refletir sobre as duas situações apresentadas – o depoimento no judiciário e as formas de nomeação – como tentativas de criar um espaço oficial de visibilidade e legitimidade para o sofrimento dos familiares de vítimas. Essa tentativa passa pela afirmação da

necessidade de uma política de memória. As ambiguidades na criação da política de memória, segundo Sarti (SARTI, 2014, p. 86), coincidem com as ambiguidades em torno da figura da vítima. Busca-se a criação de “novas formas de dizer”. Para a autora, a literatura é um desses meios entre outros. No caso aqui pesquisado, não há, por parte do Estado, espaços designados para a construção de uma memória; sendo assim, os familiares se utilizam de espaços já criados com propósitos diversos – serviços de saúde, audiências judiciais e manifestações políticas.

Assim como os que lutaram pela ditadura não representam a si como vítimas fora do âmbito discursivo do campo jurídico e penal, os familiares não se mobilizam em torno da requisição para si de um lugar de vítima; apresentam-se, em vez disso, como pessoas que sofrem pela perda de seus filhos – portanto, um sofrimento que é atravessado pela parentalidade. Apresentam-se também como “protagonistas de um luta” (SARTI, 2014, p. 91).

Ainda a respeito do trabalho de Sarti, a afirmação de que o reconhecimento do sofrimento depende da criação destes espaços institucionais pelos quais os familiares estão lutando permeia o campo de estudo em questão:

Dessa forma, no âmbito da discussão sobre as políticas de memória, o inenarrável e o indizível das experiências traumáticas relacionam-se menos com a dificuldade ou impossibilidade subjetivas de dizer e narrar, por parte de quem as viveu, do que com a ausência de um espaço ou a falta de disponibilidade e de vontade política de escuta e elaboração dessas experiências (...). (SARTI, 2014, p. 92).

Deste modo, é visível nesse campo de atuação política dos familiares a criação desses espaços que possibilitem novas formas de dizer (SARTI, 2014, p. 86) o sofrimento. Tais modos de dizer serão analisados no próximo tópico através da análise das denúncias públicas (BOLTANSKI, 2000) das injustiças.

#### 4.5 SOBRE AS VÁRIAS FORMAS DE DENOMINAÇÃO DA VÍTIMA: construção de categorias e disputas morais sobre legitimidade

A construção de espaços legítimos de enunciação e visibilidade através da denúncia pública (BOLTANSKI, 2000) se faz através de disputas sobre a legitimidade

do lugar de enunciar. Nesse sentido, analiso neste tópico as tensões existentes entre os familiares na construção destes espaços e suas argumentações e embates morais. Nesta direção, entre os movimentos estudados vinculados ao incêndio na boate Kiss são encontradas três tipos de denominações: Familiares de Vítimas, Vítimas, e Sobreviventes. No início da Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia da Boate Kiss só poderiam ser associados e com poder de votos os pais e mães de vítimas – o que na reunião do dia 19 de junho de 2013 foi ampliado. A partir de então, familiares de terceiro grau como tios e primos ou mesmo, em caso de ausência desses, um “responsável” pela família poderia se associar e ter poder de voto. O limite passou a ser de dois votos por família, sendo um do pai ou mãe e outro do familiar associado de segundo grau. Portanto, houve uma expansão do entendimento de quem são os familiares legítimos para votar, que pode ter ocorrido no sentido de aumentar o número de associados ou mesmo de garantir pelo menos um associado por “vítima fatal”.

A denominação “vítima fatal” aparece na ata 002 desta reunião do dia 29 de junho de 2013 da qual participei como observadora. Ela se refere aos que de fato morreram na tragédia, mas é possível perceber no cotidiano dos familiares a referência aos seus filhos mortos no incêndio apenas como vítimas. Acredito que no contexto da associação, que lida com diversas instituições e seus outros modos de denominação – como o Ministério Público Estadual, que denomina de vítimas os sobreviventes a serem escutados –, essa reiteração adjetiva “fatal” se faz necessária. Por fim, o termo sobrevivente se refere àqueles que sobreviveram ao incêndio. Esses também não tinham direito ao voto desde o início da associação, mesmo tendo sua denominação presente no nome do grupo. Foi na reunião acima citada que foi aprovado que eles passariam a ter direito ao voto.

A partir dessa diferença nas formas de classificação das vítimas por diferentes movimentos retomo o que Vecchioli (2013) chama, ao estudar as vítimas de terrorismo de Estado, de caráter ambíguo e impreciso das categorias. Em seu estudo categorias como “vítima”, “assassino” e “desaparecido” se mostram móveis, ambíguas e conflitivas quando do momento de aplicá-las a situações concretas. A tensão surge no processo

de objetificação. Por isso que me deparei com diferentes denominações, pois tais categorias, de acordo com o contexto são objetificadas de modo diferencial.

O fenômeno chamado de hierarquização de sofrimentos (VIANNA, 2014; AROSI, 2013) é entendido aqui como uma concorrência de legitimidade, entre os familiares, para estabelecer quem tem mais autoridade. Uma cena que me chamou muita atenção durante o trabalho de campo foi quando vi uma das mães mais atuantes que perdeu um filho na tragédia dizendo “eu só abaixo a cabeça para pais que perderam dois filhos”. O contexto era uma discussão sobre Frederico: os pais Roberto e Ieda conversavam sobre como Frederico falava do filho de modo a “tirar proveito” de sua história e construí-lo como um herói. A tônica era no sentido de dizer que Frederico se achava mais que os outros pais, por seu filho ter salvado outros e depois morrido. Dessa forma, Frederico estaria sendo acusado de usar a dor para sua autopromoção. Também falavam que perto de Frederico não podia se falar de justiça e luta. Marta dizia “eu romperia com qualquer tipo de poder para seguir na memória do meu filho”. Tal comentário se referia ao fato de que Frederico deixava de falar de justiça por conta de seu trabalho na prefeitura e uma suposta aliança com o prefeito. Marta falava “Qual a diferença da dor dele para a minha? Eu só aceito a dor maior que a minha daquele que perdeu dois filhos, o resto é dor igual”.

Percebo a partir do que foi explanado acima uma diferenciação que é estabelecida pela quantidade de filhos perdidos, e não pelo contexto da morte dos filhos. Nunca ouvi disputas entre pais cujos filhos perderam a vida na boate ou no hospital, por exemplo. Mas, não foi a primeira vez que ouvi a comparação entre a dor de um pai que perdeu apenas um ou dois filhos. Percebe-se que a contestação da dor de Frederico vai além: chega a ser contestado se ele realmente sofre a perda do filho, devido a essa “autopromoção”. Trata-se de uma contestação que passa pela moralidade: se promover em cima da dor é visto como algo extremamente desprezível. Os familiares se sentiam “revoltados” com o “uso da máquina pública para benefício próprio”.

O que entendo aqui é uma hierarquização da dor que ocorre também entre pais e mães: as mães aparecem como as que mais sofrem e ao mesmo tempo “são as mais fortes, são a força da associação”, segundo fala de Lauro no Simpósio de 10 anos do incêndio na boate portenha Cromañón. Por serem as mais fortes é que sua dor é de

mais intensidade, e isso ocorre pela concepção de que o amor da mãe é o maior de todos, como versa os ditos populares. Interessa pontuar, mesmo que não seja meu objetivo de trabalho nesta tese, que os movimentos de familiares de vítimas do incêndio têm como lideranças principais homens. Apenas a ONG Para Sempre Cinderelas e o movimento Mães de Janeiro são liderados por mulheres. Não é por acaso que esses dois movimentos tenham um cunho mais de ajuda assistencial que os outros. As tarefas que os movimentos desempenham são tarefas que fazem parte da maneira como é construído socialmente o papel de gênero feminino, como cuidar de crianças, mesmo que através de doações, e fazer a limpeza da frente da boate. Os dois movimentos são pensados no sentido do lugar de mãe na sociedade: um tem como nome Mães de Janeiro, logo o próprio nome do movimento se define pelo lugar de mãe; o outro, a ONG Para Sempre Cinderelas também é organizado na chave da maternidade e são as mães de cinco mulheres que desempenhavam trabalhos sociais que tocam o movimento.

Entendo que a dor das mães é vista como a mais intensa, inclusive por profissionais. No entanto, elas não são porta vozes dos movimentos. Isso não significa de maneira alguma que elas sejam menos atuantes. As mães Maria, Ieda, Leciane, Júlia e Aline são muito atuantes no movimento Santa Maria do Luto à Luta e estão sempre em atividade. Muitas vezes algumas dessas mães estão junto aos pais organizando protestos que são segredo para mim ou outras mães e pais e que só são revelados no momento do acontecimento político. Isso ocorreu durante a limpeza da boate quando houve a declaração de Louzada – juiz responsável pelos processos criminais relacionados ao incêndio na boate Kiss – de que os familiares deveriam pagar pela limpeza (descontaminação) dos pertences de seus filhos. Logo Roger, Lauro e Henrique estavam organizando um protesto sobre o qual não fui informada do que se tratava até que ocorresse. Júlia, esposa de Henrique também não fora informada sobre o que estavam organizando, mas outras mães tinham essa informação e tiveram a palavra durante o protesto e também deram entrevistas posteriormente. No entanto, mesmo assim os porta-vozes são homens. Atualmente uma mulher é a liderança do movimento Santa Maria do Luto à Luta, uma mulher que também faz parte do movimento Mães de Janeiro, mas os presidente e vice-presidente da associação são homens.

Portanto, percebeu-se uma disputa moral por legitimidade entre familiares para definir qual sente a dor maior – mãe, pai – e entre quem perdeu um ou dois filhos no evento trágico. Essa disputa se dá mais nos termos de quem “sente mais dor” do que de fato pelo poder de fala política. Quando o assunto é representação dos movimentos, são os homens que estão mais presentes dando entrevistas e falando em público. Mas quando o assunto é “dor” são as mães que, muitas vezes, são chamadas pelos próprios pais atuantes a darem a entrevista em seu lugar, pois elas teriam mais “propriedade no assunto” e sentiriam uma “dor maior”. Obviamente estamos falando de construções de gênero relacionadas à intensidade da dor sentida, que como já referi está vinculado ao lugar feminino de mãe. Nesse sentido, ressaltai aqui as tensões na luta por legitimidade de fala e por definição de quem sofre mais no contexto de uma tragédia que tem como consequência a perda dos filhos. O objetivo centrou-se em destacar que o processo de produção de um espaço legítimo de visibilidade e enunciação não se faz sem conflitos e tensões na definição dos lugares legítimos de fala. O contexto das relações de gênero também influencia na produção de espaços marcados de fala e atuação marcados pelos gêneros e pelas construções sociais a eles atribuídas.

#### 4.6 RETOMANDO QUESTÕES: políticas, causas públicas e o trauma

O cara fica meio doido das ideias com relação as respostas que nós não estamos tendo do Ministério Público, isso que tá dando problema muito grande, emocional e até psicológico da gente, tem noites que eu me acordo pensando nisso aí e eu não consigo dormir e aí eu vou pra internet olhar o processo. (Henrique, 30/08/2014).

Uma interpretação possível desta fala de Henrique demonstra a relação que há para ele entre “o psicológico” e a necessidade sentida de respostas por parte do MPE. Nesse sentido é importante perceber aquilo que já foi ressaltado por Birman e Leite (2004), de que é na falta de reparação e políticas de memória, nesse caso impossibilitadas pelo Estado, que o sentimento do intolerável é forjado. As respostas

esperadas aparecem associadas ao desejo de realização do que considera enquanto justiça.

Portanto, a luta por justiça está estritamente relacionada ao que Henrique considera como psicológico. Em certa ocasião em um bar ouvi de uma mulher que “a Kiss”, como muitos se referem ao evento, “arruinou” Santa Maria, referindo-se aos resultados do incêndio na cidade. Ao dizer isso, explicou-me, queria se referir principalmente à vida noturna de Santa Maria que após a Kiss com as exigências legais e maior fiscalização muitos lugares haviam fechado. Também queria se referir aos familiares que estariam deixando a cidade triste e que não estavam conseguindo lidar bem com o que aconteceu.

Considero que há pessoas mobilizadas nesse universo dos familiares de vítimas, solidárias com a causa, e há um discurso que circula na cidade de que os familiares não conseguiriam abandonar sua dor. Essa perspectiva considera o choro em espaço público como algo que enluta a cidade atrapalhando seu desenvolvimento. Um ponto importante do contexto local é a consigna criada pelo movimento SMLL que pronuncia “lutar não é loucura”. Essa consigna produziu uma interessante perspectiva sobre a relação dos familiares com a luta por justiça e o que consideram por “loucura”, dentro de um contexto em que atribuir loucura ou problemas emocionais a uma pessoa também é uma forma de avaliação moral.

A citação feita no início deste tópico não demonstra uma situação de “loucura”, está mais relacionada a um efeito psicológico da injustiça, que dificulta a vida cotidiana, mas não é percebida enquanto doença. Henrique, por exemplo, no início se negou a tomar remédios recomendados pelo serviço de atenção em saúde do Hospital Federal da universidade pública de Santa Maria. Além do receio em “viciar” nos remédios, não quer que os remédios atrapalhem sua “luta”. Ao questioná-lo sobre diagnósticos, ele diz que não importa, que ele “não é louco”. Portanto esta consigna é também uma afirmação política contra essas valorações morais que circulam sobre os familiares organizados e o evento.

A categoria “vítima” tem usos circunscritos em contextos específicos. Como afirma Vecchioli (2013) é uma categoria ambígua e que depende de contextos políticos e sociais. Portanto, quando os familiares afirmam que há uma “inversão de valores” ao

serem colocados no banco de réus, eles se posicionam como vítimas para que se configure uma interpretação moral do acontecimento, visto que vítima e agressor são duas categorias que se constituem mutuamente. Ao serem colocados como réus os familiares aproveitam esse espaço para se jogar na empreitada de provar que não estão errados, mas também de que eles são as vítimas, procurando assim se colocar nesse espaço moral. Isso não significa que eles não fossem já reconhecidos como vítimas, mas demonstra o manejo desta categoria politicamente.

Retomando Chaumont (2000) o reconhecimento da vítima depende de condições sociais para sua realização. Desse modo, alguns agentes são reconhecidos como vítimas e outros não. Há uma construção de uma singularidade do sofrimento dos familiares que está muito relacionada também a ideia do evento enquanto traumático. Que “a Kiss” foi um evento traumático é praticamente um consenso. Mas, a noção de traumático não está necessariamente ligada categoria clínica de trauma, mas a uma noção que relaciona o acontecimento ao impacto que ele provoca na população e nas pessoas que o vivenciam. Por isso, ressaltam-se os elementos trágicos e de maior impacto para eles: morte em massa, condições dos corpos, violência, geração, entre outros. Como apontou Sarti (2014) o reconhecimento da vítima depende de aparatos institucionais para sua expressão.

Referindo-me às políticas de saúde direcionada aos afetados o espaço clínico e mesmo de atendimento psicossocial é um espaço privado e circunscrito dentro das margens do controle estatal. No início do oferecimento desses serviços de saúde houve muita desconfiança por parte dos familiares, como me contou Regina em uma entrevista, relacionada à consideração por parte do movimento SMLL de que a prefeitura deve ser responsabilizada. Essa desconfiança, segundo Regina, foi sendo contextualizada dentro de outro cenário que acabou construindo relações de confiança entre os familiares e alguns profissionais.

Regina conta que “passamos a levar em consideração que eram profissionais”, portanto, havia uma relação de sigilo. Por fim, conjuntamente com um sentimento de desrespeito que é provocado por uma ofensa moral há uma estratégia do movimento SMLL no qual buscam “criar um fato” para manter o assunto em debate público. Não se trata de fatos forjados, mas de uma estratégia de luta com preocupações reais. Nesse

sentido o conflito com o MPE e a luta por justiça são também formas de criar espaços para expressar o sofrimento e de busca por uma legitimidade através de meios jurídicos ou que envolvem a ideia de justiça.

A construção de um evento enquanto traumático certamente não é feito de forma unívoca. Nesse sentido, não somente as políticas de saúde reconhecem o evento como potencialmente traumático e nesse movimento circunscreve quem são as vítimas, mas as próprias formas de ação dos familiares organizados inscrevem outra linguagem baseada na ideia de luto que precisa ser vivido e que é impedido devido ao acréscimo de sofrimento adquirido frente ao descaso do Estado para com as demandas relacionadas à memória e justiça. É na busca de fornecer essa outra linguagem, que delimita o sofrimento como normal, permanente e com potencial de expansão, que os familiares tentam construir esses espaços de expressão.

#### 4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação sobre o evento é produzida a partir da noção que enfatiza os componentes trágicos do acontecimento, potencializadores do sofrimento. Entre os movimentos de familiares de vítimas do incêndio na boate Kiss ora estudado quando relacionados a outros movimentos de vítimas, percebo que há essa concorrência na medida em que apontam para as características singulares de sua experiência de sofrimento. Seus filhos não teriam morrido apenas em uma situação trágica, mas na mais impensável delas. Uma cidade reconhecida pela sua composição jovem, uma cidade universitária, que perde em “poucos instantes” mais de duas centenas de seus jovens. Qualificativos como juventude, universitário, em massa, e elementos como perda do futuro e horror aparecem. A “tragédia de Santa Maria” chegou a ser comparada, como vimos na introdução, com o 11 de setembro e com o holocausto, apesar de todas as diferenças implicadas nessa comparação.

A “falta de justiça” aparece como um sofrimento que se soma a uma situação já fragilizada dos familiares emocionalmente. A consigna “lutar não é loucura” faz sentido no contexto da cidade, que compõem um discurso que responsabiliza os familiares por enlutar a cidade. Eles continuam sua luta, levando a níveis judiciais. Diversas

argumentações morais aparecem nesse contexto: a frase “não matamos nossos filhos” demonstra a produção de um discurso de que eles não deveriam estar no banco de réus, que isso é uma “inversão moral”. A partir daí a condição de vítima reaparece com um uso político para assim produzir uma ampliação de sua demanda.

Segundo Vianna (2014) zonas semânticas são criadas pelos familiares de vítimas para obter reconhecimento das mortes de seus filhos. Nesse sentido, podemos considerar que os familiares, ao nomearem o evento enquanto um “massacre”, por exemplo, e a forma como a relação com o Estado transcorre como “injusta”, produzem uma avaliação moral sobre o Estado, aqui representado pelo prefeito, pelos funcionários que deveriam fiscalizar a boate e pelo MPE. Para a antropóloga ao falar das mortes a partir de seu contexto:

(...) os atores produzem leituras sobre o que ocorreu, a quem cabe a responsabilidade por isso, os custos afetivos, morais e políticos envolvidos e o tipo de reparação e reconhecimento esperados frente às dores experimentadas não só com a morte do familiar, mas em diversos momentos anteriores e posteriores que podem ser conectados a essa morte. (ibídem: 230).

Retomando os questionamentos feitos por Das (1995) acerca de como eventos extraordinários passam a habitar o cotidiano e a subjetividade dos afetados, considero que para os familiares organizados é na luta e no embate com o Estado que novos espaços para existir são criados. Assim são produzidos e se produzem como vítimas de uma violência que continua a ocorrer e como pessoas em luta, como “guerreiros”. Nesse processo os informantes aqui citados, Henrique, Regina, Lauro, entre outros se pensam enquanto pessoas que têm sido desrespeitadas pelo Estado. O uso de medicamentos, a frequência em psicólogos e psiquiatras passa com o tempo a se tornar rotina e incorporado ao cotidiano os familiares adotam uma postura defensiva afirmando que “não somos loucos”.

Nesse sentido frente ao contexto já apresentado neste capítulo criam uma consigna que muito possui de defesa moral. A continuidade da luta e sua especialização através do domínio de categorias jurídicas e das formas processuais demonstra um saber elaborado pela vítima e a produção de uma “verdade dos fatos”. A

questão da “loucura” faz parte de um contexto em que as pessoas costumam pensar que quem se medica é porque é “louco”. Os familiares em sua luta, que também é por legitimidade de seus enunciados, acionando a categoria de loucura como desligado do âmbito do sofrimento, para assim afirmar que sofrem, pois é impossível não sofrer. E sofre-se por “falta de justiça”. Esses elementos parecem apontar também para uma resistência ao tratamento, em especial, psiquiátrico. Os familiares que entrevistei, em sua maioria, são medicados, mas tem uma aderência ao tratamento que oscila.

Em outra direção, há um contexto de criação de aparatos institucionais para falar sobre a dor que ocorre com a constituição dos movimentos, percebo que os mesmos são espaços políticos que buscam proporcionar o reconhecimento do sofrimento. As denúncias públicas (BOLTANSKI, 2000) envolvem as acusações morais realizadas ao se qualificar o evento como “tragédia” e “massacre”. Ao qualificá-las (isto é, nomeá-las) desse modo, não apenas criam um espaço de visibilidade para o seu sofrimento, mas também denunciam, ao evocar culpados pelo acontecimento trágico e pelo massacre. Ainda nesse sentido responsabilizam agências e criam mecanismos de expressão do sofrimento por meio das denúncias. Nomear mediante esses termos e sentidos específicos é, nesse caso, acusar, e tais acusações se dirigem a determinados agentes – a prefeitura, o Ministério Público Estadual, os réus do caso criminal principal e os Bombeiros, como já explicitado anteriormente.

Esse novo espaço de expressão, forjado no conflito com o judiciário, permitiu enunciar a tragédia em outros termos e dar um novo sentido para a noção de sofrimento psicológico. Isto é, não se trata somente de um sofrimento individual que pode se tornar doentio, mas de uma situação política na qual seu sofrimento não é respeitado, na medida em que a “justiça” não estaria sendo feita, aumentando assim o potencial de afetação do “psicológico” em relação ao evento, que parece se prolongar no tempo. Nesta direção os familiares situam o traumático num substrato social compartilhado.

Para finalizar, a produção das vítimas e do evento enquanto traumático ocorre através de diversos atravessamentos ao longo do processo de mobilização dos familiares de vítimas e a partir de formas de gerenciar o sofrimento criadas pelo Estado. O evento continua em produção, ele não se cristaliza no tempo, mas se

atualiza nas ações do presente. Ele é atual para os familiares e não algo que se situa no passado. Assim sendo o evento continua sendo produzido e reproduzido gerando contextos férteis para a análise das demandas dos movimentos de vítimas e de sua relação com as instituições e o contexto local.

## **5 INTERVENÇÕES EM SAÚDE MENTAL FRENTE À INCÊNDIOS COM MÚLTIPLAS MORTES NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Diante da proximidade de características apresentadas pelo incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, Brasil no ano de 2013 e do incêndio na casa noturna Republica Cromañón em Buenos Aires, Argentina no ano de 2004 analiso como os eventos apontam em rumos diferentes quanto ao atendimento em saúde mental dispensado às vítimas.

O incêndio no clube noturno Argentino vitimou 194 pessoas, entre crianças, jovens e adultos e era bastante superior em capacidade que a boate Kiss. Na noite de 30 de Dezembro de 2004 o clube reuniu entre três e quatro mil jovens em um concerto de Rock. Foram os fãs a acender o fogo de artifício e o resto da história acaba por se tornar muito semelhante a da Kiss. Sem portas de saída livres, fumaça tóxica, pisoteamento.

Tenho como material de investigação entrevistas com profissionais psicólogos, gestores em saúde, assistentes sociais, familiares de vítimas e psiquiatras. O objetivo é compreender o que os modelos de ações de intervenção escolhidas implicam em termos de reconhecimento dos dois incêndios como eventos traumáticos. Trago a conhecimento o caso argentino para iluminar a diversidade de modos de intervenção empregadas em cada país frente a um evento similar de incêndio com grandes proporções. Busco compreender como foram estruturados serviços de atendimento e políticas destinadas a intervir em eventos considerados traumáticos e entender quais os seus sentidos para os agentes envolvidos.

A pesquisa que desenvolvi na Argentina focou-se no tipo de tratamento em saúde mental dispensado aos familiares de vítimas e sobreviventes do incêndio na casa de show portenha Republica Cromañón. Também tinha como objetivo entender como havia sido a intervenção diretamente sobre o incêndio, na época em que o mesmo ocorreu. Entretanto, levo em consideração o fato de que os eventos ocorreram em um intervalo de nove anos. Não há como equiparar as experiências como se correspondessem ao mesmo momento no transcorrer do tempo. Devido a essa característica dos dados articulados neste capítulo é difícil prometer uma análise rigorosamente comparativa.

A inserção de campo na Argentina e no Brasil também se deu de maneira diversa. Em Santa Maria fiz a pesquisa sozinha, longa e de muita convivência no dia a dia com familiares e alguns profissionais ou voluntários. Estive em Santa Maria inúmeras vezes. Em Buenos Aires a pesquisa foi coletiva, reunindo eu, Diego Zenobi, professor de antropologia da Universidade de Buenos Aires (UBA) que pesquisa sobre familiares de vítimas e especialistas envolvidos no caso de Cromañón e Camila Gonçalves, psicóloga de Santa Maria e professora no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA), que defendeu sua tese de doutorado sobre o voluntariado em psicologia após o incêndio na Kiss, sendo ela mesma uma dessas voluntárias que atuaram à época do evento.

O interesse em ir para Buenos Aires surgiu, primeiramente, de uma interlocução existente desde a ocorrência do incêndio da Kiss, dos familiares de vítimas de Santa Maria com os parentes de vítimas de Cromañón e especialmente pela interlocução com os pesquisadores argentinos Virgínia Vecchioli e Diego Zenobi. Com Zenobi após algum tempo de interlocução ocorreu o convite para fizéssemos as entrevistas em grupo, o que contribuiu enormemente para o desenvolvimento da tese.

Enquanto em Santa Maria o método de pesquisa principal fora a observação participante com a convivência em períodos curtos distribuídos no decorrer de alguns anos, na Argentina, a pesquisa foi coletiva. Nos reunimos em trio, como relatei acima e entrevistamos psicólogos e psiquiatras que atenderam a sobreviventes e familiares, alguns em seu consultório, outros em hospitais, outros em uma repartição pública do governo nacional. Não retomarei extensamente estas entrevistas, mas elas subsidiam algumas reflexões propostas nos próximos tópicos.

Escolho desse período de pesquisa os relatos de profissionais ligados a três serviços de saúde mental, o do Hospital Alvarez, o Hospital Alvear e o Centro Ulloa. Quanto às experiências em Santa Maria, recorro à entrevistas, entre as quais, com gestoras da área da saúde, uma ex-profissional do serviço de acolhimento psicossocial municipal, entrevista com uma psicóloga humanitária que participou da gestão dos voluntários, Verônica e também atendeu aos familiares durante 120 dias na AVTSM. Conjuntamente, recorro às vivências proporcionadas pela observação em campo da

interação desses profissionais em rituais de aniversário do incêndio, por último, recorro à alguns protocolos utilizados à época do ocorrência do incêndio na boate Kiss.

Para versar sobre as políticas que foram desenvolvidas na área de saúde para os afetados, retomo, primeiramente, quais foram as ações na situação considerada emergencial. Ressalto que no Brasil, como explicitado no capítulo inicial, a caracterização do evento como emergência possibilita uma série de ferramentas de gestão, assim como a articulação de equipes de diferentes órgãos e organizações. E conclui-se que existe a constatação dos envolvidos de que é necessário um saber especializado sobre o trabalho em emergência.

Na Argentina, não ocorreu essa articulação entre diferentes órgãos. Muito menos o Estado possibilitou essa articulação, diferente do Brasil, onde o próprio Estado convoca profissionais para atuarem como voluntários e solicita a intervenção de uma agência humanitária para elaborar a estratégia de saúde mental frente ao desastre. Entretanto, em primeiro lugar deve-se considerar o intervalo de tempo entre a pesquisa e evento, em cada país. O período de nove anos, entre os dois eventos, pode ser significativo para o desenvolvimento da legitimidade de organizações humanitárias, por exemplo, atuarem conjuntamente com o Estado em desastres.

Ainda assim, acho que a especificidade de como se pensa a atuação em saúde mental na Argentina, com uma tradição fortemente clínica, acaba por fazer com que a resposta estatal aos problemas de saúde mental, considerados emergenciais, fossem descentralizados. Diante dessa ramificação da atenção em saúde, cada hospital segue a sua linha teórica e faz o tratamento que julga adequado. No entanto, a existência de uma equipe de psicólogos e psiquiatras que atuam em emergências que são os mesmos profissionais do serviço de atenção ao Transtorno de Estresse Pós Traumático da cidade de Buenos Aires, no Hospital Alvear, certamente é muito significativo da relação de causalidade entre evento e trauma.

## 5.1 PRIORIDADES NA EMERGÊNCIA

Antes de tudo, tanto no Brasil quanto na Argentina, os eventos mobilizaram ações de emergência. Ainda que tenham funcionado de modo diferenciado ambas as situações implicaram, em primeiro lugar, ações de resgate dos sobreviventes e manejo

dos corpos. Isto, segundo relatos, foi feito de um modo bastante desorganizado nos dois lugares, iniciando o resgate com veículos particulares levando sobreviventes e com mortos sendo colocados em ambulâncias.

Desse modo, as primeiras ações são aquelas que implica “salvar vidas”. Segundo o doutor Solano, psiquiatra do serviço de psiquiatria do hospital Alvarez, após o incêndio em Cromañón a primeira linha de atenção foi a emergência médica. Houve cancelamento de licenças dos médicos, pois era período das festas de final de ano. Tratou-se de uma resposta estatal que articulou para fora do Estado, no máximo, os serviços de ambulâncias particulares e que não implicou, como no evento Kiss, uma coordenação partilhada da gestão do desastre entre diferentes órgãos e organizações, estatais e não estatais.

O resgate foi feito pelo Serviço de Atendimento Médico de Emergência (SAME) e algumas ambulâncias particulares. Não foram acionadas outras organizações e as pessoas que atenderam as vítimas e os familiares tampouco sabem que instituições estavam presentes. O salvamento e destino dos corpos é uma questão crítica, me parece, quando se dala de Cromañón. O salvamento é relatado como desordenado e alguns corpos permaneceram até uma semana perdidos entre os necrotérios judiciais da cidade. Como relatou um dos pais de vítima, ele esteve de necrotério em necrotério procurando o filho por uma semana.

Em Santa Maria, a prioridade das vítimas também é acionada, mas conjuntamente ao atendimento a gestão vai sendo organizada pelos representantes do Estado e voluntários, como relata Natália, gestora da Secretaria Estadual de Saúde suas ações seguiram a seguinte ordem:

Fui pro Caridade (Hospital), e aí lá a gente verificou, ah bom num primeiro momento era a questão mais de salvar vidas. Então era com a equipe médica e com a equipe do hospital né, e nós ficamos assim, na questão logística, de apoio num primeiro momento pra ver enquanto coordenadoria, enquanto representantes do estado, o que nós poderíamos fazer pra facilitar né, pra fazer contatos, logísticas, ver equipamento, se precisava pedir emprestado. Enfim, então, a gente ficou com aquele elo, mas num primeiro momento, na verdade, foi feito toda a triagem pelos profissionais, ver quem tinha que ser transferidos, salvar as vidas, né. (Natália, D.C)

Como se tornou evidente logo após as primeiras instituições públicas chegarem ao local do incêndio em Santa Maria já houve uma iniciativa em promover reuniões conjuntas para a tomada de decisão. Não se tratava de uma decisão qualquer, mas de uma decisão fundamentada em protocolos de gestão de desastres que vinham sendo já simulados em Santa Maria por essas diversas organizações. Entre elas, Exército, base aérea do Exército, Cruz Vermelha local, SAMU, Polícias, Bombeiros e Defesa Civil. Houve a implementação do Sistema de Comando de Operações (SCO), que implica a padronização de procedimentos através da integração das diferentes forças atuantes.

Nestas reuniões foram definidas responsabilidades para cada órgão e organização. As vítimas só começaram a ser retiradas da boate Kiss quando o fogo foi apagado. Daí seguiu-se uma avaliação feita pela Defesa Civil com outras organizações como a Cruz Vermelha. Para esta avaliação, entraram na boate, conta Jerônimo. Só então os corpos começaram a ser removidos, após a avaliação de que era seguro entrar na boate.

O destino dos sobreviventes e dos corpos continuaram a ser geridos por esse conjunto de órgãos e organizações. Foi em uma dessas reuniões, atenta Coronel Francisco, que foi decidido concentrar os corpos no Centro Desportivo Municipal, o que permitiu rápida perícia do IGP e identificação das vítimas por seus familiares. Após 24 horas todos os corpos haviam sido reconhecidos e em 48 horas os velórios já haviam sido finalizados na cidade de Santa Maria. Os sobreviventes chegaram também de forma espontânea e desordenada aos hospitais de Santa Maria. No entanto, os leitos já no primeiro dia começaram a ser geridos pelo gabinete de crise, realocando os sobreviventes, inclusive em outros hospitais da região e da capital, Porto Alegre.

Não se trata aqui de afirmar que o salvamento e o destino dos corpos foi mais humano ou melhor no Brasil. Mas, sim de que os relatos do sucesso ou insucesso da operação contribui para a interpretação do evento, e também nas questões judiciais. Em Santa Maria, os familiares de vítimas não empreenderam uma causa pública, nem jurídica, contra as equipes de salvamento, apenas contra os bombeiros, pois estes seriam os responsáveis por não inspecionar o local e por terem estimulado e permitido que sobreviventes e outros não civis adentrassem a boate para buscar mais pessoas

com vida. Já, na Argentina, existe a causa SAME, que foi empreendida contra funcionários da cidade de Buenos Aires, entre eles o médico responsável pelo turno do SAME que atendeu as vítimas de Cromañón.

Santa Maria contou com a presença do governador, de secretários, de ministros e da presidenta em exercício, Dilma Rousseff. Segundo Natália, que estava na sala e ouviu a presidenta falar com alguém, que a interlocutora não sabia informar quem, dizendo “eu não quero desculpas, eu quero ação e eu quero as coisas que são necessárias já”. Era muito evidente que a situação em Santa Maria foi tratada como de muita urgência, como explorado anteriormente na tese. Por fim, outras relações com instituições para além do nível local, e ademais das já relatadas ocorreram vídeo conferências com profissionais do Hospital Albert Einstein de São Paulo para a assistência médica aos sobreviventes. Também aconteceram vídeo conferências com hospitais da capital do estado, Porto Alegre.

Quanto ao manejo dos sobreviventes em Buenos Aires eles foram sendo encaminhados e chegando de forma autônoma ao mais diversos hospitais da cidade e da grande Buenos Aires. O único documento que circulou como orientação aos hospitais foi de que fosse dada prioridade de atendimento às vítimas de Cromañón. Em Santa Maria percebo uma operação muito mais complexa acontecendo. Posso estar incorrendo num erro, pois a distância temporal com o evento é muito diferente, mas é notório que em Santa Maria houve uma grande operação.

Conjuntamente, outra característica que deve ser levada em conta é que em Buenos Aires era possível encontrar o atendimento especializado que havia no país em nessa própria cidade, pois se tratava de uma capital nacional. No caso de Santa Maria, a distância da capital do estado e de serviços especializados para queimados e intoxicados, proporcionou que uma operação desse tamanho fosse necessária. Tendo em vista que ela implicou uma operação de deslocamento aéreo e de formações com especialistas para orientar a atuação dos profissionais de saúde com os sobreviventes que ficaram em Santa Maria, pela sua localização como uma cidade de interior, ela é bastante rica em focos de análise.

Diante disso as características da operação e o perfil das agências e agentes envolvidos nas ações em Santa Maria mostra que havia um entendimento de que

desastres implicavam um tipo de intervenção específica. Essa intervenção baseia-se na ideia de que um desastre desestrutura a vida de uma localidade e necessita de uma intervenção que esteja orientada a retomar a normalidade, a prática escolhida, o apoio psicossocial. E o mais importante, esse tipo de intervenção foi efetuada com o aval e promoção do Estado.

Em outra direção, a atenção em saúde mental durante o período reconhecido como de “impacto” também ocorreu de modo pouco similar nos dois países, o que deve-se ao período de tempo, mas também ao tipo de resposta que é dada ao evento. Nesse sentido, o pós impacto pode ser entendido como o período que corresponde a ideia de crise na medida em que dimensiona a desorganização social e até mesmo estatal que um evento proporciona.

Nesse sentido, em Buenos Aires a atenção dispensada à população é feita por agentes estatais, como o SAME e a Defesa Civil ou os Bombeiros. A resposta, portanto, é estatal e mobiliza agentes estatais para tanto. Assim, na Argentina, a resposta estatal em termos de saúde mental no momento pós-impacto, no qual ainda se desenvolviam as ações de resgate das vítimas, foi feita pela equipe chamada “Fatores Humanos” do SAME. Trata-se de uma equipe de psiquiatras e psicólogos que atuam em situações traumáticas. Dentro de situações traumáticas, segundo Eugênia, psicóloga da equipe, entrariam diversos tipos de fatos, como o abuso sexual ou um incêndio com mortos.

A equipe “Fatores Humanos” é a mesma equipe do serviço de Transtorno de Estresse Pós Traumático do hospital Alvear. Eugênia, ao ser questionada sobre se houve algum tipo de formação ou orientação de como trabalhar com as vítimas à época do incêndio, responde “Nós temos essa formação. Nós temos formação em trauma, já estamos formados. Estamos formados para tudo que tem a ver com o traumático”. O que julgo mais interessante nessa afirmação é a relação quase automática entre formação para atuar no evento e formação em trauma. Não há um entendimento por ela que é necessário um saber especializado em desastres, estar formada em trauma, e, nesse caso consequentemente em TEPT significa estar especializado na área.

Em Santa Maria, a atenção em saúde mental, feita por voluntários foi inicialmente gerida pela Cruz Vermelha local, na pessoa de Verônica. Após o primeiro

período de emergências hospitalares foi uma decisão estatal chamar especialistas como os Médicos Sem Fronteiras e a Força Nacional do SUS para gerirem as questões relacionadas à saúde. Os Médicos Sem Fronteiras tiveram um papel fundamental na estruturação do serviço de acolhimento 24 horas e na orientação de ação dos voluntários. Nesta direção, a resposta do Estado foi articulada com agências não estatais não somente para o socorro das vítimas, com a atuação da Cruz Vermelha local, por exemplo, mas nas ações emergenciais em saúde mental.

Por último, diante do incêndio na boate Kiss foi organizado o gabinete de crise, do qual todos que atuavam ali estavam cientes da existência, ocorriam reuniões, as organizações atuavam em conjunto, tomavam decisões. Os interlocutores Verônica, da Cruz Vermelha de Santa Maria e Coronel Francisco que era coordenador da Defesa Civil regional na época do incêndio ressaltam a importância de que várias das organizações locais que poderiam atuar em um desastre vinham fazendo simulados. Portanto, essa articulação vinha sendo performatizada desde 2011. Ainda assim trata-se de uma prática recente.

## 5.2 A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO NA ARGENTINA

A atenção em saúde mental na Argentina seguiu a mesma lógica da assistência emergencial no que tange às questões físicas dos sobreviventes, como as pulmonares e das queimaduras. Os atingidos foram encaminhados e orientados a irem aos hospitais de emergência psiquiátrica e psicológica e hospitais que dispusessem de serviços de saúde mental. Isso implica que a estratégia de saúde mental de Cromañón não se pensou como uma intervenção ao longo do tempo, mas como uma intervenção frente à emergência, pelo menos nesse período mais imediato após o incêndio, visto que dez anos depois surge um serviço com uma proposta diferenciada da hospitalar. A resposta estatal na época e, de todo modo, a resposta massiva em termos de atendimento para sobreviventes e familiares foi a hospitalar. Nesse sentido, trata-se de uma intervenção com previsão de alta após passada a situação emergencial. Zenobi

(2017) relata que no primeiro ano após o incêndio foram atendidas 932 pessoas, sendo 84% sobreviventes<sup>38</sup>.

Nesse sentido, a atenção em saúde mental às vítimas de Cromañón foi descentralizada. Segundo Zenobi (2017) as orientações para atendimento em saúde mental a partir do Estado argentino, que se deram diretamente com o usuário foi através de uma linha telefônica chamada “Saúde Mental Responde” que encaminhava as vítimas aos serviços de saúde mental referenciais da cidade. Ainda segundo o autor, o decreto que justificava a criação da linha telefônica e demais políticas para as vítimas se baseava na ideia de que era necessário “atender os efeitos traumáticos da situação vivida” (ZENOBI, 2017, p. 8).

Importa destacar que essa iniciativa fez parte do chamado Programa de Atenção Integral às Vítimas de 30 de dezembro de 2004. Dentro dessa política, ocorreu a criação de um programa de subsídios financeiros, política estudada por Zenobi (2014) e muito bem explorada. Nessa análise o autor aborda a diferença nas documentações necessárias para sobreviventes e familiares para poderem receber o subsídio. Os familiares de vítimas para receber o subsídio precisavam apenas comprovar a filiação através de documentos de identificação. Já os sobreviventes necessitavam apresentar laudos médicos que comprovassem um problema de saúde mental que estivesse atrapalhando seu cotidiano decorrente do impacto do evento. Portanto, para os sobreviventes os atendimentos:

(...) no sólo tenía un aspecto terapéutico, sino que para acceder al subsidio para las víctimas que formaba parte del programa de atención ellos debían contar con certificados y constancias de atención que les permitían ser reconocidos por el estado como tales. De manera tal que para obtener el reconocimiento oficial era necesario que ellos objetivaran su sufrimiento mediante esas tecnologías de registro. (ZENOBI, 2017, p. 9).

Em continuidade ao relato da atenção em saúde mental na Argentina para as vítimas de Cromañón, há um serviço que recebeu o maior número de sobreviventes. O serviço de Transtorno de Estresse Pós Traumático do hospital de emergência psiquiátrica, o hospital Alvear, recebeu mais de 230 afetados pelo incêndio

---

<sup>38</sup> Urge pontuar que Cromañón teve um número menor de mortos e maior de sobreviventes que a Kiss.

encaminhados pela linha telefônica criada pelo governo da cidade. Além disso acompanhou 617 dos 936 pacientes atendidos em 2015. Eugênia, psicóloga desse serviço afirma que entre 2005 e 2010 acredita que a equipe pode ter atendido o número de 900 vítimas. Ainda segundo o relato da interlocutora, o serviço dividia os atingidos por níveis que classificava o grau de exposição ao evento. Sendo assim o nível primário de relação com o evento, os sobreviventes, pois eles teriam vivido mais de perto o evento traumático.

A equipe de cinco profissionais da equipe de TEPT recebeu todas as vítimas de Cromañón encaminhadas ao hospital de emergência psiquiátrica Alvear. Quando questionada sobre o motivo, Eugênia responde que o resto do hospital não estava preparado que “nós atendemos pessoas com trauma, nos dedicamos especificamente a trabalhar com esse tipo de situação”. Parte-se do pressuposto, portanto, de que há um trauma, porém nem todos vão desenvolver TEPT porque a doença precisa de tempo para se desenvolver. Segundo a psicóloga só se diagnosticava TEPT após seis meses, nesse tempo o paciente era acompanhado.

A psicóloga atenta sobre a diferença entre a atenção em saúde dispensada pela equipe do SAME e no hospital. O objetivo da intervenção pelo SAME é normalizar a situação, já no hospital é o tratamento. Questionada sobre o que configura um trauma, ela define como um fator externo e concreto. Em contraposição à psicanálise, diz que o trauma “é concreto, é real, é um fato, não é uma fantasia”. Ela define as situações como um trauma e me parece que essa leitura é bastante compartilhada. A situação do incêndio por si só é traumática, e disso decorre enunciá-lo constantemente a partir desses termos.

Aposto para uma compreensão do trauma como consequência de um evento externo considerado impactante subjetivamente. Já o TEPT depende do tempo decorrido após o evento, e como alertou Solano, também deve ser avaliado em sua intensidade. Para ele, mesmo com essas características o TEPT é uma realidade clínica. No entanto, mesmo essa perspectiva não homogeneiza a vivência do trauma, visto que um paciente com TEPT ou com certo grau da sintomatologia pode vivenciar essa experiência de múltiplas formas.

Enfim, nos primeiros dez anos foi a atenção em hospitais de emergência a política de saúde destinada aos familiares e sobreviventes que buscavam ajuda. Mas, dez anos depois, em 2015 foi criada uma linha prioritária dentro de um serviço já existente de saúde mental voltado às vítimas de Terrorismo de Estado. O serviço foi criado devido à demanda de um grupo de sobreviventes que reclamavam do fato de terem recebido altas dos atendimentos hospitalares e ainda precisarem de atendimento.

O Centro Ulloa, centro de atendimento às vítimas de violações de Direitos Humanos, dispõe de uma equipe com assistente social, psicólogas e psiquiatra que atende clinicamente em torno de 70 sobreviventes. A equipe se pensa como uma política pública, que funcionaria como uma resposta a partir do Estado para as vítimas. Acreditam que o serviço é uma forma de reconhecer a responsabilidade do Estado.

Nesse serviço ao conversarmos sobre o trauma, recebemos uma resposta que se propõe mais respeitosa à singularidade do sujeito, na medida que enfatiza a relação subjetiva do sujeito com o evento, na qual o evento só é traumático a partir da leitura feita acerca dele. Desse modo, não há uma relação pré dada como a da relação causa e efeito entre evento e trauma que se aproxima mais da proposta da equipe do hospital Alvear.

### 5.3 A ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO NO BRASIL

Em Santa Maria, a continuidade das ações em saúde mental foram pensadas em um plano de cinco anos, acordadas em um documento compactuado pelos três entes federativos:

Estabelecer a cooperação entre os entes signatários com vistas à realização dos procedimentos técnicos e operacionais para continuidade da atenção à saúde das vítimas, de familiares e de profissionais envolvidos no incêndio ocorrido, em 27 de janeiro 2013, na Boate Kiss, Município de Santa Maria (RS), envolvendo ações de vigilância à saúde, atenção básica, especializada e psicossocial. (Acordo Tripartite, 2013, anexo 3).

As ações e intervenções estatais em saúde mental diante do incêndio na Boate Kiss foram centralizadas desde o início, ainda que a gestão fosse compartilhada, era o Gabinete de Crise que tomava as decisões. Essa centralização não implica apenas um local de atendimento, mas sim a criação de serviços específicos para os afetados pelo incêndio, com divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo e focada na perspectiva psicossocial.

A elaboração da primeira estratégia em saúde mental, que foi assessorada por voluntárias do MSF, atuou no sentido de gestar um serviço de acolhimento 24 horas, onde seria feita a escuta da vítima, e posterior encaminhamento para atendimento ou para outro serviço. Este serviço durou três meses com profissionais da saúde voluntários. Em maio o Acolhe Saúde foi criado em seguimento ao serviço 24 horas de acolhimento, exclusivo para atendimento de atingidos pelo incêndio.

O Acolhe Saúde começou com 42 profissionais de diversas áreas, como: psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos de enfermagem e clínico geral. Alguns profissionais que atuavam como voluntários no serviço foram contratados, apesar da seleção comum a todos, ganhavam uma pontuação por terem atuado no serviço voluntário, mostrando um entendimento de que uma experiência próxima ao incêndio, ou mesmo, o fato de ter vivido aquele horror pudesse deixá-los melhor preparados para o atendimento dos afetados. O público alvo do serviço se tornou tanto familiares de vítimas e sobreviventes, quanto profissionais e voluntários que atuaram no evento.

Em outra direção, também é uma característica importante da atenção em saúde mental em Santa Maria a intervenção ter sido pensada como especializada, afinal eram chamados psicólogos para atuarem como voluntários. Mas o conjunto de ferramentas mobilizadas são as próprias da atenção básica em saúde. É um acolhimento<sup>39</sup> psicossocial, tecnologia de gestão de saúde mental já utilizada nos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS). Nessa ocasião, a atuação dos voluntários foi orientada para que seja de prevenção ao trauma, para que a pessoa possa elaborar seu sofrimento sem que isso implique complicações posteriores. A noção de trauma que aparece aqui é bastante trivial, relacionada a ideia de impacto psicológico. Através desse tipo de

---

<sup>39</sup> Trata-se de uma primeira escuta do paciente para identificação das necessidades.

atuação, orientado pelo MSF, a política estatal é de acolhimento, mas também de atendimento clínico e interdisciplinar.

Essa perspectiva se mantém no serviço Acolhe Saúde que possibilita o tratamento e escuta contínua das vítimas do incêndio. Janaína, minha interlocutora e ex psicóloga do serviço, quando questionada sobre a abrangência do diagnóstico de TEPT, relata que o método de trabalho da equipe não implicava a preocupação com os diagnósticos e enquadramentos, mas a valorização da experiência do sujeito. Apesar de ser um serviço pensado como básico, ressalta Janaína, ele deixa de ter o seu papel *articulador, matricial*, originário, por ser um serviço à parte da rede básica existente. Ela relata que o Acolhe Saúde é um serviço que não existe previsto no SUS e para compor o Sistema Único de Saúde teve de ser cadastrado como uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Também havia sido criado o Centro Integrado de Atendimento às Vítimas de Acidentes (CIAVA), que desde o início foi aberto às vítimas de acidentes diversos e que, localizado no hospital universitário de Santa Maria, tratava os casos mais graves, normalmente acompanhando pacientes que precisavam de cuidados pulmonares ou fisioterapia. Várias especialidades estavam reunidas ali. Muitos familiares iam a consultas psiquiátricas nesse serviço, pois no início o serviço Acolhe Saúde era relacionado pelos familiares como um serviço da prefeitura. Ir ao serviço era entendido como estar aliado com o prefeito, noção que foi sendo desfeita à medida que os profissionais criaram vínculos mais estreitos com os familiares.

#### 5.4 FORMAS DE INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO EM CROMAÑÓN

Nem Freud atenderia um paciente com Transtorno de Estresse Pós Traumático hoje. O paciente não está em condições de receber uma terapia psicanalítica, pelo menos por três meses. (...) Nem todos têm TEPT, depende da intensidade e frequência, mas em algum nível se confirmou em 70% dos pacientes o transtorno. (Solano, Psiquiatra, Buenos Aires, D.C)

Diante da atenção em saúde mental descentralizada em Buenos Aires e disponibilizada nos serviços hospitalares já existentes, foi possível perceber que houve uma variedade de abordagens terapêuticas e interpretações acerca da relação entre

evento e trauma quanto às experiências das vítimas atendidas nos serviços hospitalares argentinos.

Nesta direção, percebo que, em primeiro lugar, a abordagem do Hospital Alvear que é focalizada no trauma enquanto um efeito de um evento externo que pode desencadear os sintomas já previstos em manifestações diferenciadas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático. O próprio serviço do hospital recebe o nome do transtorno psiquiátrico. Todas as vítimas que chegaram ao hospital foram encaminhadas a esse serviço. Segundo Eugênia, psicóloga da equipe, isso ocorreu porque eles estão “formados para trabalhar com o trauma” e porque são a mesma equipe que trabalha com “esse tipo de situações” no serviço de emergência psicológica do SAME, chamada Factores Humanos. Sempre concisa em suas respostas, Eugênia justifica a atuação da equipe com eventos como o de Cromañón como obviamente vinculado à experiências de trauma.

Foi possível entrever junto aos profissionais entrevistados dos serviços que a palavra trauma aparece em vários sentidos, mas sempre designando uma relação com o efeito de evento externo que afeta a vida das vítimas. Ao relatar seu trabalho em seu consultório clínico, Eugênia, diz que “o traumático me seduz” e que trabalha com “traumatizados”, enumera um conjunto de situações, todas elas nomeando um fator externo, um evento e uma experiência que seria considerada fora do padrão cotidiano. Por exemplo, sequestrados, assaltados, abusados sexualmente. Segundo ela, essas “situações de trauma”, não têm retorno.

Diante da interpretação de Eugênia, psicóloga do hospital Alvear, acerca dos fatos e de sua relação com o trauma, praticamente correlatos, acredito que implica uma visão que a partir dos olhos de outros profissionais aparece bastante determinista e descontextualizada. Essa é a crítica e a perspectiva do Centro Ulloa, surgido recentemente como serviço que possui uma linha prioritária de trabalho junto aos sobreviventes, principalmente, de Cromañón. Frente à um perfil mais psicanalítico, as profissionais do serviço, se posicionam de modo a desenvolver um argumento de que possuem um olhar mais integral sobre o sujeito, de sua singularidade e necessidades particulares. Diferente de Eugênia, que acredita que a psicanálise não serve para situações de desastres o Centro Ulloa empreende uma forma de atuar que implica

atendimento clínico continuado e articulação com a rede de hospitais que atendem as vítimas para fazer encaminhamento.

No entanto, por mais que a equipe elabore o atendimento a partir de uma perspectiva diferente dos outros profissionais, segundo seu próprio argumento, também reitera-se a ideia de que um evento externo causa um efeito traumático que deve ser objeto de atenção específica para depois ser feito o trabalho mais direcionado à singularidade do sujeito. Deve-se levar em conta que o Centro Ulloa não recebeu pacientes na época da emergência seguida ao evento.

A ex-diretora do Centro Ulloa, Ingrid, argumenta que o trauma não é somente o fato, mas o que a sociedade faz com ele, mostrando um visão mais ampla de trauma que vai para além da ocorrência do evento externo. Para Ingrid é compreensível que pessoas acreditem que a psicanálise não é a melhor forma de atender uma pessoa traumatizada. Entretanto, alerta que isso pode ocorrer devido à ideia de que a psicanálise considera o trauma como um fenômeno somente interno.

Portanto, a noção de trauma como derivado de um evento externo também faz parte dessa visão de atendimento. Segundo Ingrid, para começar a trabalhar a singularidade do sujeito, há antes que “baixar esse primeiro nível dos efeitos traumáticos, para poder trabalhar mais com a singularidade, as coisas para além do evento”.

Na conversa que tivemos entre a equipe de pesquisa em Buenos Aires e o psiquiatra do hospital Alvarez, acessamos mais uma interpretação sobre a relação entre trauma e evento que também enfatiza o evento externo, catastrófico, como causador de efeitos traumáticos. Para Solano, citado no início deste tópico, a terapia psicanalítica é uma técnica que só pode ser aplicada posteriormente ao trabalho com sintomas mais típicos do Transtorno de Estresse Pós-Traumático ou Estresse Agudo (anterior ao TEPT). De certo modo, sua visão se coaduna com a de Ingrid que acredita que os efeitos mais traumáticos, como os sensoriais do TEPT, devem ser primeiramente trabalhados, para que depois possa trabalhar a “singularidade”. Nesse sentido, compartilham de uma visão de que há algo próprio do traumático, de eventos externos que afetam as pessoas de um modo ainda que singular, esperado. Nesse

sentido, são reações esperadas, de um evento inesperado, como disse Solano em entrevista.

Frente ao contexto de uma diversidade de formas de atendimento, que no caso do Hospital Alvarez, passa inclusive por terapia musical, é recorrente o discurso do trauma figurar como dado nas falas dos profissionais de saúde. Parte-se do pressuposto de que um evento externo causa efeitos traumáticos que são vividos na singularidade, mas que compartilham certas características quanto à manifestação do impacto causado pelo evento na vítima. O trauma se configura como quase um sinônimo para evento externo, e o evento aparece como em si próprio, traumático. Isso não implica o diagnóstico de TEPT, mas a fala sobre como o transtorno aparece de forma quase espontânea nas entrevistas com os profissionais em Buenos Aires, ainda que para se colocar em contraposição à objetificação que a categoria faz dos pacientes.

Nesse sentido, a linguagem do trauma tal como trabalhada por Fassin e Rechtman (2009) é corrente entre os profissionais de saúde da Argentina e não apenas entre eles, mas também entre os familiares organizados em movimentos, como mostra Zenobi (2017).

## 5.5 FORMAS DE INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL APÓS O INCÊNDIO NA BOATE KISS

A maioria da população, 70% consegue se recuperar de uma situação como a Kiss com a sua rede de apoio, amigos, etc. (...) O Transtorno do Estresse Pós-Traumático, acho que muito se analisava, tinha um cuidado de poder olhar para isso também. Só que a gente tinha um cuidado de olhar e entender que a gente não está buscando o TEPT ou não, a gente está buscando como que tu está funcionando, como que tu está conseguindo viver, enfim. (Janaína, psicóloga, Santa Maria, D.C.)

Quando do desenvolvimento da pesquisa em Buenos Aires as palavras trauma e a categoria de Transtorno de Estresse Pós-Traumático eram recorrentes nas entrevistas, não apenas porque perguntávamos sobre, mas porque elas eram trazidas à tona dentre os outros termos utilizados pelos profissionais para falar sobre o atendimento às vítimas. Enquanto, mesmo com a influência de um olhar psicanalítico, Solano diz que 70% das vítimas que atendeu demonstraram algum nível de transtorno

de estresse pós-traumático, Janaína, ex psicóloga do serviço Acolhe Saúde em Santa Maria vai usar o mesmo percentual para se referir aos que elaboram o acontecimento dentro de sua rede de apoio, sem necessidade de ajuda psicológica. Estou ciente da conotação metafórica de tais percentuais, no entanto, eles nos apontam para a diferença entre a permeabilidades de tais categorias nos universos pesquisados.

Uma diferença é muito clara entre os dados que emergem dos dois contextos de atenção em saúde mental. Em Santa Maria a palavra trauma não é recorrente e a categoria de TEPT só aparece quando é colocada alguma questão sobre ela. E ao responder às questões que coloquei acerca da categoria nosológica ou diagnóstico de Transtorno de Estresse Pós-Traumático os interlocutores tecem um discurso de relativização do seu uso.

A ideia de trauma, quando aparece, tem primeiramente, um uso geral, como um dano decorrente de um acontecimento. Se na Argentina a noção de trauma vai aparecer ligada à um evento externo, perspectiva inserida pelo próprio DSM ao caracterizar o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, em Santa Maria essa ideia vai reaparecer entre as informantes formadas em psicologia. Portanto, esse núcleo da interpretação que relaciona evento externo com um dano psicológico se mantém, mas ele não é lido necessariamente como trauma. Nem se referem constantemente a reações sintomatológicas de TEPT para se referir ao modo como as vítimas reagem, como os entrevistados em Buenos Aires. Enfim, quando a ideia de trauma é lançada no discurso das interlocutoras ela não aparece como uma categoria clínica, mas para referir o impacto causado pelo acontecimento na vida de uma pessoa.

A leitura de que existem reações normais a um evento como um incêndio com múltiplas mortes é compartilhada por profissionais, voluntários e familiares de vítimas em Santa Maria. Essas reações normais são consideradas pelas profissionais entrevistadas de Santa Maria como parte de reações esperadas de eventos considerados desorganizadores da vida cotidiana. Essas reações devem ser normalizadas, através da escuta, do acolhimento, ajudando a pessoa a se reorganizar. Como disse Janaína, a ênfase não é a procura de um diagnóstico, mas sim como a pessoa está *funcionando*. Como ouvi reiteradas vezes de profissionais da saúde do

serviço do Acolhe Saúde e da Cruz Vermelha Local o foco deve ser a pessoa conseguir retomar a vida cotidiana.

Na Argentina, Solano também falou em reações normais frente a eventos anormais, mas seu argumento se desenvolve no sentido de interpretar como se manifestam os sintomas do TEPT e o próprio transtorno é entendido como uma reação esperada, no sentido patologizante. Assim tanto Ingrid quanto Solano vão se referir à sintomas como os sensitivos, entre eles o odor de fumaça sentido, quando este não existe, por sobreviventes até hoje. Essa sintomatologia por mais que não perpassa pelo diagnóstico de TEPT, resulta na necessidade de tratamento.

Tal correlação não ocorre, segundo Natália, no serviço Acolhe Saúde, a prática do acolhimento serve justamente para entender se a pessoa necessita de uma intervenção, o que implica a constatação de uma dificuldade do usuário em seguir a vida cotidiana sem auxílio de profissionais da saúde mental. Outra característica importante é que ao falar de TEPT os interlocutores parecem estar pisando em ovos, com a defesa de que o foco não é esse, mas propiciar um espaço de elaboração do sofrimento.

Natália, gestora da SES-RS na região, ao se referir ao trabalho feito pelo MSF não só em elaborar a estratégia de saúde mental, mas em dar suporte às equipes de voluntários que trabalhavam no incêndio, se refere ao quanto estes também estavam desgastados, situação que ela refere como “questão psicológica” ou “envolvimento psicológico”. Ao falar sobre a dificuldade de trabalhar com o tema da Kiss ela relata “toda equipe que trabalhou a gente teve muita garra, muita firmeza, nós ficamos muito fragilizadas, em alguns momentos a gente tem que se afastar, que o *psicológico* pegou também”. Como no relato de Henrique no capítulo sobre os movimentos, as questões relacionadas ao sofrimento causado pelo evento ou mesmo o sofrimento que causa estar falando sobre e trabalhando com o tema, é objetivado como uma coisa, o psicológico. Essa fala me parece mais comum, portanto, para quem não é diretamente ligado ao campo da saúde mental. O psicológico aparece mais uma vez como uma forma de manifestar que algo não está normal, sem ter que articular categorias médicas para isso.

De acordo com Verônica, psicóloga analítica e psicóloga da Cruz Vermelha local, o apoio psicossocial é o primeiro recurso para que a pessoa não traumatize frente aos danos provocados por um evento. Ela separa a ideia de experiências traumáticas, muito associada à ideia de evento traumático de “permanecer traumatizado”. Essa separação é feita no material elaborado para uma de suas aulas na última versão do curso de formação de apoiadores psicossociais para emergência e desastres, que foi realizado em Chapecó, na formação de voluntários para atuarem com familiares e a comunidade. Nesse sentido sua afirmação de que o evento por si só proporciona experiências traumáticas, logo potencialmente traumatizantes, mas não implica trauma se deve à concepção de uma intervenção psicossocial específica e bem elaborada pode conter os danos possíveis de um desastre.

Desse modo, há uma circulação da noção de traumático, só que ela não significa afirmar a existência de um trauma no sentido psicanalítico ou psiquiátrico, mas no sentido de ler o evento como produtor de um impacto. Interessa pontuar que essas categorias têm limitada circulação. Ainda que a palavra trauma assim como desastre tenham uma aceção cotidiana, ela não é uma palavra comum para descrever o evento ou o impacto causado pelo evento. Nem familiares, nem profissionais articulam a ideia de trauma numa aceção mais ligada às características e sintomas do Transtorno de Estresse Pós-Traumático como observado em Buenos Aires. O evento é relatado como traumático, mas isso, como disse Verônica, não implica a criação de uma legião de traumatizados.

## 5.6 A LINGUAGEM PSI NA ARGENTINA, DIREITOS HUMANOS E ESPECIALISTAS

A linguagem psicológica na Argentina tem uma especificidade não encontrada no Brasil. Zenobi (2017) alerta que frente a demora para a realização do julgamento penal referente ao incêndio em Cromañón familiares e especialistas se reuniram em um seminário para pleitear a agilização do processo judicial contra os acusados pela morte dos 194 em Cromañón, apoiados nas noções de sofrimento, luto patológico e TEPT . Os especialistas do campo psi, foram chamados com base numa estratégia. Visto que seus discursos eram tidos como irracionais, os familiares chamam os

profissionais para atestar sua condição de vítima, mas também para interpelar o Estado e exigir que o julgamento fosse realizado logo.

Nesta direção, foram os especialistas como psiquiatras e psicólogos que estavam lá para atestar o trauma e o perigo da re-traumatização através da relação entre trauma e impunidade:

La demora en el inicio del juicio preocupaba a los familiares de los fallecidos que exigían justicia, por lo que realizaron un evento para presionar al Estado. Así fue que impulsaron la realización de una conferencia de prensa que tuvo como consigna “La falta de Justicia y la impunidad, nos están matando”. Al realizar declaraciones en diversos medios de comunicación para difundir la conferencia, los familiares declararon a la prensa que varios años después del incendio, el TEPT estaba conduciendo a la muerte a numerosas personas vinculadas al hecho: “El estrés postraumático ha empezado a cobrarse vidas: a la extensa lista de 194 víctimas del 30 de diciembre de 2004 se han agregado 2 sobrevivientes, 6 madres, 2 padres, más de 30 abuelos en los 39 meses ya transcurridos”. Según esa consigna de denuncia política, 39 meses después del incendio 79 personas más habían fallecido como consecuencia del TEPT. (ZENOBI, 2017, p. 12).

Para o autor, essa relação se dá “através de las relaciones de interdependencia que tramaron unos y otros, dieron vida a una configuración social particular (ELIAS, 1982) a través de la cual se modeló el carácter traumático del evento”. Dessa forma, a configuração do evento enquanto traumático se dá através dessa relação dos especialistas e familiares, mas também provém de uma leitura prévia centrada nos termos como trauma e sofrimento foram amplamente midiaticizados:

El incendio fue configurándose en diversas lecturas públicas como una situación de muertes masivo de jóvenes. A causa de este conjunto de particularidades la situación relativa ao incendio fue definida por medios de comunicación de alcance provincial, nacional e internacional, como la ‘mayor catástrofe no natural de la historia argentina’. Su carácter trágico sería considerado como la causa del trauma emocional que atravesarían - aún varios años después del hecho - tanto los jóvenes que sobrevivieron al siniestro como los familiares de quienes murieron en esa ocasión. (ZENOBI, 2014, p. 24).

Nesta direção há um reconhecimento da situação como traumática e uma fala pública compartilhada por familiares e especialistas de como interpretar o sofrimento e a vivência do luto. A coadunação dos discursos dos familiares e desses especialistas

parece correlata de uma experiência particular com a linguagem psicológica, na Argentina. Como aponta Plotkin, a psicanálise, muito marcada no processo de psicologização do país, pode ser considerada uma linguagem social na Argentina (PLOTKIN, 2002; DUARTE, 2005).

Contextualizando, a psicanálise é a ênfase em que os cursos de psicologia universitária na Argentina mais formam, e a psicologia social sequer é considerada uma disciplina passível de especialização no curso universitário de psicologia. Quando em entrevista com Alfredo Moffat, um dos fundadores da psicologia social na Argentina, percebi que essa linha da psicologia no país está circunscrita aos espaços de formação técnica. Foi ele que nos alertou para os processos jurídicos dos quais são alvos por tentar exercer sua função de psicólogo social do mesmo modo que um psicólogo formado na universidade, isto é, em um consultório.

Nesta direção, a psicanálise como modo de falar sobre o sofrimento humano, acentua Zenobi (2017), tem uma história bastante específica na Argentina. A disciplina funciona como um discurso social na Argentina, contexto que permite que profissionais psi sejam agentes autorizados para falar sobre “situações nacionais críticas”. A título de exemplo, na análise de Zenobi (2017) as formas de ação e representação das vítimas e dos especialistas com quem se relacionam são analisados “como veículos de constitución del evento como traumático” (VISACOSKY, 2009 apud ZENOBI, 2017). Nesta direção, as práticas políticas desses agentes contribuem na consolidação dessa perspectiva do evento.

A permeabilidade das categorias psi na Argentina possibilita que o evento compartilhe não só de uma leitura do mesmo enquanto traumático, mas que se fale de trauma e TEPT desde o lugar de familiar de vítimas, mesmo não sendo um especialista. Por fim, o autor afirma que o papel dos profissionais psi no evento foi ativo no sentido de contribuir para o modo como as vítimas veem a si próprias e o olhar público sobre o incêndio enquanto um evento traumático (ZENOBI, 2017, p. 22).

Zenobi (2017) faz considerações sobre a questão da relação entre trauma e impunidade na Argentina. Os profissionais do campo psi estavam nesse evento cercados de câmeras para atestar a veracidade dessa relação baseando-se nas noções de reparação simbólica e re-traumatização. Na pesquisa de campo em Santa

Maria, essa preocupação não aparece nem entre as psicólogas interlocutoras, nem entre as gestoras, nem entre os familiares. Essa noção foi inserida no discurso da associação de vítimas em Santa Maria quando da aliança da AVTSM com uma advogada ativista dos direitos humanos. Isso ocorre no contexto de elaboração de uma denúncia de negação de justiça contra o Estado brasileiro na Corte Interamericana dos Direitos Humanos.

A expansão da categoria nosológica de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, como aponta Zenobi (2017), se deu através de um processo no qual tal categoria foi ganhando força no campo psiquiátrico e foi incorporada ao DSM III substituindo a noção psicanalítica de trauma psíquico. Passa-se então de uma ênfase no fenômeno interno para o fenômeno externo (2017, p. 6) e de um enfoque na experiência singular para um evento que é por suas próprias características traumático. A caracterização do evento como de dimensão externa ao sujeito aparece no campo como uma característica da experiência de uma vítima de desastres, em ambos os contextos, ainda que, com amplitudes diferentes.

## 5.7 CONCLUSÃO

A experiência trazida por Zenobi (2017) do lugar que os psicanalistas e outros profissionais do campo psi alcançam na Argentina para falar sobre a nação e sobre a experiência de vida do povo argentino, pode ser exemplar para situar porque os termos Trauma e Transtorno de Estresse Pós-Traumático apareceram de forma tão recorrente na pesquisa em Buenos Aires. Essas categorias rompem as barreiras do campo psi, do humanitário e da vitimologia para adentrar na vida cotidiana não só dos familiares e sobreviventes, mas na própria narrativa social do incêndio em Cromañón.

Isso não ocorre entre os familiares de vítimas do incêndio na boate Kiss e seus motivos são variados, o principal é a linguagem psicológica não ter uma penetração tão intensa no discurso social cotidiano e nos movimentos sociais organizados. Outro fator que influencia essa discrepância foi a direção que escolhi tomar para a pesquisa. Não questionei diretamente meus interlocutores que perderam filhos no incêndio em Santa Maria sobre como nomeavam o que sentiam ou estavam passando. Mas, em seu discurso político fica muito claro que a ideia de loucura é sentida como direcionada a

esses agentes da cena pública santamariense. Com a intenção de desarticular suas ações políticas com a insanidade elaboram uma interpretação sobre como o “psicológico” é afetado.

Nesse sentido estar associado à uma categoria psiquiátrica seria consentir com essa visão que os interlocutores afirmam que “a cidade” tem deles, de que seu pranto público já passou do limite da normalidade. Como a linguagem psicológica corrente não é de grande permeabilidade, a ideia de loucura se torna um fator importante para a produção de uma defesa moral da parte dos familiares de vítimas. Interessante pontuar novamente que Zenobi (2017) também alerta para o surgimento de uma aliança com os especialistas do campo psi para a desconstrução desse discurso, existente também na Argentina. Fica evidente então que frente ao mesmos problemas os movimentos tomam rumos diferenciados.

Retomando às experiências na Argentina, concluo que esse lugar de destaque para narrar a nação, próprio da psicanálise desse país, também propicia uma leitura do evento como traumático que parte da ideia de que eventos extraordinários produzem sintomas traumáticos. Caso não desenvolva o TEPT, tornam-se evidentes algum nível do mesmo ou característica psiquiatricamente associada ao transtorno. Nesse sentido, na Argentina, ao falar de trauma, os profissionais entrevistados logo traziam à tona um conjunto de reações que por mais que enfatizem ser plurais, eram deveras limitadas ao conjunto formal de sintomas do transtorno no DSM IV.

As ações em saúde mental estabelecidas em Santa Maria também apontam para uma leitura do evento como traumático, entretanto, essa produção opera através de saberes e técnicas diferenciados frente aos dois incêndios. Ainda que de modo diverso, em Santa Maria a articulação com as organizações humanitárias que lidam com situações extremas de sofrimento e sua legitimação para subsidiar as ações de Estado, apresentam uma forma de entender e promover o evento como traumático. O evento é considerado traumático pelas suas características e é novamente registrado sob essa leitura quando busca-se saberes específicos para orientar as ações em saúde mental, saberes que estão relacionados a eventos adversos que envolvem sofrimento humano.

Também em Santa Maria desenvolve-se um conjunto de técnicas para atuar no momento pós desastre, fomentando um campo de especialidade relativamente nova no Brasil, para atuação dos psicólogos: o campo da psicologia de emergências e desastres. Essas mesmas técnicas são baseadas em dois fundamentos: a) primeiros socorros psicológicos como escuta que não é clínica e é embasada nas noções de acolhimento e vínculo; b) atividades práticas que contribuam para restabelecer o sentimento de normalidade e de ruptura ocasionada “naturalmente” pelo evento. Assim, na experiência de Santa Maria o TEPT era algo a ser prevenido.

Frente a leitura de Zenobi de que “Al privilegiar un Servicio de Estrés Postraumático como institución directriz de sus intervenciones, el Estado local fue un importantísimo actor en la clasificación de la situación traumática” (2017, p. 22) proponho que ao seguir protocolos internacionais de primeiros socorros psicológicos para emergências e desastres, o Estado brasileiro também contribui para conformar o incêndio na boate Kiss como um fato traumático.

Ambas perspectivas, que internamente são múltiplas, apontam para uma importância do evento externo. Nesse sentido a perspectiva implantada através da expansão da categoria nosológica de Transtorno de Estresse Pós-Traumático de que a ênfase deve ser dada ao evento externo é legítima em ambos contextos. Ainda que se use técnicas e saberes diferenciadas, Santa Maria e Buenos Aires, 2004 e 2013 acabam reiterando os eventos como em si próprios traumáticos.

## 6 CONCLUSÃO

Existem múltiplas formas de tomar como objeto eventos relacionados a múltiplas vítimas, como as já desenvolvidas por Siqueira e Victora (2017) acerca do corpo no espaço público a partir de uma perspectiva da antropologia das emoções ou as que enfocam a produção de comunidades morais ou ainda o desenho da produção de causas públicas por movimentos de vítimas de violência (ARAÚJO, 2012; VIANNA, 2012). O recorte escolhido para este estudo antropológico é motivado pela curiosidade em compreender de que modo diferentes olhares desenvolvidos sobre o evento enfocado contribuem para o modo como se dá a produção do incêndio na boate Kiss como um acontecimento traumático e os modos de gestão que foram mobilizados para um evento considerado extraordinário. Estive particularmente interessada na produção do evento a partir de mobilizações diversas de uma rede ampla de atores que envolveu diversos níveis de Estado, agências humanitárias e movimentos sociais criados a partir do incêndio.

No capítulo inicial abordei os modos de delimitação estatal sobre o evento a partir da declaração de “situação de emergência”. Nesta seção do trabalho começamos o caminho de leitura do evento como traumático, na medida que ele rompe com a rotina e é pensado como extraordinário. De acordo com o que foi trabalhado no capítulo, as características do evento - ter ocorrido a jovens, múltiplas mortes, ter sido causado pelo ser humano - são elementos que produzem uma leitura do evento como o mais traumático possível. A construção do evento Kiss como traumático, portanto, passa por uma leitura moral do evento em si. Nesse mesmo capítulo foi trabalhado o modo como a declaração de uma situação de emergência implica novas regras excepcionais porém previstas dentro da estrutura do Estado, por leis e regulamentos específicos.

A partir de um cálculo entre capacidade de resposta e recursos disponíveis o evento é considerado ou não como um desastre e desse modo como consequência se torna alvo de intervenção estatal. Essa intervenção não se faz através de contornos bem delimitados do que é o que não é Estado. Se pensarmos em eventos extraordinários, como a Kiss, a Defesa Civil entra em ação, justo ela um órgão aberto e

articulador, que permite pensar o Estado enquanto poroso e tomar as entidades, por exemplo, humanitárias, como exercendo efeitos de Estado. A multiplicidade de agentes e agências implicou que houvessem diversas técnicas sendo utilizadas, mas também diversas narrativas em jogo: “crise humanitária”, “crise psicológica”, “desastre”, “tragédia”. No entanto, assim como na conceituação técnica de desastre para a Defesa Civil, é a fuga da “normalidade” que acaba por definir a situação como excepcional. Nesse sentido, os elementos da percepção do evento soam como importante para a leitura do mesmo.

Por fim, a situação de emergência aponta não somente falhas no sistema e ausência, mas ela é produtiva na medida em que cria um contexto excepcional de novas regras e saberes legitimados.

No capítulo sobre a Cruz Vermelha de Santa Maria após o incêndio na boate Kiss, também me deparei com a produção de saberes específicos sobre eventos caracterizados como “desastres”. Junto à Cruz Vermelha pude entender melhor o trabalho realizado pela organização junto a gestão das consequências do evento Kiss a partir de uma noção de que é necessário um saber especializado – articulado à ideia de voluntariado especializado - para lidar com eventos traumáticos. Nesta direção, investem na psicologia das emergências e desastres e no desenvolvimento de práticas particulares de apoio psicossocial que possam ser desempenhados por qualquer pessoa, em uma situação entendida como necessitada de intervenção. Isso se deve ao entendimento que em situações de desastre não é a psicologia clínica que deve entrar em campo, mas uma psicologia adaptada às necessidades de eventos como esse. Por último, foi possível entrever que esse desenvolvimento se tornou factível em Santa Maria somente após o incêndio na boate Kiss, visto que antes do incêndio entendia-se que não havia público para um curso de formação de apoiadores psicossociais, por exemplo.

No mesmo capítulo abordei a questão das técnicas humanitárias utilizadas pela entidade em Santa Maria e percebi a atualização de uma noção hierárquica e valorativa sobre as vidas, na qual uma economia de vidas operava, segundo a qual, a vida de quem salva é a prioridade. Não se trata de uma questão de fácil resolução, mas de uma tensão intrínseca às práticas regidas pela urgência típicas da intervenção

humanitária. Por fim, ao falarem sobre as reações esperadas dos familiares algumas reações são tidas como normais e outras são etiquetadas de patológicas, o que intervém como categoria determinante para o trânsito entre uma e outra, é o tempo.

Como vimos, é polissêmica a forma de dar nome ao acontecimento que vitimou 242 pessoas, número que virou uma forte referência ao evento, assim como pontuar o dia 27 de janeiro como, “janeiro, 27”. Essa última forma de se referir ao evento foi consolidada a partir do lançamento do documentário de nome homônimo de Luiz Alberto Cassol, sobre a experiência de luta e luto dos familiares de vítimas e sobreviventes, apresentado ao público no aniversário de um ano do incêndio.

Tragédia é apenas um dos modos pelo qual ficou conhecido o incêndio na boate Kiss. Tal denominação está ligada ao modo como o evento foi chamado pela imprensa e o modo pelo qual os familiares que fundaram a Associação de Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria escolheram nomear o fenômeno. Os modos de nomeação do evento foram trabalhados de modo particular em cada capítulo. Mas é no capítulo que trata dos movimentos de vítimas que proponho que esses modos de nomeação que são utilizados pelos familiares - como tragédia, massacre, assassinato em massa - tecem valorações morais que nos falam sobre a inserção dos movimentos no espaço público. É através da análise do conflito entre um desses movimentos e o Ministério Público de Santa Maria que tais valorações ficam ainda mais evidentes. Ainda problematizo o quanto a “falta de justiça” aparece para os familiares de vítimas organizados em movimentos e associações como agente causador de mais sofrimento. Por último, os familiares se veem enredados em um discurso de que sua luta deve-se à loucura que a eles eventualmente aparece relacionada nas falas públicas e cotidianas de moradores da cidade. Em Santa Maria o discurso da loucura está associada ao uso de medicamentos e a ideia de que o choro não faz parte do fazer político no espaço público.

No último capítulo apresento uma análise sobre como a linguagem do trauma aparece no campo de pesquisa realizado no Brasil e na Argentina. Ainda que de qualidade e em tempos diferentes (em relação ao evento) a apropriação da ideia de trauma na Argentina, como alerta Zenobi (2017) se dá num contexto em que a linguagem psi faz parte do cotidiano e da narrativa sobre a nação.

A ideia de trauma, ainda que conte com uma aceção bastante popular não faz parte recorrentemente do linguajar dos entrevistados em Santa Maria, mesmo os psicólogos. Existe uma preocupação com o trauma causado pelo evento, mas essa concepção aparece movida pela noção de impacto e não uma ideia mais psicologizada ou mesmo patologizante. Nesse sentido, considero que o evento é considerado traumático em ambos os contextos, mas mobilizam diferentes forças atuantes e estas atuam a partir de pressupostos diferenciados. Entretanto, ainda que mobilizem essa linguagem de forma muito diversa em ambos os contextos, tanto em um quanto no outro a ideia de um evento externo como causador do sofrimento é reiterada. Nesse sentido, aponto que por mais que a categoria nosológica de TEPT não apareça no contexto brasileiro como algo decorrente do evento de forma tão automática quanto na Argentina, ambos reiteram a ideia de que dor, sofrimento, trauma, transtornos específicos são decorrentes de eventos externos e extraordinários.

Especificamente na Argentina o campo psi possui um poder de enunciação sobre o outro, inclusive no campo dos movimentos sociais, que não se encontra no Brasil. Na Argentina, o discurso psi, como bem mostra Zenobi (2017) ao se colocar ao lado dos familiares de vítimas atestam a sua condição de traumatizados através da noção de Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Enquanto em Santa Maria a ideia de afetação “do psicológico”, como se fosse uma coisa, aparece para falar dos danos que o evento provocou e ainda provoca na vida de voluntários, agentes estatais e familiares de vítimas.

Por último, tornou-se claro na pesquisa que não só a recorrência do termo trauma ou a referência ao TEPT não era tão penetrante na cultura da cidade de Santa Maria quanto em Buenos Aires. Não só a linguagem do trauma e a influência do campo psi permite essa conformação. O fato de ter ocorrido numa pequena cidade de Santa Maria certamente produz outra apropriação do evento. Em Santa Maria é corrente um discurso que diz que os familiares atrasam o desenvolvimento da cidade com seu pranto público. Certamente o fato de Cromañón ter ocorrido em uma grande capital influencia para que o impacto no sentido de afetação da cidade se dê numa dimensão diferente.

No Brasil mesmo quando se fala em trauma, junto aos psicólogos, percebi uma recusa em pensar o sujeito a partir da ideia de trauma, propondo a utilização de ferramentas psicossociais que se utilizam de outros modos de intervenção como o acolhimento, a importância da criação de um vínculo entre apoiador/psicólogo com os familiares, como práticas legítimas. A ideia de prevenção ao trauma está presente nas ações humanitárias das duas agências aqui problematizadas, MSF Brasil e Cruz Vermelha de Santa Maria. No entanto, isso se faz numa perspectiva de possibilidade de futuro e não uma afirmação de profissionais ou mesmos dos familiares de vítimas de que possuem um trauma.

Na Argentina, mesmo quando se fazia todo um discurso de que o TEPT não é abrangente em sua totalidade, as características apontadas de reação a um desastre eram os sintomas do transtorno. Em Santa Maria, os voluntários me relataram que os princípios do SUS e a produção da operação em saúde foi pensada por pessoas com formação em saúde mental e saúde coletiva, que defendem possuir uma perspectiva mais integral do sujeito.

Essas afirmações de que a perspectiva do TEPT reduz o sujeito a um diagnóstico também aparece em Buenos Aires quando as funcionárias do Centro Ulloa falavam sobre o serviço do Hospital Alvear. Isso acontece de forma mais crítica no Brasil, como quando relatado por Janaína, voluntária e psicóloga que atuou na época do incidente na Kiss, quando se refere a atuação de profissionais que atuaram na perspectiva do TEPT e que estavam presentes fazendo atendimentos autônomos quando do incêndio. Janaína refere-se a esses profissionais como portadores de uma visão muito determinante e pouco prática de atuar no momento de uma “crise”. Em outra direção considera que na formação feita pelo MSF junto ao governo estadual encontrou uma perspectiva menos engessada e mais útil para sua atuação na época. Portanto, a perspectiva de buscar nas vítimas características de TEPT também compunha o cenário pós incêndio, mas não se tornou a linha de atuação oficial e nem a pensada como mais propícia para momentos como esses.

É importante referir que nenhum dos dois eventos foi uma operação coerente e ordenada como pode parecer através dos relatos. Havia várias forças atuantes procurando angariar os voluntários que vieram atuar no pós incêndio da boate Kiss.

Assim como em Buenos Aires, tudo começa de forma amplamente desordenada, e a política é desenhada em conflito com outras perspectivas que circulam. O que me interessou aqui foi a perspectiva estatal para que pudesse dar conta dos modos de conformação de uma política pública.

Concluo que a partir do desenvolvimento do que foi analisado nesta tese em termos da produção do evento e seus efeitos, patológicos ou não, a ideia de traumático faz parte do campo em Santa Maria, no entanto, em uma amplitude de uso consideravelmente diferente da Argentina. A linguagem do trauma no contexto de Santa Maria, diante das incursões de campo realizadas, é articulada, especialmente no campo médico psiquiátrico, e é pensada como uma visão reduzida do sujeito em sofrimento, como alertam os profissionais na área de saúde mental com os quais dialoguei. Numa perspectiva mais ampla, a leitura do evento enquanto traumático se dá pela nomeação de suas características. Essa produção, contudo, se dá através de vários focos de enunciação sobre o evento.

Apontando para outras possibilidades de leitura do evento, um trabalho que busque retomar como as atividades de gestão de desastres foram realizadas na interação entre as diversas agências que atuaram, seria uma continuidade de pesquisa muito interessante. Ciente das diversas possibilidades de análise que tome outras questões e outras perspectivas do evento para investigação, acredito que o rumo que esta tese tomou depende muito das escolhas que fiz. Estar próxima aos familiares e conviver intensamente com uma psicóloga de emergências e desastre da Cruz Vermelha de Santa Maria influenciou muito que eu seguisse nas direções desenvolvidas neste trabalho. Nesse sentido, não são apenas as perspectivas diversas que tornam essa tese um dos caminhos possíveis de análise, mas as próprias relações de pesquisa desenvolvidas. As relações de pesquisa com outros antropólogos que estudam o tema também foram essenciais para que algumas perspectivas fossem desenvolvidas.

Finalmente, muitos dados, entrevistas e observações de campo não foram objeto da tese. Além de uma escolha, trata-se de uma perspectiva de encadeamento dos argumentos de cada capítulo que trazem possibilidades de enfoque bastante circunscritos à questão de entender como o evento foi interpretado pelos agentes e

como essa interpretação nos fala sobre a produção do incêndio na boate Kiss como um evento traumático. Por fim o que conecta os capítulos apresentados é a questão de como a relação entre evento e uma consequência psicológica foi pensada em cada um dos universos tomados como objeto.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, F.. **Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: sofrimento, violência e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado**. 316 f. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, F. A. **Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

AROSI, A. P. **A vítima como categoria política: um estudo etnográfico sobre os movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro**. 136 f. Dissertação ( Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

BRASIL. **Constituição** (1891). Constituição: República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. **Constituição** (1934). Constituição: República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Decreto Lei nº 67.347 de 05 de out. de 1970. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 8621, 06 de out. de 1970. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67347-5-outubro-1970-408879-norma-pe.html>> . Acesso em: 20 de agosto de 2017.

BRASIL. Decreto lei nº 83.839 de 13 de agosto de 1979. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 11471, 14 de agosto de 1979. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83839-13-agosto-1979-433244-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Lei nº 97.274, de 16 dez. de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de dez. de 1988. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%2097.274-1988?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2097.274-1988?OpenDocument)>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional da Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil Estudo de Riscos e Medicina dos Desastres**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de abril de 2012. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.608-2012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.608-2012?OpenDocument)> . Acesso em: 20 de Agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa nº 1, de 24 de Agosto de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de Agosto de 2012. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/208>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Instrução Normativa nº 2, de 20 de dez. de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº244, p. 87, 21 de dez. de 2016. Seção 1.

BOLTANSKI, L. **El Amor y la justicia como competencias**. Tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2000.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo, EDUSP, 2007.

CHAUMONT, J. M. Du culte des héros à la concurrence des victimes. **Revue Criminologie**, Montreal, v. 33, nº 1, p. 167-183, 2000.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DE SANTA MARIA. **Manual do 1º Curso de Formação de Apoiadores Psicossociais da Cruz Vermelha Brasileira Filial de Santa Maria**, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Resolução nº 3 de 2 de jul. de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 4, 21 de jul. de 1999. Seção 1.

DASSOLER, et al. **A integração do cuidado diante do incêndio na boate Kiss: testemunhos e reflexões**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

DINIZ, D. **Conflitos Morais e Bioética**. Brasília: Letras Livres, 2001.

DUARTE, L. F. D. Artigo Bibliográfico. A Psicanálise como Linguagem Social: o caso Argentino. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, vol. 8 nº 2, p. 183-194, 2002.

ELIAS. Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FASSIN, D. Humanitarianism as a Politics of Life. **Public Culture**, vol. 19, n° 3, p - 499-520, 2007.

\_\_\_\_\_. Another Politics of Life is Possible. **Theory, Culture and Society**, London, v. 26, n° 5, p. 44-60, 2009.

\_\_\_\_\_. De l'invention du traumatisme à la reconnaissance des victimes: genèse et transformations d'une condition moral. **Vingtième Siècle Revue D'Histoire**, n° 123, p. 161-171, 2014

\_\_\_\_\_. Inequalities of lives, hierarchies of humanity: moral commitments and ethical dilemmas of humanitarianism. In: FELDMAN, I. & TICKTIN, M. I. (eds.), **In the Name of Humanity: The Government of Threat and Care**. EUA: Duke University Press, 2010. p.238-255

\_\_\_\_\_. On Resentment and Ressentiment: The Politics and Ethics of Moral Emotions. **Current Anthropology, Chicago**, vol. 54, n° 3, p. 249-267, 2013.

FASSIN, D. & RETCHTMAN, R. **The Empire of Trauma: An Inquiry into the Condition of Victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FONSECA, C. F.; JARDIM, D. F.; SCHUCH, P; MACHADO, H. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 22, n° 46, p. 9-34, 2016.

GATTI, G. Como la [víctima] no hay: (Pistas confusas para poder seguir de cerca y entender la singular vida de un personaje social en pleno esplendor). **Kamchatka**, Valência, n° 4, p. 275-292, 2014.

\_\_\_\_\_. El misterioso encanto de las víctimas. **Revista Estudios Sociales**, Bogotá, vol. 56, p. 117-120, 2016

GUPTA, A. **Red tape: bureaucracy, structural violence and poverty in India**. Durham and London: Duke University Press, 2012.

JAMES, E. C. **Democratic Insecurities.:** violence, trauma and intervention in Haiti. Berkeley: University of California Press, 2010.

LATTE, S. **Les Victimes:** la formation d'une catégorie sociale improbable et ses usages dans l'action collective. Tese - École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 59-96, Paris, 2008.

MENEZES, R. I. A Solidão dos Moribundos: falando abertamente sobre a morte. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, Vol. 14, n° 1, p. 147-152, 2004.

NOAL, et. al. A Ajuda que vem de “Fora”: a conformação da primeira estratégia psicossocial e de saúde mental pós-incêndio na boate Kiss. In: DASSOLER, et. al. **A integração do cuidado diante do incêndio na boate Kiss: testemunhos e reflexões**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

OLIVEIRA, F. A. G. **Análise do método START para triagem em incidentes com múltiplas vítimas**: uma revisão sistemática. 70 f. Monografia - Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2013.

PEIXOTO, P. S. BORGES, Z. N. SIQUEIRA, M. S. (2016). A despedida anunciada: emoções e espiritualidade entre familiares das vítimas da boate Kiss. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 18, nº 24, p. 71-89, 2016

PLOTKIN, M.B. **Freud in the Pampas**: The Emergence and Development of a Psychoanalytic Culture in Argentina. Stanford: Stanford University Press, 2001.

POLLAK, M. A gestão do indizível. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 09-49, 2010.

PY DUTRA, M. R. **Mais um 27 de janeiro**. Diário de Santa Maria, Santa Maria, 27 de janeiro de 2017. Coluna Sociedade, 1p.

SANTA MARIA. Decreto Executivo nº 10, de 1 de fevereiro de 2013. **Diário Oficial do Município de Santa Maria**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013, 01 de fev. de 2013. Disponível em : <<https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2013/03/D04-472.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

SARTI, C. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 77-105, 2014.

\_\_\_\_\_. A vítima como figura contemporânea. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 24, p. 51-61, 2011.

SCHUCH, P. **Antropologia Pública**: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin. In: DINIZ, D. Didier Fassin: entrevistado por Débora Diniz. Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2016.

SILVA, M. B. B. O que a Reforma Psiquiátrica Brasileira produziu?: sobre tecnologias psicossociais e categorias antimanicomiais. **R@U : Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR**, São Carlos, v. 5, p. 57-68, 2013.

SIQUEIRA, M; VICTORA, C. O corpo no espaço público: Emoções e processos reivindicatórios no contexto da “Tragédia de Santa Maria”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, nº 25, p. 166-190, 2017.

SOUZA LIMA, A. C. **Antropologia e Direito**. Brasília: Contra Capa, 2012.

TADDEI, R. **Meteorologistas e Profetas da Chuva: conhecimentos, práticas e políticas da atmosfera**. São Paulo: Terceiro nome, 2017.

TROUILLOT, M-R. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. **Current Anthropology**, Chicago, vol. 42, n° 1, p. 125-138, 2001.

VECCHIOLI, V. Resenha de Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India de Veena Das. **Revista Mana**, vol. 6, n° 2, p. 177-180, 2000.

VECCHIOLI, V. Las Víctimas del Terrorismo de Estado y la Gestión del Pasado Reciente en la Argentina. **Revista Papeles del CIEC**. Espanha, Vol 1, n° 90, p. 01-30, 2013.

VIANNA, A. Violência, estado e gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados". In: SOUZA LIMA, A. C; ACOSTA, V. G. **Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros**. Brasília: Editora da Associação Brasileira de Antropologia, 2014, p. 209-237.

YOUNG, A. **The Harmony of Illusions**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ZENOBI, D. **Família, política y emociones: las víctimas de Cromañón entre el movimiento y el Estado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Antropofagia, 2014.

\_\_\_\_\_. "Esperando justicia": Trauma psíquico, temporalidad y movilización política en la Argentina actual. **Revista Papeles del ceic**. Espanha, vol. 1, p. 1-27, 2017.

## **ANEXOS**

### **Documentos**

Anexo 1 - DEATE: Declaração Estadual de Atuação Emergencial

Anexo 2 - FIDE: Formulário de Informações do Desastre

Anexo 3 – Diário Oficial da União: Acordo Tripartite publicado no Diário Oficial da União

DEATE – DECLARAÇÃO ESTADUAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL – ANEXO 1

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC			
	<b>DECLARAÇÃO ESTADUAL DE ATUAÇÃO EMERGENCIAL – DEATE</b>		
Atuação no Município de:			UF:
<b>1. Medidas e Ações em curso:</b> Indicar as medidas e ações de socorro, assistência e de reabilitação do cenário adotadas pelo Estado.			
<b>1.1 Mobilização e Emprego de Recursos Humanos e Institucionais</b> Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			
<b>PESSOAL / EQUIPE EMPREGADA</b>			
Resgate e combate a sinistros	S/N	NA	QUANT.
Apoio a Saúde e Saúde Pública			
Avaliação de Danos			
Reabilitação de Cenários			
Assistência médica			
Saneamento básico			
Segurança			
Obras públicas e serviços gerais			
Promoção, assistência e comunicação social			
Instalação e Administração de abrigos temporários			
Outros			
Descrever “outros” e/ou detalhar, quando for o caso, o pessoal e equipes já empregados ou mobilizados.			
<b>1.2 Mobilização e Emprego de Recursos Materiais</b> Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.			
<b>MATERIAL / EQUIPAMENTO EMPREGADO</b>			
Helicópteros, Barcos, Veículos, Ambulâncias, Outros meios de transporte	S/N	NA	QUANT.
Equipamentos e Máquinas			
Água Potável			
Medicamentos			
Alimentos			

Material de Uso pessoal (asseio e higiene, utensílios domésticos, vestuário, calçados, etc)			
Material de Limpeza, desinfecção, Desinfestação e Controle de Pragas e Vetores			
Outros			
Descrever “outros” e/ou detalhar, quando for o caso, os materiais e equipamentos já empregados ou providenciados.			

### 1.3 MOBILIZAÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS FINANCEIROS

Indicar o emprego com: “S” para SIM, “N” para NÃO. Marcar “NA” com um “X” caso necessite apoio.

VALOR FINANCEIRO EMPREGADO	S/N	NA	VALOR (R\$)
Oriundos do Orçamento Estadual			
Oriundos de Fontes Estaduais Extraorçamentárias			
Oriundos de Fundo Estadual de Defesa Civil ou correlato			
Oriundos de Doações da População: Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas			
Oriundos de Doações ONGs			
Oriundos de Ajuda Internacional			
TOTAL			



**SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC**



## Formulário de Informações do Desastre – FIDE

1. Identificação				
UF:		Município:		
População (Habitantes):	PIB (Anual):	Orçamento (Anual):	Arrecadação (Anual):	
	R\$	R\$	R\$	
<b>Receita Corrente Líquida – RCL</b>				
Total Anual: R\$		Média Mensal: R\$		
2. Tipificação		3. Data de Ocorrência		
COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)	Dia	Mês	Ano
4. Área Afetada/Tipo de Ocupação	Não Existe/ Não Afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial				
Comercial				
Industrial				
Agrícola				
Pecuária				
Extrativismo Vegetal				
Reserva Florestal ou APA				
Mineração				
Turismo e Outras				
<b>Descrição das Áreas Afetadas</b> (Especificar se Urbana e/ou Rural):				
5. Causas e Efeitos do Desastre - Descrição do Evento e Suas Características:				

6. Danos Humanos, Materiais ou Ambientais		
6.1 – Danos Humanos	Tipo	Nº de Pessoas
	Mortos	
	Feridos	
	Enfermos	
	Desabrigados	
	Desalojados	
	Desaparecidos	
	Outros Afetados	
<b>Total de Afetados</b>		
Descrição dos Danos Humanos:		

6.2 – Danos Materiais	Tipo	Quantidades Destruidas	Quantidades Danificadas	Valor (R\$)
	Unidades Habitacionais			
	Instalações Públicas de Saúde			
	Instalações Públicas de Ensino			
	Instalações Públicas Prestadoras de Outros Serviços			
	Instalações Públicas de Uso Comunitário			
Obras de Infraestrutura Pública				
Descrição dos Danos Materiais:				

6.3 – Danos Ambientais	Tipo	População do Município Atingida
	Contaminação do Ar	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) Mais de 20%
	Contaminação da Água	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) Mais de 20%
	Contaminação do Solo	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) Mais de 20%
	Diminuição ou Exaurimento Hídrico	( ) 0 a 5% ( ) 5 a 10% ( ) 10 a 20% ( ) Mais de 20%
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	<b>Área Atingida</b>
( ) Até 40% ( ) Mais de 40%		
Descrição dos Danos Ambientais:		

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados		
<b>7.1 – Prejuízos Econômicos Públicos</b>	<b>Serviços Essenciais Prejudicados</b>	<b>Valor Para Restabelecimento (R\$)</b>
	Assistência Médica, Saúde Pública e Atendimento de Emergências Médicas	
	Abastecimento de Água Potável	
	Esgoto de Águas Pluviais e Sistema de Esgotos Sanitários	
	Sistema de Limpeza Urbana e de Recolhimento e Destinação do Lixo	
	Sistema de Desinfestação/Desinfecção do Habitat/Controle de Pragas e Vetores	
	Geração e Distribuição de Energia Elétrica	
	Telecomunicações	
	Transportes Locais, Regionais e de Longo Curso	
	Distribuição de Combustíveis, Especialmente os de Uso Doméstico	
	Segurança Pública	
	Ensino	
<b>Valor Total dos Prejuízos Públicos</b>		
Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:		

7.2 – Prejuízos Econômicos Privados		Valor (R\$)
<b>Setores da Economia</b>		
Agricultura		
Pecuária		
Indústria		
Comércio		
Serviços		
<b>Valor Total dos Prejuízos Privados</b>		
Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:		

8. Instituição Informante					
Nome da Instituição:			Nome do Responsável:		
Endereço:					
CEP:					
E-mail:					
Cargo:	Assinatura e Carimbo	Telefones:	Dia	Mês	Ano
		( ) ( )			

9. Instituições Informadas	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Proteção e Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec		

**Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec**  
 Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 7º Andar  
 CEP: 70.067-901 - Brasília/DF  
 Telefone Plantão: 0800 644 0199

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – PUBLICAÇÃO DO ACORDO TRIPARTITE PARA PLANO DE CINCO ANOS DE ATENÇÃO EM SAÚDE ÀS VÍTIMAS DA KISS – ANEXO 3



104

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 45, quinta-feira, 7 de março de 2013

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE I EM SÃO PAULO GERÊNCIA EXECUTIVA - B - JUNDIAÍ SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2013 - UASG 511425

Nº Processo: 35406000547201350. Objeto: Pagamento de despesas com IPTU - taxa de coleta de lixo dos terrenos, situados à Alameda dos Avinhados, lotes 1 e 2 do loteamento Altos da Cantareira na localidade de Mairiporã/SP. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º. Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de IPTU - taxa de coleta de lixo lançada pela Pref. Mun. de Mairiporã dos terrenos vagos pertencentes à Gex Jdi/SP Declaração de Inexigibilidade em 06/03/2013. LEMI LIYE KOHATSU - Técnico do Seguro Social. Ratificação em 06/03/2013 ANGELA APARECIDA SORELLI DE PAULA - Gerente Executiva Substituta - Valor Global: R\$ 105,78. CNPJ CONTRATADA : 46.523.163/0001-50 MAIRIPORÁ PREFEITURA.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - RIBEIRÃO PRETO

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2013 UASG 511441

Nº Processo: 3542600035201355. DISPENSA Nº 2/2013 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 0589200000167. Contrato: LACRE CERTO ARTIFATOS DE PLÁSTICO/LTDA - ME. Objeto: Aquisição de lares plásticos para malote com numeração aleatória. Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Vigência: 25/02/2013 a 25/05/2013. Valor Total: R\$360,00. Fonte: 151000000 - 2013NE800080. Data de Assinatura: 25/02/2013.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800001

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE II EM BELO HORIZONTE GERÊNCIA EXECUTIVA - A - BELÓ HORIZONTE

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2013 UASG 511770

Número do Contrato: 94/2008. Nº Processo: 35097001203200831. PREGÃO SISP Nº 21/2008 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 01030914000168. Contrato: CENTRAL ELEVAADORES LTDA - EPP -Objeto: Redução do contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com cobertura de riscos e fornecimento de peças e materiais e componentes de elevadores instala -nas unidades da GEXBHZ, exclusão do imóvel da Rua da Bahia, 888. Fundamento Legal: Lei 8666/93, 10520/2002, Dec. 5450/05, 3555/00, Lei Complementar 123/2006. Vigência: 25/02/2013 a 25/12/2013. Data de Assinatura: 25/02/2013.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - MONTES CLAROS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2013 UASG 511843

Número do Contrato: 28/2012. Nº Processo: 35135000185201172. TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2012 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 0750721000103. Contrato: CONSTRUTORA JADE LTDA - ME -Objeto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato 28/2012 cujo objeto é a contratação de serviços referente a adaptações em imóvel para instalação da Agência da Previdência Social em Januária/MG. Prorroga o prazo de vigência para o total de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da assinatura. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 25/02/2013 a 28/03/2013. Data de Assinatura: 25/02/2013.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - UBERABA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2012 UASG 511828

Número do Contrato: 40/2009. Nº Processo: 35161000228200988. INEXIGIBILIDADE Nº 1/2009 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 3402831600261. Contrato: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato inicial por mais 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Vigência: 01/12/2012 a 30/11/2013. Valor Total: R\$336.000,00. Fonte: 118033908 - 2012NE800456. Data de Assinatura: 01/12/2012.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - VARGINHA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 17/2013 UASG 511852

Número do Contrato: 28/2009. Nº Processo: 3516300042200943. CONCORRÊNCIA SISP Nº 5/2009 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado:

00501041000161. Contratado: CONSTRUTORA JRN LTDA -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a modificação da CLAUSULA QUARTA - DA VIGENCIA E DA EFICACIA, do contrato original, passando para: 1.175 (hum mil, cento e setenta e cinco dias), contados da data de sua assinatura. CLAUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais disposições e cláusulas do contrato e termos aditivos. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 18/01/2013 a 20/03/2013. Data de Assinatura: 18/01/2013.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL EM FLORIANÓPOLIS GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM PORTO ALEGRE

### EXTRATO DE RESCISÃO

Contrato nº 24/2012. Nº Processo: 35239000845201238. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 08787861000173. Contrato: ELEVAADORES CTS LTDA - ME -Objeto: Serviço de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de elevadores do prédio do Ed. Cristaleira, da GEXPOA/RS. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Data de Rescisão: 19/03/2013.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800001

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM CANOAS

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2013 - UASG 510921

Nº Processo: 35247000013201301. Objeto: Serviço de malote consiste em coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada entre a Gerência Executiva do INSS Canoas e suas unidades. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º. Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por tratar-se de serviço prestado exclusivamente pela EBCT por definição da Lei 6538/78. Declaração de Inexigibilidade em 09/01/2013. MANOEL AUGUSTO MARIANO PERES - Chefe da Seção de Logística - Ratificação em 09/01/2013. ALBERTO CARLOS FREITAS ALEGRE - Gerente Executivo - Valor Global: R\$ 72.000,00. CNPJ CONTRATADA : 34.028.316/0026-61 EMPRESA B BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

(SIDEC - 06/03/2013) 510921-57202-2013NE800001

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM CASCAVEL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2013 UASG 510699

Nº Processo: 35187000512201261. PREGÃO SISP Nº 11/2012 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 07993729000155. Contrato: ABEL SGARIONI ENGENHARIA E -CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de infraestruturas de lógica e telefonia interligados (cabasseamento estruturado), com fornecimento de material e mão-de-obra, a serem executadas nas dependências da Gerência Executiva do INSS em Cascavel/PR. Fundamento Legal: Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 c/c normas jurídicas atinentes ao procedimento. Vigência: 15/03/2013 a 12/08/2013. Valor Total: R\$124.860,00. Fonte: 151000000 - 2013NE800062. Data de Assinatura: 05/03/2013.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800001

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 2/2013 - UASG 510699

Nº Processo: 3518700064201387. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo (capas de processo e envelope) Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 08/03/2013 de 09h00 às 17h00. Endereço: Rua São Paulo, 603 - Centro Centro - CASCAVEL - PR. Entrega das Propostas: a partir de 08/03/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/03/2013 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CRISTIANE APARECIDA JABLONSKI  
Pregoeira

(SIDEC - 06/03/2013) 510699-57202-2013NE800001

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM FLORIANÓPOLIS SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2013 - UASG 510170

Nº Processo: 3534600020013-69. Objeto: Despesa com consumo de água e saneamento nos imóveis onde encontram-se instalados os serviços da Superintendência Regional Sul, GEXFLO/SC e demais Unidades a esta vinculadas em seus respectivos endereços conforme discriminado no PES 03/2013, para o exercício de 2.013. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º. Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor exclusiva. Decla-

ração de Inexigibilidade em 06/03/2013. ALEXANDRE AFONSO WUNDERLICH - Chefe Substituto da Seção de Logística, Licitação e Contratos e Engenharia. Ratificação em 06/03/2013. ARNALDO PESCADOR - Gerente Executivo Substituto do Inss em Florianópolis/SC. Valor Global: R\$ 194.755,84. CNPJ CONTRATADA : 82.508.433/0001-17 COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2013 - UASG 510170

Nº Processo: 35346000201/13-11. Objeto: Despesa com consumo de água e saneamento no imóvel da APS em Lages/SC, pertencente à GEXFLO/SC, para o exercício de 2.013. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º. Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 06/03/2013. ALEXANDRE AFONSO WUNDERLICH - Chefe Substituto da Seção de Logística, Licitação e Contratos e Engenharia. Ratificação em 06/03/2013. ARNALDO PESCADOR - Gerente Executivo Substituto do Inss em Florianópolis/SC. Valor Global: R\$ 23.064,69. CNPJ CONTRATADA : 05.532.421/0001-87 SECRETARIA A MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO DE LAGES - SEASA.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2013 - UASG 510170

Nº Processo: 353460002013-58. Objeto: Despesa com consumo de água e saneamento no imóvel da APS Tijucas/SC, pertencente à GEXFLO/SC, para o exercício de 2013. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º. Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 06/03/2013. ALEXANDRE AFONSO WUNDERLICH - Chefe Substituto da Seção de Logística, Licitação e Contratos e Engenharia. Ratificação em 06/03/2013. ARNALDO PESCADOR - Gerente Substituto da Gerência Executiva do Inss em Florianópolis/SC. Valor Global: R\$ 806,39. CNPJ CONTRATADA : 02.396.675/0001-27 SAMAE - S ERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2013 - UASG 510170

Nº Processo: 353460002013-01. Objeto: Despesa com fornecimento de água e saneamento, nos imóveis da GEXFLO/INSS/SC na cidade de Palhoça/SC, para o exercício de 2.013. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º. Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Única fornecedora. Declaração de Inexigibilidade em 06/03/2013. ALEXANDRE AFONSO WUNDERLICH - Chefe Substituto da Seção de Logística, Licitação e Contratos e Engenharia. Ratificação em 06/03/2013. ARNALDO PESCADOR - Gerente Substituto da Gerência Executiva do Inss em Florianópolis/SC. Valor Global: R\$ 8.236,14. CNPJ CONTRATADA : 11.594.126/0001-58 AGUAS DE PALHOÇA.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800038

## GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM URUGUAIANA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 409/2013 UASG 510923

Número do Contrato: 9/2009. Nº Processo: 3529800042200983. INEXIGIBILIDADE Nº 1/2009 Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO -SOCIAL- CNPJ Contratado: 3402831600261. Contrato: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Quarto termo aditivo ao contrato 09/2009 firmado entre a Gerência Executiva do INSS em Uruguaiana-RS e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para incluir a Agência da Previdência Social em Quara-RS nos roteiros de serviços de malote, considerando o início das atividades naquela Unidade em 17/12/2012. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 24/12/2012 a 23/12/2013. Valor Total: R\$4.905,12. Fonte: 118033908 - 2012NE800037. Data de Assinatura: 24/12/2012.

(SIDEC - 06/03/2013) 512006-57202-2013NE800001

## Ministério da Saúde

### GABINETE DO MINISTRO

#### EXTRATO DE COMPROMISSO

ESPECIE: Termo de Compromisso que se celebram o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, as Secretarias de Saúde e de Gestão e Modernização Administrativa do Município de Santa Maria, e a Universidade Federal de Santa Maria. OBJETO: Estabelecer a cooperação entre os entes signatários com vistas à realização dos procedimentos técnicos e operacionais para continuidade da atenção à saúde das vítimas, de familiares e de profissionais envolvidos no incêndio ocorrido em 27 de janeiro 2013, na Boate Kiss, Município de Santa Maria (RS), envolvendo vítimas de vigilância à saúde, atenção básica, especializada e psicossocial. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos. DATA DE ASSINATURA: 22 de fevereiro de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/externo/ckx.html>, pelo código 00032013030700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.